



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Francisco Pontes de Miranda Ferreira

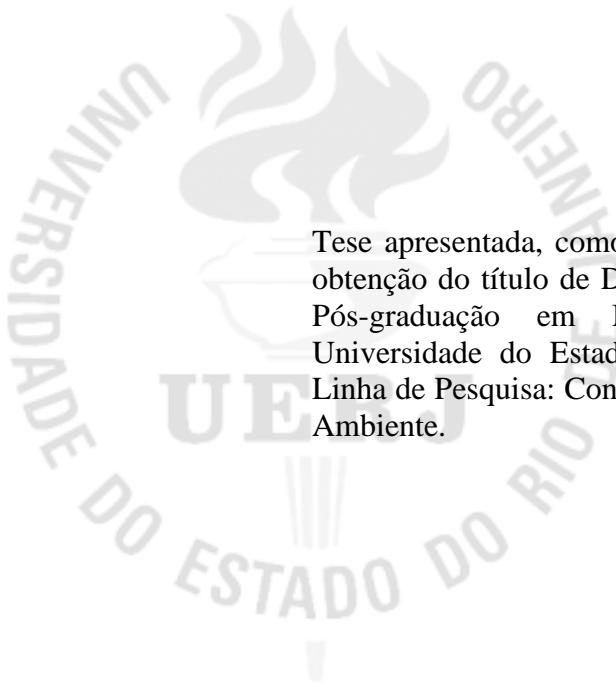
**Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ: movimentos sociais
e transformações territoriais**

Rio de Janeiro

2023

Francisco Pontes de Miranda Ferreira

Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ: movimentos sociais e transformações territoriais



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Construção Social do Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato

Coorientador: Prof. Dr. Breno Herrera da Silva Coelho

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

F383 Ferreira, Francisco Pontes de Miranda.
Territorialidades socioambientais em Teresópolis - RJ: movimentos sociais e transformações territoriais/ Francisco Pontes de Miranda Ferreira. – 2023.
209 f. : il.

Orientador: Rafael Ângelo Fortunato
Coorientador: Breno Herrera da Silva Coelho
Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Territorialidade humana - Teses. 2. Etnografia - Teresópolis (RJ) - Teses. 3. Movimentos sociais - Teses. I. Fortunato, Rafael Ângelo. II. Coelho, Breno Herrera da Silva. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDU 911.3

Patricia Bello Meijinhos CRB7/5217 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Francisco Pontes de Miranda Ferreira

Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ: movimentos sociais e transformações territoriais

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Construção Social do Meio Ambiente.

Aprovada em 16 de agosto de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato (Orientador)

Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Breno Herrera da Silva Coelho (Coorientador)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dra. Mariana de Castro Moreira

Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dra. Elza Maria Neffa Vieira de Castro

Faculdade de Educação – UERJ

Prof. Dra. Clara Carvalho de Lemos

Instituto de Geografia – UERJ

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Rafael Ângelo Fortunato, por toda a amizade, atenção e apoio. Agradeço ao meu coorientador, Breno Herrera, pela amizade e por tantos anos de trabalho e debates valorosos em conjunto, aos professores e funcionários do PPGMA da UERJ e aos movimentos sociais de Teresópolis, fundamentais para a realização desta tese. Agradeço o apoio da CAPES que permitiu minha dedicação exclusiva à tese.

Esta tese é uma homenagem aos meus pais: Rosa Beatriz Pontes de Miranda Ferreira e Alfredo Jorge Guimarães Ferreira pela minha formação e as diversas oportunidades que me deram na vida: cultura geral, ideologia, viagens, momentos inesquecíveis. Solidarizo os princípios dessa tese com os oprimidos do mundo que acredito em breve serem os protagonistas de uma nova história.

RESUMO

FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. **Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ: movimentos sociais e transformações territoriais**. 2023. 204f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Na tese de doutorado Territorialidades Socioambientais em Teresópolis - RJ: Movimentos Sociais e Transformações Territoriais apresentamos os conceitos de “capital político” e de “territorialidades socioambientais” e destacamos a importância dos movimentos sociais e das discussões políticas no território da bacia hidrográfica do rio Paquequer em Teresópolis RJ. Para isso, utilizamos os princípios da etnografia dos conflitos. Verificamos os níveis de capital político presentes nos movimentos sociais e a capacidade que possuem de influenciar na construção de territorialidades. Nosso tema analisa a problemática dos conflitos políticos na área ambiental. Os conflitos envolvem atores sociais e recursos ambientais representados e vividos no território. Utilizamos a observação participante analisando de forma crítica os jogos políticos manifestados pelos movimentos sociais, o poder público e suas consequências nas territorialidades. Os principais problemas socioambientais existentes na bacia hidrográfica do rio Paquequer em Teresópolis/RJ (desmatamentos, poluição dos corpos hídricos, erosão das encostas, assoreamento dos rios, poluição atmosférica, desigualdade e conflitos sociais, dentre outros) envolvem questões culturais, econômicas, políticas e de saúde pública e têm relação direta com o modo de produção (industrialização, especulação imobiliária, agronegócio) e com a emergência de novas territorialidades. Desenvolvemos nossa premissa de que apesar de todo o poder de grupos econômicos, a sociedade civil organizada em movimentos sociais, consegue, lentamente, conquistar capital político e forjar territorialidades socioambientais.

Palavras-chaves: Territorialidades socioambientais. Etnografia dos conflitos. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. **Social Environmental Territorialities in Teresópolis - State of Rio**: Social Movements and Territorial Transformations 2023. 204 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This thesis presents the concepts of political capital and social environmental territorialities and emphasizes the importance of social movements and political discussions in the territory of Paquequer river watershed in Teresópolis, State of Rio de Janeiro. We use the principles of ethnographic conflicts and verify the political capital level of social movements and how they can influence territorialities. Our theme is to analyse problematic political conflicts in the environmental area. Conflicts evolve social actors and natural resources represented and lived in the territory. We use participative observation to capture in a critical form political games manifested by social movements and public policy and their consequences in the territory. Main social problems in our watershed (deforestation, water pollution, erosion, landslides, silting of rivers, air pollution, inequalities and social conflicts) evolve cultural, economic, political public health and are related to modes of production (industrialization, real estate speculation, agrobusiness) and to the emergence of new territorialities. We develop our premise that, besides strong economic power of some groups, civil society, organized in social movements, slowly conquer political capital and force social environmental territorialities to occur.

Keywords: Social environmental territorialities. Conflict ethnography. Social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Bacia do rio Paquequer	38
Figura 2	Bacia do rio Paraíba do Sul	38
Figura 3	Bacia do rio Paquequer – localidades de Santa Cecília (alto Paquequer), Várzea (médio Paquequer) e Santa Rita (baixo Paquequer)	39
Figura 4	O Rio Meudon, afluente do Paquequer, encontra-se muito degradado e assoreado	40
Figura 5	Ilustração de Johann Moritz Rugendas da Serra dos Órgãos	42
Figura 6	Bairro do Alto em 1911	43
Figura 7	Planta dos anos 1940 demonstra o aspecto ainda planejado da ocupação de Teresópolis com poucas ruas concentradas no alto e na Várzea	44
Figura 8	Visão da Várzea em 1947	44
Figura 9	Problema dos resíduos sólidos atinge todas as comunidades como Santa Cecília	89
Figura 10	Aspecto geral da comunidade de Santa Cecília	89
Figura 11	Vista do bairro nobre do alto a partir de Santa Cecília	90
Figura 12	Visão geral da rua principal – Cecília Meireles	91
Figura 13	Esgoto a céu aberto na comunidade é reclamação constante	92
Figura 14	Eventos provocados pelas chuvas em janeiro de 2022	93
Figura 15	Fora da rua principal predominam as ruelas estreitas	96
Figura 16	O projeto de coleta seletiva e reciclagem mobiliza os moradores de Santa Cecília	98
Figura 17	Dados da coleta e da reciclagem em fevereiro de 2023	98
Figura 18	Prédios ocupam a beira do Rio Paquequer na Várzea, onde a mata ciliar é inexistente	104
Figura 19	Aumento do escoamento superficial provocado por novos empreendimentos ..	104
Figura 20	Enchentes na Várzea devido à impermeabilização do solo	105
Figura 21	Habitação popular nas encostas com riscos de deslizamentos ou nas beiras de canais fluviais com risco de enchentes	105
Figura 22	Canais fluviais da Várzea poluídos com esgoto e resíduos sólidos	106

Figura 23	Feira agroecológica semanal coordenada pela AAT que sofre ameaça de remoção para construção de estrada	113
Figura 24	Protesto contra desmatamento de grande porte para construção de mais um condomínio teve poucas pessoas	118
Figura 25	Produtor rural orgânico originário de assentamento rural do INCRA	123
Figura 26	Problemas de saneamento na área rural que são predominantemente: esgoto, resíduos sólidos e poluição por agrotóxicos	124
Figura 27	Chuvvas de janeiro 2022 provocaram problemas de drenagem nas estradas vicinais	125
Figura 28	Oficina de cartografia social realizada com a comunidade rural de Santa Rita .	132
Figura 29	Através dos mutirões, vivências e oficinas os produtores promovem ajuda mútua para o trabalho e provocam conhecimento e união	134
Figura 30	Mutirão e vivência no pomar do sítio Caipora envolveram produtores locais e visitantes	135
Figura 31	Oficina para a produção de lascas de casca de tangerina caramelizadas	136
Figura 32	Bandeira do Movimento dos Pequenos Produtores exposta na cozinha do sítio Caipora	136
Figura 33	Rio canalizado na Várzea é afluente do Paquequer, caso muito comum nos canais fluviais da área urbanizada da cidade	137
Figura 34	Conselho, Associação de Amigos e comunidade exigem participação e transparência em processo de concessão	145
Figura 35	Resíduos sólidos espalhados próximo ao posto de saúde e ao lado da estação de tratamento de água	146
Figura 36	Documentário apresentado por movimento social denuncia a situação do “lixão” do Fischer	147
Figura 37	Processo de concessão de saneamento no Estado do Rio de Janeiro	154
Figura 38	Convite da prefeitura para parceria externa sem consulta popular	156
Figura 39	Destaque do Artigo 3º do Decreto Nº 2.582 é revelado por conselheira na rede social	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	As maiores chuvas do Estado do RJ concentram-se na Região Serrana	40
Gráfico 2	Remanescentes de Mata Atlântica em Teresópolis	47
Gráfico 3	Unidades de conservação no município de Teresópolis	47
Gráfico 4	Etapas definidas por Bordenave (1994)	161
Gráfico 5	Etapas para o avanço das territorialidades socioambientais	185
Gráfico 6	Etapas de Bordenave e as territorialidades socioambientais	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Desafios da perspectiva etnográfica e fatos a serem considerados	24
Tabela 2	Da etnografia tradicional à etnografia dos conflitos	26
Tabela 3	Categorias de análise	27
Tabela 4	Recortes da pesquisa	27
Tabela 5	Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa	30
Tabela 6	Princípios e características da ecologia política etnográfica	57
Tabela 7	Injustiça ambiental e formas de resistência	64
Tabela 8	Transformações territoriais e movimentos sociais	86
Tabela 9	Agroecologia e territorialidades na bacia do rio Paquequer	139
Tabela 10	Ocupação do solo urbano e territorialidades na bacia do Rio Paquequer	139
Tabela 11	Escada de Arnstein (2002)	159
Tabela 12	Qual o modelo atual das políticas públicas para o setor ambiental?	166
Tabela 13	Territorialidades socioambientais forjadas pelos movimentos sociais na bacia do Rio Paquequer	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAT	Associação Agroecológica de Teresópolis
AMASC	Associação de Moradores e Amigos de Santa Cecília
APP	Área de Proteção Permanente
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBH Piabanha	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgoto
CEO	Chief Executive Officer
COP	Conferência das Partes para as Mudanças Climáticas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
COMDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CONPARNASO	Conselho do Parque Nacional da Serra dos Órgãos
CTEA	Câmara Temática de Cultura e Educação Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Instituto Oswaldo Cruz
FIRJAN	Fundação das Indústrias do Rio de Janeiro
FMP	Faixas Marginais de Proteção
FMI	Fundo Monetário Internacional
GLC	Greater London Council
GATSSR	Grupo de Agroecologia e Turismo Solidário de Santa Rita
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LCC	London City Council
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PETP	Parque Estadual dos Três Picos
PIB	Produto Interno Bruto
PMEA	Política Municipal de Educação Ambiental
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PNMMT	Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis
PPDS	Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável
PPGMA	Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RBS	Rede Brasilidade Solidária
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação

RL	Reservas Legais
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
TdR	Termo de Referência
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	32
1.1 Inserção de Teresópolis no capitalismo periférico	41
2 DISCUSSÃO TEÓRICA	51
2.1 Ecologia política etnográfica	51
2.2 Injustiça ambiental	57
2.3 Dinâmicas territoriais	64
2.4 Movimentos sociais e territorialidades	65
2.5 Capital político	67
2.6 Territorialidades socioambientais	73
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	87
3.1 Santa Cecília	88
3.2 Várzea	103
3.3 Santa Rita	122
3.4 Conselhos atuantes na área ambiental da bacia do Rio Paquequer	140
3.5 Cotas de capital político dos movimentos abordados	158
4 CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS	167
4.1 Desenvolvimento das territorialidades socioambientais	170
4.2 Gestão participativa	172
4.3 Comunicação ativa	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	190

INTRODUÇÃO

Trabalhamos com o conceito de territorialidades socioambientais para analisarmos como a sociedade civil se organiza por espaço político que pode resultar em importantes transformações no território. Nosso tema analisa a problemática dos conflitos políticos na área ambiental, em Teresópolis, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro na perspectiva da participação da sociedade civil organizada em movimentos sociais e como este processo gera as territorialidades socioambientais.

A atuação dos movimentos sociais é um fator relevante, na medida em que a transformação da natureza, através dos processos de produção, afeta diretamente a sociedade e o meio ambiente e as organizações da sociedade civil possuem o poder de criar formas de superação através da organização política. Pela transformação da natureza a própria existência humana é possível e as forças produtivas como trabalho, meios de produção (máquinas, ferramentas, infraestrutura) estão organizadas nas relações sociais. As dinâmicas territoriais emergem das contradições sociais, dos conflitos gerados e do limite da exploração dos recursos naturais presentes no território. Grupos oprimidos e marginalizados criam, assim, identidades coletivas que se tornam ponto de partida para as transformações. Os movimentos sociais, formados pelas identidades coletivas, identificam a situação de desigualdade social e de degradação da natureza e partem para o engajamento político (PEET; WATTS, 1996).

Nosso trabalho pretende colaborar para outros casos semelhantes em várias localidades, onde os movimentos sociais delegam ao poder público maior voz política e influência nas decisões. Estamos propondo um novo conceito teórico que chamamos de territorialidades socioambientais e temos a intenção de colaborar para um novo quadro referencial (GIL, 2008) a ser amplamente utilizado pelas ciências sociais nas questões relacionadas às territorialidades.

O início da tese combinou com o período em que uma pandemia tomou conta do planeta. Fato que comprovou a vulnerabilidade da humanidade, trouxe-nos a necessidade de refletirmos sobre nossas relações sociais e com a natureza e revermos, de maneira mais acentuada, os conceitos de crescimento econômico em que os processos produtivos representam custos socioambientais elevados. O período de aceleração do capital em que vivemos causa enorme expropriação. Assim a sociedade civil, principalmente nas áreas mais vulneráveis, através dos movimentos sociais, procura soluções em que a comunicação e a organização exercem funções importantes que vão refletir-se no território. Podem surgir, portanto, caminhos alternativos tanto para as relações sociais, baseadas na cooperação e solidariedade, quanto para as relações

entre sociedade e natureza. Assim surgem novas territorialidades que chamamos de territorialidades socioambientais.

Nos interessa estudar quais são as maiores contradições presentes nos movimentos sociais abordados e identificar o nível de apatia e de participação política nas comunidades, conselhos e articulações sociais. Procuramos saber o grau de conhecimento dos atores sociais de nossa pesquisa sobre os seus direitos, a gestão territorial participativa e o grau de participação nos conselhos, comitês e fóruns políticos. Nas três articulações sociais selecionadas para o estudo (Santa Cecília, Várzea e Santa Rita) identificamos a existência de sujeitos sociais capazes de minimizar e combater a degradação do ambiente e de promover justiça social e criar as territorialidades socioambientais. Nessa perspectiva, o conceito de territorialidades socioambientais será desenvolvido, com base na realidade concreta da bacia do rio Paquequer em Teresópolis e interpretado à luz da ecologia política e dos princípios de etnografia dos conflitos.

No território estudado, pretendemos aprofundar na interrelação dos fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais, principalmente os que provocam conflitos, e o potencial que possuem para provocarem iniciativas contra hegemônicas e territorialidades é um de nossas principais preocupações. Nos interessa apontar as diversas estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais. A ascensão dos movimentos sociais contemporâneos é um indicativo dos conflitos e das tensões da sociedade moderna e, assim, compreendemos movimentos sociais como grupos organizados que objetivam transformações na sociedade e no território. Veremos que os movimentos sociais são complexos e possuem contradições e fragmentações.

Problema

Toda pesquisa tem como início um problema que será nosso principal objeto de discussão. Os problemas envolvem variáveis observáveis, relacionadas com grupos, comunidades e ideologia próximas do investigador. O problema tem uma relevância para a sociedade e cria consequências sociais importantes (GIL, 2008). O problema do projeto de pesquisa é o ponto de partida, que demonstra a existência de um contexto. Trata-se do principal motivo da pesquisa. Estamos trabalhando na construção de um novo conceito que decidimos chamar de “territorialidades socioambientais”. Pretendemos responder como podem os movimentos sociais da bacia do rio Paquequer em Teresópolis fortalecerem-se a ponto de

influenciarem as políticas públicas e forjarem territorialidades e assim promoverem a justiça socioambiental e a melhoria das condições de vida. Sabemos das dificuldades e dos desafios que envolvem a criação e a aceitação de um novo conceito teórico e esse é o principal problema a ser enfrentado na presente pesquisa.

Trabalhamos com o conceito de territorialidades para analisarmos como a sociedade civil se organiza e busca “espaço político” que podem resultar em importantes transformações no território. Vamos procurar demonstrar como a organização política, por parte de movimentos sociais, pode forjar territorialidades socioambientais, em resposta às territorialidades já existentes e às injustiças socioambientais presentes nos mais diversos territórios.

Procuramos contextualizar com que potencial qualitativo os movimentos sociais que estamos abordando desenvolvem o diálogo e as práticas solidárias e cooperativas de resistência à degradação ambiental e às desigualdades sociais e quais são as estratégias que permitem o surgimento de territorialidades socioambientais. Questionamos, portanto, como que os projetos participativos locais valorizam os vínculos sociais e promovem o ganho de capital político dos atores sociais e em que etapa do capital político encontram-se os movimentos sociais que estamos trabalhando.

A relevância socioambiental destes questionamentos envolve a qualidade de vida da população e a preservação ambiental de uma bacia hidrográfica com riquezas naturais importantes, numa localidade em que a força do capital ocupa aceleradamente espaços urbanos e rurais, com interesses econômicos e que provocam a degradação ambiental. Território também marcado por injustiças ambientais marcantes. A principal consequência socioambiental da conquista de capital político por parte dos movimentos sociais será identificada na construção de novas territorialidades. Essa tese preocupa-se, portanto, com as formas de resistência em relação ao modelo hegemônico, por parte dos movimentos sociais, que podem forjar novas territorialidades e de que maneira isso pode ser realizado. Precisamos pensar em estratégias políticas de fortalecimento mútuo e de criação de redes de solidariedade para intensificarmos as reflexões sobre as ações socioambientais e seguirmos construindo políticas de sustentabilidade que contribuam com a qualidade de vida da população e a formação de novas territorialidades.

Justificativa

Um dos pontos-chaves das ciências sociais consiste em estudar as relações sociedade/natureza em seus aspectos sociais, culturais, tecnológicos, ecológicos e civilizatórios. Cabe-nos, portanto, fortalecer os estudos da ecologia política, especialmente com o foco nas características próprias da realidade da América Latina. Estaremos, assim, colaborando para um campo emergente nas ciências sociais que ainda passa por uma escassez de material acadêmico. O próprio dualismo sociedade/natureza, radicalmente acelerado pelo fenômeno moderno, ainda não está totalmente compreendido e exige mais discussões acadêmicas. Os conflitos ambientais, em especial, merecem ainda mais trabalhos científicos, principalmente diante da atual crise ambiental que vivenciamos (GAVIRATI, 2019).

Aos cientistas ambientais cabe identificar os vetores formadores de degradação do meio ambiente e dos conflitos sociais e desenvolver instrumentos apropriados de análise e enfrentamento prático das questões socioambientais complexas, por meio de práticas participativas e cooperativas, que demandam abordagens metodológicas inter e transdisciplinares e a aplicação de novas tecnologias capazes de subsidiar políticas públicas para vários setores como o de saneamento e da gestão ambiental, com vistas à conservação ambiental e à busca por igualdade social. Nossos resultados deverão ser úteis para as políticas ambientais, muito além de nossa área de estudo e contribuirão para uma revisão dos enfrentamentos existentes. De extrema importância é o relacionamento dos movimentos políticos da sociedade civil organizada com os seus resultados apresentados no território. Justifica-se aperfeiçoarmos este assunto e contribuirmos com a construção de novos conceitos teóricos, como pretendemos desenvolver neste trabalho.

Precisamos contribuir para uma crítica da própria constituição da sociedade moderna, através de uma aproximação transdisciplinar. De extrema relevância torna-se, portanto, uma politização da problemática socioambiental, como justificativa importante para a nossa pesquisa acadêmica. A sociologia dos conflitos sociais se torna uma das correntes mais relevantes para as ciências sociais e justifica-se, portanto, investirmos neste campo para a compreensão das questões socioambientais (GAVIRATI, 2019).

Ficam cada vez mais necessários os questionamentos em torno do desenvolvimento econômico baseado no excesso de exploração na natureza. Discursos ganham força com as questões relacionadas às mudanças climáticas. Assim surgem novas interpretações ao ambientalismo e casos específicos se intensificam, em especial na América Latina. Casos que

fortalecem o debate internacional, que envolvem os conflitos socioambientais. A pandemia Covid 19 fez aumentar a preocupação com os impactos nos ecossistemas e, na América Latina, diferentes tipos de respostas locais, como o *Buen Vivir* e outras, estão sendo redescobertas e resgatadas. Atores em diversas localidades urbanas, rurais e de áreas de floresta, desenvolvem estratégias de resistência e formas de valorização de seus territórios e, como consequência, os conflitos ambientais aumentam em quantidade e intensidade. O crescimento dos conflitos está diretamente relacionado à expansão da economia neoliberal e os estudos dos conflitos exigem uma aproximação transdisciplinar e se tornam importante desafio para o meio acadêmico (RUGGERIO; BESANA; PANEQUE-GÁLVEZ, 2022).

A crescente quantidade de conflitos ambientais na região (América Latina), sua intensidade e complexidade, suas causas e consequências, evidenciam a necessidade de aprofundarmos os estudos para compreendermos seu potencial de transformação socioambiental, entender e proporcionar soluções e facilitar um maior envolvimento dos setores acadêmicos na promoção do debate ambiental (RUGGERIO; BESANA; PANEQUE-GÁLVEZ, 2022, p. 13).

O estado do Rio de Janeiro vem sendo palco de diversos conflitos socioambientais, como os que localizamos em Teresópolis, que necessitam de estudos que possam colaborar diretamente para as políticas ambientais e para os movimentos sociais, compromisso de um pesquisador de ciências ambientais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Motivação

A pesquisa foi desenvolvida em um contexto local formado pela bacia hidrográfica do rio Paquequer, situada no município de Teresópolis/RJ, cujas características são conhecidas do autor deste estudo, tendo em vista as inúmeras práticas científicas e jornalísticas realizadas na área social e ambiental na região. O pesquisador foi coordenador do escritório técnico e do setor de comunicação do Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense durante seis anos, trabalhou em um projeto da Cooperação Brasil-Alemanha/MMA na zona rural de Teresópolis (Espaço Compartilharte), foi conselheiro e diretor do Comitê da Bacia Hidrográfica da Região IV, conselheiro do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e do Conselho de Meio Ambiente de Teresópolis e teve sua motivação aguçada para empreender a investigação pela tragédia ocorrida em janeiro de 2011, que provocou cerca de 1000 mortes e

deixou milhares de desabrigados na Região Serrana do Rio de Janeiro. Muito pouco foi realizado para evitar a repetição da tragédia e uma questão se coloca: a organização política constituída por movimentos sociais pode forjar novas territorialidades socioambientais capazes de contribuir para mitigar a problemática socioambiental existente na bacia do rio Paquequer, em Teresópolis, cujos desdobramentos são desastrosos.

Apesar de todo este envolvimento direto com o assunto, procura-se um afastamento necessário para a análise científica, assim como apresentar um rigor científico nas pesquisas e interpretações.

Ao longo de todos os anos de atuação nas áreas científica e jornalística percebi que, muito além da minha formação acadêmica, de extrema relevância, aprendi e continuo aprendendo na vivência junto com as comunidades em que atuei – pessoas e território.

Objetivos

Pretendemos identificar como os movimentos sociais colaboram para forjarem territorialidades socioambientais a partir de análises realizadas em três comunidades na bacia do rio Paquequer em Teresópolis. Como objetivos específicos procuramos conceituar territorialidades socioambientais e apontar como a etnografia dos conflitos e a ecologia política se apresentam como instrumentos metodológicos relevantes para a interpretação da emergência das territorialidades. Assim como pretendemos identificar o potencial da economia solidária desenvolvida nas comunidades para a configuração das territorialidades socioambientais. Buscamos também destacar a relevância da gestão participativa do território que promove a garantia de melhorias socioambientais e dos interesses políticos das populações abordadas e ressaltar os processos políticos e as relações de poder necessárias à construção de territorialidades socioambientais. Nosso desafio é compreender como emergem as coletividades autônomas. Fato que implica no desenvolvimento do diálogo, da cooperação solidária, com a construção de projetos participativos locais. Para isso, necessitamos compreender as territorialidades, as temporalidades e os movimentos forjados. A necessidade de um modelo alternativo de ocupação e transformação do território torna-se clara através de uma interpretação dialética da relação sociedade/natureza existente.

Metodologia

A ciência procura formas objetivas e sistematizadas para a análise da realidade.

O conhecimento científico é objetivo porque descreve a realidade independentemente dos caprichos do pesquisador. É racional porque se vale sobretudo da razão, e não de sensação ou impressões, para chegar a seus resultados. É sistemático porque se preocupa em construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo. É verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações. Finalmente, é falível porque, ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborados pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar (GIL, 2008, p. 21-22).

Nas ciências sociais, entretanto, o problema da objetividade deve ser tratado de forma diferente do que das ciências naturais e a quantificação não conta com instrumentos precisos.

Mas os fatos sociais dificilmente podem ser tratados como coisas, pois são produzidos por seres que sentem, pensam, agem e reagem, sendo capazes, portanto, de orientar a situação de diferentes maneiras. Da mesma forma o pesquisador, pois ele é também um ator que sente, age e exerce sua influência sobre o que pesquisa (GIL, 2008, p. 24).

O cientista social encontra-se como um ator envolvido no fenômeno e procura mais as tendências do que as leis. No entanto, torna-se necessário estabelecer-se um método, que forma a base científica e define os procedimentos técnicos a serem adotados. Mudanças quantitativas podem provocar também transformações qualitativas e os fatos sociais, em permanente movimento, são diretamente influenciados por fatores políticos, econômicos e culturais (GIL, 2008).

Em nossa abordagem, o método do materialismo dialético será relevante na interpretação dos movimentos sociais e de como as conquistas políticas geram transformações que se manifestarão no território. As necessidades materiais dos atores sociais envolvidos forjam assim a história do território. Acreditamos assim na força do poder econômico e da situação socioeconômica como de forte influência na superestrutura política e jurídica e vice-versa.

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados (GIL, 2008, p. 41-42).

Corbari, Azevedo e Sampaio (2021), comentam que:

Na abordagem neomarxista, os conflitos ambientais são analisados sob o prisma das desigualdades sociais, dando visibilidade aos atores e aos interesses políticos que permeiam o debate ambiental no interior das contradições do sistema capitalista. Eles resultam, assim, de disputas territoriais e de questionamentos sobre a legalidade de algumas formas de dominação do espaço, que envolvem grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território e do meio natural e níveis desiguais de poder (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021, p. 482).

Na perspectiva etnográfica ressaltamos as ações da vida cotidiana, presentes nas formas de comunicação e nas tomadas de decisões dos indivíduos (GIL, 2008) e o envolvimento do pesquisador passa a ser uma de nossas preocupações. Acreditamos, portanto, num envolvimento do pesquisador e dos pesquisados no processo da investigação e assim estamos nos aproximando de uma pesquisa de observação participante, característica da etnografia, em que não acontece a mera observação e sim um envolvimento e uma identificação, sem a perda do rigor investigativo científico. Trata-se de um esforço controlado para conter a subjetividade e evitar assim que o objeto seja inventado pelo investigador científico.

Os valores do cientista social devem estar claros e a objetividade absoluta pode prejudicar a pesquisa. Ao mesmo tempo, não podemos induzir ou falsificar a fala dos entrevistados com respostas imaginárias. Mas, as pessoas envolvidas numa pesquisa qualitativa não são estranhas e sim pessoas que foram de diversas formas observadas e acompanhadas. Por meio da observação participante o pesquisador coleta dados através de sua própria participação no cotidiano dos grupos sociais estudados (GOLDEMBERG, 2004).

A totalidade de qualquer objeto de estudo é uma construção do pesquisador, definida em termos do que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa. É irreal supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo. Na verdade, o pesquisador acaba se concentrando em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância (GOLDEMBERG, 2004, p. 51).

Na pesquisa qualitativa a imersão profunda permite um nível de compreensão não alcançado nas pesquisas quantitativas. Assim, aspectos culturais relevantes são revelados e cada pesquisador escolhe os fatos que vai privilegiar e opta por seus enfoques teóricos e metodológicos.

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los (GOLDEMBERG, 2004, p. 53).

A pesquisa qualitativa depende da biografia do autor que detalha as situações do cotidiano. A melhor maneira de se identificar a interferência do pesquisador é a própria consciência de sua presença e influência e deve-se buscar, portanto, um equilíbrio em que os aspectos históricos são importantes. As entrevistas e os roteiros são claros e comprometidos com a problemática e os objetivos da pesquisa.

O pesquisador deve, então, apresentar claramente as características do indivíduo, organização ou grupo, que foram determinantes para sua escolha, de tal forma que o leitor possa tirar suas próprias conclusões sobre os resultados e a sua possível aplicação em outros grupos ou indivíduos em situações similares. O pesquisador deve precisar as dificuldades e os limites da pesquisa, as pessoas que lhe ajudaram em sua entrada no campo (que são determinantes para a construção da identidade do pesquisador pelo grupo estudado), as pessoas que se recusaram a dar entrevistas, as perguntas que não foram respondidas pelos pesquisados, as contradições apresentadas, a (in)consistência das respostas, possibilitando uma visão ampla do estudo, e não apenas dos aspectos que “deram certo” (GOLDEMBERG, 2004, p. 58).

A antropologia privilegia os métodos qualitativos como a observação participante, as entrevistas abertas e o contato direto. Com a vivência na comunidade o pesquisador consegue chegar às diversas contradições existentes.

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 1981, p. 126).

Para cada categoria social há uma hierarquia organizada e uma dimensão de poder em que estereótipos são construídos. Fatos que exigem que o pesquisador exerça uma relativização. Dentro de cada comunidade investigada, identificamos interesses divergentes e mecanismos de adaptação e acomodação, desvios e contestações e essas situações envolvem aspectos conscientes e inconscientes. Toda investigação possui um caráter investigativo em que pontos de vista do observador estão presentes. Toda interpretação passa por um processo de revisão e é permanentemente testada.

O processo de estudar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar ou contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc., permitindo remapeamentos da sociedade. O estudo do rompimento e rejeição do cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos limites, a rotina e os mecanismos de conservação e dominação existentes (VELHO, 1981, p. 131-132).

A aproximação da perspectiva etnográfica com o território e as pessoas que o habitam vai sempre gerar surpresas e fatos inesperados que enriqueceram a pesquisa. Na observação participante estamos observando os fenômenos, mas, ao mesmo tempo, tendo uma liberdade de interferência para emitir opiniões e realizar perguntas durante o próprio evento. No entanto, estaremos muito mais no lado do observador. Nos interessa compreender o mundo social vivido e produzido. Mas, nos interessa também atingir os bastidores onde parte dos procedimentos são articulados.

Enfatizamos na perspectiva etnográfica as observações presentes em elementos como território, atores sociais, ações políticas, eventos, comportamentos, sentimentos e resultados e cada elemento destes pode gerar uma nova questão. Fato que nos justifica a opção por entrevistas livres que nos colocam muito mais próximos de uma conversa e de um diálogo. Assim podemos adquirir, além de nosso tema principal, um pouco da história das localidades, da estrutura das organizações sociais e políticas, das inter relações entre pessoas e dos sentimentos diante do território e da natureza. Interessa ao nosso estudo artefatos materiais como os diversos documentos gerados pelo poder público e pelos movimentos sociais, que formarão a composição de nossa análise documental. Estaremos também observando a própria estrutura dos locais, como, por exemplo, a arquitetura e a distribuição das pessoas no espaço. Fatos que também revelam jogos de poder importantes. Finalmente, todos estes pedaços de informações e incidentes serão remendados e sistematizados para comporem uma narrativa.

O trabalho dentro de uma perspectiva etnográfica é uma constante ida e volta para o campo e o texto produzido deverá também criar uma aproximação e um envolvimento do leitor com a complexidade socioambiental descrita. No entanto, nosso desafio é não permitir que esta aproximação com os cotidianos prejudique o rigor científico e teórico. Fato que nos obriga necessariamente também a mergulharmos nos estudos e nas discussões teóricas que envolvem o tema (HULST; KOSTER; VERMEULEN, 2015).

Sobre algumas das dificuldades da observação e da etnografia resgatamos uma explicação de Whyte (2005):

Refletindo sobre a etnologia “pós-fundacional”, acabei chegando à conclusão de que a distinção objetivo-subjetivo não é tão clara como havia imaginado. Considere-se por exemplo meu estudo sobre a estrutura social de gangues de esquina. Ele foi baseado principalmente em observação direta, mas os pesquisadores não podem observar tudo; se tentássemos, terminaríamos com uma miscelânea de dados que não nos conduziram a qualquer padrão inteligível. Buscamos observar comportamentos que sejam significativos para os propósitos de nossa pesquisa. A seleção, portanto, depende de alguma teoria implícita ou explícita – um processo que, em grande medida, é subjetivo. Mas a escolha não é aleatória: se especificarmos nossas premissas teóricas e os métodos de pesquisa que usamos, outros podem utilizar as mesmas premissas e os mesmos métodos para verificar ou questionar nossas conclusões (WHYTE, 2005, p. 357).

A perspectiva etnográfica tem como um dos seus principais desafios conseguir agregar elementos que não acontecem por acaso e descobrir quais são os padrões e as relações presentes. Algumas perspectivas teóricas e metodológicas nos tornam importantes para este processo de investigação, mas, além disso, temos que ativar nossa criatividade subjetiva, na medida em que nem todos os comportamentos humanos são necessariamente cientificamente explicados.

Para obter algo coerente a partir de qualquer padrão presumido de relações entre tantos elementos diferentes, o pesquisador terá que ir muito além de simples relatos e descrições. O sucesso nessa tarefa requer imaginação e criatividade – processos mentais altamente subjetivos (WHYTE, 2005, p. 360).

Na perspectiva etnográfica realizamos uma imersão na realidade das comunidades selecionadas em que somos observadores e participantes. O diálogo é fator importante e estaremos sempre esperando um retorno por parte dos investigados. Optamos pela perspectiva etnográfica por acreditarmos na parceria do cientista com os atores sociais investigados, que não são tratados apenas como objetos de estudo. A etnografia tem como característica a imersão na realidade vivida e para o cientista a vivência próxima funciona quase que como uma aventura investigativa e o pesquisador, através de sua aproximação com o cotidiano das pessoas, ganha reconhecimento. Na etnografia, a ciência integra-se com o pessoal e o investigador deve obter a visão muito próxima a de um nativo (WHYTE, 2005). A apreensão etnográfica cria um compromisso em que o cientista vai ampliar a voz de grupos muitas vezes marginalizados.

A perspectiva etnográfica privilegia a observação, as entrevistas, a pesquisa documental e bibliográfica e a formulação do problema nos dará foco no desenvolvimento do trabalho. Não podemos, entretanto, deixar de ter uma preocupação com a redução da influência do pesquisador, nas ações e nas respostas dos investigados em que os atores sociais devem manifestar seus sentimentos e suas estratégias com o máximo de autenticidade (SANGASUBANA, 2011). Identificamos, portanto, alguns desafios que enfrentamos em nossa investigação nas ciências sociais (Tabela 1).

Tabela 1 – Desafios da perspectiva etnográfica e fatos a serem considerados

Desafios da pesquisa	
Elementos da pesquisa	Considerações
Objetividade nas Ciências Sociais	Trabalha com seres que sentem, pensam e agem Pesquisador possui valores
Materialismo histórico	Força do poder econômico Influência da superestrutura política e jurídica (vice-versa) Desigualdades sociais
Etnometodologia	Ações da vida cotidiana Imersão na realidade das comunidades
Observação Participante	Pesquisa qualitativa Cotidiano dos grupos sociais Aproximação do pesquisador com o objeto Influência do investigador na pesquisa
Questionários livres	Histórias Inter relações sociais e políticas

Fonte: O autor, 2022.

A etnografia crítica procura uma aproximação com os grupos com menor voz e poder político. Esta aproximação da etnografia com a política aconteceu a partir dos anos 1920, principalmente nos Estados Unidos, quando os estudos antropológicos se aproximaram dos guetos urbanos de grandes cidades como Chicago (HULST; KOSTER; VERMEULEN, 2015).

Estamos, portanto, propondo um estudo etnográfico crítico e político, inserido nos princípios da etnografia dos conflitos e da ecologia política. A economia política já tinha relacionado o sistema econômico com a crise ambiental e a antropologia acrescentou as questões culturais e os conflitos socioambientais tornam-se centrais para a ecologia política e algumas questões são levantadas como: Quem usa os recursos? Com que custos? Com que impactos? Neste tipo de investigação privilegiamos aspectos do mundo natural e cultural e para isso temos que romper algumas barreiras epistemológicas e metodológicas a caminho da transdisciplinaridade (LITTLE, 2007).

O pesquisador da ecologia política deve considerar as principais forças biofísicas como a configuração geológica de uma área, a evolução biológica da flora e da fauna e o caminho dos recursos hídricos em conjunto com as principais atividades humanas como os sistemas agrícolas, os efluentes industriais despejados no ambiente e a infraestrutura de transportes e comunicação instalada em uma determinada área (LITTLE, 2007, p. 5).

O etnógrafo político de conflitos privilegia, portanto, as interações dos atores sociais com o mundo natural através de uma esfera política e procura identificar os diversos discursos e a busca por legitimidade política. Fato que exige uma aproximação do pesquisador como alguém que participa do conflito e não ações que são sentidas diretamente no território e forjam as territorialidades socioambientais. Há, portanto, uma posição imparcial. Ações que são sentidas diretamente no território e forjam as territorialidades socioambientais. O pesquisador situa-se nos interstícios do conflito e constrói seu lugar para investigar as conexões (LITTLE, 2007).

O investigador, na perspectiva etnográfica, inclui os interesses dos grupos sociais e um pouco da história que gerou o conflito. O pesquisador pode colaborar para transformações nas políticas públicas e para tornar conhecidas as reivindicações dos grupos sociais. A etnografia dos conflitos socioambientais é uma forma de darmos visibilidade para grupos sociais que possuem menor voz política (LITTLE, 2006). Os conflitos envolvem atores sociais e recursos ambientais representados e vividos no território. Acontece assim uma dinâmica do conflito com diversas polarizações, táticas, alianças, coalizões que formam um processo a ser cuidadosamente identificado e analisado. No território, é necessário identificarmos interesses e reivindicações e suas interações com o ambiente. Assim o etnógrafo identifica diversos discursos e as variadas esferas de poder – visíveis e ocultas. O caminho da pesquisa é traçado através de um diálogo onde é preciso construir uma empatia com os atores sociais. Pretendemos na bacia do rio Paquequer nos aprofundar numa comunidade onde habitam os menos favorecidos (parte alta), no centro urbano (parte média) e numa comunidade rural (parte baixa).

Assim, privilegamos os movimentos sociais e as condições de vida e ambientais do território, visando o pesquisador colaborar na direção da justiça social e da sustentabilidade ambiental. Realizamos, portanto, um exercício interpretativo da percepção de perto e de dentro e levantamos aspectos que muitas vezes não são percebidos pela própria comunidade e menos ainda pelo poder público. Trata-se de um tipo de aproximação apropriada para a complexidade da sociedade contemporânea em que acontece um processo de ocupação do território marcado pelo caos: crescimento desordenado sem o desenvolvimento das estruturas básicas, como saneamento, e de ruptura emocional: quando estruturas e modos de vida são rapidamente substituídos. Fatos que provocam a desintegração e o desencaixe social e cultural e novos padrões de significados aparecem na vida social (DALMOLIN; LOPES; VASCONCELLOS, 2002). Ressaltamos os diversos arranjos sociais e institucionais construídos por uma sociedade apartada e ambientalmente insustentável em que novos significados surgem em resposta à

padronização imposta pelo poder econômico e político e essa reflexão etnográfica torna-se muito útil para compreendermos o território.

Incorporar o campo como um espaço que não está dado, que vai tomando sentido, se singularizando a partir do mergulho, das possibilidades criadas pelo conjunto (pesquisador e pesquisados) no decorrer da pesquisa, é elemento central em pesquisas dessa natureza e um desafio para o pesquisador. Esse processo sinuoso e complicado é um exercício que requer tempo, sensibilidade e muita paciência, principalmente para suportar a ansiedade de quem aprendeu a negociar individualmente com o(s) seu(s) sujeito(s) de pesquisa (DALMOLIN; LOPES; VASCONCELLOS, 2002, p. 34).

A disponibilidade do pesquisador de mergulhar no universo investigado torna-o familiar e integrante da comunidade em que realiza uma observação participativa e pretende colaborar com as transformações sociais. O mapa mental da pesquisa é formado por um conjunto de movimentos e vivências e pela relativização das projeções pessoais sobre as experiências vividas (SILVA; MILITO, 1995). Privilegiamos, na perspectiva etnográfica, as histórias cotidianas onde escolhemos os detalhes considerados relevantes. Buscamos compreender os significados e os fluxos presentes no território e muitos deles são criados pelas comunidades, como possibilidade de sobrevivência. Muitas vezes, a população da periferia é induzida a reproduzir uma posição de fraqueza política, criada de forma discriminatória pela elite e assim aceitam viver em espaços degradados e com ausência de serviços básicos como saneamento. No entanto, grupos sociais marginalizados também constroem novos significados e conseqüentemente novas realidades alternativas como resposta à discriminação socioespacial. Em nossa perspectiva etnográfica procuramos ampliar a voz e o capital político diante das alternativas vindas dos excluídos (Tabela 2).

Tabela 2 – Da etnografia tradicional à etnografia dos conflitos

Perspectiva Etnográfica dos Conflitos	
Fases	Princípios
Etnografia tradicional	Imersão nas comunidades tradicionais
Etnografia crítica	Imersão nas comunidades com menor voz
Etnografia crítica e política	Preocupação com o capital político das comunidades
Ecologia política	Relações sociedade e natureza
Etnografia política dos conflitos socioambientais	Conflitos socioambientais

Fonte: O autor, 2022.

O método é, finalmente, composto por referências, categorias de análise (Tabela 3), classificações e procedimentos. As categorias delimitam e focalizam o tema do estudo e estão

encaixadas num contexto histórico, político, social, econômico e cultural. As categorias fundamentais estão diretamente relacionadas com a nossa escolha de referencial teórico e as derivadas são produzidas para a compreensão da categoria fundamental (NEFFA, LEANDRO; NEFFA, 2023). Nesta tese definimos as seguintes categorias:

Tabela 3 – Categorias de análise

Categorias de Análise	
Fundamental	Territorialidades Socioambientais e Capital Político
Derivadas	Conceitos de injustiça ambiental e territorialidades Construção de capital político e da gestão participativa do território

Fonte: O autor, 2022.

Toda problemática de uma pesquisa encontra-se contida num recorte espacial, temporal e institucional (NEFFA; LEANDRO; NEFFA, 2023), conforme apresenta a Tabela 4. A abordagem da ecologia política precisa de uma delimitação biogeográfica adequada para o estudo etnográfico político dos conflitos. A nossa escolha foi uma bacia hidrográfica por ser uma delimitação territorial em que os fatores naturais formam uma complexidade inter relacionada que, por sua vez, vai interagir com a sociedade nela inserida (FONSECA; OLIVEIRA, 2014).

Tabela 4 – Recortes da pesquisa

Recortes da Pesquisa	
Espacial	Bacia hidrográfica do rio Paquequer em Teresópolis RJ
Temporal	Ações dos movimentos sociais no início do século XXI relacionadas com questões socioambientais
Institucional	Políticas públicas Movimentos sociais

Fonte: O autor, 2022.

Buscamos uma abordagem dialética (empírica-abstrata-concreta). Analisamos, portanto, o território como resultado de uma produção histórica do espaço que gerou uma diversidade de contradições e conflitos (NEFFA; LEANDRO; NEFFA, 2023). A dimensão humana necessita ser ressaltada em sua condição sociopolítica e levamos em consideração a dinâmica contraditória presente na sociedade. Nossa prática considera o conjunto formado pelo social, cultural e econômico (LOUREIRO, 2006). Nosso estudo é, antes de tudo, interpretativo, na medida em que significações e valores fundamentam a pesquisa na área da construção social

do meio ambiente, diretriz definida pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente (PPGMA) da UERJ.

Procedimentos metodológicos

Utilizamos a observação participante analisando, de forma crítica, os jogos políticos manifestados pelos movimentos sociais e o poder público e suas consequências nas territorialidades. Acompanhamos as reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis (Deliberativo) e do Conselho do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Consultivo) e as manifestações e reuniões dos movimentos sociais abordados. A observação participante foi realizada a partir da vivência do pesquisador com o caso estudado (COELHO, B. H. S., 2017).

A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida (GIL, 2008, p. 119).

Observamos atores sociais, territorialidades e contextos político-sociais ao optarmos pela observação participante.

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí porque se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2008, p. 122).

Em nosso caso, existem situações em que o investigador pertence ao grupo ou comunidade que está pesquisando e algumas vezes, embora haja uma aproximação afetiva com alguns membros e com o território, o pesquisador não pertence à comunidade. Nosso plano de observações inclui aspectos relacionados aos objetivos e fenômenos em relação à construção de capital político e seus efeitos no território. Identificamos estes aspectos nas ações dos atores sociais, em seus objetivos e formas manifestadas nas territorialidades.

Os estudos bibliográficos abrangeram, principalmente, livros e artigos científicos e trabalhos acadêmicos (teses e dissertações). Além do material encontrado nos meios eletrônicos e na imprensa relacionados à temática estudada.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2008, p. 69).

Realizamos também, a pesquisa documental, que consiste em material que ainda não recebeu tratamento analítico, como os documentos produzidos pelo poder público, instituições e conselhos, tais como, mapas, revistas, fotografias, filmes, deliberações, resoluções, termos de referência, moções, atas e pautas, que também foram cuidadosamente estudados.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 70).

A entrevista é uma forma de interação social interessante pois permite o diálogo, é importante fonte de informações sobre alguns aspectos da vida social da localidade. Embora estejamos preocupados com um tema específico, uma certa liberdade foi permitida ao entrevistado. Realizamos tanto entrevistas individuais como em grupos. Algumas entrevistas realizamos diretamente e outras através de canais como a internet. Da mesma forma, utilizamos os questionários.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 140).

Para compreendermos os movimentos, conflitos, relações de poder e colaborações realizamos entrevistas livres com conselheiros, membros do poder público e demais envolvidos nas políticas ambientais. Entrevistamos também membros da sociedade civil, para perceber o nível de participação e pertencimento diante da importância do território socioambiental e da participação dos conselhos. Trabalhamos com perguntas abertas sobre ações políticas e outras mais direcionadas à problemática ambiental. Desenvolvemos alguns questionários mais curtos e outros mais longos, para atores sociais de maior influência no estabelecimento de territorialidades socioambientais. Finalmente, utilizamos matrizes sistematizadas, como

proposta de criação de documentos científicos que possam auxiliar os processos de gestão pública e de apoio à sociedade civil.

Acreditamos no potencial e na indispensabilidade do trabalho de campo como forma principal para identificarmos, através do contato direto com a realidade, crenças, valores, opiniões e práticas presentes nas comunidades analisadas. O trabalho de campo proporciona uma aproximação com territórios e atores sociais e utilizamos, principalmente, a observação direta da realidade, com destaque para a formação territorial, a organização política e as relações de poder. Escolhemos algumas comunidades específicas que nos permitissem um conhecimento amplo e detalhado, o que nos facilita a descrição dos contextos socioambientais (GIL, 2008). O trabalho de campo pode contribuir para a justiça social ao ampliar a voz dos que possuem menor capital político. Para isso, a etnografia consiste numa imersão do pesquisador em seu objeto de estudo, buscando compreender a densidade das práticas sociais. O que não impede que o pesquisador analise e escute também o ponto de vista dos dominantes que, ao contrário dos dominados, possuem significativo capital político.

A ordem social aparente e presente nas estatísticas, nos documentos oficiais, padronizados e monopolizados necessita ser ultrapassada. Os dados ganham, portanto, no trabalho de campo e na análise documental, uma reflexão crítica e o próprio pesquisador se transforma ao longo da pesquisa (BEAUD; WEBER, 2007).

Destacamos os procedimentos metodológicos que utilizamos na investigação (Tabela 5).

Tabela 5 – Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa

Procedimentos Metodológicos	
Técnica utilizada	Características
Observação participante	Vivência investigativa
Estudos bibliográficos	Livros, artigos, trabalhos acadêmicos, internet, imprensa
Pesquisa documental	Material sem tratamento, relatórios técnicos
Entrevistas livres	Diálogo e questionários abertos
Matrizes interpretativas	Sistematização
Trabalhos de campo	Contato direto com a realidade social e territorial

Fonte: O autor, 2022.

A escolha dos entrevistados obedece aos seguintes critérios: participarem nos movimentos sociais selecionados (Associação Agroecológica de Teresópolis, Associação de Amigos e Moradores de Santa Cecília, Grupo de Agroecologia e Turismo Solidário de Santa

Rita, PlanejaTerê e Rede Brasilidade Solidária [RBS]), atuação como importantes lideranças ou como moradores de uma das comunidades envolvidas (Santa Cecília, Várzea e Santa Rita). Além das entrevistas, o pesquisador acompanhou reuniões dos conselhos de Meio Ambiente e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), diretamente relacionados à questão ambiental e territorial, audiências públicas, fóruns, eventos e manifestações. Foram utilizados como suporte, documentos, reportagens e manifestações nas redes sociais (internet). As análises em conjunto com as observações de campo permitiram a aproximação com a realidade dos atores sociais e do território em que vivem, a identificação das ações de resistência, as origens e os resultados dos conflitos socioambientais e a percepção do grau de capital político e de influência nas territorialidades dos movimentos sociais.

Premissas

Compreendemos a premissa como uma suposta resposta à uma explicação empírica. Estamos assim antecipando a ocorrência de uma característica. Trata-se da base para nossos argumentos, do início de um raciocínio, de onde vamos gerar resultados e conclusões. Partimos do princípio de que o enfrentamento dos problemas sociais e ambientais por parte de grupos oprimidos organizados pode gerar territorialidades socioambientais.

Pretendemos assim demonstrar o desenvolvimento de outras opções de apropriação territoriais menos centralizadoras e degradantes do meio ambiente. Fato que envolverá a valorização dos vínculos locais, historicamente construídos, e um forte sentimento de pertencimento comunitário. Neste processo, temos a proposição de que os movimentos sociais acabam, finalmente, produzindo as territorialidades socioambientais.

1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Faremos um resgate histórico para compreendermos a atual composição social da bacia do rio Paquequer em Teresópolis. A história sempre se colocou muito próxima da análise do poder político nos estados. Hoje procuramos desenvolver uma história vista de baixo para cima e não apenas aquela contada pelos que produziram a chamada riqueza das nações e, além disso, acrescentamos a questão ambiental, diretamente relacionada à formação dos territórios.

A história ambiental (DRUMMOND, 1991; WORSTER, 1991) ultrapassa as fronteiras dos estados e o desastre ambiental que estamos vivenciando atinge todos e foi resultado de um processo histórico de degradação territorial. Fatores naturais definiram sempre o tipo de ocupação do território e foram consideradas pelos historiadores, mas hoje acrescentamos a grave degradação que foi fruto das relações de poder e dos aspectos sociais, culturais e econômicos. Existem graus de impactos nos ecossistemas que podem ser considerados mudanças ou danos. A cultura material, tecnológica e a organização social interagem com o ambiente natural, na medida em que a natureza oferece os recursos, mas que são limitados e desigualmente distribuídos. As relações entre as técnicas e o meio ambiente criaram crises e ascensões de civilizações ao longo da história e os diversos meios de produção e relações de trabalho continuam transformando os territórios. Na história, a transformação do território está diretamente relacionada com contradições e conflitos que refletem o tipo de organização social (WORSTER, 1991).

As diversas atividades sociais estão diretamente ligadas à divisão do tempo imposta pela cultura ocidental que se espalhou por todo o planeta. Para a história, o tempo é um fio condutor das transformações. No entanto, o tempo geológico e biológico tornaram o tempo humano mínimo. Entretanto, o tempo geológico e biológico tem implicações importantes na construção da sociedade humana e as ciências sociais devem fortalecer-se ao considerar este aspecto. Assim, necessitamos incluir os fatores naturais nas ciências sociais e os antropólogos foram vanguardas nesta relação entre sociedade e natureza. Hoje, a inclusão dos fatores naturais nas ciências sociais representa um novo paradigma em que as forças naturais se relacionam diretamente com a cultura (DRUMMOND, 1991). “A história ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticas” (DRUMMOND, 1991, p. 5).

Este fato fortalece a interdisciplinaridade necessária nos tempos atuais, em que cientistas sociais precisam compreender melhor os ecossistemas. A cultura afeta o uso dos recursos naturais que só se tornam recursos justamente devido aos fatores culturais. No trabalho de campo, o pesquisador valoriza as relações sociedade-natureza e assim escreve sobre as transformações do território e da sociedade. Autores brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Aziz Ab' Saber deram extrema importância aos fatores naturais. Muito presentes também na literatura de Guimarães Rosa e Euclides da Cunha (DRUMMOND, 1991). Não temos como negar os fortes impactos socioambientais ocorridos no Brasil pelos grandes ciclos econômicos de exportação: madeira, cana, ouro, café e soja e, desde meados do século XX, pela urbanização. Teresópolis passou por alguns destes ciclos da história ambiental do Brasil: a retirada da madeira, como caminho para as minas de ouro e para as plantações de café e a urbanização a partir do século XX.

Toda pesquisa histórica envolve seleções e escolhas e trata, portanto, de uma fragmentação da realidade, uma simplificação. A história precisa investir mais nas interpelações entre sociedade e meio ambiente, embora sabendo que o meio natural não é determinante dos caminhos da sociedade. Natureza e sociedade formam um conjunto indissociável em que a natureza também não pode se tornar apenas um figurante. No entanto, todas as sociedades tiveram que enfrentar seus marcos geográficos. Os povos que habitam as montanhas, por exemplo, possuem enfrentamentos próprios deste sistema. O meio ambiente não é, portanto, nem um determinante, nem um passivo. Trata-se de um fator dinâmico, permanentemente ativo de grande influência histórica e cultural em que formamos uma coevolução natural e social. Nos últimos séculos os fatores naturais se tornaram cada vez mais indissociáveis das ações antrópicas com impactos muito fortes. As interferências humanas criaram novas paisagens sendo algumas provocadoras de enormes desorganizações socioambientais. Nestas relações, consideramos as políticas ambientais, o uso conflituoso dos recursos naturais, os valores socioculturais construídos e a degradação ambiental. As questões socioambientais formam uma totalidade com elementos naturais e artificiais espalhados pelo território. Ao longo da história, os humanos foram desenvolvendo técnicas para controlar a natureza e a crise atual nos leva a desenvolver uma consciência ecológica (DRUMMOND, 1991; WORSTER, 1991). O antropocentrismo necessita ser questionado e deixarmos de subestimar as forças da natureza, como aquela demonstrada na tragédia de janeiro de 2011, que atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro. Temos que ter consciência que a ação degradante humana coloca em risco a humanidade como um todo. Interesses e valores estão por trás de todas as ações antrópicas e a natureza é em si uma construção cultural.

A preservação ambiental envolve assim a construção de novos valores, elementos simbólicos e responsabilidades em que o crescimento econômico contínuo é inviável. A natureza não pode mais ser compreendida mecanicamente e sim como um sistema dinâmico, complexo e aberto com elementos imprevisíveis (PRIGOGINE, 1984). As práticas econômicas sobre o território são acompanhadas de regras criadas nas leis e políticas públicas e a qualidade e o poder das diversas instituições afeta os usos do território. As relações sociedade e natureza geram fluxos, constroem estruturas e desenvolvem relações e identidades com diferentes interesses e graus de poder ou autonomia. A apropriação dos recursos naturais e do território se dá de forma desigual e injusta (SANTOS, M., 1996).

A etnografia política ambiental valoriza as características biofísicas do território pesquisado. Principalmente os recursos naturais requeridos pelos grupos sociais. O funcionamento natural das forças biofísicas modifica as intervenções da sociedade e os conflitos manifestam-se. Desta forma, os fenômenos naturais também se tornam agentes. Estas interpelações sociedade/natureza não acontecem de forma linear e a perspectiva etnoecológica procura compreender as dinâmicas presentes neste processo de apropriação da natureza (LITTLE, 2014).

A bacia do rio Paquequer, antes de tudo, está inserida no que denominamos ambientes de montanha, que possuem características e tratamentos especiais, ainda pouco reconhecidos pelas políticas brasileiras. O Capítulo 13 da Agenda 21 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [MMA], 1992) é especialmente dedicado aos ambientes de montanha que são essenciais para a produção de água e, portanto, diretamente relacionados à segurança hídrica e alimentar. De acordo com o Capítulo 13 da Agenda 21, os ambientes de montanha abrigam cerca de 10% da população do planeta e possuem formações rochosas de grande poder simbólico para os povos (MMA, 1992). A Região Serrana do Rio de Janeiro demonstra bem esses aspectos, sendo responsável pela produção de água em quantidade e qualidade para as vertentes das bacias hidrográficas da baía de Guanabara e do rio Paraíba do Sul e de grande importância para o abastecimento humano e a produção de alimentos para uma enorme quantidade de pessoas localizadas principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de toda essa relevância, essas áreas sofrem com a degradação ambiental e a pobreza. Além disso, devido à própria geomorfologia e às situações climáticas são áreas extremamente frágeis, com constantes processos de erosão, deslizamentos e enchentes, acelerados pela ocupação antrópica. Fato comprovado na tragédia de 2011 que atingiu a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e de janeiro de 2022 que afetou Petrópolis. O uso dos recursos naturais nas áreas de montanha

exige cuidados especiais e qualquer impacto nas partes altas terá influência a jusante das bacias hidrográficas.

O Brasil é classificado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o 20º maior país em áreas montanhosas do planeta com 17% de seu território. As áreas de montanha são consideradas mais vulneráveis às mudanças climáticas e recomenda-se estratégias que considerem as bacias hidrográficas em suas totalidades. São considerados para definir ambientes de montanha critérios de altitude, relevo e declividade, sendo que acima de 2.500 metros é considerado apenas o fator altitude. As áreas de montanha são especialmente importantes no fornecimento de serviços ambientais com destaque para a água. Os ambientes de montanha estão inseridos no programa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) *Man and the Biosphere* (AQUINO; LÓPES NETTO; ASSIS, 2018; LOPES NETTO et al., 2018).

As montanhas apresentam características próprias, como declividade e altitude, que determinam grande variabilidade de ambientes com certa proximidade. Apresentam aspectos singulares e grande variedade de flora e fauna. Destaca-se a importância das montanhas como depósitos de diversidade genética. Ocupando quase vinte e cinco por cento da superfície terrestre, as montanhas, conhecidas como “torres de água”, produzem considerável quantidade de recursos hídricos, sendo, dessa forma, importantes na produção de serviços ambientais. De acordo com as Nações Unidas (2011), as montanhas são a base direta de sustento de, aproximadamente, doze por cento da população mundial, proporcionando bens e serviços básicos para mais de cinquenta por cento da humanidade (LOPES NETTO et al., 2018, p. 81).

Os ambientes de montanha exigem políticas específicas e não podem ser tratados como as áreas mais planas e a Conferência Rio 92 foi o primeiro grande marco de reconhecimento desta necessidade quando o tema foi incluído no Capítulo 13 da Agenda 21 – Gerenciamento de Ecossistemas Frágeis: Desenvolvimento Sustentável das Montanhas. Em 2002, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) instituiu o Ano Internacional das Montanhas e no mesmo ano, na Cúpula de Johannesburgo, foi criada a *Alianza para las Montañas* com 160 participantes e sede em Roma, na própria FAO, e escritórios no Canadá, Nepal e Áustria, com o objetivo principal de melhorar a qualidade de vida das populações de montanhas e como principal argumento o fato de que a maior parte da água doce do mundo está nas montanhas que, ao mesmo tempo, são ambientes frágeis e moradia para pessoas com alto nível de pobreza. Na Conferências das Partes para as Mudanças Climáticas (COP) 2004 (Malásia) foram definidas metas visando ações sociais e ambientais específicas para as montanhas (LOPES NETTO et al., 2018).

Apesar da importância de políticas especiais para ambientes de montanha e significativa parte do território brasileiro incluir este tipo de geomorfologia, o país está atrás neste processo: “Constata-se que, no Brasil, há muito a ser feito para que políticas públicas promovam o desenvolvimento sustentável nos ambientes de montanha, principalmente se comparações forem realizadas com outros países signatários da Agenda 21” (LOPES NETTO et al., 2018, p. 81). “Os ecossistemas de montanha, porém, apesar de sua importância, não foram incorporados na Agenda 21 Brasileira, não obstante estarem contemplados no capítulo 13 da Agenda 21 Global” (LOPES NETTO et al., 2018, p. 90).

O Brasil fica assim na contramão das recomendações da ONU:

Apesar de contemplarem, através de suas ações, as regiões montanhosas brasileiras, nenhum conselho gestor do Brasil direciona especificamente suas políticas conforme as orientações das Nações Unidas para seus Estados membros. Entre as orientações das Nações Unidas (2010), consta que os países adotem em suas estratégias de desenvolvimento, a promoção de políticas públicas integradas para o desenvolvimento sustentável das regiões montanhosas, considerando suas necessidades. Como também o estabelecimento, em nível nacional e regional, de conselhos gestores e outros mecanismos institucionais similares, a favor do desenvolvimento sustentável dos ambientes de montanha (LOPES NETTO et al., 2018, p. 91).

Para regiões tropicais de montanha existem elementos especiais que necessitam ser considerados, como o índice pluviométrico mais alto e a presença de florestas que são essenciais para a regulação dos recursos hídricos e preservação da biodiversidade (PIRES, 2018).

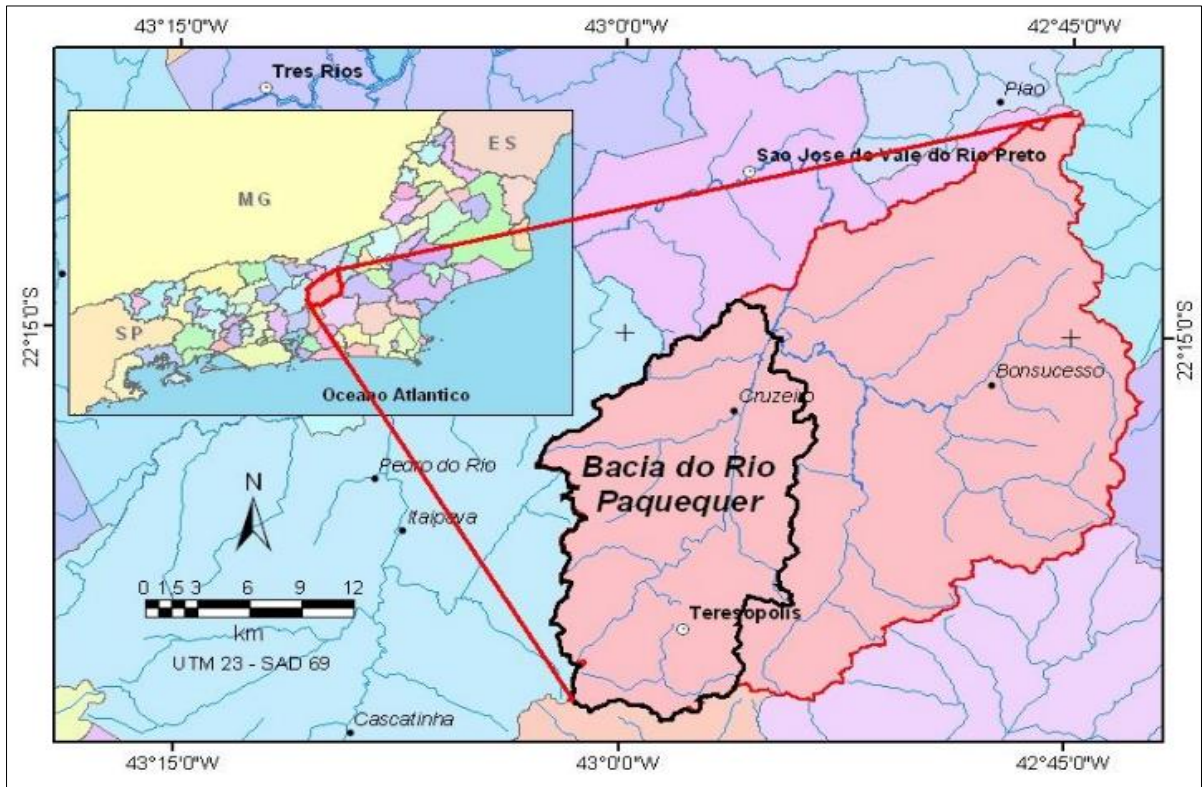
O desenvolvimento sustentável nas zonas de montanha das regiões tropicais passará, sobretudo, por um ordenamento criterioso do uso do solo, de forma a acautelar as maiores pressões de uso para a agricultura e a urbanização que aí existem [...] as políticas e medidas específicas a aplicar às zonas de montanha de regiões tropicais deverão potencializar os recursos endógenos e a valorização dos serviços de ecossistemas que essas regiões de montanha podem fornecer (PIRES, 2018, p. 31).

Além de todos os aspectos, geomorfológicos, geológicos, climáticos e de biodiversidade, os ambientes de montanha possuem um sentido simbólico muito forte, presente no imaginário das sociedades. Monumentos naturais, como o Dedo de Deus no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, possuem um poder simbólico fortíssimo, presente na bandeira do Estado e de dois municípios.

Há tempos os ambientes de montanhas preenchem o imaginário da humanidade, estando relacionado a noções como inspiração, conquista, refúgio e outras místicas. A percepção de que as montanhas constituem ambientes privilegiados remonta aos tempos bíblicos, onde aparecem citações sobre o “Sermão da Montanha”, além da menção ao Monte Sinai, onde Moisés recebeu os “10 Mandamentos” da lei de Deus. As montanhas aparecem também como cenário singular nas escritas do Islamismo, quando o profeta Maomé se dirige ao Monte Hira para se aproximar de Deus. Além disso, na Grécia Antiga, era crença de que os deuses mais influentes habitavam o Monte Olimpo, e ainda que Zeus e Dionísio teriam nascido nos montes Ida e Niza, respectivamente. Os romanos, por sua vez, acorriam às montanhas para celebrar Diana, a deusa da caça. Os ancestrais chineses veneravam um lago no cume de uma montanha, acreditando ser este o centro da Terra e do céu, servindo de apoio para o eixo cósmico. Nas Américas, os povos Incas reservavam o “Vale Sagrado”, localizado entre Cuzco e Ollantaytambo (Peru), para o cultivo de alimentos destinados aos guerreiros, enquanto os membros superiores da corte eram enterrados nos rochedos. As montanhas estão, assim, carregadas de simbolismo, e diferentes civilizações as associam a temas caros às suas culturas (AMORIM, 2018, p. 37).

Teresópolis localiza-se na Serra do Mar, próxima ao Oceano Atlântico, em uma escarpa erguida pelo tectonismo da separação continental. A escarpa tem alturas acima de 2.000m. No lado sul encontra-se a Baixada Fluminense e, no Norte, o vale do rio Paraíba do Sul. O chamado platô de Teresópolis pertence à bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e vai perdendo altitude na direção NW. Os processos erosivos são intensos e ficaram bem aparentes na tragédia de janeiro de 2011. O intemperismo e a erosão intensos ocorrem devido às estações do ano serem bem marcadas, com o verão quente e altamente chuvoso e o inverno seco e com temperaturas próximas de 0° C. O município de Teresópolis possui uma das áreas mais acidentadas da Serra do Mar – escarpas íngremes com picos e elevações (AIRES et al., 2012). Na bacia do rio Paquequer ficam localizados os Primeiro e Segundo Distritos de Teresópolis com cerca de 400 km² (Figura 1) que abriga a maior concentração urbana do município. A bacia do Paquequer está inserida na bacia do rio Paraíba do Sul (Figura 2) e o foco do estudo recai sobre uma comunidade no alto Paquequer (Santa Cecília), no Centro urbano no médio (Várzea) e outra no rural baixo (Santa Rita – Figura 3).

Figura 1 – Bacia do rio Paquequer



Fonte: Dourado e Roig (2013, p. 58).

Figura 2 – Bacia do rio Paraíba do Sul



Fonte: Mapbox. API River Runner ([202-?a]).

Figura 3 – Bacia do rio Paquequer – localidades de Santa Cecília (alto Paquequer), Várzea (médio Paquequer) e Santa Rita (baixo Paquequer)



Fonte: Mapbox. API River Runner ([202-?b]).

A poluição dos rios da bacia hidrográfica do rio Paquequer ultrapassa as fronteiras municipais. O rio Paquequer, que atravessa o centro de Teresópolis, desemboca no rio Preto que recebe as águas poluídas do perímetro urbano (predominantemente esgoto) e da área rural (agrotóxicos). O rio Preto cruza as cidades de São José do Vale do Rio Preto e de Areal, onde desemboca no Piabanha que em Três Rios, por sua vez, desemboca no rio Paraíba do Sul. Assim a poluição gerada em Teresópolis escoar por vários quilômetros e municípios.

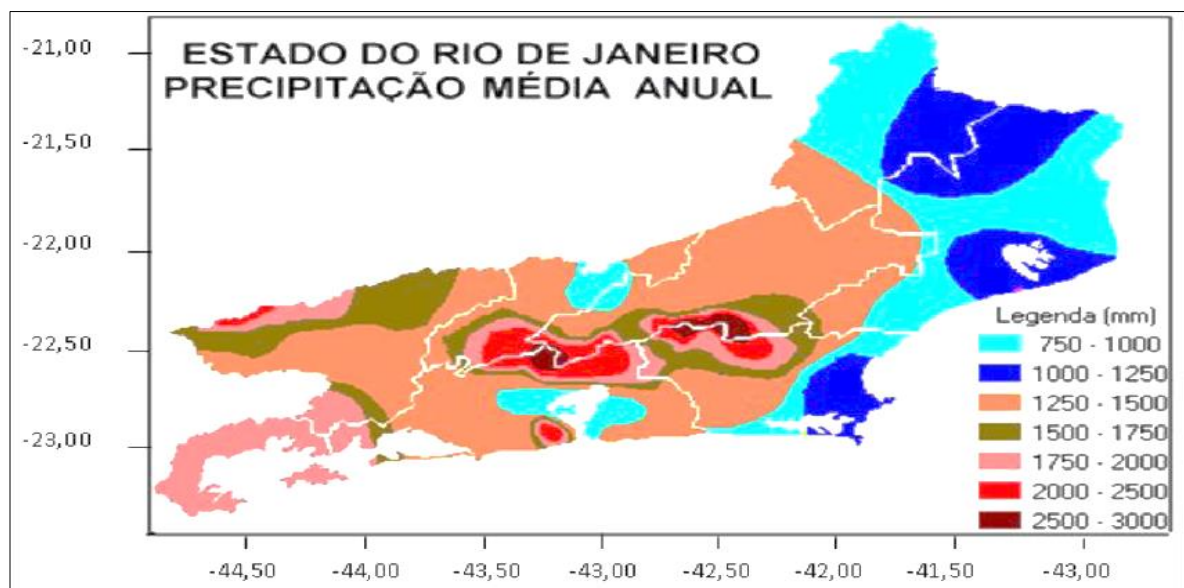
A bacia do rio Paquequer situa-se em um vale com encostas nas duas margens, sendo as da margem esquerda mais altas e íngremes. A planície fluvial está totalmente urbanizada na parte alta e média da bacia e na parte baixa ocupada por atividades rurais. A maioria das nascentes encontra-se na Serra dos Órgãos e na Serra do Jacarandá. Rios como Cascata dos Amores, Quebra Frascos e Príncipe nascem em altitudes elevadas, acima de 1.400m e fazem parte dos afluentes da margem esquerda do rio Paquequer. Os afluentes da margem direita como Meudon e Fischer nascem em cotas mais baixas. Todas as sub-bacias do rio Paquequer possuem áreas urbanizadas e em expansão, sendo que a bacia do Meudon tem mais de 50% de sua área impermeabilizada (Figura 4), sendo local de muitas enchentes (VIEIRA, V. T.; CUNHA, 2008). A Região Serrana do Rio de Janeiro possui o maior índice pluviométrico do Estado, fato que explica parte da presença de enchentes e deslizamentos (Gráfico 1).

Figura 4 – O Rio Meudon, afluente do Paquequer, encontra-se muito degradado e assoreado



Fonte: O autor, 2022.

Gráfico 1 – As maiores chuvas do Estado do RJ concentram-se na Região Serrana



Fonte: Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico, Eletrônicos e Eletrodomésticos do Rio de Janeiro (SIMERJ, 2020).

A característica vegetal predominante e original da bacia do rio Paquequer é formada por Mata Atlântica ombrófila densa montana e altomontana e, nas partes mais altas, encontram-se os campos de altitude. A floresta ainda está preservada nos trechos de maior altitude, principalmente nas Unidades de Conservação. Nas partes altas, fora das áreas protegidas, a vegetação encontra-se preservada apenas nas partes de difícil acesso. Afloramentos rochosos

estão presentes nas áreas florestadas e nas de ocupação urbana e de atividades agrícolas. Nos vales aparecem fragmentos de mata ciliar e de florestas modificadas pela ação antrópica. A maior parte das planícies fluviais está ocupada por construções na área urbana e por plantações de hortaliças na zona rural. A área urbanizada se expande aceleradamente e condomínios vão ocupando parte da região rural (COSTA et al., 2010).

O município de Teresópolis possui uma população de 182.594 habitantes (MEDEIROS, 2019), com uma densidade demográfica de 212,49 habitantes por Km². A faixa etária predominante é de 15 a 40 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2010), fato que representa que a maioria da população está na fase ativa ou na direção do primeiro emprego. No entanto, apenas 23,6% da população está ocupada (41.496 pessoas) e o salário médio mensal é de 2,2 salários mínimos, sendo que 32,3% dos domicílios possuem rendimento mensal de até meio salário mínimo (IBGE, 2017). A taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos é de 96,2% (IBGE, 2010). O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 28.882,28, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,73 (IBGE, 2010). Na área da saúde, a mortalidade infantil é de 12,61 óbitos por mil nascidos vivos e as internações por diarreia de 0,3 por mil habitantes (IBGE, 2010). O índice de pobreza em 2003 era de 21,89% da população, um dos mais elevados do Estado do Rio de Janeiro (IBGE). O município é dividido em três distritos: Teresópolis (Primeiro) (centro urbano sede), Vale do Paquequer (Segundo) (predominantemente rural) e Vale do Bonsucesso (Terceiro) (predominantemente rural). A pesquisa trabalha com o Primeiro e o Segundo Distritos, localizados na bacia do rio Paquequer, com áreas urbanas e rurais.

1.1 Inserção de Teresópolis no capitalismo periférico

A exploração da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro partiu desde o século XVII dos povoados de Magé, através das falhas geomorfológicas, subindo os canais fluviais. Os exploradores seguiam os caminhos utilizados pelos índios que habitavam o litoral. A região do recôncavo da baía de Guanabara era ocupada por vilarejos e produzia grande parte dos alimentos consumidos pela cidade do Rio de Janeiro. Os alimentos eram escoados pelos rios até o porto de Piedade e de lá, pela baía, até o centro do Rio de Janeiro (CORRÊA FILHO, 1947).

Em 1519 o cartógrafo Lopo Homem mapeou as formações rochosas do fundo da baía de Guanabara. O nome Serra dos Órgãos surge pela primeira vez no mapa de Bartolomeu Velho de 1561, escolhido por sua semelhança aos órgãos das igrejas medievais da Europa. A primeira sesmaria que ocupou a região de Teresópolis foi dada a Diogo de Coelho Albuquerque em 1655 e em 1715 as terras das margens do rio Paquequer são cedidas a Pedro da Silva Maia que recebe o auto de posse (FORAIN JUNIOR, 2015). Os primeiros relatos mais detalhados da região de Teresópolis são dos naturalistas europeus Johan Baptist von Spix e Carl Fredrich von Martius, no século XIX e vários artistas acompanharam as expedições e retrataram a região (Figura 5).

Figura 5 – Ilustração de Johann Moritz Rugendas da Serra dos Órgãos



Fonte: Rugendas ([entre 1820 e 1825]).

O primeiro povoado surgiu em 1821 como parada para comerciantes entre Minas Gerais e o Porto da Estrela na baía de Guanabara, onde se encontrava a fazenda Santo Antônio do Paquequer, no atual bairro do Alto. No entanto, temos registros de ocupações antes dos exploradores europeus do século XIX. Indígenas nômades que viviam no litoral do Oceano Atlântico e em torno da baía de Guanabara conheciam a região antes da chegada dos europeus. O recôncavo da baía de Guanabara era habitado por índios Timbrias que caçavam na Serra dos Órgãos. Temos registros de ocupações, tipo Quilombos, por escravos fugitivos das plantações do entorno da baía de Guanabara, anteriores a este período. Os escravos fugidos dos canaviais da Baixada Fluminense criaram o Quilombo da Serra que servia de apoio, antes de entrarem

para o interior do continente (FORAIN JUNIOR, 2015). Na fazenda do imigrante George March (escravista e latifundiário), instalada definitivamente no vale do Paquequer, em 1843, havia intensa atividade agrícola com gado (cavalos, bovinos e ovelhas) na Várzea e no Imbuí, cereais e batata no Quebra Frascos e verduras e frutas no entorno da Várzea (CORRÊA FILHO, 1947; SEDLACEK, 2012). A sede da fazenda, no bairro do Alto, recebia visitantes estrangeiros, como o botânico inglês George Gardner que pesquisou profundamente a flora local. Nos meados do século XIX alguns ingleses, comerciantes do Rio de Janeiro, estabeleceram suas segundas residências em Teresópolis, como as famílias Fischer, Clark, Fry e Heath (FORAIN JUNIOR, 2015). Em 1855, o povoado se tornou Freguesia e a transformação em município só ocorreu em 1891. As primeiras ocupações do vale do rio Paquequer se iniciaram no sentido Norte-Sul, de quem vem do interior na direção do litoral. Com a implantação da ferrovia, em 1908, chegaram os veranistas da elite do Rio de Janeiro e várias mansões e hotéis de luxo foram erguidos, mudando o sentido da ocupação para Sul-Norte (SEDLACEK, 2012) (Figura 6).

Figura 6 – Bairro do Alto em 1911

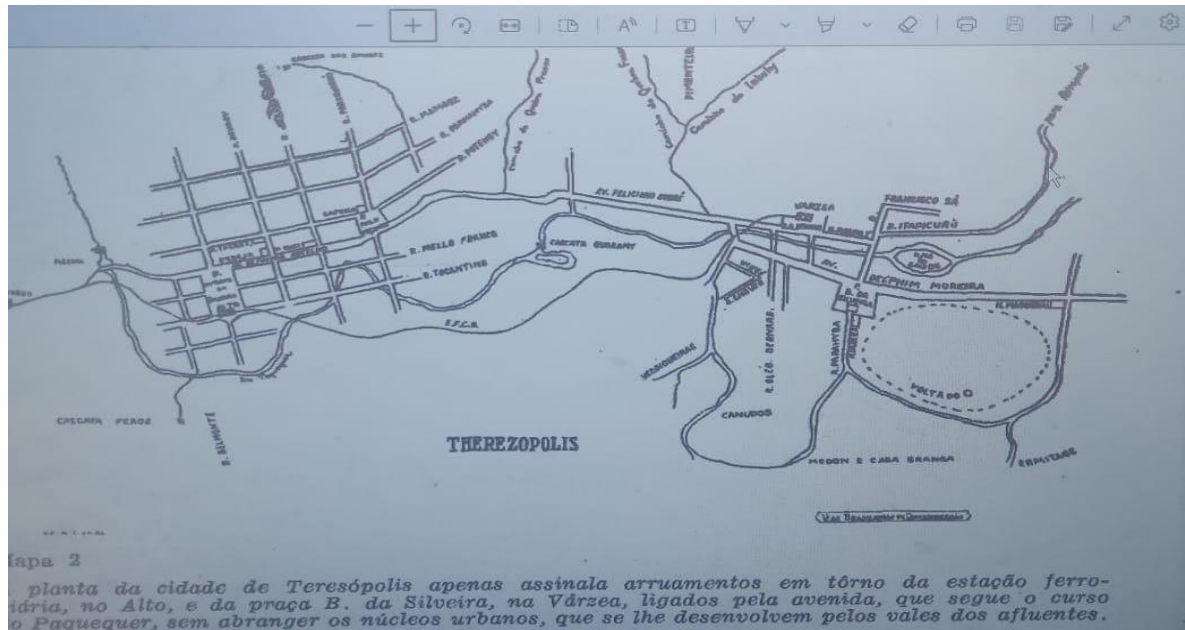


Fonte: Wikipedia [201?].

Nos anos 1940 inicia-se a urbanização planejada, com influência do estilo europeu, como vemos até hoje na rua Parque Regadas e arredores. A partir de 1960, surgiram os edifícios mais altos e foram derrubadas as antigas residências. Em planta e fotografia de Teresópolis de 1947 notamos a presença de poucas ruas em torno da estação ferroviária no Alto e da praça Baltazar da Silveira na Várzea. A rua principal, conhecida como Reta atravessava a cidade e o rio Paquequer não foi considerado pelos planejadores como elemento relevante da paisagem

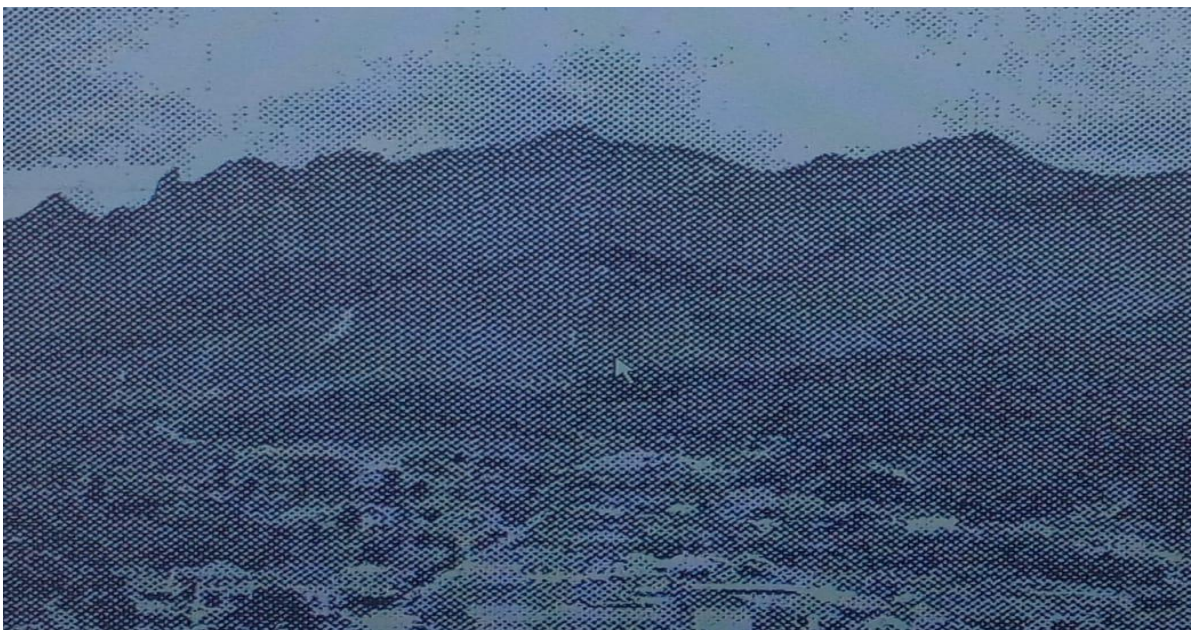
(CORRÊA FILHO, 1947) (Figuras 7 e 8). “[...] os planeadores dos arruamentos de Teresópolis como que desprezaram acintosamente o Paquequer, cujas águas acachoadas não lhes serviram de motivos paisagísticos” (CORRÊA FILHO, 1947, p. 15).

Figura 7 – Planta dos anos 1940 demonstra o aspecto ainda planejado da ocupação de Teresópolis com poucas ruas concentradas no alto e na Várzea



Fonte: Corrêa Filho (1947).

Figura 8 – Visão da Várzea em 1947



Fonte: Corrêa Filho (1947).

O desenvolvimento econômico e a urbanização de Teresópolis iniciaram-se com a implantação da ferrovia e fazem parte do processo de consolidação do sistema capitalista brasileiro em sua parceria com o capital internacional. O desenvolvimento do município insere-se no contexto das forças produtivas e políticas que estavam em curso no final do século XIX e início do século XX. A vinda da estrada de ferro faz parte das relações estabelecidas entre homens de negócio, políticos e proprietários de terras. No caso da concessão da ferrovia vemos o mesmo tipo de parceria entre o estado e os empresários, com a entrega de serviços para a iniciativa privada, que ainda hoje se repetem, como no caso da atual concessão para o uso público no Parque Nacional e da área do saneamento. Interesses privados são assim apresentados como interesses públicos. O primeiro interesse econômico manifestado em Teresópolis ocorreu com a facilitação do transporte entre as riquezas minerais de Minas Gerais e o Rio de Janeiro e depois entre o café produzido no Vale do Paraíba e a capital nacional. A primeira conexão foi feita pelo Socavão, onde está o bairro de Canoas. Depois abriram a estrada pelo Soberbo, passando pela Barreira de Guapimirim. Mas, foi a estrada de ferro que impulsionou o capitalismo na região. O republicanismo brasileiro legitima a ideologia para a liberalização econômica através também das diversas concessões realizadas com excelentes garantias por parte do Estado. Assim, com a mesma lógica do capital, nos anos 1950, a ferrovia é substituída pela rodovia BR-116 (SEDLACEK, 2012). O modelo desenvolvimentista de consolidação do capitalismo periférico brasileiro está inserido na história de Teresópolis e se manifesta nas contradições e desigualdades encontradas no território.

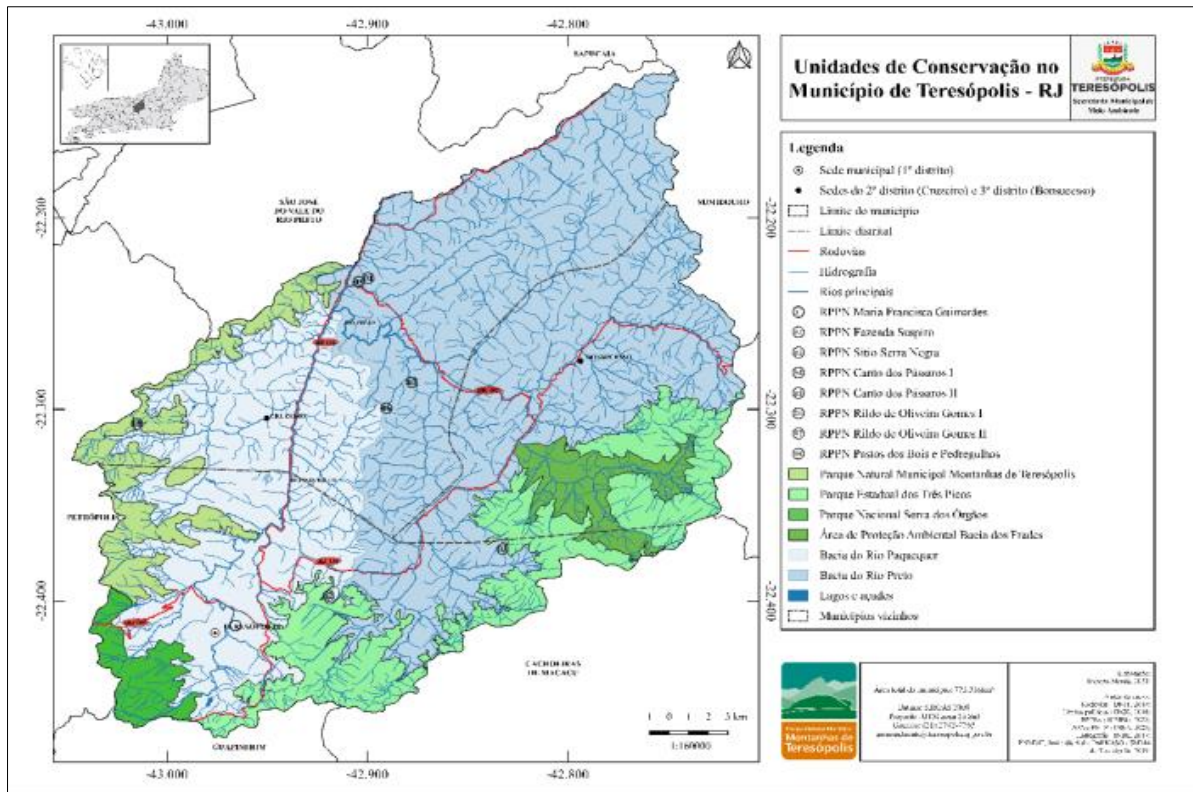
A história de Teresópolis também conta com a implantação do PARNASO, em 1939. O engenheiro do Império, André Pinto Rebouças, defendeu o desenvolvimento do turismo no Brasil, no final do século XIX, usando o modelo norte-americano da abertura de estradas de ferro para viagens turísticas de larga escala que incluía uma ampla infraestrutura de hotéis. Tal fato inspirou a criação de parques no país e a escolha de Teresópolis deu-se por este município apresentar potencial turístico. Na década de 1930 (transição para o Estado Novo) diversas ações ocorreram visando a legislação de proteção à natureza no país e o próprio presidente Getúlio Dornelles Vargas participou e ajudou a organizar a Primeira Conferência de Proteção à Natureza em 1934. Na política de Vargas foram criados os Parques Nacionais de Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos – os primeiros do Brasil. Os irmãos Arnaldo e Carlos Guinle, grandes proprietários de Teresópolis à época e donos do famoso hotel Copacabana Palace, doaram as terras para a sede do parque e, em compensação, investiram nos loteamentos ao redor, como Granja Comary e Granja Guarani (RIBEIRO, 2019). O parque era incentivo para os investimentos imobiliários e o desenvolvimento da hotelaria e do turismo, negócios

incrementados mais ainda com a abertura da rodovia. Corrêa Filho (1947) chama a atenção para os impactos negativos da especulação imobiliária que se observou em Teresópolis na década de 1940.

E quando a cidade se agigantar como lhe promete [...] patentear-se em toda sua magnitude o defeito já então difícil de remediar e, sobretudo, oneroso, em consequência da valorização do terreno, que se altera rapidamente, com o exemplo dos compradores apatacados, que estão investindo quantias consideráveis em aquisições destinadas tanto ao gozo próprio como a futuras transações lucrativas (CORRÊA FILHO, 1947, p. 18).

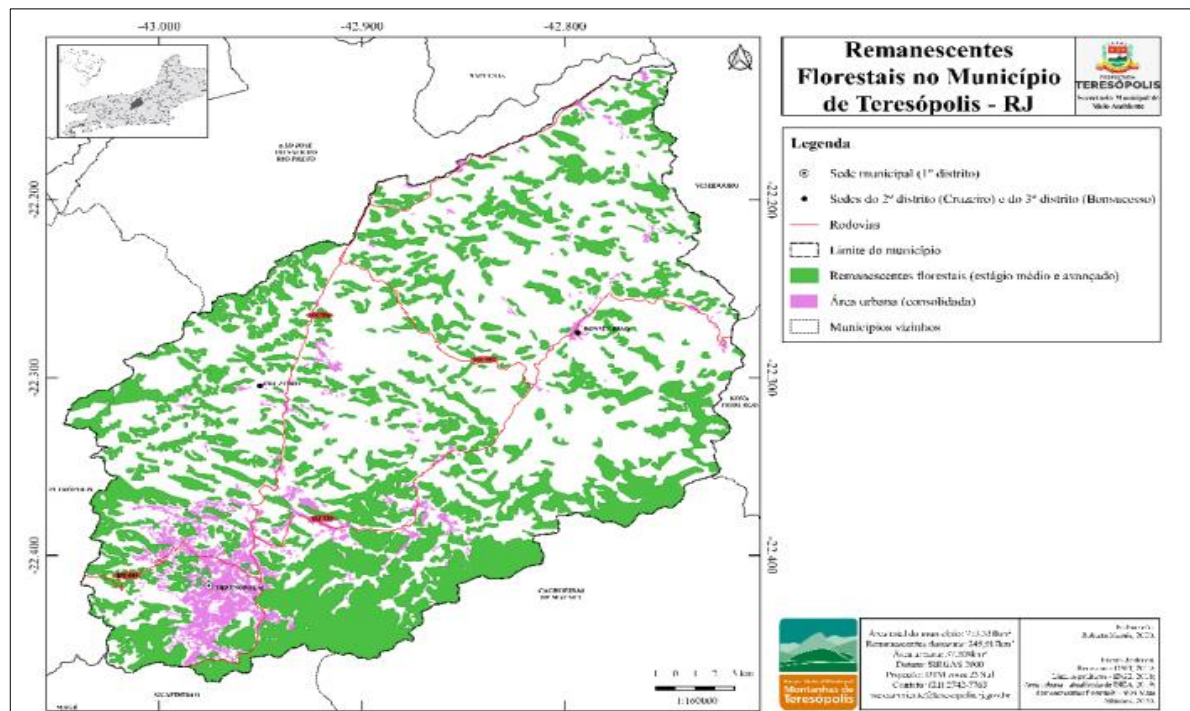
Nas encostas do Primeiro Distrito existem comunidades (ocupações desordenadas) situadas em áreas de risco e diversos acidentes já foram registrados, com destaque para a tragédia de janeiro de 2011. O relevo do Primeiro Distrito é caracterizado por um vale cercado de encostas rochosas com solos rasos. A planície fluvial está densamente urbanizada e parte das encostas ocupadas por comunidades e bairros. A mata ciliar é quase inexistente e a planície fluvial é extremamente degradada ou eivada de construções. Apesar da ocupação densa, ainda existem áreas preservadas com Mata Atlântica em vários estágios. A preservação é devida à existência de importantes áreas protegidas como o PARNASO, o Parque Estadual dos Três Picos (PETP) e o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNMMT), onde nascem os principais afluentes do rio Paquequer. Mananciais e importantes áreas de captações de água encontram-se na parte mais alta e com presença de Mata Atlântica (COSTA et al., 2010) (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2 – Remanescentes de Mata Atlântica em Teresópolis



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresópolis, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (2020, p. 39).

Gráfico 3 – Unidades de conservação no município de Teresópolis



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresópolis, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (2020, p. 37).

O Rio Paquequer nasce dentro do território do PARNASO e encontra-se preservado na parte alta, antes de fazer divisa com o bairro da Granja Guarani na margem esquerda, em que recebe resíduos de residências e pousadas. Ao sair do território do parque e entrar no bairro do Alto começa o intenso processo de degradação.

A cidade de Teresópolis se desenvolveu muito em função dos sítios e mansões de veraneio da elite carioca (RIBEIRO, 2019; SEDLACEK, 2012) e, no bairro do Alto, ainda estão localizadas muitas mansões de famílias abastadas do Rio de Janeiro. Na Várzea (centro), a maior parte dessas mansões foram substituídas por prédios comerciais e residenciais. Esse fato provocou uma concentração e um crescimento da produção de resíduos e o aumento do escoamento superficial. O esgoto das casas e dos prédios, quando não há fossa e filtro, é direcionado para as galerias pluviais ou diretamente para os canais fluviais. Nos bairros afastados do centro predominam os sítios com áreas de terrenos maiores. Muitos também estão sendo transformados em condomínios e blocos de apartamentos, tanto de luxo quanto de moradia de classe média baixa. Teresópolis teve sua origem, portanto, como espaço urbano, sendo uma cidade dividida entre veranista/turista e caseiro/empregado. A partir dos anos 1960, consolidou-se uma classe média composta por cariocas e comerciantes, na maioria imigrantes libaneses e europeus. Hoje, continua crescendo a classe média alta proveniente do Rio de Janeiro, que muda para Teresópolis, procurando segurança e melhor clima, fato intensificado durante a pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, conforme vários depoimentos recolhidos na cidade. Reportagem do caderno Morar Bem do jornal O Globo (G.LAB, 2021) destacou o *boom* imobiliário em Teresópolis em que a opção pela cidade envolve a oferta de terrenos na área central, onde pode-se construir condomínios com áreas verdes e de lazer, a emergência do trabalho em casa e o preço dos imóveis mais baratos do que no Rio de Janeiro, apesar de uma valorização de cerca de 15%.

As comunidades mais pobres, marginalizadas e periféricas, são formadas por filhos e netos de caseiros e de gente desterritorializada do campo pela especulação imobiliária ou por falta de oportunidades, como afirmam os depoimentos de moradores de Santa Cecília. Acontece, também, uma gentrificação com a elitização de algumas áreas que acaba retirando os moradores originais dos bairros da Várzea, no entorno do centro, como Agriões, Ermitage, Araras, Ingá e Taumaturgo, fato também confirmado em vários depoimentos. Compreendemos como gentrificação a transformação do local com o influxo de empresas e residentes mais abastados em que os moradores tradicionais são expulsos. O estilo de vida e os preços tornam-se incompatíveis com as condições econômicas e com a cultura dos habitantes originais. Muitos dos moradores das comunidades mais pobres são migrantes de Minas Gerais e do interior do

estado do Rio de Janeiro, também de origem rural. Nas periferias mais pobres e com menor infraestrutura, como Fonte Santa, a chegada de gente de origem urbana, da Baixada Fluminense, se intensificou a partir da década de 1980.

Na área rural predomina a agricultura familiar desenvolvida em pequenas propriedades, como pode-se verificar em Santa Rita. Muitos são netos de caseiros ou empregados das antigas sesmarias e fazendas do Império, abandonadas por seus proprietários, ou de projetos de assentamento rural. Outros são provenientes do interior do próprio estado do Rio de Janeiro ou classe média e alta da cidade do Rio de Janeiro, que agora investem em atividades agrícolas com produtos agroecológicos ou sofisticados, como a fazenda de orgânicos do ator Marcos Palmeira e os produtores de cogumelos, trutas e queijos gastronômicos, casos que identificamos em Santa Rita e em outras áreas rurais. Estes chamados de neo-rurais, provenientes de classe média e alta da cidade do Rio de Janeiro, provocam um tipo de segregação diante do produtor familiar tradicional (GRAZIANO da SILVA, 2002). Temos, portanto, uma cidade socialmente fragmentada e isso se reflete no território.

A formação territorial de Teresópolis possui assim elementos de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidades provocadas pelo movimento em função da propriedade e da produção (HAESBAERT, 1997). Na cidade, a busca por moradia, geralmente nas áreas de risco e, no campo, a desterritorialização, a gentrificação e a reterritorialização ocorrem em função da chegada dos empreendimentos imobiliários e turísticos ou da agroindústria (ACSELRAD, 2004b). Grandes empresas surgem na área rural para produzirem, embalarem e transportarem hortifrutigranjeiros e atendem diretamente grandes redes de supermercados e restaurantes do Rio de Janeiro, como a JFC.

No saneamento fica aparente o território apartado, formando-se territorialidades diferenciadas. Nos espaços mais pobres, tanto urbanos como rurais, existem resíduos sólidos acumulados, devido à falta de um serviço eficiente de coleta e a cultura de se despejar o “lixo” em terrenos baldios ou na rua e o esgoto correndo a céu aberto nas vias ou nos rios, por ausência de qualquer forma de captura ou tratamento. Estes fatos foram observados nos trabalhos de campo realizados nas três localidades de estudo.

Em nossa pesquisa, nos concentramos em alguns movimentos sociais que atuam em três pontos da bacia do rio Paquequer: Santa Cecília na parte alta, o centro urbano, conhecido como Várzea no trecho médio da bacia e a área rural de Santa Rita no baixo Paquequer. Vamos destacar neste trabalho alguns movimentos sociais objeto do estudo que acreditamos estarem caminhando para a construção de territorialidades socioambientais – nosso eixo: Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), Associação de Moradores e Amigos de Santa Cecília

(AMASC), Grupo de Agroecologia e Turismo Solidário de Santa Rita (GATSSR), PlanejaTerê e RBS. Esses movimentos sociais atuam com atividades independentes e nos diversos conselhos do município e de unidades de conservação que, por sua vez, também podem, através de suas pressões políticas, influenciarem a construção do que estamos chamando de territorialidades socioambientais. Destacamos dois conselhos que influenciam na área ambiental do município: Conselho do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Teresópolis (COMDEMA).

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Em nossa discussão teórica vamos trabalhar os princípios da ecologia política etnográfica e da injustiça ambiental para em seguida desenvolvermos a questão do capital político e das territorialidades. Finalmente, definiremos o conceito de territorialidades socioambientais que é o eixo teórico de nossa discussão. Os aspectos teóricos serão constantemente resgatados ao longo da narrativa, principalmente através da observação, da análise de documentos, dos trabalhos de campo e das entrevistas.

2.1 Ecologia política etnográfica

A degradação da natureza implica na escassez de elementos essenciais para a vida como água, ar limpo e produção de alimentos que possuem, portanto, uma dimensão existencial. O acesso e a distribuição dos recursos naturais vêm provocando conflitos ao longo de toda a história da humanidade. Os conflitos envolvem a incompatibilidade entre os diferentes interesses dos atores sociais e são produtos das condições políticas e históricas. O território é assim consumido pelas atividades econômicas, mas possui vulnerabilidades diante deste processo de apropriação. Conflitos ambientais são iguais a todas as formas tradicionais de conflitos na medida em que são, ao mesmo tempo, políticos, sociais, culturais e historicamente construídos. A diferença é que envolvem um risco ambiental (LIBISZEWSKI, 1992).

O processo industrial-urbano-capitalista é marcado pela necessidade permanente de expansão e de obtenção de lucros em que o socioambiental fica em segundo plano (LEFEBVRE, 2001a). Nas áreas mais pobres há ausência e carência dos serviços básicos como o de saneamento e a segregação leva à formação dos guetos urbanos e provoca vários tipos de degradação: territorial, social e simbólica.

O Estado e a Empresa procuram se apoderar das funções urbanas, assumi-las e assegurar-las ao destruir a forma do urbano [...] A crise da cidade, cujas condições e modalidades são pouco a pouco descobertas, não deixa de se fazer acompanhar por uma crise das instituições na escala da cidade, da jurisdição e da administração urbanas (LEFEBVRE, 2001a, p. 99).

Acontece um processo de identificação de privações, injustiças e desigualdades que conduzem ao confronto e à busca por reconhecimento (HONNETH, 2003). Utilizamos conceitos dos estudos dos conflitos, da ecologia política e da economia ecológica para chegarmos à ecologia política etnográfica.

Nos interessa na ecologia política as relações entre as instituições e a sociedade civil e assim procuramos nos movimentos sociais compreender as origens, as trajetórias, em que territórios atuam e suas relações com outras organizações. Os discursos tornam-se um dos elementos relevantes onde localizamos alguns conceitos, ideologias e chamadas para ações. Identificamos também os múltiplos interesses e os conflitos tanto internos quanto externos. Em alguns momentos há influência do discurso hegemônico que utiliza expressões como desenvolvimento econômico e progresso. O discurso é uma das armas dos dominantes que utilizam muito a mídia e propagam a cultura do consumo. Nos interessa, principalmente, os discursos emancipatórios e de resistência por parte dos movimentos sociais (MACHADO, 2022).

As questões ambientais são políticas e definidas nas relações sociais. Hoje marcadas por uma crise generalizada. A ecologia política vem se debruçando na construção de novas análises sociais e identificando novas formas de solidariedade que estão surgindo em várias comunidades. A ecologia política tem como um dos seus desafios contestar a tecnoburocracia existente e refletir sobre os conceitos de democracia e justiça ambiental, focando-se na questão dos direitos humanos. Desconfiamos que o avanço do capital não vem trazendo benefícios para a maioria da humanidade, especialmente para os trabalhadores, em que a exploração da natureza é muito semelhante à exploração do proletariado. Mas, surgem alternativas ao modelo do avanço do capital e territórios de resistência surgem (ALIMONDA, 2002).

O modelo global de mercado provoca muita insegurança, pobreza e exclusão em que a ecologia política necessita tornar-se mais ativa e conhecida. A principal preocupação é compreendermos como os mecanismos políticos e econômicos geram desequilíbrios socioambientais graves e como isso pode ser modificado.

A passagem da ciência à ecologia política introduz questões que dizem respeito ao sentido do que fazemos, levando a uma série de outras perguntas: em que medida nossa organização social, a maneira como produzimos e consumimos, modifica o meio ambiente? E mais precisamente, como pensar a combinação, a interpenetração, a disposição desses diversos fatores nas ações sobre o meio ambiente? Serão favoráveis os efeitos dessas modificações sobre os indivíduos? Desfavoráveis? A ecologia científica nos diz quais são os efeitos de nossos comportamentos e práticas; ela nos esclarece a respeito do que está em jogo. No entanto, cabe-nos, a nós homens, escolher o modo de desenvolvimento que desejamos, em função de valores que evoluem no curso de debates públicos (LIPIETZ, 2002, p. 22).

Um dos objetivos principais da ecologia política é a compreensão das relações desiguais no acesso e na utilização dos recursos naturais. Os conceitos de injustiça ambiental e a atuação dos movimentos sociais é outra importante preocupação da ecologia política. Trata-se de um campo de pesquisa interdisciplinar e os estudos sociais dos conflitos podem colaborar para a ecologia política e vice-versa. Os conflitos envolvem a incompatibilidade entre os diversos grupos sociais em que ações de coerção, persuasão e gestos arbitrários são manifestados. No caso dos conflitos ambientais incluímos os sistemas ecológicos. Na ecologia política ressaltam-se processos historicamente construídos e geralmente parte-se da escala comunitária. Nos estudos dos conflitos o temporal e espacial é menos importante e as escalas podem ser nacionais e internacionais. A ecologia política desenvolveu-se muito nos anos 1980 utilizando-se da economia política e da ecologia cultural. Através de uma articulação entre o ambiental, o econômico e o cultural desenvolvemos a ecologia política na qual os conflitos ecológicos distributivos merecem destaque (GAVIRATI, 2019).

A ecologia política geralmente é menos universalizante e determinista do que as ciências políticas do estudo dos conflitos, devido principalmente a sua metodologia etnográfica [...] a economia política não envolve apenas o conflito como uma incompatibilidade entre usuários dos recursos naturais, mas como um processo proveniente de relações de poder desiguais (LE BILLON; DUFFY; 2018, p. 241-242).

Os estudos de conflitos intensificaram-se nos anos 1950, muito preocupados com a paz mundial e com a resolução dos próprios conflitos mundialmente emergentes. A ecologia política aproxima-se da dialética marxista e das teorias sobre colonialismo e neocolonialismo. Assim a ecologia política inclui temas como racismo, gênero, privatização, participação e classes sociais e os movimentos sociais são enfatizados. A economia política tenta explicar os meios de repressão e resistência e a justiça social é um tema principal. Acontece, portanto, uma ambientalização dos conflitos e uma politização do meio ambiente (LOPES, 2006). Os estudos dos conflitos podem colaborar muito para a ecologia política, com suas metodologias e teorias sobre conflitos, e a perspectiva etnográfica e histórica da ecologia política contribui para os estudos dos conflitos. A história e a identidade dos marginalizados, enfatizada na economia política, é de extrema importância na compreensão dos processos que geram os conflitos maiores.

A observação participante e a pesquisa ativa dos movimentos socioambientais são muito comuns na ecologia política e importante para a construção da confiança, da responsabilidade e do compromisso do pesquisador diante das disputas (LE BILLON; DUFFY, 2018, p. 246).

Através dos conflitos socioambientais as comunidades consolidam suas identidades e seus laços sociais, incluindo aspectos econômicos e culturais e envolvem empresas particulares e as políticas públicas. Assim a ecologia política não está interessada na resolução dos conflitos, mas nos processos emancipatórios que são produtos da distribuição injusta dos recursos do território e das relações sociedade/natureza. A disputa revela as características sociais, econômicas, culturais e políticas dos diversos grupos sociais envolvidos, através das práticas e dos discursos (LE BILLON, 2015).

Consideramos, portanto, que as relações entre seres humanos e natureza se constituem através de relações de poder e os conflitos ambientais se apresentam como uma crise de nossa civilização – uma crise do modelo econômico, tecnológico e cultural que degrada a natureza, agride culturas tradicionais e privilegia um modelo de produção e um estilo de vida insustentáveis e a crise ecológica e social que vivenciamos não pode ser estudada separada dos movimentos sociais. A crise civilizatória tornou-se um dos objetos de estudo das ciências sociais e o projeto moderno tornou-se assunto central da ecologia política (GAVIRATI, 2019).

A ecologia política geralmente defende que a origem dos conflitos está no próprio sistema econômico e político e destaca assim o potencial emancipatório das comunidades organizadas. Trabalha, portanto, com a perspectiva crítica da economia política e os conflitos socioambientais demonstram que a situação de injustiças tem uma resposta dos movimentos sociais, que se articulam através de várias formas de resistência. Os movimentos por justiça enfrentam grandes grupos econômicos que se apropriam do território em oposição aos interesses de grupos sociais com menor capital político. O estado assume uma posição geralmente a favor dos grupos econômicos mais poderosos ou simplesmente omite. Além do estado, há um discurso que trabalha valores a favor do chamado progresso econômico, presente na mídia. Existem também contradições dentro das próprias comunidades em que algumas pessoas assumem o modelo e o discurso hegemônico. O poder público abre caminho para os empreendimentos, nega transparência e distorce informações e os instrumentos de ordenamento territorial, como os planos diretor, de saneamento, de resíduos sólidos e outros também são ignorados ou elaborados a favor dos interesses de certos grupos. Os discursos dos grupos econômicos e do poder público muitas vezes criam esperanças de emprego e desenvolvimento econômico que geralmente não são totalmente cumpridos e cria-se uma banalização da esperança (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021).

Identificamos a existência de um conflito entre as diversas racionalidades, provocado, principalmente, pela inserção do país na globalização contemporânea, acentuado com a atual liberalização econômica. A ecologia política surge como uma das formas de se criticar a

sociedade industrial e enfatizar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Muitos ecologistas foram chamados de românticos, ingênuos e contrários ao progresso. Do outro lado, desenvolveu-se a tese de que soluções técnicas poderiam resolver as questões ambientais. Tudo isto acompanhado de um contexto internacional que surgiu com o fim da Guerra Fria, a queda do socialismo e a ascensão da globalização econômica. Temos ainda o mercado internacional se tornando regulador de políticas sociais e ambientais. As próprias agências de cooperação internacional e o Banco Mundial começaram a utilizar termos como participação, parceria e empoderamento. Com o discurso de capacitar a população, respeitar os direitos humanos e de transparência. As Organizações não Governamentais (ONGs) acabam sendo chamadas para coordenar estas práticas junto com a sociedade civil organizada. Muito longe, entretanto, do autêntico discurso democrático e sustentável reivindicado pelos movimentos sociais. Cria-se, portanto, uma nova configuração das políticas ambientais. Acrescenta-se às políticas internacionais instrumentos como comércio de carbono e certificados de produtos ecologicamente corretos. Tudo isso, entretanto, não reverteu o aumento da degradação ambiental e a espoliação social. A natureza fica assim convertida em apenas uma variável que não deve impedir o desenvolvimento, como algo passível de negociação. Surge até os peritos técnicos para a resolução de conflitos como parte das instituições públicas e privadas, fortalecendo o princípio de que o mercado é capaz de resolver os problemas da degradação ambiental.

Ao contrário de tudo isso, surgiu o princípio da justiça ambiental presente em Alier (2012) que analisa a distribuição do espaço, os direitos territoriais e os significados culturais. Os projetos presentes no território, como a especulação imobiliária e os agronegócios são geradores de conflitos e provocam riscos principalmente para os mais vulneráveis. No entanto, os excluídos vêm se organizando em diversos movimentos sociais e apresentam outros projetos de vida e de convivência com o meio ambiente. Vemos assim o surgimento do Ambientalismo dos Pobres (ALIER, 2012). As culturas locais revelam que são capazes de preservar o meio ambiente e que possuem uma construção histórica do uso do território. Enfatizamos no processo de apropriação do território algumas consequências como a desterritorialização e o avanço do agronegócio provocando impactos para as populações locais e o fortalecimento do sistema mundial de produção de mercadorias (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2007). Alguns movimentos surgem como os que trabalhamos nesta narrativa e alternativas produtivas urbanas, agrícolas e artesanais se desenvolvem.

O crescimento econômico, portanto, necessariamente gera conflitos em que os pobres vendem sua saúde e seus territórios muito baratos. “Os pobres vendem barato não por opção,

mas por falta de poder” (ALIER, 2012, p. 58). O autor afirma que o crescimento econômico é incompatível com a conservação dos recursos naturais e com a justiça social. Políticos e técnicos tentam justificar um empreendimento usando como argumento o crescimento econômico e a geração de empregos. No entanto, as opiniões da população local, que vai ser deslocada ou vai perder sua atividade tradicional, são muito mais convincentes do ponto de vista da justiça social e da proteção ambiental.

A ecologia política etnográfica tornou-se uma importante área das ciências sociais e combina uma multiplicidade de relações entre sociedade e natureza, com ênfase na economia ecológica e política e nas relações de poder. Neste campo de pesquisa nos interessam os processos históricos, as transformações e adaptações territoriais e a disputa por recursos naturais. Fato que geralmente provoca situações de conflitos. LITTLE (1999) aponta três tipos de abordagens para lidarmos com os conflitos socioambientais: antropologia da advocacia, antropologia das partes interessadas (*stakeholder*) e ecologia política etnográfica. Na antropologia da advocacia o investigador torna-se um militante na defesa de um determinado grupo. O autor descreve algumas limitações para este tipo de abordagem e uma delas é a concentração em apenas um ponto de vista do conflito. Fato que, segundo Little (1999), prejudica a revelação da complexidade de forças e interesses presentes. A visão *stakeholder* está muito presente em alguns grupos de ambientalistas de classe média e baseia-se no princípio de resolução de conflitos e estratégias de consenso. Coloca assim todos os atores envolvidos na mesma plataforma social. Esta posição *stakeholder* está ideologicamente comprometida com os poderosos (LITTLE, 1999).

A ecologia política etnográfica vai muito além das aproximações anteriores. Nesta categoria de investigação científica a prioridade é a geração de conhecimento. Fato que não elimina compromissos políticos e envolvimento. Não é também um retorno à ciência objetiva e permite a posição participante do pesquisador. O alvo é transformar os conflitos socioambientais em conhecimento político e problemas sociais em trabalho acadêmico. O pesquisador procura assim compreender fatos políticos e as ações dos atores sociais no cenário político e revela as relações de poder numa escala social e ambiental. Os resultados podem contribuir para a construção de novas e mais eficientes estratégias políticas para estes grupos menos favorecidos (LITTLE, 1999). Chegamos então nos princípios da ecologia política etnográfica (Tabela 6).

A etnografia política, difere da etnografia tradicional em alguns aspectos chave. Primeiro, não se trata de uma descrição de modos de vida de uma cultura específica, mas tem como objeto principal o estudo de conflitos ambientais e suas múltiplas interações entre sociedade e natureza. Segundo, não se foca num grupo social específico, mas numa multiplicidade de grupos. Terceiro, a escala geográfica não fica limitada a dilemas locais e incorpora várias escalas sociais. Finalmente, enquanto a etnografia tradicional dedica geralmente um capítulo para descrever o habitat de um determinado grupo social estudado, na ecologia política etnográfica o ambiente biofísico é um elemento crucial e requer atenção especial e as dinâmicas e as relações sociais e entre sociedade e natureza, presentes nos conflitos, devem ser destacadas (LITTLE, 1999, p. 4).

Tabela 6 – Princípios e características da ecologia política etnográfica

Abordagens	Características
Conflitos ambientais	Políticas, formação social e cultural, construção histórica e riscos ambientais
Injustiças socioambientais	Busca por reconhecimento
Economia política	Injustiças socioambientais, atuação dos movimentos sociais, ambientalização dos conflitos e politização do meio ambiente
Contradições dos modos de produção	Geração de conflitos e resistências: “Ambientalismo dos pobres”
Economia ecológica	Novos caminhos para a política ambiental e direitos das comunidades
Ecologia política etnográfica	Sociedade, natureza, economia política e ecológica, relações de poder, processos históricos, disputas por recursos naturais e conflitos gerados

Fonte: O autor, 2022.

2.2 Injustiça ambiental

A injustiça ambiental ocorre quando os mais pobres vivem nas áreas de maior risco ambiental e têm menor acesso aos recursos e serviços (ALIER, 2012). Habitam próximos à deposição de resíduos, nas encostas, nas beiras dos rios, com carência de saneamento básico: sem acesso à água, tratamento de esgoto, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos e controle de drenagem e erosão, fatos presentes em nossas áreas de estudo. Estão, assim, mais vulneráveis às doenças e aos desastres e possuem menor participação política. O risco ambiental se associa com o preconceito de classe e racial (SOUZA, 2015) e a vulnerabilidade ambiental é fruto das desigualdades sociais.

As questões ambientais vêm sendo tocadas predominantemente em movimentos de classe média em que o assunto de justiça social não tem sido prioritário. No entanto, estamos assistindo uma transformação importante em que os movimentos sociais da classe trabalhadora

estão englobando as questões ambientais e forjando o que denominamos de territorialidades socioambientais. Esta junção ocorreu nas comunidades operárias dos Estados Unidos, a partir dos anos 1980, que realizavam denúncias contra depósitos de lixo tóxico nas proximidades de suas residências. Grupos ativistas afrodescendentes e de latinos reivindicavam democracia na distribuição dos riscos ambientais e criticavam os movimentos ambientalistas de classe média que não focaram na questão da injustiça ambiental. Trata-se, também, de uma resposta à afirmação que muitos ambientalistas assumem ao dizerem que os problemas ambientais não interessam aos pobres. Pelo contrário, a pobreza, a contaminação, a proliferação de doenças e a falta de trabalho digno foram os motores do ambientalismo popular tratando problemas historicamente construídos pela expansão capitalista (BULLARD, 2003). Em uma de nossas áreas de estudo, a comunidade de Santa Cecília, podemos observar o racismo ambiental enfatizado por BULLARD (2003), que é uma forma clara da injustiça ambiental como bem enfatizado no texto a seguir:

A participação ativa dos moradores nas ações, requerimentos, denúncias feitas por meio da associação são um passo para a modificação do território. Entretanto, a discussão sobre o recorte racial neste contexto ainda não é de fato considerada. Então, diante do exposto, se os moradores da comunidade percebem a prevalência de pretos e pardos nas partes mais precárias do bairro, por qual razão esta questão ainda não é levantada nas ações cotidianas? Será que quem se percebe pardo, o faz para isolar-se da discussão do racismo ambiental? Racismo ambiental seria de fato uma das injustiças ambientais? Ou seria redundante as duas expressões num mesmo contexto? (COELHO, J. A.; FORTUNATO, 2021, p. 92).

A bacia do rio Paquequer reflete os conceitos de injustiça ambiental, dado que várias comunidades são menos favorecidas com os serviços de abastecimento de água e esgoto e sofrem com os deslizamentos e as enchentes, como ficou demonstrado na tragédia de janeiro de 2011, quando Teresópolis e mais quatro municípios da Região Serrana do Rio de Janeiro foram atingidos, com quase mil mortos e centenas de desabrigados.

Quando falamos de injustiça ambiental e a busca por organização através de movimentos sociais não podemos deixar de mencionar os seringueiros do Acre nos anos 1980.

Estavam destinados pelas estruturas históricas a ser seringueiros-fósseis de antigos ciclos extrativos, reservas de mão-de-obra ocupando vicariamente terras à espera de valorização, até a chegada de um novo ciclo econômico que os expulsaria definitivamente da terra para os subúrbios das novas cidades no estado do Acre. Em vez disso, conquistaram não apenas direitos coletivos à terra, mas também a possibilidade de, sem deixar de ser seringueiros, se tornar antes de tudo cidadãos, políticos, gerentes de associação, professores e pesquisadores (ALMEIDA, M. W. B., 2004, p. 48-49).

Assim, grupos sociais, como o movimento liderado por Chico Mendes no Acre, levantam questões ambientais importantes e se organizam pela cidadania, podendo o resultado ser a transformação no território. Estas mudanças no espaço geográfico chamamos de territorialidades socioambientais, tendo em vista que representam mudanças estruturais e rompimentos com continuidades do poder econômico hegemônico.

A “ecologização” de movimentos sociais no mundo inteiro na década de 1980 foi, em certo sentido, resultado de processos estruturais amplos. Mas por que esse processo eclodiu justamente no Acre? Ou melhor, por que a conjuntura foi utilizada nesse pequeno estado, e ali deu origem às primeiras terras coletivamente apropriadas por populações da floresta? É nesse espaço de subdeterminação que tem lugar a margem de liberdade que amplia o horizonte do possível e que se materializou nas trajetórias de Chico Ginu, Antônio Macedo e Chico Mendes (ALMEIDA, M. W. B., 2004, p. 49).

O conceito de Direito à Cidade foi desenvolvido por LEFEBVRE (2001b) e retrabalhado por vários autores. Nos espaços urbanos vários atores sociais são forçados a viver e materializar no território um reflexo da própria sociedade. De acordo com o conceito de Direito à Cidade, o tipo de espaço geográfico que desejamos para as cidades, envolve o tipo de sociedade que queremos e reinventar a cidade requer uma força coletiva para a transformação social. As cidades vêm provocando extremos: consumismo exagerado, concentração de riquezas, favelas, poluição e o chamado Direito à Cidade envolve um sistema de poder, presente no próprio processo de urbanização. As cidades foram construídas com os recursos da concentração de excedentes da produção capitalista e, portanto, o aumento da curva de urbanização do planeta foi acompanhado pelo desenvolvimento do capitalismo e nas áreas urbanas as contradições e os conflitos se concentraram ainda mais (HARVEY, 2012).

Projetos de reforma urbana e de saneamento são promovidos para aquecer a economia, cada vez mais privatizados ou terceirizados. No entanto, a prosperidade dentro da lógica deste sistema não é para todos e, assim, aumentam os conflitos. Agravados ainda mais com o modelo neoliberal de desregulação do mercado e a retirada dos direitos trabalhistas. No meio de espaços altamente empobrecidos e degradados das cidades grandes e médias, emergem bairros ricos com construções contemporâneas, seguindo um estilo pós-moderno internacional, aquecendo a construção civil e o mercado imobiliário que produzem injustiças sociais, gentrificação, desigualdades territoriais, aumento dos resíduos e poluição. Estes empreendimentos contam com o mercado financeiro aquecido a partir dos anos 1980. Fato que aumenta o risco das crises financeiras que acontecem em curtos períodos de tempo. Processos que afastam os pobres para áreas mais distantes e com menos serviços básicos e que tornam os bairros centrais mais

valorizados. Assim, uma classe conquista as melhores áreas e os pobres habitam as zonas de maior risco social e ambiental e vivemos, portanto, em cidades partidas (HARVEY, 2012).

O Brasil conta com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) – organização que promove vários mapeamentos de situações que caracterizam a injustiça ambiental no país. Foi criada em 2011 na Universidade Federal Fluminense (UFF) no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania. O movimento está diretamente ligado aos outros movimentos sociais que já atuam no espaço geográfico e são diretamente afetados por danos ambientais como os trabalhadores rurais, as comunidades urbanas organizadas e oprimidas, as lutas contra os agrotóxicos e as populações tradicionais atingidas pela construção de barragens hidroelétricas e pela indústria do petróleo.

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das forças sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004a, p. 26).

A Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) realizaram um mapeamento dos conflitos ambientais no Brasil para a RBJA com dados de 2002 a 2011. O objetivo foi identificar os principais grupos atingidos pela injustiça ambiental e os promotores desta injustiça. Fatos que revelam o modelo desenvolvimentista periférico do país e também aspectos do modelo global. O mapa apontou fatores políticos, econômicos, tecnológicos e simbólicos e o conhecimento dos conflitos enfrentados por diferentes grupos sociais auxilia na articulação dos movimentos.

As injustiças estão inseridas em várias etapas da corrente produtiva e algumas situações de injustiças socioambientais são invisíveis para grande parte da população e acabam sendo revelados justamente através dos conflitos políticos (ROCHA et al., 2018). Tecnologias como o Sistema de Informações Geográficas (SIG) e a internet servem como aliadas do mapeamento e das articulações políticas. Em nossa pesquisa identificamos como principais geradores de conflitos a especulação imobiliária, a criação de zonas de sacrifício como o lixão do bairro do Fischer, a poluição, os agrotóxicos e a problemática do saneamento, com destaque para a drenagem com deslizamentos e enchentes.

A análise dos conflitos ambientais no Brasil demonstra as diversas dimensões relacionadas com direitos humanos: a propriedade e o uso da terra, a exploração de terras comuns nos territórios comunitários, o poder para definir regras para o acesso, limites e usos da natureza, procedimentos legais e administrativos que regulam o uso do território e sua gestão, a legitimidade de concepções e discursos sobre a relação e as representatividades da natureza e os impactos provocados pela degradação dos ecossistemas. Todos provocam impactos na saúde humana (ROCHA et al., 2018, p. 7).

O território se torna mero suporte para os lucros e para o fornecimento de recursos para a indústria e o consumo. As populações tradicionais, por sua vez, dependem deste ambiente preservado para a sua sobrevivência onde sempre viveram. A conquista por justiça socioambiental implica na integração entre gente e território onde o inimigo comum é o capital. A lógica do mercado e do capital promove o desaparecimento de ecossistemas, etnias e tradições culturais. Necessariamente, estamos falando de conflitos onde os grandes empreendimentos batem de frente com as populações que já estão estabelecidas no território com uma história construída e um estilo de vida consolidado. Diminuir a degradação ambiental significa atentarmos para os movimentos sociais (LEROY, 2011). A questão ambiental é uma nova fonte legítima para tratarmos os conflitos sociais.

Os conflitos ambientais são um objeto científico difícil e complexo. Não se reduzem apenas às formas de adaptação das pessoas ao meio. Existem conteúdos políticos relevantes que envolvem as formas sociais presentes no território. São tensões do processo de reprodução presentes nos modelos de desenvolvimento e suas contradições. Atuando em todos os espaços geográficos – de povos tradicionais ou urbanos. As questões ambientais são altamente complexas e um campo de manifestação social, com uma configuração de relações e posições na estrutura de distribuição do poder. Campos historicamente construídos e sujeitos a mudanças. Os processos históricos definem as estruturas objetivas e subjetivas e posições no espaço social (ACSELRAD, 2004b). As ações simbólicas envolvem a valorização e a desvalorização de tipos de capital e as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais. Provocando desigualdades sociopolíticas. Temos, portanto, que estudar os espaços simbólicos onde desenvolvem-se os conflitos ambientais. O sistema procura regular os conflitos e legitimar acordos, mas nem sempre com sucesso. Geralmente gerando novos embates. Todo conflito ambiental tem assim um tipo de capital em jogo, formando-se uma distribuição de poder sobre os territórios e seus recursos. A própria definição de sustentabilidade se torna um conflito entre esferas de poder. As empresas chamam de sustentabilidade o que definem como modernização da gestão ecológica e eficiência técnica. Mas, o que predomina e se reproduz são as desigualdades ambientais, onde os grupos de baixa renda ficam com os maiores custos ambientais e com menor direito à voz.

No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse de espécies de poder/capital específicos que os caracterizam (ACSELRAD, 2004b, p. 19).

Estado e discursos científicos muitas vezes procuram despolitizar as questões socioambientais. O estado geralmente integra-se aos interesses do capital e prepara territórios para isso e os discursos científicos muitas vezes legitimam tais práticas, despolitizando a questão. A própria distribuição de capital social e material é extremamente desigual. Configura-se então a capacidade diferencial de poder sobre o acesso aos recursos como terra fértil, fontes de água e vantagens locacionais em geral. Existe também a diferença entre os marcos regulatórios e os recursos econômicos.

Os conflitos ambientais se manifestam na apropriação material e simbólica. São lutas sociais econômicas e políticas pela apropriação de capital e a luta simbólica legítima ou deslegítima a distribuição de poder. Assim acontece a luta pelos recursos hídricos por exemplo: entre os povos ribeirinhos e os projetos de hidroelétricas. Assim acontecem os “empates” dos seringueiros na Amazônia.

Assistimos, principalmente a partir da Conferência do Rio de 1992, um discurso empresarial e político a favor da chamada economia verde. No entanto, não há consenso sobre esse tipo de abordagem econômica e muitos contestam sua eficácia. A partir da aguda crise ambiental que atinge todo o planeta, desde meados dos anos 1970, as grandes corporações, as empresas em geral e até o mercado financeiro vem incluindo as questões ambientais em suas agendas, gestão e, principalmente, marketing. Surgiu assim o conceito de economia verde e outros tipos de ambientalização no discurso do próprio mercado.

Em 2009, uma rede de articulação de movimentos sociais, povos tradicionais, sindicatos, ONGs e pesquisadores criou o chamado Grupo Carta de Belém com o objetivo de enfrentarem a crise ambiental e climática de forma crítica e de combate às chamadas falsas soluções de mercado e aos denominados processos de financeirização da natureza apontados pela economia verde. Foi uma resposta direta ao seminário realizado em Belém no mesmo ano para implantação da proposta internacional conhecida como Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). De acordo com o manifesto, os mecanismos de mercado, como instrumentos para reduzir as emissões de carbono, não são capazes de assumir responsabilidade sobre a vida do planeta. O mercado mundial de CO² é considerado mais um tipo de investimento do capital financeiro que não rompe com o modelo de produção e consumo atuais. De acordo com o movimento, são os mesmos princípios que atuaram na colonização

com a degradação ambiental e as ameaças às culturas tradicionais que continuam em jogo. A Carta de Belém aponta para a necessidade de um novo modelo de produção, distribuição e consumo, baseado na agroecologia, na economia solidária e numa matriz energética diversificada e descentralizada que garanta a segurança alimentar (CARTA DE BELÉM, 2009).

Na Cúpula dos Povos, durante a Rio+20, foi elaborado um documento conhecido como Dossiê do Acre, também criticando os mercadores da natureza. Trata-se de uma crítica à chamada economia verde, que foi o ponto principal da Rio+20. De acordo com o documento, a mercantilização da natureza acaba provocando o aumento da degradação, conflitos territoriais e concentração de renda e o projeto de valorização da natureza vai ao encontro com as estratégias do Banco Mundial e de outros organismos internacionais. O Dossiê do Acre relata que as chuvas que provocaram enormes danos sociais no estado em 2012 tiveram o mesmo volume das tempestades do passado, características da região. O problema, portanto, foi a concentração da população de baixa renda nas áreas de risco. Podemos fazer uma comparação com a realidade da Região Serrana do Rio de Janeiro, em que chuvas torrenciais no verão são típicas de nosso clima, mas a partir da ocupação urbana, causam desastres socioambientais, com destaque para a tragédia de janeiro de 2011. O problema é a ocupação das encostas e da beira dos canais fluviais, provocada por desigualdades sociais e territoriais, em que a população mais pobre não tem opções melhores de moradia. Além disso, a especulação imobiliária e a extensão de uma agricultura altamente industrial e comercial provocam desmatamento e a ocupação imprópria e desigual do solo. O dossiê ainda afirma que na capital do Acre, Rio Branco, os esgotos continuam sendo lançados nos rios e a coleta de lixo não abrange as periferias da cidade, assim como ocorre na Região Serrana Fluminense. Temos a premissa que defesa ambiental e injustiça social formam um conjunto só. As injustiças ambientais geram conflitos e consequentemente os movimentos sociais organizam formas de resistência que ficaram muito evidentes ao longo de nossa pesquisa (Tabela 7).

Tabela 7 – Injustiça ambiental e formas de resistência

Injustiça Ambiental	Formas de Resistência
Mais pobres estão próximos das áreas de maior risco e possuem menor acesso aos recursos e serviços	Exigência por mudanças estruturais
Mais pobres são mais vulneráveis aos desastres	Rompimentos com o poder econômico
Mais pobres possuem menor voz e participação política	Força coletiva para transformar os territórios (movimentos sociais)
Falsas soluções de mercado surgem	Luta simbólica
Geração de conflitos	Construção de novas territorialidades

Fonte: O autor, 2022.

2.3 Dinâmicas territoriais

O processo industrial-urbano-capitalista é marcado pela necessidade permanente de expansão e de obtenção de lucros em que as questões socioambientais ficam em segundo plano (ACSELRAD, 2004b; HAESBAERT, 1997, 2016; LEFEBVRE, 2001b). Nas áreas mais pobres da bacia do rio Paquequer há ausência e carência dos serviços de saneamento e a segregação leva à formação dos guetos urbanos e rurais e provoca vários tipos de degradação: territorial, social e simbólica. Acontece, portanto, um processo de identificação de privações, injustiças e desigualdades que conduzem ao confronto.

O período em que vivemos é altamente fragmentado e podemos comparar esses fragmentos ao que a autora chama de manchas com composições diferentes que se manifestam no território como, as plantações, as aglomerações urbanas e os complexos industriais. Cada mancha dessas merece uma investigação antropológica, geográfica, biológica, histórica. Tsing (2021) aponta quatro programas historicamente construídos que transformaram definitivamente terra, água e solo num determinado território: invasão, império, capital e aceleração.

Ao longo das últimas décadas, assistimos à aceleração de vários processos que eram lentos, como as enormes transformações no transporte e nos meios de comunicação ou na própria produção agrícola. Invasão, império, capital e aceleração são os detonadores do período que vai da colonização até a pós-revolução industrial, ativados por eventos históricos, mas todos de alguma maneira manifestados no presente e localizados no território (TSING, 2021).

Podemos identificar alguns momentos históricos que provocaram manchas (TSING, 2021) no território da bacia do rio Paquequer e que se manifestam sobrepostos no tempo e no espaço. O período denominado de invasão pode referir-se à chegada dos europeus no século XVI, às pequenas aldeias quilombolas de escravos fugitivos do recôncavo da baía da Guanabara nos séculos XVII e XVIII, à instalação da fazenda de um escravagista inglês no século XIX ou à classe média alta do Rio de Janeiro que chega agora na área urbana e rural afastando-se da cidade grande. O ciclo do ouro que provocou a abertura do caminho entre a capital e Minas Gerais é característico do programa chamado de império, mas foi o que causou a primeira povoação e, portanto, acelerou a ocupação do vale do Paquequer e abriu espaço para o período apontado como capital. O período de inserção da região no capitalismo periférico iniciou-se com a ferrovia e continua até hoje, com acelerações, como foi a transformação da cidade em estância de veraneio para a elite do Rio de Janeiro no início do século XX e a privatização que acontece hoje de serviços públicos como as diversas concessões em andamento. Acontecem, portanto, períodos mais lentos e mais acelerados, mais intensos e de menor impacto, simultâneos e sobrepostos. Uma multiplicidade de programas (TSING, 2021) manifesta-se simultaneamente nas territorialidades contemporâneas. O fato é que este processo gera injustiça ambiental, multiterritorialidades e conflitos.

2.4 Movimentos sociais e territorialidades

Os movimentos sociais em conjunto com a formação de identidades criam as possibilidades para a construção de relações de cooperação e solidariedade contra as desigualdades. Trabalham na direção da autogestão e da auto-organização do território. Os movimentos sociais são compreendidos como processos de cooperação, solidariedade e participação. Trata-se do aproveitamento das energias formadas pelas próprias contradições provocadas pelas diversas injustiças socioambientais, uma sinergia de uma pluralidade de sujeitos em busca de inovações políticas e de tecnologias sociais alternativas e acontece uma renovação das próprias identidades a partir do território. A busca por autonomia é um processo cultural e político. Tratam-se, portanto, de processos endógenos como enfrentamento de diversas forças externas (SAQUET, 2021).

Provavelmente, a Comuna de Paris de 1871 foi o primeiro grande exemplo de influência de movimentos sociais modernos sobre o território que alcançou algum êxito. David Harvey

em suas entrevistas, afirma que apenas 1% da população de Nova York concentra quase toda a renda da cidade. Assim o geógrafo chama a atenção que “[...] não há opção para os 99% a não ser ocupar os parques, praças e ruas das cidades até que suas opiniões sejam ouvidas” (SILVA, 2014: p. 129). A participação social nos territórios é um desafio importante para o cientista social, diante da complexidade do tema e de sua problemática. O território é um espaço em que indivíduos e grupos sociais estão em constante “[...] interação, conflitos e disputas” (SAQUET, 2014, p. 13).

A noção de hegemonia foi criada para explicar as diversas configurações sociais, conceito muito trabalhado por autores como Gramsci que defendeu a centralidade das superestruturas nas sociedades e a relevância da cultura. Fato que provoca um papel central para a sociedade civil. A hegemonia envolve a construção de uma nova concepção do mundo, além de força política. Temos que enfrentar assim um comportamento muito comum, que é a dos próprios subordinados adotarem a concepção de mundo do dominante, provocado, principalmente, pela falta do desenvolvimento de uma consciência crítica. O grande desafio para os chamados intelectuais orgânicos é a possibilidade de desenvolverem, junto com as massas, uma nova teoria e prática que, por sua vez, também será hegemônica. Este é um dos motivos pelo qual a classe dominante preocupa-se tanto com o monopólio intelectual e ideológico, através, principalmente, dos meios de comunicação de massa. As massas precisam, portanto, se inserirem ao máximo na vida política. A consciência de classe é uma dificuldade numa sociedade capitalista extremamente fragmentada (ALVES, 2010). Além disso, o social é simbolicamente definido e o objeto passa a só ganhar sentido através do discurso.

Na direção de uma democracia plural, conflitos aparecem e são necessários e todo consenso vai partir de uma articulação, sendo o objetivo principal a construção de uma democracia. Desta forma, construímos territorialidades não convencionais e como resposta às formas conservadoras de organização do espaço geográfico. Neste tipo de ordenamento territorial a composição é representada pelo esforço coletivo dos movimentos sociais de solidariedade e de cooperação, ao contrário de uma formação territorial comprometida com o poder econômico e autoritário realizado por uma política centralizada. Todo território está relacionado a uma racionalidade específica e a racionalidade predominante é a visão do território como fonte de recursos e lucros. A racionalidade dos movimentos sociais, em oposição, surge do espaço vivido e simbolicamente apropriado pelas comunidades, que vai, portanto, muito além do interesse econômico (COELHO NETO, A. S., 2014). Em Teresópolis, como descrevemos neste trabalho, o território foi constituído e continua a obedecer à

racionalidade de ordenamento do capitalismo periférico. Fato que necessariamente gera contradições e conflitos, que os movimentos sociais enfrentam, apesar do fraco capital político.

Queremos nos referir a uma gama variada de modalidade organizativas da sociedade civil que se apropria da noção de redes como estratégias de comunicação e empoderamento da sociedade civil, propiciando a articulação política desses atores sociais na contemporaneidade, sejam como atores de resistência ou como propositores de políticas públicas. Nesse sentido, os movimentos assumem duas perspectivas distintas, como forma organizacional ou como estratégia de ação e de inter-relação com outros poderes instituídos, em face das possibilidades de estabelecimento de relações mais horizontalizadas, descentralizadas e democráticas (COELHO NETO, A. S., 2014, p. 139).

Os movimentos são formados pelos vínculos, atuam como uma estratégia de ação coletiva e abrem possibilidades para a potencialização dos projetos coletivos e suas ações consequentemente constroem territorialidades. Chamamos de territorialidades socioambientais o ordenamento territorial influenciado pela organização dos movimentos sociais e que provocam um outro tipo de mancha territorial (TSING, 2021) diferente daquela dos interesses econômicos e provenientes de um poder político autoritário e centralizado.

2.5 Capital político

Os movimentos por direitos civis, estudantis, feministas, antifascistas, contra o racismo, a favor de minorias sexuais e étnicas, ambientalistas e outros são considerados como novos em comparação com os tradicionais relacionados ao movimento proletário. Todos correspondem às contradições geradas pelo sistema industrial, urbano e capitalista emergido na Revolução Industrial. Os novos movimentos são plurais e envolvem vários tipos de ausências e incluem necessariamente questões de classe, embora, muitas vezes, não aconteça um discurso direto contra a classe dominante. Os movimentos sociais reagem contra a transformação da vida social em commodity e contra uma massificação e padronização cultural imposta pelas instituições e a política hegemônica que afetam as vivências das comunidades e o meio ambiente.

Vivemos num período de proliferação de situações antagônicas que criam vários conflitos e reações políticas diversas. Vários imaginários e significados estão presentes nesse processo dinâmico e complexo das relações sociais e da sociedade com a natureza. As diversas interpretações das situações de vida e do território geram formas e conflitos que possibilitam com que os movimentos sociais sejam capazes de promover importantes transformações

territoriais. Os movimentos sociais procuram, além de sua sobrevivência material, inventar novas formas culturais, simbólicas, políticas e sociais com novas instituições e normas. Estes movimentos formam a base de onde a sociedade é continuamente criada e recriada (PEET; WATTS, 1996).

Bourdieu (1989, 1998) desenvolveu os conceitos de capital como um campo social. Ele classificou capital em quatro formas: econômico, social, cultural e simbólico. O capital econômico é constituído dos elementos pertencentes ao meio de produção. Envolve, portanto, terra, fábricas, empregos, renda e propriedade. O capital social pode ser compreendido pelos contatos, os movimentos e os relacionamentos. O capital cultural abrange os padrões de consumo e os títulos acadêmicos. Um indivíduo que faz parte de uma rede de relacionamentos com pessoas influentes possui um capital cultural elevado que pode ser transferido à capital econômico. Desta forma, compreendemos que as pessoas que têm que lutar diariamente para comer, vão ter muito pouco tempo para se dedicarem à luta política ou à cultura, sendo a prioridade a própria sobrevivência. Fato que os deixa em desvantagens na conquista de direitos básicos como saneamento e, portanto, com capitais reduzidos.

Através do *habitus* os indivíduos desenvolvem atitudes, práticas e valores que são historicamente e culturalmente construídos no ambiente onde este indivíduo está inserido. Assim, um proletário, residente numa favela, possui práticas e conhecimentos adquiridos em seu meio. As expectativas destes indivíduos fazem parte de seu *habitus*. Desta forma, indivíduos constroem suas reivindicações e seus desejos. Uma pessoa criada num ambiente insalubre, sem serviços básicos, como saneamento, pode acabar achando isso natural. Estes conceitos nos serão úteis para compreendermos a dinâmica da construção de territorialidades socioambientais, formadas no contexto de uma sociedade marcada pela distribuição desigual de capitais e de *habitus* (BOURDIEU, 1989, 1998).

Os diversos grupos sociais e indivíduos se localizam no espaço social de acordo com o volume de capitais que possuem. O setor empresarial, com o potencial de grandes investimentos, está no topo do eixo e forma a classe dominante. No entanto, próximo deste topo existem também alguns políticos, intelectuais e acadêmicos influentes (BOURDIEU, 1998). Hoje acrescentamos alguns indivíduos que não são proprietários dos meios de produção, mas possuem salários altíssimos, como alguns gerentes e Chief Executive Officer (CEO) que geralmente jogam na esfera política a favor dos grandes negócios e empreendimentos. Em Teresópolis temos alguns que trabalham em grandes empresas de informática como a Alterdata que está entre as maiores empresas de software do país, cervejarias como a Therezopolis, recém adquirida pela Coca-Cola e âncoras de jornalismo de TV que possuem casas e sítios de veraneio

no município. Na parte baixa do eixo está a grande massa de trabalhadores do comércio e da indústria, os empregados domésticos, os subempregados e os desempregados. No meio do eixo encontramos os técnicos, os donos de pequenos negócios, funcionários públicos e professores. As divisões não são exatas e muitas vezes um determinado grupo ou indivíduo possui mais capital cultural do que econômico ou vice-versa. Estes aspectos vão influenciar diretamente nos conflitos sociais e territoriais. Diferentes estilos de vida também geram conflitos com fortes componentes materiais e simbólicos. Nestes confrontos, alguns já iniciam com posições privilegiadas. Grupos sociais e indivíduos competem pela apropriação de objetos e práticas. O modelo é o dos estratos mais altos: carros de luxo, mega residências, gastronomia e moda. A classe alta pode até mudar seus hábitos de consumo quando sente que um estrato inferior está se aproximando e as classes mais baixas entram na competição até o ponto possível. Como não conseguem alcançar um nível mais alto, são marginalizados e empurrados para a periferia.

A conquista por legitimidade política é assim extremamente desigual. Os mais pobres são discriminados até na forma da linguagem que praticam, com dificuldade de se expressarem e com uso incorreto da língua. Fato que se torna um obstáculo para a conquista de voz política. Várias práticas culturais e sociais das camadas dominadas são rejeitadas ou ridicularizadas. Entretanto, grupos que descobrem afinidades podem se tornar coletivos e criarem alianças, através de uma identidade material e simbólica (BOURDIEU, 1998). O autor ao abordar o conceito de capital social aponta alguns comportamentos das comunidades que devemos identificar como parâmetros para a qualidade do nível de organização. Alguns desses conceitos são: solidariedade e confiança que analisa a natureza e a extensão da participação social; o nível de ação coletiva relacionada à confiança; os meios de comunicação e sua eficácia; o grau de coesão e inclusão social e o poder de ação política que envolve a capacidade dos indivíduos de influenciarem nas instituições e nas decisões políticas (BOURDIEU, 1989, 1998). Enfatizamos para o nosso trabalho o conceito de capital político que se refere ao nível de participação e voz política de um grupo social, dentro dos conflitos sociais presentes numa região e identificados no território. Capital político de acordo com Bourdieu (1989) é medido pela força da capacidade de mobilização e reconhecimento do grupo.

Ao trabalharmos com conflitos nos surge uma pergunta: quais são as origens dos conflitos? Geralmente os conflitos envolvem território e poder. As disputas por interesses surgem quando existe uma falha no diálogo, na convivência e na dificuldade de se construir acordos em que um determinado grupo insiste na sua hegemonia. Nos conflitos são revelados a força dos diversos grupos e os acordos só são possíveis quando existe uma situação de

equilíbrio entre as forças e suas formas de apropriação dos recursos. Conflitos surgem também quando os acordos são quebrados (JACKSON; MORELLI, 2009).

Temos, muitas vezes, discursos democráticos, sistemas de eleições também democráticos, mas, predomina-se o desrespeito às instituições independentes e aos direitos básicos da grande parte da população. A influência popular nas decisões políticas é extremamente baixa e a estrutura de capital econômico e político reproduzida. Como fortalecer um estado que defenda os interesses da população e não de grupos minoritários poderosos e ricos? “A única sociedade que consegue tratar todos seus membros com respeito é aquela em que o indivíduo goza dos direitos baseados na cidadania e não por pertencer a um determinado grupo” (MOUNK, 2018, p. 17, tradução nossa).

A maioria do povo possui muito pouco capital político na gestão territorial. Outra barreira à democracia participativa é que políticos tradicionais e eleitos enxergam a atividade política como oportunidade para aumentarem suas riquezas pessoais. Fato que só é alcançado através de compromissos com empresas que financiam campanhas ou fornecem porcentagens de seus negócios.

Nos Estados Unidos a queda do poder político dos sindicatos trabalhistas, a partir do final dos anos 1960, coincidiu com o aumento da prática do lobby (MOUNK, 2018). Ou seja, o crescimento da influência do capital econômico na política, diminui o capital político dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que as corporações desejam menor interferência do governo na economia, principalmente com leis trabalhistas e ambientais mais flexíveis, trabalham para conquistar parte do governo para fortalecerem seus negócios. Todos esses fatos colaboram para a redução e a limitação do empoderamento popular.

O respeito à democracia encontra-se altamente abalado em vários cantos do mundo. Mounk (2018) nos mostra que em países como Espanha, Estados Unidos, Hungria, Coreia do Sul, Reino Unido e até Chile e Uruguai, com recentes ditaduras violentas, vem aumentando a quantidade de gente que defende a eleição de um líder forte, sem muita preocupação com os princípios democráticos. Uma das razões para a descrença, a apatia e a falta de participação política dos jovens de hoje é a própria realidade socioeconômica que vivemos. As novas gerações não vivem um aumento contínuo da prosperidade, mas sim o medo (MOUNK, 2018). Da Revolução Industrial até meados dos anos 1970, os padrões de vida estavam em ascensão e a expectativa de vida só aumentava, apesar da existência de uma massa empobrecida. As classes proletárias lutavam por seus direitos e conseguiram conquistar melhorias. A partir dos anos 1980, acontece uma estagnação e até uma queda do padrão de vida e uma perda de direitos para

os mais pobres e para a classe média. A partir de 1998, pela primeira vez na história, a taxa de mortalidade teve alta em países como os Estados Unidos (MOUNK, 2018).

A grande maioria das pessoas que viveu os anos pós-guerra nunca confiou nos políticos, mas acreditavam no progresso (MOUNK, 2018). Conquistaram qualidade de vida e bens. Adquiriram imóvel, geladeira, televisão e alguns compraram automóveis. Muitos garantiram aposentadorias que hoje sustentam jovens desempregados, fato que constatamos nas comunidades de Teresópolis. Melhoraram a qualidade de vida diante da geração anterior. A partir dos anos 1980, os jovens, ao contrário, vêm vivendo uma queda da qualidade de vida e uma falta de oportunidades. Vivem a incerteza do desemprego, o pânico ecológico e nuclear e a falta de perspectivas diante do futuro (MOUNK, 2018). Hoje os jovens raramente conseguem garantir a segurança e o padrão de vida de seus avós. Os jovens de hoje vivem a frustração e isso desenvolve uma desconfiança e uma apatia diante da ação política (MOUNK, 2018).

A partir da década de 1970, acontece um acentuado processo de alienação, principalmente dos mais jovens, em função do fortalecimento da cultura consumista e do desenvolvimento das tecnologias de informação. Processo que ocorre junto com a desregulamentação dos mercados e a ascensão do setor financeiro. Um dos resultados é um enfraquecimento da participação política.

A partir de meados da década de 1970, o sistema ocidental sofreu mudanças radicais. Houve uma guinada da produção industrial tradicional para uma cultura “pós-industrial” de consumismo, comunicações, tecnologia da informação e da indústria de serviços. Empreendimentos de pequena escala, descentralizados, versáteis e não hierárquicos entraram na ordem do dia. Os mercados foram desregularizados, e o movimento da classe operária, submetido a um selvagem ataque jurídico e político. As alianças de classe tradicionais foram enfraquecidas, enquanto as identidades locais, de gênero e etnia ficaram mais insistentes. A política tornou-se mais e mais administrada e manipulada (EAGLETON, 2012, p. 18).

O capitalismo financeiro e midiático, o enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos de esquerda e a queda da União Soviética provocaram um sentimento de impotência na geração de militantes dos anos 1960 e 1970 (EAGLETON, 2012). A geração seguinte cresce neste sentimento de achar o sistema hegemônico inevitável e imbatível. A sensação de “[...] é assim mesmo, não há o que fazer” (EAGLETON, 2012, p. 20) predomina entre os mais jovens. No entanto, um capitalismo com a riqueza cada vez mais concentrada e com um aumento da pobreza, necessariamente gera conflitos. O sistema ficou mais cruel com cortes de direitos trabalhistas, crescimento dos impactos ambientais negativos, aumento do subemprego e da falta de segurança financeira. “Numa escala global, o capital se encontrava mais concentrado e

predatório do que nunca, e a classe operária havia, com efeito, crescido” (EAGLETON, 2012, p. 21).

Num país periférico e colonizado, a situação agrava-se, já que a população nunca teve a experiência das liberdades civis ou de instituições democráticas consolidadas. O capitalismo só sobrevive com a sua constante expansão e os seus modos de produção geram conflitos constantes, disputas políticas ocorrem em várias escalas, mas a opção pela busca de mudanças faz parte da natureza humana.

Por sermos criaturas batalhadoras, com anseios e linguagem, somos capazes de transformar nossas condições ao longo do processo conhecido como história. Ao fazer isso, acabamos, ao mesmo tempo, transformando a nós mesmos. A mudança, em outras palavras, não é o oposto da natureza humana. É possível porque somos seres criativos, indefinidos, inacabados (EAGLETON, 2012, p. 87).

Nosso grande desafio é construir uma sociedade justa em que todos possam viver em conjunto com uma certa harmonia e igualdade social e política. A liberdade individual depende, portanto, da liberdade do coletivo em que nós reconhecemos e respeitamos uns aos outros. Assim, nos auto realizamos através de um objetivo coletivo de igualdade e liberdade. Uma sociedade totalmente ausente de conflitos é impossível, mas os criados pela economia de mercado e pela exploração talvez possam ser eliminados.

Esses vícios não mais estariam ligados à exploração do trabalho infantil, à violência colonial, às desigualdades sociais grotescas e à competição econômica letal. Ao contrário, teriam de assumir outra forma. As sociedades tribais têm sua cota de violência, rivalidade e fome de poder, mas essas não podem assumir a forma de guerra imperial, competição de livre mercado ou desemprego em massa, porque tais instituições não existem nas tribos Nuer e Kinka. Existem vilões onde quer que se olhe, mas apenas parte desses rufiões morais se situa onde existe a possibilidade de roubar fundos de pensão ou encher a mídia de propaganda política mentirosa (EAGLETON, 2012, p. 94).

Temos a premissa que um processo de educação e de comunicação política se torna o primeiro passo para alcançarmos uma sociedade mais justa e ambientalmente mais segura. Assim podemos pensar também em novas formas territoriais que serão geradas pelos diversos processos de resistência por parte dos movimentos sociais.

As classes governantes quase sempre são mais toleradas do que admiradas. Se nossa natureza é puramente cultural, não há motivo para que os regimes políticos não nos moldem para nos fazer aceitar sua autoridade sem questionar. O fato de que geralmente eles achem muito difícil fazer isso comprova a existência de fontes de resistência mais profundas do que as culturas locais (EAGLETON, 2012, p. 103).

2.6 Territorialidades socioambientais

A noção de território herdada da modernidade encontra-se incompleta e para uma análise social o mais relevante é o uso do território, em que a globalização exerce forte influência. No entanto, mesmo nos locais mais globalizados, novas sinergias são forjadas e, portanto, podemos falar do retorno do território. O território é composto por objetos e ações que formam o espaço habitado e a influência da ciência, da tecnologia e da informação são importantes (SANTOS, M., 1998).

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos a fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas, os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais informadas, ações normativas (SANTOS, M., 1998, p. 16).

Entretanto, a solidariedade também exerce um papel importante no território, apesar do poderio econômico e tecnológico. O solidário acontece de forma homóloga, complementar e com novas relações hierárquicas. O homólogo possui continuidades funcionais no campo e na cidade. O complementar é consequência das relações cidade-campo e o hierárquico é resultado de uma racionalização das atividades e possui um comando centralizado. A informação promove a união entre as diferentes partes do território. O homólogo e o complementar são produzidos pelo cotidiano localizado e o hierárquico possui privilégios e é imposto pela força política de alguns grupos ou indivíduos. O espaço hierárquico provoca uma certa alienação dos processos em que acontecem os conflitos, quando as pessoas procuram exercer algum tipo de interferência política nos lugares (SANTOS, M., 1998).

Há que refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção [...] há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chega a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los. Daí o interesse em retornar à noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos [...] (SANTOS, M., 1998, p. 18).

Utilizamos a expressão mercado, mas o mercado vai além de seu sentido econômico. Temos o mercado de ideias, da ciência, da natureza, da informação, político. Temos ainda a

chamada democracia do mercado. Todas essas manifestações de mercado vão contra às formas de viver, à vizinhança solidária presente nas comunidades e as relações horizontalizadas ficam enfraquecidas. O lugar é onde ocorre a resistência da sociedade civil, embora essa resistência não se limite ao lugar, num mundo globalizado. Mas, é no local em que as ações de resistência ganham maior reconhecimento e força política. O grande capital promove a verticalização, mas os locais horizontalizados resistem de várias formas (SANTOS, M., 1998).

Na união vertical, os vetores da modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumenta a coesão horizontal isso se dá a serviço do mercado, mas tende a ocorrer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo (SANTOS, M., 1998, p. 20).

Nossa intenção nesta pesquisa foi compreendermos algumas das novas horizontalidades que se formam como resistência nos territórios e identificarmos como criam novas territorialidades.

Território e territorialidade são conceitos transdisciplinares que dialogam com saberes da geografia, sociologia, economia e antropologia, dentre outras. As pesquisas que incorporam esses conceitos enfatizam o processo de apropriação, dominação e produção do território e as relações de poder. Estes fatores fazem parte da formação dos territórios e das territorialidades e, nesse processo, evidenciamos a dominação, a resistência e as interações onde se destacam os agentes do capital, o estado e os movimentos sociais. O território é construído a partir da apropriação do espaço geográfico, onde se expressam relações de poder das quais resultam territórios desiguais e áreas de conflitos. O território é uma construção coletiva, multidimensional e que forma diversas territorialidades em movimento (ACSELHARD, 2014; HAESBAERT, 1997; 2016; SAQUET, 2009).

Na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições) públicas e privadas e não-governamentais com suas próprias regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações de bairro ou de agentes rurais, até grandes organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. Há desigualdades econômicas entre as famílias e unidades produtivas (urbanas e rurais), bem como traços comuns entre pessoas, famílias, associações, empresas [...] (SAQUET, 2009, p. 84).

A dimensão política do território se configura, essencialmente, no exercício do poder em que a cultura e a economia (trabalho, processos de produção e circulação de bens) exercem posições diferenciadas e importantes, ocorrendo trocas, articulações, cooperações e conflitos

(SOUZA, 2009). “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações do poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações de ordens mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2016, p. 79).

Estamos falando, principalmente, de relações de poder quando tratamos dos territórios. Trata-se de sua dimensão política que tem uma natureza econômica e simbólica. Podemos então afirmar que o território não é algo fixo e sim um recurso estratégico em permanente movimento e transformação. Formado por inter-relações entre espaço e sociedade e assim ocorrem forças de opressão e de resistência (HAESBAERT, 2016).

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar o mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2016, p. 92).

Alguns grupos procuram dominar através da construção de seu poder material e imaterial. Assim, hoje consolida-se o poder de caráter global dominado pelas grandes empresas. Tratam-se de ritmos, ações e movimentos de territorialização e desterritorialização, criação e destruição de territórios. Na desterritorialização abandonamos territórios e na reterritorialização construímos territórios. No entanto, reterritorialização não é um retorno à territorialidade. Não existe a desterritorialização absoluta e há sempre uma forma de reterritorialização. Todo pensamento para ser concretizado exige uma terra, um solo e a criação do estado e do capitalismo envolveu ao longo da história várias desterritorialidades e a construção de novas territorialidades. As sociedades pré-capitalistas eram bem mais territorializadas e sofreram uma intensa desterritorialização com o processo de construção do capitalismo (HAESBAERT, 2016).

No próprio cotidiano passamos por vários processos de territorialização e desterritorialização. O trabalhador, por exemplo, no dia-a-dia, passa pelo território da família, da comunidade, do transporte e do trabalho. No período atual pós-moderno identificamos uma desterritorialização que não representa a extinção de territórios e sim a dificuldade de se definir novos territórios. Tratamos de uma realidade múltipla, descontínua e extremamente instável e relacionada com as novas tecnologias da informação que provocam desconstruções e exaltam as aparências e as ilusões. Tudo acompanhado da dessacralização da natureza. A modernidade, por sua vez, também criou seus mitos, como o domínio técnico-racional do mundo. Fato que provocou a extrema padronização e mercantilização do espaço, ainda mais radicalizado na pós-modernidade. Podemos afirmar que a desterritorialização é um princípio da modernidade e está

presente em comportamentos como a concorrência e busca performática, importantes para a acumulação capitalista, agora intensificados também na pós-modernidade. A própria racionalidade técnica e científica é uma forma de desterritorialização. Contraditoriamente, a modernidade também é extremamente territorial na criação do Estado-Nação (HAESBAERT, 2016). No entanto, “Trata-se sempre de uma construção relativa na medida em que o Estado sempre foi um gestor fundamental do capitalismo detendo os meios eficazes de ação militar e constituindo o principal veículo implementador dos ideais universalistas de autonomia e cidadania” (HAESBAERT, 2016, p. 151).

Segundo o autor, a desterritorialização possui três dimensões básicas: econômica, política e simbólica. Cada uma ligada a uma concepção do território. A exclusão social está incluída em todas essas dimensões. No sentido econômico, está a globalização, com a formação do mercado mundial, a flexibilidade locacional e o fortalecimento do sistema financeiro. Fatores apoiados pelas técnicas da informatização. O processo histórico, responsável pela consolidação destas dimensões, foi a acumulação primitiva do capital que iniciou a separação entre o trabalhador e o meio de produção. A população do campo foi expropriada de sua base e forçada a migrar para as cidades para trabalhar nas fábricas (HONNETH, 2003). Todo o processo de construção e reprodução do capitalismo é uma forma de desterritorialização, intensificado mais ainda com o neoliberalismo, onde a circulação e os fluxos são mais importantes que as bases territoriais: fluxos de informação, energia, mercadorias, trabalho e capital e as empresas internacionais se organizam em múltiplos territórios (HAESBAERT, 2016). Processo onde existe, por exemplo, o território que oferece vantagens como subsídios, mão-de-obra barata e flexibilização de leis trabalhistas e ambientais para atrair empresas.

A dimensão política está presente no próprio estado, que tem tanto o papel de controlar fluxos como o de reduzir o controle de outros fluxos, ligados aos interesses do mercado transnacional. Fato que inclui as privatizações e as terceirizações. Inclusive a privatização de setores que tradicionalmente seriam considerados de exclusividade do estado por envolverem a soberania nacional ou a segurança alimentar. A desterritorialização por parte do estado é causada pela globalização e a informatização. Antigamente saneamento, correio, telégrafo, telefone e áreas protegidas eram controlados pelo estado e hoje assistimos o declínio deste controle. Predominam os interesses de empresas privadas.

As redes são a base da economia e do poder e o declínio do controle dos Estados-Nação é importante para o funcionamento do mercado globalizado. No entanto, a lógica do estado continua forte em vários aspectos como nos Estados Unidos o controle da imigração e das fronteiras e a ascensão de estados religiosos e étnicos em várias partes do mundo. No próprio

mundo do ciberespaço novas fronteiras são criadas. Os estados, ao mesmo tempo em que libertam algumas fronteiras para o livre funcionamento do mercado, se comportam de forma inversa para impedir a entrada de imigrantes, para aumentar a força policial contra os pobres e para proteger os mais ricos e os seus patrimônios (HAESBAERT, 2016).

Na dimensão cultural, podemos enfatizar o mundo do consumo que cria identidades transnacionais, geralmente baseado em técnicas audiovisuais massivas para divulgar produtos e visando grandes lucros internacionais. A padronização mercantil do consumo é uma característica de nosso tempo, onde acontece a produção industrial da cultura. Ao mesmo tempo, localidades com suas culturas próprias procuram resistir contra a cultura massificada. Elementos culturais tradicionais também penetram de várias formas na cultura de massa, formam-se também, até na internet, várias tribos marginais.

Na dimensão cultural novamente vemos uma multiterritorialidade em desenvolvimento e o continente americano é onde isto é bem marcante devido a sua própria formação: indígenas, europeus, africanos, asiáticos, judeus, árabes – todos marcantes em Teresópolis. Fato que criou e continua criando conflitos e combinações. Ressaltando-se o processo extremamente violento de desterritorialização utilizado na colonização e marcado pela expropriação e o assassinato de africanos e indígenas. Fato que também acabou causando reterritorializações. Imigrantes e refugiados em todo o mundo criam novas territorialidades.

A mobilidade acentuada (exodus) é uma característica da pós-modernidade. Muitas provocadas pela flexibilização das leis trabalhistas e o desemprego e subemprego. A própria mobilidade pode ser uma construção de novos territórios. Movimentações são causadas por motivos políticos, econômicos, religiosos, ambientais e de trabalho. Os migrantes e nômades contemporâneos e pós-modernos procuram de várias formas reconstruírem suas identidades culturais. Para os mais pobres nem sempre a mobilidade vai oferecer uma realidade melhor e nem o novo território de estabilidade e a precarização das condições de vida também pode ser vivenciada por quem se encontra fixo. Pessoas estabelecidas em territórios, mas que se encontram desterritorializadas (HAESBAERT, 2016).

A extrema forma individualista da sociedade pós-moderna, da informática e do consumo enfraquece as relações e as organizações sociais, nos aproximando do que podemos chamar de indivíduo-território. Acrescentamos a isso, o extremo controle exercido sobre os indivíduos como as câmeras espalhadas por todos os cantos das cidades. Temos que destacar em todo este processo o que Haesbaert (2016) chama de aglomerados de exclusão. Como já ressaltamos, as referências e identidades podem estar relacionadas à estabilidade e à mobilidade. Referências simbólicas são criadas nos fluxos e nas redes e na era pós-moderna existe uma intensificação

provocada pela rapidez e a quantidade de comunicação e informação com uma carga imaterial enorme. A fragmentação e descontinuidade são assim marcas da pós-modernidade.

Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui (HAESBAERT, 2016, p. 281).

As grandes redes contemporâneas são as empresas transnacionais. As redes podem tanto estruturar quanto desestruturar territórios e a própria rede pode se tornar um território (CASTELLS, 1999; HAESBAERT, 2016). O controle sobre os fluxos de informações é também uma forma de poder muito relevante. A exclusão social é a grande causa do comportamento imprevisível e instável de hoje, agravado pela falta, cada vez mais acentuada, de um emprego ou um domicílio estável. Este grupo de excluídos é instável, está em movimento constante e geralmente vive em condições bem precárias e fazem parte dos movimentos sociais de hoje, como o dos refugiados ou das organizações urbanas e rurais. Estes excluídos estão o tempo todo tentando se firmarem – reterritorializar. Muitos excluídos acabam sendo cercados ou isolados em espaços altamente vigiados e controlados.

Estamos num mundo pós-moderno, pós-fordista, muito caracterizado pelas múltiplas territorialidades, formadas por territórios-rede sobrepostos e descontínuos. Estamos também muito distantes da concretização de um território global, apesar da chamada globalização. Processos de integração e de diferenciação são concomitantes. As multiterritorialidades vão depender do contexto social e dos meios econômicos, culturais e políticos dos indivíduos e dos grupos. Trata-se de um processo em constante movimento. Assistimos cada vez mais a multiplicidade de identidades, o aumento da condição híbrida e, segundo Haesbaert (2016), precisamos lutar pela construção de novas territorialidades, com justiça socioambiental.

Entretanto, como iremos construir novas identificações, novas territorializações, e amar tudo o que existe, num mundo de crescente e abominável desigualdade, exclusão, segregação, violência e insegurança? Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder amar tudo que existe e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, afetivamente – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria natureza (HAESBAERT, 2016, p. 369-370).

O discurso econômico procura justificar as práticas daqueles que possuem maior poder econômico e político, exatamente onde o conflito ambiental envolve continuidade (durabilidade) dos modos de apropriação material e interatividade entre distintas formas

técnicas, sociais, culturais e simbólicas, que acontecem em territórios comuns ou conexos (ACSELRAD, 2004b).

Os conflitos assim configurados decorreriam da natureza da interação entre as práticas sociais distribuídas num espaço interconectado e de temporalidade que é própria à reprodução das diversas práticas. Pois as práticas de apropriação do mundo material pressupõem uma determinada durabilidade, porém, pode ser comprometida diretamente pelo próprio agente social sobre seu meio imediato, ou indiretamente, pela interação das práticas de um agente social sobre as condições materiais das práticas de outros agentes. Sob a ótica da durabilidade da base material, mudam, por certo, no tempo histórico, os critérios que dão legitimidade às práticas de apropriação do território e de seus recursos (ACSELRAD, 2004b, p. 25).

Como visto anteriormente, os conflitos são historicamente concebidos e hoje englobam uma nova linguagem ao se relacionarem diretamente com as questões ambientais. As populações atingidas e oprimidas também passam a utilizar o discurso ambiental como mais uma força para suas reivindicações. Este processo pode ser chamado de ambientalização dos conflitos sociais (LOPES, 2006). Os indivíduos e os movimentos sociais recompõem os territórios onde a dimensão socioambiental é vital (ZAOUAL, 2010).

O ambientalismo surgiu no final do século XIX e nos fez questionar o papel da ciência e da tecnologia, mas os discursos em torno do ambientalismo são diversificados e muitas vezes contraditórios (CASTELLS, 1999). Os movimentos sociais atuais, em geral, querem de forma não violenta construir uma ordem social alternativa. O discurso destes grupos, portanto, está cheio de contradições e é altamente diverso. Mas, apesar desta variedade, o discurso dos movimentos sociais está presente na agenda política em todos os níveis. Apesar dos conflitos internos nas diversas opiniões dentro desses discursos há um consenso de que o debate a favor de um novo tipo de convivência é relevante e uma questão de sobrevivência.

Depois da Grande Depressão da economia americana ser vencida pela política de Roosevelt, os Estados Unidos se tornaram a poderosa nação líder do mundo. Mais forte ainda ficou o país depois da Segunda Guerra quando financiou a reconstrução de seus principais concorrentes capitalistas internacionais – a Europa e o Japão. A partir de 1972 uma nova consciência abalou aquela nação e um sério limite ecológico apareceu e alguns americanos tomaram conhecimento de que não se podia ter tudo. A contracultura, que promoveu várias formas de contestação, não nasceu da crise. Ela ganhou forma, conteúdo e força quando havia o sucesso de uma economia de classe média altamente industrializada e consumista. A contracultura surgiu da prosperidade. Só que a próspera racionalidade do consumo estava em questão frente aos altos investimentos em armamento e a destruição da natureza (ROSZACK, 1995). De forte influência para a contracultura foram textos do século XIX, como os de Henry

David Thoreau ‘A vida nos bosques’ e a ‘Desobediência civil’ e o trabalho de Rachel Carson ‘Silent spring’ de 1962, denunciando os riscos provocados pela indústria química no campo e a contracultura acabou sabendo se organizar em alguns movimentos concentrados, onde obteve conquistas nítidas no Ocidente urbano de hoje. A ecologia é um dos sucessos da contracultura em termos de organização e influência, hoje presente na forma de partidos, instituições independentes, políticas públicas e no discurso científico. Assim surgiram grupos ecológicos organizados de classe média no mundo industrializado para lutar pela preservação do meio ambiente e contra as atitudes destrutivas das indústrias. Hoje diversos movimentos sociais da periferia, como as associações de moradores, assumem posições importantes contra os excessos da sociedade industrial tornando-se a questão ambiental um discurso que ultrapassa a contracultura.

O atual período em que vivemos é caracterizado por ser a era em que a paisagem do planeta é moldada principalmente pelas ações humanas, sendo estas mais potentes do que os fenômenos naturais biológicos, geológicos e climáticos. Quais são as origens de nossa conturbada relação sociedade/natureza? As relações de poder têm um peso importante, assim como a sociedade do consumo? Quando nos tornamos consumidores criamos objetos que satisfazem os sujeitos, mas também criamos sujeitos adaptados para o consumo de objetos? A vocação para transformar-se num consumidor inicia-se na infância? O consumo envolve riquezas e, portanto, relações de poder. A sociedade mercadoria então se espalhou para a cultura e para o jogo do poder. A expectativa constante para adquirir produtos e serviços abalou profundamente o meio ambiente e para atingirmos a sustentabilidade tudo indica que precisamos enfrentarmos a sociedade de mercado e as suas relações de poder (SANTOS, L. C.; SANTINI, 2018). Os problemas ambientais produzidos por esse processo mais evidentes são o desmatamento, o acúmulo de resíduos e a poluição, tendo como resultado as enchentes e os deslizamentos. Tudo isso acompanhado de injustiças socioambientais e de relações de poder desiguais. A descentralização de poder torna-se, portanto, nosso principal desafio e o município nos parece ser o espaço mais adequado para o desenvolvimento desta prática.

Com a descentralização do poder instituída na Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ter autonomia política, administrativa, financeira e legislativa no federalismo brasileiro, tornando-se hábeis a concretizar os direitos dos cidadãos, solucionando os anseios populares e não satisfazendo somente as vontades das elites políticas. Nesse aspecto, para a concretização das políticas públicas, os indivíduos devem participar e controlar os atos de gestão (SANTOS, L. C.; SANTINI, 2018, p. 30).

Uma estrutura política participativa, de acordo com os autores acima, pode transformar essas relações, alcançadas através do livre debate e da identificação comum dos problemas e das potencialidades locais. A construção de soluções deve ser um ato político participativo e uma ação comum e o espaço mais adequado para a implantação imediata da política participativa nos indica serem os municípios. Onde o poder local pode ser mais influente e ativo (SANTOS, L. C.; SANTINI, 2018). A proximidade entre pessoas e o próprio território se torna um facilitador do diálogo e das ações comuns. No espaço próximo do município é mais fácil o desenvolvimento de projetos piloto alternativos na busca de soluções locais, iniciativas que surgem muitas vezes da própria comunidade e dos diversos movimentos de solidariedade locais. Criamos assim novas territorialidades. No Brasil, contamos com algumas bases legais importantes como o Estatuto da Cidade e a gestão participativa através dos conselhos e comitês de bacia hidrográfica (SANTOS, L. C.; SANTINI, 2018). Nos períodos mais autoritários, a gestão participativa tem sido alvo de desmontes, como assistimos no primeiro semestre do governo do presidente Bolsonaro, em 2019.

Necessitamos focalizar a análise social dos debates ecológicos não só na visão da natureza defendida por estes grupos, mas também nas propostas de reorganização da sociedade e do espaço (HARVEY, 1996). Para darmos maior coesão aos nossos argumentos, precisamos compreender o que estamos entendendo pelo uso do termo socioambiental. Ele é construído a partir de uma noção de que não podemos separar sociedade e natureza, pois a proteção da natureza sem uma reflexão sobre as contradições sociais pode gerar uma série de injustiças e pode não atender aos anseios das populações que moram em determinados territórios.

O socioambientalismo ganhou força com o movimento dos povos da floresta (ALMEIDA, M. W. B., 2004; SANTILLI, 2005) e com o entendimento de que manter a floresta e a natureza preservada pode ser um caminho para geração de emprego, renda e inclusão social. Por meio do socioambientalismo pensamos em uma forma de criar territorialidades marcadas pelo associativismo e pela inclusão social conectada com a preservação do ambiente natural. Nesse contexto, constatamos a importância dos saberes e das vivências locais para manutenção das áreas de preservação e para construção do bem viver (ACOSTA, 2019; FORTUNATO, 2020).

A etnografia política ambiental contribui tanto para a academia quanto para a política, oferecendo uma leitura direta dos conflitos ambientais que envolvem uma diversidade de agentes sociais e naturais. Em nosso caso podemos destacar dois grandes grupos em disputa: o mercado imobiliário e da construção civil e os movimentos sociais de resistência organizados

em conselhos e outras formas de manifestação política. Little (2014) chama estes grupos principais de alianças opostas.

A existência destas alianças é importante para compreendermos a forma em que o poder político e econômico se associa para promoverem interesses comuns. No entanto, não devemos ignorar todos os interesses existentes no interior destas próprias alianças (LITTLE, 2014, p. 16).

As contradições nesse processo são muito marcantes. A construção civil, por exemplo, gera empregos e aquece a economia. O setor de turismo necessita de infraestruturas, mas, ao mesmo tempo, não deseja a descaracterização do território. O meio natural em que estamos abordando os conflitos é a bacia do rio Paquequer em Teresópolis que possui características próprias e está inserida na Mata Atlântica e no sistema da bacia do rio Paraíba do Sul. Mas, os conflitos ultrapassam este território e vão muito além das relações de poder locais. Temos a preocupação de, com a perspectiva etnográfica, não nos colocarmos numa posição acima dos conflitos, nem numa posição imparcial privilegiada e objetiva. O investigador com perspectiva etnográfica é mais um ator social que investiga as informações estratégicas dos conflitos, muitas vezes adquiridas pela forma participativa. O uso das informações também é um ato político e que pode ter implicações diretas no próprio processo político. O pesquisador pode no futuro ser citado e fazer parte de projetos políticos e estar influenciando nas políticas públicas, em que finalmente as reivindicações de alguns grupos sociais podem estar presentes (LITTLE, 2014).

Quando falamos de riscos socioambientais calculamos a probabilidade de uma ocorrência e quando falamos de vulnerabilidade julgamos a suscetibilidade de um grupo social a um conjunto de condições. Temos a premissa que devemos também trabalhar na direção para a transformação dessas condições, através da mobilização política e analisar as capacidades de autodefesa destes grupos para adquirirem maior capital político, social e cultural. Alguns grupos sociais possuem o poder de se protegerem e se tornam menos vulneráveis, através de suas influências políticas, enquanto que outros possuem menos poder. A condição da vulnerabilidade é socialmente construída e inclui fatores subjetivos onde se exercem diferentes expectativas. Quanto menos expectativas tem um grupo social, maior será a sua propensão a aceitar condições impostas. Assim criam-se valores de tolerância diferenciados. Os processos de vulnerabilidade devem ser contextualizados e relativizados, visando a interrupção da vulnerabilidade, através das conquistas políticas (ACSELRAD, 2006).

As crises ambientais são construções sociais com características culturais e muitas vezes encontramos um discurso dos conflitos ambientais relacionado à escassez e à busca de

indicadores técnicos e científicos da crise ambiental. Cria-se assim um autoritarismo ecológico. Precisamos, pelo contrário, olhar a diversidade sociocultural e o conflito dentro da perspectiva da apropriação e da significação do mundo material. As sociedades produzem sua existência através de relações sociais e da apropriação técnica do mundo material. No campo social, enfatizamos as estruturas desiguais da distribuição, acesso, posse e controle dos recursos. Acontece também uma desigualdade na distribuição do poder e configuram-se assim as formas culturais de apropriação do mundo material. A eficiência das técnicas varia no espaço e no tempo e são condicionadas às estruturas de poder que disseminam categorias de percepção. Desta forma, a classe dominante legitima a sua apropriação material e simbólica do território (ACSELRAD, 2006). As desigualdades são então expressas sobre os recursos naturais. Os conflitos ambientais eclodem das contradições inerentes a este sistema. Trata-se de um movimento de recusa aos modos dominantes de apropriação do território. Desta forma, os agentes sociais constituem campos de conflitos pela busca de capital simbólico na forma de poder. Acontece também a valorização dos diferentes tipos de capital material e simbólico. Na esfera simbólica desenvolvem-se as disputas por legitimidade dos discursos e um obstáculo comum é a despolitização das questões, através do excesso de discurso técnico e científico. O estado que é o detentor da violência simbólica e legítima também se torna um obstáculo para as reivindicações populares. Os conflitos ambientais, portanto, devem ser estudados de acordo com os espaços simultaneamente materiais e simbólicos constituídos (ACSELRAD, 2004b, 2006).

No primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolvem-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital (ACSELRAD, 2004b, p. 23).

O conflito surge de rupturas por parte de um grupo social dos acordos simbólicos, onde um tipo de atividade no território pode inviabilizar outra (ACSELRAD, 2004b, 2006). Todos os conflitos ambientais são compostos por uma interatividade entre as diversas formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas que se manifestam no território.

Conflitos socioambientais não podem ser reduzidos a um sentido binário: bem x mal, em que profissionais postos para promover a negociação e a mediação têm um papel importante. O ser humano, diferente de outras espécies, pode provocar o seu próprio desaparecimento e uma grande parte das pessoas já têm consciência de nossos limites. Estamos vivendo um período de transição paradigmática em que os eixos principais da crise são a globalização e a

desregulação da economia junto com a falência dos modelos hegemônicos de desenvolvimento e a degradação ambiental. Mas, podemos agregar diversidades justamente através das questões ambientais e criarmos novos valores. A sociedade moderna criou três mitos relacionados ao desenvolvimento: mito da natureza infinita, mito do progresso e do desenvolvimento e o mito da ciência e da tecnologia (THEODORO, 2005). Novos valores são criados através de uma reflexão da subjetividade e da capacidade de articulação entre sujeitos. Trata-se assim de uma integração complexa entre cidadania e subjetividades. Além disso, discutimos se a tecnologia tem realmente o poder de resolver os problemas da humanidade. O modelo dominante de racionalidade provoca um entendimento do mundo fragmentado e uniformizado e nos parece que precisamos de um outro tipo de relacionamento entre sociedade e natureza com uma perspectiva ética e solidária (THEODORO, 2005).

A própria vida humana é cheia de conflitos, como a pulsão entre a vida e a morte. Para Marx o motor da história é o conflito da luta de classes. Para Weber a luta é uma relação social para se fazer triunfar uma vontade própria e para Simmel conflito é uma das formas mais vivas de interação (THEODORO, 2005). Os conflitos são, portanto, parte integrante das relações humanas e da trama social e nem sempre vão conduzir a uma conciliação. Existem várias escalas de conflitos: domésticos, nas relações de trabalho, políticos, religiosos e entre nações. Hoje destacam-se os conflitos em torno do meio ambiente que envolvem recursos naturais. Fato intensificado com a desregulação econômica e o domínio do mercado. Nesse processo alguns grupos sociais são altamente prejudicados e se engajam em ações coletivas. As questões ambientais podem colaborar muito para o fortalecimento da participação da sociedade como identificamos em nossa pesquisa. Quando analisamos um conflito temos que procurar o seu foco central e identificar os pontos mais críticos e existem alguns tipos principais de conflitos ambientais (THEODORO, 2005): em torno do controle de recursos naturais, de impactos antrópicos e de valores, modos de vida e ideologias. Identificamos assim as diferentes cotas de poder e as interações políticas. Existe uma dinâmica nos conflitos em que precisamos identificar as polarizações, coalizões e alianças. Compreendendo assim táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais.

Os conflitos socioambientais possuem, portanto, várias dimensões e apresentam uma alta complexidade ao envolverem as inter relações entre diversos fatores sociais e os recursos naturais de um determinado território.

Avaliando os conflitos socioambientais como uma variável dos sociais é possível afirmar que é uma vertente bastante intrincada, pois envolve utilização dos recursos naturais, qualidade de vida dos agentes sociais e crescimento econômico de determinado espaço geográfico. O conflito não deve ser avaliado apenas pelo lado negativo, deve ser visualizado como uma luta complexa e contínua sobre a definição e o significado do problema ambiental. Atualmente os conflitos socioambientais representam as tensões que envolvem decisões sobre quando, como e onde utilizar os recursos naturais. A complexidade dos conflitos socioambientais aumenta quando se percebe que os atores sociais têm interesses variados e são expressos de forma imprecisa, como: privatização ou socialização dos bens ambientais, qualidade ambiental, qualidade de vida, preservação de estilo de vida e meios de sobrevivência, equidade e distribuição de riqueza, assimilação de benefícios de investimentos públicos, definição de políticas públicas, defesa de ecossistemas, conservação dos recursos naturais e proteção de áreas (BRITO et al., 2011, p. 58).

Os territórios precisam ser compreendidos como campos de poder.

É necessário trabalhar muito mais do que já fizemos com base na aspiração à justiça social e do bem estar do povo, tentando reduzir as desigualdades sociais, a depredação do ambiente, as hierarquias historicamente instituídas etc. e fortalecer a valorização do homem como sujeito histórico, portanto, cultural e econômico numa práxis de transformação dialógica e participativa dos territórios em favor de maior autonomia decisória e de qualidade de vida em todos os seus aspectos (ambientais, econômicos, culturais e políticos, ou seja, sociais e territoriais) (SAQUET, 2014, p. 18).

A resistência dos diversos movimentos sociais inicia-se, portanto, pela consciência e participação dialógica. A emancipação é construída pelo conhecimento da situação social e do território vivido. Um pertencimento que necessariamente leva à organização política e à materialização de um futuro possível. A construção de uma identidade é a forma de resistência que os grupos sociais encontram contra a mercantilização de tudo e do próprio ser.

Acentuamos na discussão sobre organização política, os momentos de apatia ou de não participação política e os em que localizamos organização política significativa. Nosso interesse principal é traçar como este processo de elevação de capital político dos movimentos sociais, que selecionamos trabalhar em Teresópolis, provocam as chamadas manchas (TSING, 2021) no espaço geográfico, diferentes das desenvolvidas pelo poder hegemônico da classe dominante. Denominamos estas novas manchas provenientes da ampliação da voz política dos movimentos sociais de territorialidades socioambientais.

O conjunto de transformações que se manifestam no território, através das consequências dos movimentos sociais organizados, formam o que chamamos de territorialidades socioambientais. Veremos, portanto, como os movimentos sociais, através do ganho de capital político, forjam territorialidades socioambientais: diferentes daqueles existentes e como resistência ao poder hegemônico. Temos, portanto, um conjunto de territorialidades e como resposta as territorialidades socioambientais (Tabela 8).

Tabela 8 – Transformações territoriais e movimentos sociais

Territorialidades	Resultados
Modos de Produção	Formação de aglomerados de exclusão Necessidade permanente de expansão Racionalidade do território como fonte de recursos e lucros
Manchas territoriais	Programas historicamente construídos múltiplos, simultâneos e sobrepostos Multiterritorialidades: territorialização, desterritorialização, reterritorialização
Movimentos sociais	Busca por autonomia, relações de cooperação e solidariedade contra as desigualdades Racionalidade do território como espaço vivido Conquista por legitimidade política
Territorialidades Socioambientais	Conjunto de transformações no território forjadas como consequência das conquistas dos movimentos sociais organizados Ganho de capital político

Fonte: O autor, 2022.

No próximo capítulo apresentamos a área de estudo e, em seguida, iremos conceituar e destacar as territorialidades socioambientais neste território, através da análise dos movimentos sociais e das políticas públicas na bacia do rio Paquequer. Finalmente, desenvolvemos nossa premissa de que apesar de todo o poder de grupos econômicos poderosos, a sociedade civil, organizada em movimentos sociais, consegue lentamente conquistar capital político e construir territorialidades socioambientais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Temos a premissa que os movimentos sociais selecionados formam sujeitos sociais capazes de minimizar e combater a degradação do ambiente, promover justiça social e criar territorialidades. Focamos nossa análise nos conflitos políticos e na capacidade de cada movimento.

Novamente, o objetivo não é realizar uma etnografia descritiva, mas um estudo focalizado no conflito e suas interrelações. Neste desenvolvimento, uma das tarefas que invariavelmente emerge é delinear as demandas por recursos e território por cada um dos grupos sociais. Analisar de que forma as demandas são promovidas e defendidas na arena política e revelar, portanto, os discursos combativos em busca de legitimidade cultural e política que cada grupo mantém (LITTLE, 2014, p. 5).

As demandas pelos recursos naturais devem ser identificadas e alguns setores são apontados como principais causadores dos problemas (LITTLE, 2014). Seguindo esta recomendação, na bacia do rio Paquequer, apontamos a especulação imobiliária, as empresas interessadas na concessão de serviços públicos na área de saneamento e o agronegócio como os principais agentes do poder econômico. Fatores como a política nacional de liberalização da economia, as próprias crises de desemprego e recessão econômica e a globalização, por um lado, e o combate às mudanças climáticas, as forças políticas nacionais e internacionais contra a liberalização econômica, por outro lado, são os que Little (2014) chama de invisíveis, mas que também compõem a realidade dos conflitos abordados. Temos que destacar também o poder público e as políticas públicas, promotores, Ministério Público, vereadores e muitos outros que também fazem parte dos conflitos que são atores visíveis e ocultos.

Na ecologia política, buscamos uma posição participante do pesquisador que, por sua vez, pode desdobrar-se em modos de envolvimento ainda maiores com a comunidade (LITTLE, 1999). Em Santa Cecília, o investigador, além de participar de vários eventos comunitários e frequentar o local no cotidiano, tornou-se professor voluntário do curso de pré-vestibular, organizado pela AMASC para os mais carentes que não podem pagar cursos particulares e em Santa Rita faz parte da equipe de elaboração de um projeto para incremento do circuito de turismo solidário. Na Várzea o pesquisador residiu por grande parte do período da confecção da tese e conviveu com a realidade social e territorial quase que diariamente. O investigador participa da RBS que atua nas três comunidades e nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 2022

acompanhou uma turma do doutorado do PPGMA em trabalho de campo (vivência) em Santa Cecília e Santa Rita.

3.1 Santa Cecília

A comunidade de Santa Cecília fica localizada no bairro do Alto, região de morros, onde o rio Paquequer deixa o território do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Na altitude de 980m, o rio Paquequer entra em área com menor declividade e perde força. Este fato provoca o processo de erosão e deposição e a formação de curvas e depósitos de sedimentos dentro do próprio canal. Em alguns trechos, as curvas são mais acentuadas e os depósitos de sedimentos formam ilhas de areia. Uma destas ilhas, chamada de Caxangá, fica na parte mais baixa da comunidade da Santa Cecília e é ocupada por 140 residências com 434 habitantes (IBGE, 2010). Local de constantes inundações e de extrema pobreza. Nesse trecho do rio Paquequer, o canal é altamente poluído e recebe todo o tipo de resíduos, principalmente de esgoto doméstico e lixo urbano. A comunidade de Santa Cecília possui, portanto, uma parte baixa, na beira do rio, e uma parte alta, formada por encostas. Toda a região tem sido afetada por enchentes e deslizamentos na época do verão, geralmente com vítimas e desabrigados. Santa Cecília possui cerca de 2000 residências, de acordo com a Associação de Moradores, já que não existem dados oficiais. Apesar de todos os problemas, como esgoto sendo despejado diretamente nos canais fluviais, em valas cobertas e abertas, e grande produção de resíduos sólidos (Figura 9), trata-se de uma das comunidades com maior mobilidade política.

Figura 9 – Problema dos resíduos sólidos atinge todas as comunidades como Santa Cecília



Fonte: O autor, 2021.

Santa Cecília é uma área pobre da cidade e fica muito próxima de uma das áreas mais nobres, que é o bairro do Alto (Figuras 10 e 11), com mansões tradicionais e hotéis de luxo.

Figura 10 – Aspecto geral da comunidade de Santa Cecília



Fonte: O autor, 2021.

Figura 11 – Vista do bairro nobre do alto a partir de Santa Cecília



Fonte: O autor, 2021.

Santa Cecília é composta por vários becos, ruelas e casas inacabadas, muitas com o tijolo aparente e em obras. Para compreender melhor o cotidiano, a história de vida e os conflitos sociais de Santa Cecília convivemos alguns dias em 2020, 2021 e, principalmente em 2022, com a população e o território. A imprensa local, em geral, só chega à comunidade para reportar as tragédias, como as enchentes na parte baixa e as quedas de barreiras na parte alta ou para noticiar crimes, geralmente relacionados com drogas. As pessoas de classe média e alta, do entorno imediato, não participam das diversas atividades sociais que a comunidade organiza, como os mutirões de coleta seletiva de resíduos sólidos e de reciclagem que acontecem todos os sábados, a biblioteca comunitária que abre de segunda à sexta, às aulas à noite de jiu-jitsu, taekwondo, capoeira e de violão clássico e popular e agora o curso gratuito de pré-vestibular. A comunidade procura várias formas para se fortalecer, gerar renda e conquistar reconhecimento interno e externo.

O dia a dia na comunidade é bem tranquilo já que a maioria trabalha fora e só retorna no final do dia. Tudo gira em torno da rua principal (Figura 12) – Cecília Meirelles – que concentra o comércio local com quatro mercadinhos que vendem comida, mantimentos, material de limpeza e dois desses estabelecimentos funcionam como padaria também. Existe uma farmácia e duas lojas de material de construção. Na rua principal também existem quatro

bares e cinco igrejas, sendo uma católica. Os ônibus passam a cada meia hora fazendo o trajeto entre o Alto e o centro, percorrendo os bairros populares vizinhos do Rosário e São Pedro. À medida em que vamos penetrando nas ruas e vielas, que saem da rua principal, o movimento diminui mais ainda, mas aumenta a quantidade de resíduos sólidos e o mau cheiro de esgoto. Algumas destas vielas são muito estreitas. O movimento no bairro aumenta repentinamente por volta das 11:30 quando as crianças chegam das escolas e no final da tarde quando estudantes e trabalhadores retornam. Entre 17 horas e 20 horas os ônibus passam lotados. Os barzinhos ficam cheios entre 19 horas e 21 horas e depois desse horário fica tudo muito vazio. Um dono de bar contou que as “[...] discussões ficam acirradas entre os que apoiam Lula e os que defendem Bolsonaro, mas depois fica tudo em paz, são todos amigos”.

Figura 12 – Visão geral da rua principal – Cecília Meireles



Fonte: O autor, 2022.

Um hábito muito comum, que observamos várias vezes ao longo dos dias de trabalho de campo, é o de pedir coisas emprestadas. Toda hora alguém pede a outro morador, um carrinho de mão, uma enxada, uma broca e a resposta mais comum é “pode pegar lá em casa e devolve depois”.

Um tradicional líder comunitário de Santa Cecília, aposentado, mora no local há mais de 50 anos e é originário de Vieira (Zona Rural do Terceiro Distrito). “Quando mudei tinha umas 10 casas e hoje são mais de 2000”, afirmou. Segundo seu depoimento, o bairro cresceu mais nos anos 1970, com a abertura das ruas e a maior parte veio da região rural. Ele contou que a Ilha do Caxangá já era ocupada por casas, as enchentes constantes e os deslizamentos na parte alta intensificaram-se nos anos 1980 com uma enorme tragédia em 1988 em que morreram 15 pessoas em uma só casa”. Na tragédia de 2011, também houve desabrigados e muitas casas

destruídas, embora não tenha sido a área mais atingida do município. Desde que a comunidade recebeu abastecimento de água da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE), nos anos 1970, não tem acontecido problemas de abastecimento para a maioria, mas o líder comunitário ressaltou os preços elevados pelo serviço e sua preocupação de que “os preços fiquem mais caros ainda com a privatização”. “O esgoto é quase todo direcionado para uma vala que foi tampada nos anos 1980 e depois os resíduos vão direto para o rio Paquequer”, contou (Figura 13). De acordo com ele, quase ninguém tem fossa e aproveitou para defender a despoluição do rio Paquequer, como prioridade maior da área ambiental para a cidade. Quanto ao lixo, afirmou ser um problema constante e antigo, mas que a atual associação está empenhada em realizar o trabalho de coleta e reciclagem. Ele fica impressionado com a quantidade e o tipo de resíduos despejados pela população que inclui animais mortos, móveis e muito plástico. Contou que existem vários becos em que a população tem o hábito de despejar o lixo. “Só estão preocupados em retirar da frente de suas casas”, exclamou, e lembrou que as chuvas de janeiro de 2022 causaram deslizamentos na comunidade (Figura 14).

Figura 13 – Esgoto a céu aberto na comunidade é reclamação constante



Fonte: Associação de Moradores de Santa Cecília (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, 2022).

Figura 14 – Eventos provocados pelas chuvas em janeiro de 2022



Fonte: Associação de Moradores de Santa Cecília (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, março 2022).

O dono de um bar na comunidade, negro e de meia idade, disse que quando chove muito forte fica sempre com medo, devido ao histórico de tragédias. Um morador que é originário da favela da Maré no Rio de Janeiro, mas que chegou em Santa Cecília nos anos 1960, disse que os problemas de saneamento aumentaram muito a partir dos anos 1980, quando a comunidade cresceu. Ele confirmou que muito poucas casas possuem fossa e filtro e que a maior parte do esgoto escorre nas vias ou com as águas pluviais. Um morador politicamente ativo na comunidade e que trabalha no setor da construção civil, negro e casado, descreveu a situação do rio Paquequer e disse que todos são responsáveis:

O Paquequer quando nasce no Parque Nacional é maravilhoso e até atingir as casas continua limpo. Quando chega na ilha do Caxangá e nas margens das comunidades fica totalmente poluído. Todos têm responsabilidade com o meio ambiente, a falta de educação contribui para a poluição, jogam de tudo no rio, não cuidam do lixo. As pessoas têm que colaborar. O governo é reflexo da sociedade. Não podemos contar só com o poder público, eles não estão nem aí para o nosso bem-estar (Depoimento A em abril de 2022).

A AMASC tem como característica principal a promoção de ações educativas e de mobilização no próprio bairro, como a horta comunitária, a reciclagem dos resíduos sólidos e a

formação de uma área protegida. A diretoria é composta por 12 membros e a associação não participa de nenhum conselho, mas está sempre pressionando os vereadores.

A vida social de uma comunidade geralmente acontece em alguns locais definidos e desenrola-se em situações regulares e delimitadas. A falta de segurança social colabora para uma interação social dentro da comunidade e a coesão dos grupos obedece a certas regras de convívio em que alguns comportamentos são desejados e alguns favores são esperados. Os líderes se tornam ponto focal e sua ausência pode provocar imobilização ou divisões no grupo. O líder conquista respeito por suas ações passadas e presentes e assim suas opiniões ganham respaldo. O líder também é procurado em caso de conflitos e ganha confiança pela sua capacidade de resolver problemas, tomar atitudes e promover eventos. Outras pessoas, além do líder, podem exercer influência, mas, espera-se que cumpram certas etapas e utilizem canais apropriados. Acontecem hierarquias no grupo social e os indivíduos assim possuem diferentes posições que dependem de sua forma de interação com o grupo como um todo. Pessoas em qualquer posição hierárquica podem provocar ruídos e perturbações importantes e causarem novas reorganizações (WHYTE, 2005).

Pode-se generalizar a respeito desses processos em termos de equilíbrio grupal. O grupo está em equilíbrio quando as interações entre seus membros seguirem a padrão costumeiro (passado e atual) de organizar as atividades. O padrão de interações pode sofrer certas modificações sem alterar o equilíbrio do grupo, mas mudanças abruptas e drásticas destroem o equilíbrio (WHYTE, 2005, p. 268).

O autor chama a atenção que as comunidades mais pobres são taxadas geralmente pela classe média e alta de desorganizadas e até incapazes de se organizarem. Ao estudar Corneville, bairro italiano de Boston, Whyte (2005), chegou à conclusão que a comunidade não é desorganizada e que tem capacidade de ganhar reconhecimento dentro e fora de seu território com suas ações e seus atores sociais. Podemos afirmar o mesmo para todas as comunidades que estudamos e notamos um aumento significativo de seu prestígio na região pelas suas ações, mobilizações e ascensão social de alguns indivíduos.

Em Santa Cecília, apesar da pouca participação política da maior parte dos moradores, a comunidade é muito unida. Um morador antigo da comunidade, que se encontra desempregado, nos contou que “a relação de vizinhança é muito boa”. Um jovem de 21 anos ressaltou que “os moradores gostam muito daqui. Fazem muita amizade, forma-se uma união”. Ele nasceu em Santa Cecília e os pais vieram da Baixada Fluminense, ainda novos. Trata-se de um rapaz pardo e com deficiência motora.

Os mais velhos vão para os bares e os mais jovens brincam uns com os outros. As brincadeiras de rua são muito comuns, como queimado e existe um pique-esconde que ocupa toda a comunidade. Nunca vi grandes rivalidades aqui. Não tem nenhum grupo separado. Mas a política concentra-se na associação de moradores. As atividades do Instituto Crescer (criado num espaço de cobertura de um prédio pela associação de moradores) estão aumentando, como jiu-jitsu e capoeira, por exemplo. Para mim o mais legal na comunidade são as pessoas e a natureza (Depoimento B em abril de 2022).

Uma comunidade ganha reconhecimento e respeito da sociedade de classe média e alta, que os cerca, quando alguns indivíduos conquistam ascensão social com negócios e estudos. O reconhecimento também vem quando a comunidade é capaz de organizar e promover ações que são respeitadas pela sociedade em geral. Whyte (2005) cita o exemplo de Cornerville em que os dois casos acontecem. Um dos reconhecimentos, semelhante ao que encontramos em Santa Cecília, é a promoção de ações sociais e recreativas. Este conjunto contribui para o aumento do capital político da comunidade.

As pessoas de Cornerville se ajustarão melhor a sociedade que as circunda quando tiverem mais oportunidades de participar dessa sociedade. Isso significa prove-las de melhores oportunidades econômicas e também dar-lhes maior responsabilidade na criação de seus próprios destinos [...] um exemplo – o projeto do centro de recreação do Centro Comunitário de Cornerville - sugere as possibilidades de encorajar a responsabilidade local (WHYTE, 2005, p. 278).

A comunidade de Santa Cecília é exemplo de organização e mobilização comunitária em Teresópolis. Através de eventos, como o Arraiá, a AMASC tem a intenção de aumentar o pertencimento da população com o seu território. Nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2022 a AMASC promoveu uma festa com uma barraquinha na praça principal da comunidade e enfeitou todo o local com bandeirinhas. A RBS, um dos movimentos sociais que abordamos, esteve presente divulgando o seu projeto de turismo e economia solidários e apresentando os produtos e serviços das empresas solidárias. Nossa investigação acompanhou os preparativos da festa e esteve presente em todos os dias do evento. Os líderes comunitários falaram da importância desses eventos, que muito além da festa, agregam a comunidade e trazem mais gente para participar das discussões políticas e das ações da AMASC, como a reciclagem dos resíduos sólidos, a instalação de uma horta comunitária urbana, a criação de um parque natural na parte alta e de juntar as comunidades do entorno de uma área verde ainda protegida que é a Serra dos

Cavalos. Um líder da comunidade, negro, de meia idade e pedreiro, apontou a dificuldade que é a promoção de uma festa popular e comunitária e falou da proposta de uma organização de comunidades carentes que ficam próximas:

Não há espaço no poder público, muita dificuldade e burocracia para se organizar uma festa comunitária. Eles não veem a comunidade como parte da sociedade. Os eventos na Várzea não fazem parte da comunidade, o que define é o IPTU, no entanto, todos votam. As comunidades só são procuradas na época das eleições. Promovemos os eventos para agregar, para promover conversa, para criar pertencimento. Os eventos são uma ponte para o diálogo.

Estamos organizando as comunidades do entorno da Serra dos Cavalos – área verde e montanha cercada por comunidades carentes como Santa Cecília, Barroso, Rosário, Perpétuo, Pimentel, Jardim Meudon e Vale da Revolta. A nossa intenção é proteger essa área, garantir água e promover o lazer e o turismo. Faz parte de nossa política de agregar as comunidades carentes e de promovermos uma política conjunta não elitista. Ganhamos assim mais voz junto ao poder público (Depoimento C em agosto de 2022).

À medida em que vamos penetrando no interior da comunidade de Santa Cecília, os problemas socioambientais aumentam como a dificuldade de acesso, as moradias com menor estrutura, o acúmulo de resíduos (Figuras 14 e 15).

Figura 15 – Fora da rua principal predominam as ruelas estreitas



Fonte: O autor, 2022.

Questões socioeconômicas influenciam na ausência ou na carência de serviços básicos como o saneamento. Formamos assim territórios hidrossociais de desigualdades, diretamente relacionados à lógica do mercado e da circulação de capital. A tecnologia da estrutura de serviços reflete relações sociais e a quantidade de capital político de cada setor social e território. “Assim, exemplos atuais no mundo têm identificado a existência de preferência de companhias privadas de água em ofertar o serviço somente nas regiões que lhe proporcionam retorno financeiro [...]” (GOUVEIA; JOHNSON; PAIVA BRITTO, 2020, p. 164).

A distribuição privilegia os locais de maior renda e capital político, fato que obedece à própria lógica histórica da ocupação do território em que as áreas de maior urbanização possuem serviços de melhor qualidade e maior quantidade. Mesmo áreas mais pobres, muito próximas das áreas bem urbanizadas, possuem serviços desiguais (GOUVEIA; JOHNSON; PAIVA BRITTO, 2020). A comunidade de Santa Cecília é um caso típico desta afirmação. Em 2019, um vazamento provocando despejo de esgoto a céu aberto durou cerca de quatro meses, como afirma o morador, professor, pardo e de cerca de 30 anos de idade:

A servidão Adolfo José Ferreira ficou quatro meses com esgoto jorrando e mau cheiro. Comunicamos à Ouvidoria, à Secretaria de Obras e nada foi solucionado. Acabamos consertando nós mesmos, compramos o material que foi caro. Se fosse em área nobre tomariam uma providência. Se fosse na Granja Comary ou em Agriões, áreas de poder aquisitivo maior, o interesse em solucionar esse tipo de problema seria mais rápido. Tem um lixão, desde 2019, que também já denunciemos para a prefeitura e continua sem solução (Depoimento D de membro da AMASC em agosto de 2022).

As iniciativas da comunidade como a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos merecem destaque e provam que existe uma busca por autonomia (Figuras 16 e 17). A partir destas ações as lideranças acreditam ser um passo para agregar maior participação social e política e para o ganho de reconhecimento da comunidade com aumento de sua influência política.

Figura 16 – O projeto de coleta seletiva e reciclagem mobiliza os moradores de Santa Cecília



Fonte: O autor, 2022.

Figura 17 – Dados da coleta e da reciclagem em fevereiro de 2023



Fonte: Associação de Moradores de Santa Cecília (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, fevereiro 2023).

Algumas comunidades do bairro do Alto, como Santa Cecília, ficam localizadas na parte alta da bacia do rio Paquequer e cercadas de áreas mais nobres e diferentes destes locais, não possuindo os serviços básicos de saneamento. O sistema de drenagem é problemático, principalmente no período das chuvas fortes, o lixo fica espalhado pelas ruas e vielas e o esgoto é direcionado para as águas pluviais em galerias improvisadas ou corre a céu aberto. No entanto, a comunidade de Santa Cecília é exemplo no município de organização popular e algumas iniciativas importantes acontecem, promovidas pela associação de moradores. Projetos de reciclagem de resíduos sólidos e horta comunitária são alguns exemplos. Entrevistamos um

líder comunitário (pardo e de cerca de 30 anos) e enfatizamos a questão do consumo e dos resíduos sólidos e fizemos as seguintes provocações: existe uma posição crítica em relação ao consumo de produtos industriais como refrigerantes, enlatados e produtos químicos? Há uma intenção de se incentivar um consumo mais saudável, sem químicos e agrotóxicos? Produtos naturais que podem ser produzidos localmente e até representar uma renda? Qual a posição das pessoas e da organização das iniciativas diante disso? Explique o que já foi realizado.

Temos duas iniciativas que visam justamente trazer o debate ambiental para a comunidade: a coleta seletiva e a horta comunitária. Infelizmente a questão levantada ainda passa distante do dia a dia dos moradores. As pessoas podem até se sensibilizar, mas, na prática, muito pouco será feito por elas. Com esses dois projetos, temos em mente que eles podem ser pontes para a discussão do modo de produção e da segurança alimentar com os moradores (Depoimento E em janeiro de 2021).

Entrevistamos um professor, com graduação e pós-graduação (especialização), que é morador do bairro e militante nas iniciativas populares. Sobre a importância da autonomia das comunidades diante das desigualdades ele prestou o seguinte depoimento:

O sentimento geral da comunidade é uma corrida para as soluções individuais. Cada um busca sua saída, de forma individual para melhoria das condições materiais de vida. Pouco se pensa em soluções coletivas e solidárias. Mas não encaramos isso como algo natural, mas sim, impositivo do sistema capitalista (Depoimento F em setembro de 2021).

Perguntamos em seguida se existe um sentimento de pertencimento forte na comunidade e qual o nível de engajamento político:

Em Santa Cecília, está sendo feito através da associação de moradores. Buscando resgatar esse sentimento de pertencimento e talvez de orgulho da comunidade com ações que visam transformar o território socialmente e ambientalmente. Entendemos que todas as ações de transformação do território são políticas. Quando pleiteamos um posto de saúde ou mesmo a reforma de uma praça, por exemplo, estamos lutando para também participarmos dos rumos da cidade. A cidade é dividida em classes e geralmente, a classe rica impõe seus projetos políticos em detrimento da classe popular. Temos a consciência

de que a associação de moradores pode ser uma ferramenta de luta e organização por uma cidade mais justa e igualitária. Além disso, estamos tentando mostrar aos moradores que podemos pensar e construir alternativas para os problemas de nossa comunidade e propriamente da cidade. Mostrar que é possível que a classe popular tome os rumos da cidade em suas mãos. Queremos transformar a associação em uma grande escola de luta, onde os moradores poderão se apropriar das ferramentas da organização popular (Depoimento F em setembro de 2021).

Perguntamos então: qual o nível de participação política da comunidade? Qual a origem das pessoas da comunidade? Qual a principal fonte de renda? Existem muitos desempregados e subempregados?

Muito baixo. Infelizmente o estrago de anos de abandono e da ladainha eleitoral como única solução para os problemas da comunidade criaram nos moradores uma resistência grande quando surgem iniciativas que pensam na coletividade. A maioria vive na comunidade há vários anos e suas origens são diversas. A maioria é assalariada ou trabalha em empregos informais. Em relação aos desempregados eu não tenho dados sobre isso, mas na minha percepção vejo uma boa parcela desempregada ou trabalhando em subempregos (Depoimento F em setembro de 2021).

Conversamos com um morador de Santa Cecília (branco e de mais de 50 anos) que está desempregado, mas trabalhou muito tempo em uma fábrica de bijuterias (Depoimento G em setembro de 2021). O setor de bijuterias já foi uma das principais atividades de Teresópolis, até a chegada das mercadorias chinesas no final dos anos 1980. A cidade era famosa por essa indústria e exportava produtos para a Europa. Na época do Natal a indústria de bijuterias empregava milhares de pessoas e aquecia a economia local. Esse morador está em Santa Cecília há 55 anos, desde quando nasceu, e os pais vieram do interior de Minas Gerais para Teresópolis. Ele falou da pouca participação política e nos trabalhos sociais, por parte da maioria dos moradores. “Falta união e predomina o individualismo. O espírito comunitário é baixo. Na reciclagem, por exemplo, somos uns cinco que realmente tocam o projeto no dia a dia”, afirmou. O presidente da associação de moradores disse que o maior problema é a falta de perspectivas. “Não há trabalho em Teresópolis, muitos acabam indo embora ou vivem de biscates”, ressaltou. Um jovem de 21 anos que fez curso técnico de informática, é voluntário na biblioteca e produz música instrumental eletrônica no computador confirmou: “não há emprego na comunidade. Alguns vão embora,

outros ficam e vivem de biscate”. A falta de perspectivas é apontada como o principal motivo pelo pouco interesse político. O morador que está desempregado e trabalhou anos no setor de bijuterias tem a seguinte opinião:

Só a conscientização pode mudar. As pessoas sofrem tanto e acham que isso é normal, natural. Acham que dependemos dos poderosos, mas eles têm mais-valia. O nosso desafio é saber como conscientizar. Acho que o primeiro passo é trazer as pessoas para nossas atividades como a horta comunitária, a reciclagem, os cursos gratuitos e provocarmos a discussão (Depoimento H em abril de 2022).

Whyte (2005) observa que nos grupos sociais acontece uma mudança contínua dos indivíduos que ocupam posições sociais diversas, que as pessoas situadas num determinado nível social e político apresentam semelhanças e que há uma busca permanente por ascensão social. Um determinado grupo se preocupa mais com a comunidade enquanto que grande parte não tem participação e pensa em suas ascensões pessoais. Assim as pessoas promovem diferentes formas para adquirirem ascensão social e poder. A mobilidade social depende de ações individuais e coletivas e, portanto, vivemos numa permanente instabilidade.

Entrevistamos um dos moradores mais envolvidos com política no bairro de Santa Cecília. Ele atua na associação de moradores e nas ações do Projeto Crescer que promove atividades sociais na comunidade (negro e de meia idade). Foi candidato a vereador e teve muitos poucos votos e explicou o que acredita ser o motivo principal:

A comunidade vota em candidatos de fora. Acham que estamos nos candidatando para ficarmos ricos à custa do povo local. Este é o pensamento geral. Incrível que os políticos de fora só aparecem na época das eleições e depois somem. Fazem aquele tipo de campanha tradicional oferecendo churrasco e outros favores. Já me ofereceram grana e disse que não estava à venda (Depoimento I em abril de 2022).

Perguntamos a ele o que acha dos conselhos:

Os conselhos são espaços de manobra política. Eles botam o pessoal deles para sempre ganharem nas votações. Depois dizem que as decisões passaram pelo conselho. Na verdade, quem decidiu foi a banda podre. Fui do conselho da cidade e faço parte do PlanejaTerê. Tudo funciona em benefício dos grandes empresários, principalmente da especulação imobiliária. Existe um complô que envolve empresários, governos e financiadoras. Querem liberar tudo para a construção e deixam desmatar. Movimentos tipo PlanejaTerê fazem oposição de verdade, mas precisamos de movimentos fora da classe média (Depoimento J em abril de 2022).

O presidente da associação de moradores de Santa Cecília (negro e aposentado) confirmou o comportamento dos políticos e acrescentou:

Se o político oferecer um benefício realmente bom para o social, para o povo aí muda tudo. Merece nosso apoio. Mas, tem que dar antes e não apenas prometer. Um real benefício social, cultural, educativo não tem preço, vai fazer bem para os pobres. No entanto, não é assim que funciona. Eles governam para a classe alta e média da Várzea e não para as comunidades. A população de baixa renda é sempre muito prejudicada. O executivo trabalha a favor da sua turma. Eu fui vice-presidente do PDT e nosso candidato a prefeito era oposição ao atual prefeito. Isso criou rivalidade contra o nosso bairro. Deveriam governar para todos. Teve uma visita do governador e o prefeito convidou todos os presidentes de associações de moradores. Eu não fui, era só para o prefeito fingir que tinha apoio. O pessoal do poder público nos chama de vossa excelência para ver se baixamos a guarda (Depoimento K em abril de 2022).

Outro morador antigo da comunidade (branco e aposentado) e que foi presidente da associação de moradores também falou do jogo político em Teresópolis:

O poder público não quer ouvir as comunidades, eles têm compromisso com os grandes empresários e a maioria é da maçonaria. Existe um grupo em que um protege o outro. Eles perguntam toda hora: você está comigo? Discriminam quem não entra no grupo deles. Além disso, usam as redes sociais com um monte de *Fake News* (Depoimento L em abril de 2022).

O entrevistado acima, que foi candidato a vereador e faz parte do movimento PlanejaTerê e defende a formação de movimentos de origem comunitária, está investindo numa iniciativa nova para a cidade. Ele e mais algumas lideranças de outras comunidades como Barroso, Beira Linha, Guarani, Morro do Tiro e Vale da Revolta estão se organizando.

PlanejaTerê é classe média e atua muito em função da Várzea. Estamos criando o movimento Nós da Comunidade – nós de nó (unidos). Precisamos de um grupo comunitário de luta. Estamos juntando lideranças comunitárias de favelas. Precisamos em Teresópolis de grupos tipo Central das Favelas do Rio. Não podemos continuar governando de cima para baixo e sim de baixo para cima. Podemos criar uma moeda social. Trata-se de uma política de agregar, para formar pessoas com problemas semelhantes e que pensam igual (Depoimento M em abril de 2022).

Este tipo de iniciativa conta com apoio de uma jovem estudante (branca de 18 anos) de Santa Cecília que participa de atividades do Projeto Crescer.

O primeiro passo é a comunidade se organizar. Temos que investir na informação. Provocando o debate, as pessoas necessitam compreender como funciona a política e ter consciência de classe (Depoimento N em abril de 2022).

3.2 Várzea

O centro de Teresópolis ganhou o nome de Várzea, devido ao terreno correspondente à planície de inundação, onde a cidade se desenvolveu. Local onde se concentram os maiores prédios e intensa ocupação populacional, a mata ciliar foi quase totalmente destruída e os canais fluviais recebem esgoto e resíduos sólidos em grande quantidade (Figura 18). A Várzea inclui todo trecho central e os bairros arredores como Agriões, Beira Linha e São Pedro. A rua principal da cidade, conhecida como reta corta a Várzea na direção Sul-Norte, fica paralela ao rio Paquequer (localizado do lado direito) e bairros se formaram nos dois lados da avenida, tanto de classe média quanto populares. O território da Várzea está praticamente todo impermeabilizado e as enchentes são constantes (Figuras 19 e 20). As comunidades de população menos favorecidas geralmente ficam localizadas nas encostas (Figura 21) ou na beira

do canal principal. Além disso, todos os canais fluviais da Várzea estão poluídos com esgoto e resíduos sólidos (Figura 22).

Figura 18 – Prédios ocupam a beira do Rio Paquequer na Várzea, onde a mata ciliar é inexistente



Fonte: O autor, 2020. Várzea.

Figura 19 – Aumento do escoamento superficial provocado por novos empreendimentos



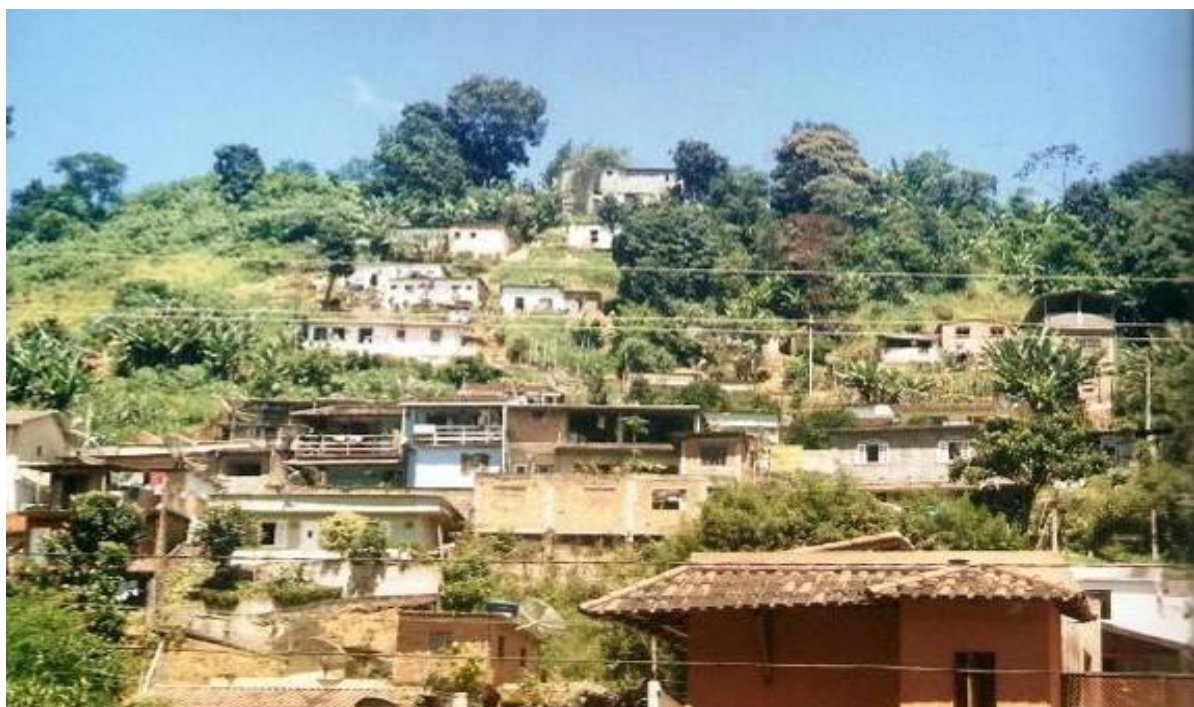
Fonte: O autor, 2020. Várzea.

Figura 20 – Enchentes na Várzea devido à impermeabilização do solo



Fonte: O autor, 2020. Várzea.

Figura 21 – Habitação popular nas encostas com riscos de deslizamentos ou nas beiras de canais fluviais com risco de enchentes



Fonte: O autor, 2020. Várzea.

Figura 22 – Canais fluviais da Várzea poluídos com esgoto e resíduos sólidos



Fonte: O autor, 2020. Várzea.

Entrevistamos um turismólogo e historiador (branco), com pós-graduação, de 38 anos, que nasceu e sempre morou em Teresópolis, nos bairros da Várzea e Tijuca. Ele nos contou sobre as transformações na Várzea nos últimos 30 anos e também falou do seu sentimento com a cidade. Ele ressaltou o código de posturas de 1992, elaborado no mesmo ano da ECO 92 no Rio de Janeiro, que permitiu o aumento dos andares das edificações na cidade.

O Código de Posturas de 1992 foi responsável pelas grandes transformações na Várzea quando permitiu prédios acima de três andares. Surgiram então os prédios altos, mais gente, mais novidades e mais comércio. Muitos patrimônios históricos foram derrubados, vários sobrados e alguns casarões. O rio Paquequer se deteriorou. A quantidade de esgoto ligado ao rio ficou maior. O asfalto tomou lugar do paralelepípedo e aumentaram as enchentes. O lixo aumentou e a falta de políticas públicas tornou o assunto um problema. Antigamente tínhamos pessoas morando na rua, mas eram todos conhecidos e moradores da cidade. Agora tem muita gente na rua e vieram da Baixada, muitos ambulantes. As pessoas que ocuparam os novos prédios da Várzea, vieram do Rio e de Niterói e trouxeram novidades, mas são predominantemente gente conservadora. As novas estruturas beneficiam quem tem grana. Antigamente tínhamos muitas vilas, mas felizmente algumas se mantêm. Na Várzea concentra-se o grande comércio (Depoimento O em abril de 2022).

Nas cidades grandes as relações são muito impessoais, nas cidades menores as pessoas se conhecem. Gosto desta relação de pessoalidade de Teresópolis. Nós somos mais próximos, até dos políticos e dos comerciantes. As pessoas sempre se encontram. Acho que isso pode facilitar os movimentos políticos. Além da receptividade e da hospitalidade, Teresópolis é segura, você pode andar na rua a qualquer hora. Muito bom é esta aproximação com a natureza. Da Várzea em poucos minutos você está tomando banho de rio ou passeando numa trilha no PARNASO. E é bem segura, ao contrário do Parque da Tijuca no Rio. As culturas locais e diversas também são muito enriquecedoras. Temos uma variedade de gastronomia. No comércio da Várzea predominam os libaneses e sírios que são bem receptivos e sabem convencer. Os sírios e libaneses chegaram no início do século XX, antes predominavam no comércio os portugueses e espanhóis com pequenas vendas que vendiam de tudo. Os sírios e libaneses deram uma dinâmica no comércio. Hoje os grandes supermercados e shoppings despessoalizam Teresópolis. Não possuem raízes na cidade, são grandes e redes de fora e ninguém conhece ninguém. Nas pequenas vendas havia uma amizade, hoje ainda temos este espírito na Padaria Império na Várzea (Depoimento O em abril de 2022).

Entrevistamos uma moradora da Várzea, desde quando nasceu, com 38 anos. Ela tem ensino médio completo e é pequena empresária do comércio, branca e bissexual, com namorada e filho que estuda veterinária na universidade particular local. Contou um pouco sobre as pessoas da Várzea e de Teresópolis:

As pessoas de Teresópolis são muito familiares, todo mundo conhece. Por exemplo na UPA, a gente é sempre bem atendida porque conhece alguém. Já no comércio todos são muito competitivos e demoram a fazer amizade. Os lojistas criam confusão com coisas pequenas, como por exemplo onde colocar o lixo. Fui colocar onde já tinha um monte de lixo e disseram para colocar na frente da minha loja. Depois de um tempo ficamos amigos. A cidade é muito machista e conservadora e qualquer coisa fora do padrão causa incômodo e preconceito (Depoimento P em abril de 2022).

Quanto às transformações da Várzea e a visão do rio Paquequer:

Nos últimos 20 anos percebi um *boom* de novos prédios. Triplicaram os prédios em volta da minha casa. Hoje quase todas as casas viraram prédios e não recebemos mais o sol, perdemos a vista das montanhas. Na minha infância brincávamos nas ruas e as crianças de hoje não tem isso. O que não virou prédio residencial, virou comércio. A cidade ignora o rio Paquequer. Nunca lembramos que existe. Sabemos que todo o esgoto vai para lá, mas não afeta em nada o nosso cotidiano. As enchentes sempre foram recorrentes. Às vezes era até engraçado, as pessoas improvisavam botes. O mais legal de Teresópolis é a natureza. A Mata Atlântica é o melhor da cidade (Depoimento Q em abril de 2022).

Em relação à política local e sua atuação, a empresária afirmou que nunca participou e nem ouviu falar da associação de moradores. Seus pais também não tinham participação política, embora ache importante a população agir politicamente.

Na Várzea destacamos as ações da RBS com trabalhos socioambientais, da AAT que resiste pela permanência da feira agroecológica em seu local conquistado e o PlanejaTerê que resiste contra o desmatamento e a especulação imobiliária.

A RBS surgiu de uma tese de doutorado e de um programa de extensão da UERJ em 2012. Hoje é dirigida, principalmente, por jovens protagonistas com o objetivo de promover projetos solidários em todo o país. O conceito de Brasilidade refere-se à diversidade étnica e cultural do Brasil e a tese de doutorado, por sua vez, trabalhou com o conceito de Turismo Solidário. A RBS no momento desenvolve diversos projetos que envolvem solidariedade, além do setor de turismo. Um projeto da RBS de organização de feiras de economia solidária foi contemplado por um edital da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. A feira de artesanato acontece em espaços da Várzea, no bairro de Agriões e outras localidades.

A RBS é composta por uma diretoria com presidência, vice-presidência e conselheiros de áreas e uma base composta pelos chamados protagonistas, que são os voluntários que se identificam com a ideologia da RBS. No entanto, no estatuto fica claro uma composição horizontal em que qualquer decisão após ser debatida pela diretoria é colocada em discussão e votação de todos os membros. Entrevistamos a presidente da RBS, de 29 anos, negra e grávida, com bacharel em Turismo e pós-graduada em projetos culturais, sobre as atividades do movimento social e que tipo de transformação socioambiental promovem.

Hoje a RBS tem três projetos principais: Empresa Solidária, Feiras RBS e a parte dos cursos em parceria com os nossos protagonistas com relacionamento acadêmico e que produzem pensamento científico que precisa ser compartilhado. A gente observa que todos os projetos da RBS têm ligação com a nossa missão do estatuto que é ampliar as oportunidades, por meio da geração de renda. Então a gente busca ferramentas para que as pessoas possam gerar renda. Quando falamos de empresa solidária trazemos uma visão inovadora mostrando que o mercado consumidor de hoje não é como o de antigamente. É um mercado consumidor que quer consumir, mas deseja e precisa comprar de empresas que tenham projetos socioambientais e a gente propõe também executar para este empresário as ações de cunho solidário que dentro da empresa eles não têm braços para fazer. Temos também as feiras da RBS que fazem parte do turismo solidário, que se contrapõe ao turismo convencional, que busca beneficiar apenas grupos específicos. A gente traz a comunidade para o seio desta relação, privilegiando, por meio da comercialização do artesanato, uma fonte de renda a mais em sua casa. A RBS busca também a adequação de oportunidades. Desenvolvendo assim oportunidades. Os cursos RBS também têm essa parte de contribuir para que as pessoas sejam capazes de gerar renda através do pensamento crítico, da visão inovadora por meio da contribuição do que se aprende nas universidades (Depoimento R em maio de 2022).

A RBS promove palestras, oficinas e cursos de fácil acesso, desenvolve iniciativas de apoio aos mais vulneráveis (projeto Retribuir), como a distribuição de cestas básicas e máscaras durante a pandemia e criou um grupo de empresas solidárias, preocupadas com transformações sociais. A RBS também trabalha na área ambiental com jardins sensoriais, hortas urbanas e coleta seletiva de resíduos. A RBS participa de vários conselhos como: CONPARNASO, COMDEMA, Parque Estadual dos Três Picos (CONPETP) e Conselho de Turismo de Teresópolis (COMTUR). A RBS teve como conquista política importante, a sua metodologia de turismo tornando-se parâmetro para o Plano Diretor de Turismo de Teresópolis. Fato que produzirá reflexos nas territorialidades em um município que tem o setor turístico como uma de suas principais atividades e metas para o desenvolvimento econômico e social. A RBS também faz parte da coordenação da Câmara Temática de Cultura e Educação Ambiental (CTEA) do CONPARNASO e participa da elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA).

O morador da Várzea, formado em história e turismo com pós-graduação, falou da atuação de alguns movimentos sociais, sendo membro da diretoria da RBS.

A Associação de Moradores e Amigos da Várzea surgiu com o arquiteto e professor Roberto Cavalcanti da UFRJ, ele ativou a associação. Eu fui da diretoria de cultura e educação de 2007 até 2008 e de patrimônio e turismo de 2008 a 2009. Hoje a associação está parada. De 2006 até 2010 tivemos a Federação de Associações de Moradores ativa, houve uma união das associações e hoje isso acabou. Em Teresópolis tudo depende de poucas lideranças. Quando um destes morre ou se afasta, tudo se perde. Estamos num período complicado da política em que as pessoas se afastaram da política e pensam apenas em suas vidas. Não percebem como é importante todos participarem dos bens públicos. Eu faço parte de dois conselhos: do PARNASO e de Turismo e já fui do Conselho de Cultura. Não tem jeito. A solução é um trabalho de raiz, nas escolas com crianças e jovens, mostrar a importância da política. Nossas vidas dependem disso. Só assim podemos tornar nossa cidade melhor. Tanto o Executivo quanto o Legislativo estão mais próximos do poder econômico, principalmente da especulação imobiliária. A questão da conservação do patrimônio, por exemplo, atrapalha o plano deles (Depoimento S em abril de 2022).

O poder público não dá nada de graça. Nós da RBS temos uma participação forte nos conselhos de unidades de conservação, turismo e meio ambiente. Nossa principal atuação é na economia solidária, com mais de 100 artesãos cadastrados. Isso faz uma diferença na cidade. A Associação Agroecológica de Teresópolis também é muito importante na luta pelo orgânico. Fato que contribui também para o turismo. Os sítios orgânicos estão recebendo muitos visitantes. Temos que ter união dos movimentos sociais, fazer marcação cerrada, temos que pressionar o tempo todo. O PlanejaTerê é importante, mas é muito partidário (Depoimento S em abril de 2022).

O historiador e turismólogo nos deu um depoimento sobre a problemática do saneamento na Várzea e arredores.

A questão dos resíduos sólidos é muito problemática, veja o caso do lixão do Fischer. Tinha que ter uma política de reciclagem eficiente. Aquele lixão pode explodir a qualquer hora, é uma bomba com todo aquele gás do chorume. Tinham que trabalhar a coleta seletiva e a reciclagem nos condomínios, hotéis e pousadas e no comércio para iniciar. O poder público tem que fazer este trabalho se não teremos uma tragédia no futuro. O lixo orgânico poderia estar sendo utilizado na agricultura. As praças poderiam

ter hortas de temperos e o horto municipal recebendo também o orgânico. A coleta de lixo é caótica, sem horários e trajetos definidos. Faltam projetos. Estes planos todos são documentos mortos, ninguém conhece, o poder público não cumpre. A privatização da água e do esgoto não funcionará. Só visam o lucro. Vejam as reclamações em Petrópolis e Nova Friburgo. A solução seria uma fundação municipal de serviços públicos com um conselho forte e participativo. A drenagem é outro problema grave, principalmente agora com estes estacionamentos gigantescos, sem qualquer vegetação, tudo de concreto, na Várzea (Depoimento S em abril de 2022).

Sobre a cidade de Teresópolis, em termos de suas potencialidades e vulnerabilidades, entrevistamos a presidente da RBS. Ela criticou o projeto em andamento na prefeitura para tornar Teresópolis colônia inglesa, em consonância com as cidades turísticas da própria Região Serrana (Petrópolis alemã e Nova Friburgo suíça) e do Sul do país, que se denominam colônias de imigrantes europeus, alemães e italianos. A influência inglesa foi, primeiro de um escravagista que ocupou o vale do Paquequer no século XIX e depois de vários veranistas que aqui instalaram sua segunda residência no início do século XX e tinham negócios no Rio de Janeiro, como a família Heath. Nos parece ser mais uma imposição de marketing turístico, sem participação popular. Uma rua da Várzea ganhou características inglesas e como contradição se chama rua Monte Líbano.

Teresópolis é uma cidade que tem potencialidades incríveis, ainda não é uma cidade turística, mas tem potencial para se tornar. Tem vários títulos como capital do montanhismo, capital do lúpulo, capital estadual da agricultura familiar. São títulos importantes que se bem trabalhados podem dar visibilidade muito boa. Cidade com muitos talentos e criatividade. A cultura é muito forte, temos pessoas talentosíssimas que moram aqui e que precisam de maior visibilidade para seus trabalhos e projetos. Potencialidades várias, paisagens lindas. Ao mesmo tempo, tem vulnerabilidades também. Essas potencialidades não conseguem se desenvolver no ponto de abraçarem e absorverem as comunidades, os moradores. Estas potencialidades ficam restritas e beneficiam um grupo específico apenas. Enquanto que outra parte da sociedade fica à mercê de vulnerabilidades ambientais, insegurança alimentar, que é muito forte aqui no município de Teresópolis. Embora exista um esforço para ser uma colônia inglesa. Teresópolis não é isso, é uma cidade favelizada, de gente preta. As vulnerabilidades que atingem a capital têm reflexo aqui também. Precisamos trabalhar as potencialidades para desenvolvermos o território (Depoimento T em maio de 2022).

Quando a presidente da RBS cita o fato de Teresópolis ser uma localidade de gente preta e enfatiza uma espécie de racismo por parte do poder público que insiste em dar um tom europeu à cidade, ela vai ao encontro da opinião manifestada na rede social das Associações de Moradores de Teresópolis. Grupo de WhatsApp que é composto por organizações predominantes das comunidades de periferia como Santa Cecília, Rosário, Vale da Revolta, Barroso e outras, onde habita a grande maioria da população. Em julho de 2022, nos dias 7 a 12, com apoio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, do consulado italiano e de empresas particulares, a prefeitura promoveu um evento intitulado Festival de Teresa – Bicentenário da Imperatriz com atividades gastronômicas e artísticas europeias. No grupo de WhatsApp surgiram logo manifestos como: “Quando a PMT (Prefeitura Municipal de Teresópolis) fará um festival para homenagear os indígenas assassinados pelos europeus? Nós somos miscigenados. O prefeito branco quer passar a ideia de uma Teresópolis branca também. Isso não existe” (WhatsApp, 27 maio 2022).

A AAT tem como proposta promover a produção orgânica de base agroecológica, a economia solidária e a segurança alimentar e nutricional da população, de acordo com seu estatuto. A associação está presente nos conselhos de agricultura e de meio ambiente. Organizam semanalmente duas feiras agroecológicas na Várzea em espaço que estão sendo ameaçados de expulsão, devido à construção de uma estrada e um novo bairro. A Associação faz parte, portanto, dos conflitos presentes na Várzea, diretamente relacionados com a questão imobiliária e aos projetos urbanísticos realizados sem o devido debate com a população e os técnicos locais.

A AAT está resistindo ao deslocamento de sua tradicional feira para uma praça de esportes radicais, totalmente coberta por concreto explicou uma argentina, idosa, branca que é membra da AAT.

Estamos aguardando a decisão do judiciário. Queremos um parque fluvial naquela área e com isso a manutenção da feira no mesmo local. Só vieram conversar com a gente depois das decisões tomadas. Não houve qualquer tentativa de diálogo durante o planejamento. Realizaram uma mesa de negócios sem a nossa participação (Depoimento U em abril de 2022).

Entrevistamos o presidente da AAT que é engenheiro agrônomo, branco de cerca de 50 anos (Depoimento V em abril de 2022). Ele contou que a AAT surgiu da feirinha agroecológica em 2008 (Figura 23), quando conquistaram o espaço atual e que agora sofrem a ameaça de

remoção, para abrir espaço para um projeto de um bairro novo na Várzea. No local da feira pretendem passar uma estrada. Ele explicou que na AAT existem duas categorias de membros que se somam: as unidades de produção que atualmente são 40 pertencentes e as pessoas que atualmente são 120 pessoas. Segundo o presidente, o objetivo principal é espalhar a agroecologia. A AAT participa dos conselhos de agricultura, cidade e meio ambiente. Muitos membros da AAT trabalham junto com o PlanejaTerê e alguns produtores rurais da AAT participam de iniciativas da RBS. O presidente da AAT expressou um pouco sobre a realidade da instituição:

Figura 23 – Feira agroecológica semanal coordenada pela AAT que sofre ameaça de remoção para construção de estrada



Fonte: O autor, 2022. Várzea.

Estamos num período incerto e com retrocessos de anos. Compreendemos que cada unidade de produção agroecológica é um ponto de conservação e resistência ambiental. Mas, parece que somos inimigos da administração pública, a feira está sendo sucateada. Não conseguiram ainda varrer a gente, mas estão minando. Criam incertezas. Sofremos um neocolonialismo com essa coisa de bairro inglês em homenagem a um escravocrata (George March deverá ser o nome do novo bairro da Várzea sendo implantado pela prefeitura em homenagem ao considerado fundador de Teresópolis). A falta de

pertencimento é um problema crônico de Teresópolis. O município foi formado pela relação patrão-caseiro ou por gente que veio de fora sem identidade com o município. As pessoas moram aqui, mas não estão aqui, estão na internet, virados para o mundo externo. Nós da AAT procuramos ser o oposto disso. Agora querem passar um trator por cima de nossa conquista para fazer uma rua. Não há sensibilidade. Temos que atuar urgentemente, desacelerar o mundo, voltar ao rural, retornar à vida do interior, voltarmos a conviver com a natureza. Trata-se de uma questão de sobrevivência (Depoimento W em junho de 2022).

A artesã de 30 anos (branca) que participa da feira agroecológica semanal de Teresópolis e do movimento agroecológico da AAT, acredita que o processo de politização começa com a sensibilidade dos próprios indivíduos e cita a feira como exemplo.

As mudanças são possíveis, por exemplo, com os movimentos voluntários e outras ações. Quando as pessoas querem fazer algum tipo de ação para o bem. A força do poder econômico é muito forte, o capitalismo ainda é muito poderoso e muito individualista, não querem dividir as coisas. Sou voluntária em várias ações, quero somar. Acredito que podemos chegar numa sociedade mais justa algum dia. O espaço da feira é um exemplo para os produtores agroecológicos, a RBS é outro exemplo para os artesãos. São iniciativas que unem as pessoas, que aquecem uma economia local alternativa e assim provocam mudanças. Infelizmente a questão política em Teresópolis é uma bagunça (Depoimento X em junho de 2022).

A estudante de Engenharia Ambiental de 30 anos, branca, que também é participante da feira agroecológica e da AAT pensa de forma semelhante e afirma que “Teresópolis é um local maravilhoso, mas existe pouco pertencimento em Teresópolis”:

A política em Teresópolis é muito concentrada. Já foi até pior. Poderia existir mais investimentos na sustentabilidade, tinham que valorizar mais a gente da área rural, das comunidades (Depoimento Y em junho de 2022).

Um pequeno produtor rural, membro da AAT e que participa da feira agroecológica todos os sábados (35 anos e formado em Ciências Sociais e branco) nos prestou um depoimento:

Existe uma hegemonia, uma lógica estabelecida que diz o que é normal, como devemos fazer, como devemos comercializar, como devemos comportar. O movimento agroecológico vai contra esse poder hegemônico, mas para sobrevivermos temos que criar mais associativismo, cooperação. Temos que investir em nossa logística alternativa. Temos que combater uma cultura individualista, baseada na disputa e na competição. Esse é nosso grande desafio. Na época do PT tivemos alguns avanços em que pequenos agricultores familiares forneciam alimentos para a merenda escolar, parte orgânico. Esse governo (Bolsonaro) tirou os recursos. Teresópolis tem um problema de identidade enorme por parte do poder público. É claro que nossa identidade é o produtor rural e a vida do campo e não inglesa como querem impor. O poder público precisa valorizar nossos grandes valores que é a natureza exuberante e o rural. Agora querem tirar a nossa feirinha para fazer um bairro novo, isso vai contra nossa identidade (Depoimento Z em julho de 2022).

Os movimentos contra a retirada da feira agroecológica de seu local, onde já se consolidou e criou-se um sentido de pertencimento, para a construção de uma estrada é mais um caso de resistência que presenciamos em oposição à implantação de um empreendimento imposto de cima para baixo. Trata-se de um conflito entre a sociedade civil e o poder público territorial-ambiental que envolve uma série de atores sociais. Trata-se de um jogo de capital político em que formas econômicas, políticas e simbólicas manifestam-se no território. Torna-se, portanto, importante atentarmos para as representações, interesses e significações presentes.

Tais significados explicam e esclarecem os conflitos em algumas de suas dimensões, contribuindo para a identificação dos interesses que estão em disputa em um dado contexto político. Nesse sentido, a ideia de interesse é uma ideia-chave para entender as alianças que movem as pessoas e o jogo de tensões entre elas (OLIVEIRA, 2019).

Os megaprojetos urbanos desprezam identidades culturais estabelecidas e o território é assim modelado de acordo com o modelo empresarial e não respeita os processos espontâneos. As vias públicas que abrem espaço para os veículos são muito privilegiadas pelos planejadores urbanos e servem para os interesses empresariais de circulação de mercadorias e de consumidores (REPRESA, 2019). Os conflitos territoriais-ambientais provocam polarizações de poderes e alianças em que acontecem conflitos, por exemplo, entre empresários e movimentos sociais e o poder público geralmente fica do lado empresarial, como está acontecendo na disputa pelo terreno onde ocorre a feira agroecológica. Acontece assim uma

contradição entre a apropriação privada e o uso coletivo ou de um determinado grupo do território. Envolve também a perda de valores culturais e de recursos materiais e imateriais. Os locais possuem para as comunidades ou certos grupos sociais, como os participantes da ATT em nosso caso, uma importância simbólica, como manifestaram os organizadores da feira agroecológica. Assim, megaprojetos, como a construção de um novo bairro na Várzea, proposto pela Prefeitura, trazem, além de transformações territoriais, mudanças nos modos de vida dos grupos atingidos (OLIVEIRA, 2019).

Muitas vezes, a população local prefere uma vida tranquila e uma cidade bucólica, oposta ao modelo das cidades grandes. Novas construções comerciais, industriais e condomínios residenciais afetam ecossistemas e provocam alterações na ordem social, no estilo de vida desejável por alguns grupos sociais. Geralmente, essa expansão acontece em projetos privados, com apoio do poder público local, onde a população não é devidamente consultada (BASQUES, 2019). Teresópolis já não é mais aquela cidade bucólica, típica do interior, mas vários grupos sociais reivindicam que continue com características diferentes das cidades grandes e mantenha alguns aspectos de cidade pequena. A vinda de novos empreendimentos causa, portanto, conflitos socioambientais com forte apelo cultural em oposição ao chamado “desenvolvimento e progresso”.

O importante é perceber que um problema pode configurar-se como problema ambiental para uns e não o ser para outros grupos de atores sociais, principalmente com aqueles envolvidos com interesses econômicos e que nem sempre se preocupam com as questões sociais e ambientais. Os interesses e o perfil, a trajetória, são fatores relevantes para compreender a construção dos problemas ambientais a partir dessa perspectiva. Nesse sentido, as escolhas do movimento ambiental se contrapõem ao que o empreendedor transmite como uma opção pelo progresso e desenvolvimento, por exemplo (BASQUES, 2016, p. 155).

As noções de natureza e de política vêm se desenvolvendo há vários séculos. A política ambiental não ultrapassa outras formas de política já que as dicotomias entre sociedade e natureza não diferem daquelas entre modos de produção e meio ambiente. Não podemos reduzir a política ambiental à simples reconciliação entre sociedade e natureza. Existe uma crise generalizada e os discursos ecológicos não conseguiram abalar nem a opinião pública nem as estruturas de poder. As ciências ambientais não falam de natureza e sim de instituições, relações de poder, formas de consumo, cultura. Os discursos políticos precisam agora buscar uma maturidade e ainda têm a chance de produzir uma nova forma de política.

A política e a ciência sempre envolveram a natureza e deveríamos, portanto, juntar natureza, política e ciência na busca da construção de uma nova política e visão do mundo, em

que os aspectos naturais estarão inseridos (LATOURE, 2004). Esta nova política não pode ser do domínio, já que tanto ciência quanto política, devem ter um compromisso com o coletivo, com as justiça, com a democracia extrema em que a natureza será inevitavelmente beneficiada (LATOURE, 2004). O autor aponta para uma conexão entre todos: humanos e não-humanos (terrestres) e a promoção de um pertencimento geral, já que nos encontramos próximos de um limite (LATOURE, 2020). Entretanto, a história do desenvolvimentismo e do crescimento econômico tem sido justamente o oposto. Em um período muito rápido a civilização ocidental colocou o planeta em risco e a arte de ter cuidado foi severamente abalada. O próprio princípio da precaução só se estabeleceu depois de grandes catástrofes ambientais e sanitárias. O mercado tornou-se absoluto, mesmo diante de riscos tão evidentes, através da justificativa de que é necessário empreender, apesar de estar provocando a ruína de muitos. Tudo é transformado em oportunidade em nome dos lucros e assim o empresário conta com o estado que reconhece a sua legitimidade e com a ciência que promove as inovações (STENGERS, 2015).

Em setembro de 2021, o desmatamento de um terreno no bairro do Ermitage (Bairro da Várzea), na saída da cidade para a rodovia BR 116, causou muita contestação pelos membros do conselho do meio ambiente e organizações da sociedade civil. As denúncias foram constantes nos movimentos sociais e no dia 27 de outubro aconteceu manifestação em frente à Prefeitura. Trata-se da construção de mais um condomínio de prédios em local que antes era ocupado por Mata Atlântica bem preservada e onde localizam-se alguns mananciais. No entanto, vemos que se trata de uma minoria que realmente protesta e presta atenção a estes acontecimentos. No manifesto, na porta da Prefeitura, encontramos com lideranças e membros de conselhos e ONGs, os mesmos que estão sempre presentes nas poucas manifestações populares que ocorrem na cidade. A grande maioria da população parece ignorar o fato e se preocupar com a sobrevivência do dia-a-dia, fato que só favorece a especulação imobiliária (Figura 24). Um vendedor (branco e de cerca de 60 anos) ao observar a pouca quantidade de manifestantes afirmou:

Cada um está cuidando da sua vida, parece que a maioria, infelizmente, não está se importando com isso, não têm real noção do que isso pode impactar no futuro, a falta de recursos hídricos (Depoimento AA em setembro de 2021).

Uma empregada doméstica, parda e aposentada, também ao ser questionada sobre a pouca quantidade de manifestantes disse: “as pessoas não ligam para o verde só querem um local para morar” (Depoimento BB em setembro de 2021).

Figura 24 – Protesto contra desmatamento de grande porte para construção de mais um condomínio teve poucas pessoas



Fonte: Associação de Moradores de Teresópolis, Várzea (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, 2021).

Entrevistamos um pastor batista de 34 anos que nasceu e sempre morou em Teresópolis e atua em movimentos sociais. Ele falou sobre participação política em Teresópolis e perguntamos porque o nível de engajamento da maioria da população é baixo. Ele é branco e faz parte de um movimento progressista de sua igreja, sendo membro de um partido de esquerda e a favor de causas libertárias como o movimento gay e pela legalização das drogas.

Teresópolis atravessa um fenômeno da letargia social, creio que o principal trabalho dos movimentos sociais seria primeiro a capacitação do munícipe para depois ir para luta (Depoimento CC em março de 2022).

Perguntamos em seguida se algum movimento social de Teresópolis já obteve uma conquista política importante.

SindBacarios de Teresópolis conseguiu a maior conquista que foi eleger um vereador; O vereador Claudio Mello do PT foi fruto de luta dos bancários. Em 2008 na ocasião da eleição de Jorge Mário pelo PT houve união dos movimentos sociais em Teresópolis e algumas conquistas como o orçamento participativo e um setor de incentivo à economia solidária aconteceram. Mas, quando o prefeito foi acusado de corrupção, na tragédia de 2011, quem se uniu foi o poder econômico, formado pelas associações comerciais e a maçonaria, para colocarem o vice que era do lado deles. Desde esta época, nunca mais os movimentos sociais se uniram e não tivemos mais importantes participações

democráticas. Hoje a câmara de vereadores é formada na maioria por médicos e policiais e não há representante de movimentos sociais na câmara de vereadores (Depoimentos DD/EE em março e maio de 2022).

O movimento social “PlanejaTerê” surgiu de um grupo de conselheiros do Conselho Municipal da Cidade, insatisfeitos com as condutas do poder público em relação ao próprio conselho. “Uma série de desentendimentos” como declarou um conselheiro, branco, funcionário público e com doutorado. Foi criado em maio de 2020, tem cinco diretores e 60 filiados.

Não direcionamos nossa atuação em participação de conselhos. Enquanto associação não participamos de nenhum. Entretanto, nossos associados fazem parte do conselho das cidades, meio ambiente, segurança e assistência social (Depoimento FF do presidente em fevereiro de 2022).

O PlanejaTerê tem como objetivo colaborar com o planejamento do município. A organização atua em quatro braços: habitação, saneamento básico, mobilidade urbana e desmatamento. Na área da habitação está concentrado na questão do terreno da antiga fábrica têxtil localizada na Várzea. Existe por parte deste movimento a defesa de que a área seja destinada a um parque urbano, em oposição aos interesses do poder público, da proprietária do terreno e das empresas de construção civil que querem o terreno para a implantação de um novo bairro que inclui um condomínio com aumento do atual gabarito. No braço direcionado para o desmatamento, o movimento está atuando em colaboração com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara de Vereadores que investiga o assunto.

Uma Audiência Pública da Comissão de Ecologia da Câmara de Vereadores de Teresópolis foi realizada no dia 20 de julho de 2021, com auditório lotado e mais de 80 pessoas acompanhando pela internet. Representantes da sociedade civil se manifestaram no início e o membro da instituição PlanejaTerê foi o primeiro a falar. Foi essa associação que provocou a realização da audiência, através de documento entregue à comissão um mês antes, denunciando o desmatamento descontrolado em função da especulação imobiliária. O representante do PlanejaTerê ressaltou o desmatamento que está ocorrendo no município e lembrou que a lei exige a reposição. Enfatizou que existe a lei estadual para as Faixas Marginais de Proteção (FMP) mais restrita do que a Federal. No entanto, “cortes estão acontecendo até a beira do rio”, denunciou.

No centro da cidade temos uma edificação recente de grande porte (supermercado atacadista) que destruiu a mata ciliar e muitos novos prédios de todos os tipos em construção em vários locais da Várzea e arredores. A especulação imobiliária na cidade está acelerada, principalmente com a chegada de classe média alta e média do Rio de Janeiro. O representante do PlanejaTerê ainda destacou que “os prédios que estão sendo construídos para a população de baixa renda em vários bairros, formados por conjuntos de blocos retangulares e aglomerados, também estão desmatando”. Além disso, não são acessíveis para a classe baixa, custando cerca de R\$ 150 mil”, enfatizou outro militante. São as chamadas Habitação de Interesse Social (HIS) de um projeto iniciado em 2012, após a tragédia que atingiu a Região Serrana. O militante apontou que não há Plano de Urbanização e menos ainda Estudos de Impacto de Vizinhança.

Representante de uma associação de moradores destacou a dificuldade de acesso aos documentos da prefeitura. “Excesso de burocracia e taxas”, afirmou. Outra representante de associação de moradores ressaltou que a vocação de Teresópolis é justamente o turismo e que se “encherem a cidade de prédios altos e derrubarem o verde, não haverá mais turismo”. Ela faz parte de grupo que fiscaliza as obras do Estado que deveriam ter sido realizadas depois da tragédia de 2011 e disse que pouco foi cumprido.

Uma ambientalista destacou também o potencial turístico ecológico do município e que “as HIS atendem à classe média e não os realmente necessitados”. Enquanto isso, no *chat* via internet, aconteciam manifestações como: “ninguém quer visitar Teresópolis para ver prédios”, “vereadores são serviçais da especulação imobiliária e não trabalham para o bem do povo”, “as obras vão provocar a impermeabilização do solo e as enchentes”. Em seguida um promotor do Estado se disse “chocado” com o crescimento de prédios na cidade nos últimos anos, enfatizou o processo de “gentrificação” e a importância de se “preservar o patrimônio natural e histórico” e apontou que a “especulação imobiliária desordenada é um prejuízo para todos nós”. O promotor defendeu a suspensão imediata do projeto de HIS. O Secretário de Planejamento justificou dizendo que já realizou muitas multas. O secretário de meio ambiente defende maior participação do conselho para a elaboração de legislação municipal mais restrita. Afirmou que tem que obedecer às leis e que todos os empreendimentos estão dentro da lei.

O Plano Diretor de Teresópolis foi aprovado em 2006 e a revisão era para ter sido realizada dez anos depois, em 2016. Os membros do PlanejaTerê apontam uma série de contradições no processo de utilização do terreno da antiga fábrica da multinacional Sudamtex, na Várzea, em que há um acordo sendo tramitado entre o setor empresarial e a prefeitura. A Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) prevista no Plano Municipal de Saneamento de Teresópolis deverá ser instalada nesse terreno e seria a principal ETE do município, localizada

bem na área central. O tipo de ocupação que acontecerá nesta área pode representar uma problemática na questão da drenagem, já que o terreno fica na beira do rio Paquequer, em sua planície de inundação. Os participantes do movimento apontam a falta de transparência em que vários entraves burocráticos são colocados para que os documentos sejam analisados pelos conselheiros como apontou um membro do movimento (branco e cineasta):

Os proprietários atuais do terreno de mais de 180 mil metros quadrados, têm uma dívida de R\$ 22 milhões com o Estado e querem negociar a dívida cedendo partes do terreno para um Parque Fluvial, a sede Administrativa do município e para a ETE, mas querem a maior parte da área para a construção de prédios residenciais com o aumento do gabarito atual. O espaço necessário para a ETE seria de 15 mil metros quadrados, de acordo com levantamento técnico realizado por especialista do movimento (Depoimento GG de um membro do movimento em junho de 2020).

Os impactos da construção de mais prédios no centro da cidade são enormes, já que na fase atual de ocupação já identificamos várias carências e problemas em relação ao saneamento, à mobilidade urbana na área central, à falta de espaços públicos de lazer. O mesmo membro do movimento ainda destaca que:

O subsolo do terreno está contaminado por metais pesados. Devido ao acúmulo de resíduos desde que a fábrica foi desativada no final dos anos 1990 quando já pertencia aos atuais donos que adquiriram da Sudamtex. Em 2010 a empresa foi condenada a pagar as multas. Em 2011 houve a proposta da criação do Parque Fluvial. Todo este processo está no Ministério Público, mas não admitimos essas negociações por trás e a falta de transparência (Depoimento GG em junho de 2020).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente apresentou a seguinte resposta:

Sabemos que tem um projeto em andamento, feito com base em uma decisão judicial, que o proprietário do terreno deve implantar algumas contrapartidas para a Prefeitura e utilizar outras áreas para empreendimentos imobiliários. Porém, o processo final não foi elaborado ainda e conseqüentemente não passou pela Secretaria de Meio Ambiente (Depoimento HH do secretário municipal de Meio Ambiente, Flávio Castro, realizado para o autor em julho de 2020).

O movimento PlanejaTerê também não aceita a forma em que os grandes projetos de habitações estão sendo realizados em vários cantos da cidade, como os blocos construídos no bairro da Cascata do Imbuí. De acordo com o membro do movimento, "o preço das prestações é muito alto e não beneficia os pobres, é para classe média". A prefeitura, no final de 2020, apresentou proposta para a alteração da lei de zoneamento em benefício da construção civil. Sem considerar que a cidade não possui tratamento de esgoto e o sistema de drenagem é caótico. O objetivo é alterar a Zona ZR4 que inclui bairros onde predominam casas de sítios como Cascata do Imbuí, Posse, Granja Florestal, Salaco, Salaquinho, Parque do Imbuí, Quebra-Frascos e Albuquerque. Nenhum desses bairros têm saneamento básico: sem tratamento de esgoto, problemas de abastecimento de água e ruas com péssimo sistema de drenagem. Alguns desses bairros foram fortemente atingidos na tragédia de 2011 com enchentes e deslizamentos. O movimento PlanejaTerê lidera manifestações contra, com abaixo-assinados e pressão aos vereadores eleitos em novembro de 2020.

Os conflitos ambientais possuem várias dimensões em que diversos atores sociais criam um grande número de configurações conflituosas. As ações são assim produzidas por um conjunto de aspectos que incluem uma dimensão cultural e outra política que interagem. As disputas envolvem o controle de recursos e o poder político, dentro de um contexto historicamente construído. Agentes se formam no próprio processo e identidades motivam e resultam dos próprios conflitos. O conflito ambiental é uma modalidade específica de conflito social que envolve vários fóruns de participação. Existem também vários agentes importantes como as organizações ambientalistas com arcabouço técnico, o Ministério Público e os cientistas. Cada agente desses tem sua estrutura de mobilização e alianças construídas. O Ministério Público colabora com recursos, processos e embargos. O processo envolve então política, história e cultura (ALONSO; COSTA, 2002).

3.3 Santa Rita

Santa Rita fica localizada na parte baixa da bacia do rio Paquequer e é composta por formações rochosas e planícies estreitas encaixadas nos vales. Local de várias nascentes que abastecem a bacia do Paquequer. Ao Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste, a região de Santa Rita faz divisa com o município de Petrópolis (Brejal e Itaipava). Ao Sul, Sudeste, Leste e Noroeste

faz divisa com outros bairros de Teresópolis. Em Santa Rita localiza-se uma das sedes do PNMMT, com 4.397 hectares.

A origem da comunidade rural foi uma colonização de imigrantes suíços no século XIX, chamada de Fazenda Alpina, promovida pelo Império. Os cerca de 170 colonos suíços plantavam espécies europeias como a maçã e o marmelo, além da batata (COSTALLAT, 1894). Em 1990, a Fazenda Alpina foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tornou-se assentamento rural (Figura 25). A comunidade de Santa Rita tem como atividade predominante a agricultura e a pecuária leiteira e suína, mas existem trechos de concentrações, provocando uma situação rururbana desordenada. A agroecologia é praticada por muitos produtores, mas existem alguns agricultores tradicionais que utilizam a agricultura convencional com uso de agrotóxicos e sementes industrializadas. Um grupo de produtores agroecológicos está desenvolvendo um projeto para incrementar a utilização de suas propriedades com o turismo rural e ecológico, com apoio do movimento social RBS.

Figura 25 – Produtor rural orgânico originário de assentamento rural do INCRA



Fonte: O autor, 2021, Santa Rita.

Existem alguns condomínios de veranistas do Rio de Janeiro implantados nos anos 1970, como o Holiday e vários outros estão em fase de implantação, com placas anunciando lotes e casas com financiamentos dos grandes bancos. Estes empreendimentos estão sendo

instalados em locais onde antes funcionavam atividades agropecuárias. Temos como premissa que a expansão dos condomínios de luxo poderá colocar em risco a permanência das atividades rurais e desenvolver um processo de gentrificação, fato que estamos considerando nesta pesquisa. Outra característica importante é a chegada dos chamados neo-rurais – moradores e produtores recém chegados, de classe média e média alta do Rio de Janeiro, como constatamos nos trabalhos de campo. Nas pesquisas de campo também identificamos problemas de saneamento como a poluição dos recursos hídricos por agrotóxicos e o despejo de lixo ao ar livre (Figura 26). As intensas chuvas de janeiro de 2022 causaram estragos nas estradas vicinais e prejudicaram o escoamento agrícola e a visitação (Figura 27).

Figura 26 – Problemas de saneamento na área rural que são predominantemente: esgoto, resíduos sólidos e poluição por agrotóxicos



Fonte: O autor, 2021, Santa Rita.

Figura 27 – Chuvas de janeiro 2022 provocaram problemas de drenagem nas estradas vicinais



Fonte: Turismo Santa Rita (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, 2021).

Uma das principais preocupações dos pequenos produtores rurais de Santa Rita é o início de uma favelização na parte baixa da comunidade rural e o acúmulo de lixo que acontece num terreno próximo da sede do parque. Mas, a principal preocupação de muitos dos chamados neo-rurais é com a especulação imobiliária: “os empreendedores estão chegando, um exemplo é o condomínio Greenland”, contou um pequeno produtor recém chegado e formado em engenharia ambiental. Ele veio de Nova Friburgo para se tornar produtor rural em Santa Rita. Na área rural vários proprietários apontam para a dificuldade de encontrarem mão-de-obra para ajudarem em suas plantações. Trata-se de uma crise do próprio modo de produção que provoca o êxodo rural e a falta de interesse, principalmente dos jovens, para permanecerem em atividades rurais. Muitos trabalhadores rurais assim acabam trabalhando como caseiros, empregados domésticos ou de pousadas e restaurantes. Temos, portanto, um processo de favelização, especulação imobiliária, dificuldade de mão-de-obra rural e uma carência de jovens que migram para outros locais.

O chamado desenvolvimento e progresso também é um questionamento da área rural. No final de julho de 2022, a prefeitura estava terminando o asfaltamento de um primeiro trecho da estrada de Santa Rita: da BR 116 até a entrada do PNMMT. Vários moradores e produtores rurais temem os efeitos do asfaltamento como ameaça às atividades rurais e à identidade deles como falou um participante do movimento social local e produtora rural (branca e aposentada).

Nós sempre reivindicamos a conservação das estradas vicinais para escoamento da produção agrícola e para o turismo, mas não houve qualquer diálogo sobre o asfaltamento. Sem dúvida, vai afetar nossa identidade e vai favorecer muito os novos condomínios (Depoimento II em julho de 2022).

Tenho medo de Santa Rita virar mais um bairro da cidade, com todos os problemas, claro que vai beneficiar a especulação imobiliária, podendo afetar nossa vida e identidade rural (Depoimento II de morador da zona rural de Santa Rita em julho de 2022).

Muitas vezes a área rural é analisada nos textos científicos como isolada do conjunto da sociedade. No entanto, o rural tem uma relação estreita com o urbano e a sociedade como um todo. Esta visão fragmentada foi produto da Revolução Industrial e da própria história da formação das cidades. O pequeno produtor rural é permanentemente ameaçado pela gentrificação (com a chegada dos veranistas e turistas sofisticados provenientes da cidade) ou pela força dos agronegócios (ALMEIDA, A. M., 1999).

A sociologia rural trabalha com o conceito de modos de vida nos estudos etnográficos e um dos pioneiros deste tipo de aproximação foi Antônio Cândido ao estudar o caipira. Neste tipo de análise, o ator social rural é o protagonista dos processos de resistência ou de inovação. A chamada revolução verde, com a mecanização e a industrialização do campo, foi responsável por profundas transformações na vida rural. Ao mesmo tempo, na perspectiva dos modos de vida, vemos uma estreita relação da sociedade com o território e com as tradições, como forma de resistência. Os produtores rurais da Região Serrana do Rio de Janeiro, por exemplo, praticam muito o sistema de pousio, herdado dos índios. Trata-se do descanso de pequenas áreas da propriedade de até cinco hectares por alguns anos em que a vegetação de capoeira se desenvolve e assim a ciclagem dos nutrientes enriquece o solo para novas plantações. A técnica do pousio utiliza as queimadas, também seguindo a tradição indígena. Técnica que hoje é reconhecida como sustentável pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e permitida pela Lei da Mata Atlântica, com algumas restrições (CARNEIRO; PALM, 2018).

A pavimentação das estradas do interior e a eletrificação rural intensificaram a dependência dos pequenos agricultores com os produtos industriais, como as máquinas agrícolas, os veículos e os agrotóxicos. No entanto, o terreno de montanha, altamente acidentado, não facilita o uso de tratores e a agricultura de montanha desenvolve lógicas próprias. A dificuldade de acesso aos topos de morros, com alta declividade, também

privilegiou a conservação das florestas nas partes mais altas, fato que não aconteceu com o café no Vale do Paraíba, mas está presente em nossa região. A partir dos anos 1970, as lavouras recebem influência direta da demanda do mercado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e vários produtos tradicionais foram substituídos.

A chegada de veranistas e turistas também causa importante impacto na zona rural da Região Serrana Fluminense, afetando a identidade social da população do campo. A mercantilização da produção agrícola e a chegada de gente da cidade aumenta a circulação de dinheiro e transforma hábitos. Assim chegam veículos automotores, eletrodomésticos, celulares e produtos industriais diversos (CARNEIRO; PALM, 2018). O papel da mulher é também afetado, deixando de cuidar dos quintais e das tarefas domésticas para trabalhar como empregada doméstica nos sítios ou funcionária de pousadas, restaurantes e comércio, fato que identificamos em grande escala em Teresópolis. Os hábitos alimentares mudam e produtos industrializados, encontrados nos supermercados, que se instalam na região, são acrescentados na comida diária. No entanto, os moradores tradicionais destacam que os produtos da roça, originais da terra e de subsistência, como inhame e aipim não precisam de veneno, ao contrário do tomate e pimentão direcionados ao mercado. Os mais velhos também defendem que a banha de porco era mais saudável do que os produtos industriais. Os pequenos produtores também falam da dependência provocada pelas sementes industrializadas que não permitem a reprodução e o agricultor tem que adquirir novas sementes no mercado (CARNEIRO; PALM, 2018).

No decorrer do processo histórico de inserção da agricultura regional aos mercados, extremamente aprofundado nas últimas décadas, plantas e sementes selecionadas ao longo da trajetória histórica da agricultura familiar da região foram se perdendo, em vista da disseminação de mudas e sementes melhoradas para produção, com base no modelo agroquímico, que foram sendo incorporadas para atender às demandas mercantis. Reconhecendo essa perda, os agricultores entendem que produtos “tradicionais” seriam menores (em comparação aos produtos das sementes melhoradas) e, portanto, com menor aceitação no mercado. Todavia, salientam que os produtos “de antigamente” eram bem mais saborosos. Da mesma forma, reconhecem que a adesão aos insumos químicos e inseticidas foi, em grande parte, devida às exigências de mercado, “antigamente não precisava agrotóxicos, começaram a usar pro negócio ir mais rápido, o que hoje tem que ser”, lembra outro agricultor (CARNEIRO; PALM, 2018, p. 177).

O aumento das atividades não-agrícolas nos municípios da Região Serrana afetou especialmente os mais jovens e hoje vemos uma população mais velha permanecer no campo e os mais novos procurarem empregos na área urbana. A exceção são os chamados neo-rurais

que por opção procuram uma vida no campo, como observamos na comunidade de Santa Rita em Teresópolis.

A agricultura familiar no Brasil cumpre importante papel na segurança alimentar, na redução das taxas de êxodo rural, na conservação da biodiversidade e na sustentabilidade do território rural.

Os agricultores familiares representam 84,4% dos estabelecimentos do Brasil, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário (IBGE, 2006). Respondem por 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e, setorialmente, a agricultura familiar é responsável por 32% do PIB agrícola brasileiro (COMITÊ BRASILEIRO AIAF, 2014). As unidades produtivas familiares também se destacam na produção de outros bens, com participação nas receitas totais geradas no país pela venda de húmus (64%); de produtos não agrícolas como artesanato e tecelagem (57%); de produtos da agroindústria (49%); da prestação de serviços (47%) e 43% do comércio de animais (IPEA, 2011). A contribuição da agricultura familiar também é considerável na conservação ambiental e na redução do êxodo rural. Observa-se que, em regiões onde predomina essa forma de organização social da produção, são evidentes as diferenças comparativamente às áreas dominadas pelo agronegócio, cujo centro dinâmico é dado pelas commodities produzidas em larga escala e voltadas aos mercados internacionais. Onde se pratica a agricultura familiar existe a maior conservação dos recursos naturais e um espaço físico socialmente ocupado [...] (ASSIS; LÓPES NETTO; AQUINO, 2018, p. 145).

A catástrofe de janeiro de 2011 que atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro chamou a atenção para a necessidade de desenvolver práticas mais sustentáveis para as atividades agrícolas e Santa Rita foi uma das áreas mais atingidas em que praticamente todos os alunos de uma escola municipal morreram com uma enxurrada de lama. Os deslizamentos e as enchentes atingiram grande parte da área rural e a questão ambiental passou a ser mais considerada, assim como a necessidade de ações específicas para os ambientes de montanha. A demanda pela renovação partiu das próprias comunidades rurais que sentiram de perto a fragilidade dos ambientes de montanha.

Exemplo nesse sentido é a influência da questão ambiental na agricultura, posto que se verifica maior sensibilidade para práticas agrícolas sustentáveis em regiões que passaram por catástrofes climáticas como aquela ocorrida em janeiro de 2011 na Região Serrana Fluminense. Em função da experiência negativa, passou-se a observar maior sensibilidade dos agricultores para avançar em relação ao uso de práticas sustentáveis, posto que sentiram a necessidade de mudança. Em outras palavras, a apropriação de conhecimentos ocorre a partir da percepção dos atores envolvidos acerca de determinado problema que demanda mudança no processo ou mesmo no modo de produção (ASSIS; LÓPES NETTO; AQUINO, 2018, p. 146).

A principal instituição pública nacional com programas específicos para as áreas de montanhas é a EMBRAPA que visam justamente a política brasileira para o desenvolvimento da agroecologia:

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), poderá ser ferramenta estratégica para a promoção do desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha, porque preconiza, dentre outras questões, a qualidade de vida da população pelo uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (LOPES NETTO et al., 2018, p. 93).

No entanto, o que predomina na Região Serrana do Rio de Janeiro é uma agricultura convencional com uso abusivo de agrotóxicos e poucos cuidados com a erosão do solo. Fatos que nos parecem justificar mais investimentos na transição agroecológica, prática defendida por muitos extensionistas e praticada, ainda e principalmente, por agricultores com formação universitária e originários dos centros urbanos denominados de neo-rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2002), como observamos em várias comunidades rurais de Teresópolis como Santa Rita. O proprietário do sítio Boaventura foi intoxicado por agrotóxicos, teve problemas graves nos rins, quase faleceu e até hoje sofre as consequências. Optou pela produção orgânica, no começo para subsistência. Hoje possui significativa produção agroecológica, um caminhão e comercializa seus produtos e outros da região em feira semanal no Rio de Janeiro. Está também abrindo sua propriedade para a visitação e oferecendo alimentos. Sua propriedade tem um terreno altamente desnivelado e trabalha com terraços com diversidade de plantações, para exercer o controle biológico e aumentar a produtividade. No entanto, percebemos poucos investimentos, por parte do poder público local e até dos programas extensionistas estaduais, para a transição agroecológica.

A agricultura na Região Serrana Fluminense caracteriza-se por altas produtividades baseadas na utilização de tecnologias industrializadas, notadamente fertilizantes sintéticos concentrados e agrotóxicos. Esse modelo de agricultura tem levado à vulnerabilidade social e a acentuado processo de degradação ambiental, que termina por comprometer a capacidade produtiva das unidades familiares [...]. Altas taxas de erosão são verificadas como decorrência do uso generalizado de práticas pouco conservacionistas, levando ao aumento dos riscos econômicos para os agricultores já elevados face aos altos custos dos insumos utilizados, associados à incerteza de preço para os produtos agrícolas que remunerarem adequadamente os agricultores (ASSIS; LÓPES NETTO; AQUINO, 2018, p. 150).

A chamada revolução verde investiu na direção das sementes melhoradas e junto com isso um pacote composto por fertilizantes. Os pequenos agricultores foram incentivados aos créditos rurais do governo e dos bancos privados que forçam a compra dos insumos industrializados. Um dos impactos negativos a ser destacado é a uniformidade da produção que acontece hoje em todo o planeta. As culturas geneticamente uniformes são mais suscetíveis às pragas e doenças e dependem dos produtos químicos. Além disso, temos o impacto negativo

cultural em que os hábitos populares são eliminados e a alimentação tradicional substituída pelo uniforme e industrial – muito menos saudável (ALTIERI, 2012).

De fato, as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies de grãos, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Isso significa que não mais de 70 espécies ocupam 1,44 bilhões de hectares de terras hoje cultivadas no mundo [...]. As estimativas indicam que 90% da ingestão de calorias do mundo venham de apenas 30 culturas [...] (ALTIERI, 2012, p. 24).

Porto-Gonçalves (2006) chama a atenção para a concentração no setor de biotecnologia em que Bayer, Syngenta, Monsanto, Basf, Dow e Dupont controlam 90% do mercado mundial. A indústria de alimentos e bebidas é controlada principalmente por Nestlé, Kraftsfoods, Conagra, Pepsico, Unilever, Archer, Daniels Midland, Cargil e Coca-Cola. Empresas que investem cada vez mais no controle das fontes de águas minerais de todo o mundo. No setor de sementes, Porto-Gonçalves aponta outra grande concentração em que Dupont, Monsanto, Syngenta, Dow, Bayer e Basf aparecem novamente no topo do mercado. Além disso, enfatizamos as aquisições corporativas e a fusão do setor químico com o de sementes, provocando um laço de dependência no setor agrícola. Esse setor apresenta a tendência de também controlar a fabricação de alimentos e bebidas e as cadeias de supermercados (PORTO-GONÇALVES, 2006). Em Teresópolis estes grandes grupos chegam com seus produtos industrializados, como os defensivos agrícolas e as sementes na área rural e recentemente a principal cervejaria de Teresópolis foi adquirida pela Coca Cola.

Mesmo com todo o poder da agroindústria e do agronegócio, segundo a FAO, a agricultura orgânica cresce no mundo e hoje supera 24 milhões de hectares (ALTIERI, 2012, p. 58). A principal tática no momento é a organização de consumidores e produtores no desenvolvimento de redes contra o agronegócio e a favor da agricultura familiar, dos produtos tradicionais, da agroecologia, da alimentação saudável (ALTIERI, 2012), movimento que identificamos em Teresópolis liderado, pela AAT e que começa a ser praticado por um grupo de pequenos agricultores de Santa Rita. Fato que acreditamos provocar novas territorialidades que denominamos de territorialidades socioambientais. O grupo de pequenos agricultores de Santa Rita, que resiste com a agroecologia, com mutirões e criação de alternativas de negócios, como o turismo solidário, representa o desenvolvimento de capital político e conseqüentemente de territorialidades socioambientais. A comunidade organizada de Santa Rita trabalha em parceria com a Associação Agroecológica de Teresópolis e com a RBS e assim temos um grupo articulado que se organiza e apresenta propostas na contramão do processo de globalização que se impõe no setor rural.

O Grupo de Agroecologia e Turismo Solidário de Santa Rita (GATSSR) foi formado em 2021, por treze moradores e produtores rurais de Santa Rita. Através da agregação de renda com a implementação do turismo em suas propriedades e arredores, este grupo pretende fortalecer-se politicamente e traçar um futuro agroecológico para o território, em oposição às ameaças dos agronegócios e da gentrificação, provocada com a chegada de empreendimentos imobiliários de grande porte para veranistas da Região Metropolitana. O grupo acredita que com a potencialização de sua influência no território poderá ganhar mais voz nas políticas públicas locais, principalmente diante das áreas de agricultura, meio ambiente e turismo.

No dia 27 de setembro de 2021, uma oficina de cartografia social foi realizada com a comunidade para que os próprios produtores rurais apontassem as instituições mais importantes, próximas e o nível de parceria. Nessa oficina, os participantes também destacaram as vulnerabilidades, os problemas socioambientais e as potencialidades. Coordenaram a oficina dois doutorandos do PPGMA (um deles o autor deste trabalho) e participaram 13 moradores (Figura 28). No mapa foram apontados vários problemas diretamente relacionados com as questões socioambientais. Os moradores identificaram vários pontos de acúmulo de resíduos sólidos e de entulho. Foram destacados alguns trechos de despejo de esgoto doméstico e de agrotóxicos nos cursos de água. Num ponto, a poucos metros do canal fluvial do riacho Santana, foi identificada uma criação de porcos, cujo produtor está sendo acusado de não ter os cuidados ambientais necessários para a conservação da natureza. Em alguns locais, os participantes da oficina desenharam áreas sujeitas a deslizamentos. Através de cartografia social podemos mapear os problemas de saneamento mais relevantes. No entanto, de acordo com os depoimentos, todos os planos municipais de manejo da unidade de conservação localizada na região, de saneamento, Diretor, Agenda 21, Resíduos Sólidos foram realizados sem qualquer diálogo com a comunidade e elaborados por consultorias externas.

Figura 28 – Oficina de cartografia social realizada com a comunidade rural de Santa Rita



Fonte: O autor, 2021, Santa Rita.

Nas oficinas realizadas com a comunidade de Santa Rita em setembro de 2021, identificamos um conflito entre os proprietários rurais e a gestão do parque (Secretaria Municipal de Meio Ambiente). Uma das questões apontadas pela comunidade, localizada no entorno do PNMMT, é não ter sido procurada durante a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, entregue em meados de 2021. A AAT, no dia 21 de agosto de 2020, dirigiu um documento ao secretário municipal de meio ambiente com as seguintes afirmações:

Muitos dos produtores orgânicos associados da AAT vivem e produzem na região do PNMMT [...] O Plano de Manejo de qualquer unidade de conservação deve ser uma construção coletiva e que requer diálogo e participação, principalmente da população lindeira que será diretamente afetada [...] tais produtores e moradores gostariam de serem ouvidos em audiência pública quanto também a contribuir para a elaboração do plano de Manejo [...] Viemos respeitosamente requerer que a Secretaria de Meio Ambiente promova uma efetiva mobilização dos agricultores e moradores do entorno do PNMMT [...] (AAT, 2020).

A comunidade de Santa Rita também possui várias iniciativas de organização social e costuma, por exemplo, realizar mutirões para ajudar os produtores. Uma argentina, recém chegada da área urbana para Santa Rita, que estamos denominando de neo-rurais, falou do mutirão realizado em sua propriedade para a instalação de uma fossa em sua residência. “O

mutirão, além de nos ajudar com o trabalho, é importante para nos conhecermos melhor”, afirmou.

Os líderes comunitários destacam a dificuldade de diálogo com os políticos locais e a falta de interesses pela zona rural. Um engenheiro ambiental, produtor rural de Santa Rita, branco e aposentado falou como sente o jogo político em Teresópolis:

Sinto que o envolvimento da comunidade ainda é muito pequeno. O que lidera na política local é o tráfico de influência. O poder público não escuta as reivindicações das comunidades rurais, tudo depende de conhecimento (Depoimento JJ em abril de 2022).

Outro produtor rural, com formação em agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e que faz parte do movimento do turismo solidário, em desenvolvimento em Santa Rita, (branco e jovem) também ressaltou aspectos políticos e a questão da especulação imobiliária:

Com a chegada do asfalto, a pressão da especulação imobiliária vai aumentar ainda mais. O que nos salva é que parte das propriedades que foram resultado do assentamento do INCRA não podem ser loteadas. O mais grave é a falta de investimentos por parte do poder público no rural. A produção rural não é prioridade política. Temos que resistir através das cooperativas, associações e outras iniciativas como as vivências e os mutirões. Infelizmente, existem muitos conflitos na associação, mas o caminho é a nossa organização. Tinham que valorizar mais a agricultura familiar, ser prioridade (Depoimento KK em abril de 2022).

Participamos de uma oficina de banco de sementes, no dia 24 de abril de 2022, que é uma forma de resistência importante dos pequenos produtores familiares contra os agronegócios (Figura 29). A ideia é armazenar sementes no caso de algum problema climático e também realizar a troca de sementes entre os produtores. Outro motivo importante é garantir algumas espécies. Trata-se, segundo os promotores do banco de sementes, de uma resposta à dependência das empresas multinacionais para adquirir-se sementes. “A partir dos anos 1980 acabaram as pequenas empresas de sementes e ficou tudo na mão das grandes empresas internacionais”, ressaltou um produtor rural. Em Santa Rita existe uma preocupação com a variedade de espécies em um momento em que o mundo passa por um processo de concentração da produção agrícola.

Figura 29 – Através dos mutirões, vivências e oficinas os produtores promovem ajuda mútua para o trabalho e provocam conhecimento e união



Fonte: O autor, 2022.

Em setembro de 2021, realizamos um minicurso com 20 horas de duração intitulado Programa de Extensão: Turismo e Redes de Colaboração, vinculado ao Programa de Turismo Solidário da UERJ, com a participação de dois doutorandos do PPGMA, sendo um o autor dessa tese. Um dos resultados foi a elaboração de um roteiro turístico, em que cada um dos produtores rurais que participou do curso ofereceu algum tipo de serviço. Visitantes também colaboraram com o cotidiano dos produtores rurais e uma troca de saberes e experiências desenvolveu-se.

No dia 16 de julho de 2022, acompanhamos mais um dia de vivência e de mutirão no sítio Caipora e identificamos várias formas de solidariedade importantes do grupo que estamos analisando em Santa Rita. Se organizaram para comprarem um insumo mineral natural em conjunto e assim conseguirem um preço melhor, realizaram troca de produtos, como tangerina por leite e para receber os visitantes para uma atividade de vivência, cada um ofereceu um alimento que tinha em maior quantidade em sua propriedade. Os mutirões estão sendo cada vez mais comuns entre os produtores de Santa Rita e, no caso das vivências, os visitantes também participam e assim aproximam-se do trabalho rural e realizam tarefas úteis para os agricultores. No dia 16, produtores vizinhos e visitantes participaram no preparo da terra do pomar para a chegada das chuvas em outubro e para a plantação consorciada da tangerina com milho, abóbora, feijão e mandioca, dentro dos princípios da agroecologia. Ocorreu também a colheita

da tangerina e à tarde as mesmas pessoas participaram de uma oficina para a produção de lascas da casca de tangerina caramelada (Figuras 30 e 31). O produtor rural do sítio Caipora que recebeu o mutirão e a vivência disse que se trata de uma permanente pesquisa, experiência e troca. O casal, proprietários do sítio, sempre promovem alguma atividade cultural quando recebem visitantes e, dessa vez, realizaram uma contação de histórias sobre a origem da agricultura, baseada em lendas indígenas. No final do dia, produtores, visitantes e membros da RBS se uniram para discutir o fortalecimento da comunidade e o desenvolvimento do turismo rural solidário. Vivências, mutirões, trocas de produtos e diálogo são ações que fazem parte da organização social do grupo de Santa Rita e servem como resistência contra a aceleração do capital e para o fortalecimento da organização social e a construção de territorialidades socioambientais. Na cozinha, ao lado do fogão à lenha, os proprietários expõem a bandeira do Movimento dos Pequenos Produtores que apoiam (Figura 32).

Figura 30 – Mutirão e vivência no pomar do sítio Caipora envolveram produtores locais e visitantes



Fonte: O autor, 2022, Santa Rita.

Figura 31 – Oficina para a produção de lascas de casca de tangerina caramelizadas



Fonte: O autor, 2022, Santa Rita.

Figura 32 – Bandeira do Movimento dos Pequenos Produtores exposta na cozinha do sítio Caipora



Fonte: O autor, 2022, Santa Rita.

A deterioração do ciclo hidrológico por extração intensiva, manejo inadequado e contaminação afeta os ecossistemas e provoca conflitos políticos e sociais tanto nas áreas urbanas como nas rurais (HERNANDÉZ, 2019). Em todas as comunidades que estamos

abordando existem problemas diretamente relacionados com o rompimento do ciclo hídrico. Na alta bacia do rio Paquequer – Santa Cecília identificamos o manejo inadequado para a retirada de água das encostas e a contaminação por esgoto e resíduos sólidos. Localidade com problemas de drenagem que causam enchentes e deslizamentos. Na Várzea (média bacia do rio Paquequer) temos problema grave de contaminação e trata-se do trecho mais poluído da bacia. Além disso, acontece desperdício de água e excesso de impermeabilização do solo, com as construções e a ausência da mata ciliar. Na baixa bacia do rio Paquequer - Santa Rita - temos a extração intensiva de água, com sistemas de irrigação impróprios e o despejo de agrotóxicos por parte dos produtores rurais convencionais. Além disso, acontece despejo de resíduos sólidos e de esgoto em vários trechos.

As diversas intervenções realizadas nos canais fluviais das cidades são em grande parte as maiores responsáveis pelas enchentes, junto com o desmatamento e a impermeabilização do solo no entorno dos rios (ASSUMPÇÃO, 2015). Teresópolis sofreu uma quantidade enorme de intervenções em que rios foram inteiramente ou parcialmente canalizados. O próprio rio Paquequer e muitos de seus afluentes foram canalizados em vários trechos, alterando sua qualidade ambiental e a paisagem urbana (Figura 33).

Figura 33 – Rio canalizado na Várzea é afluente do Paquequer, caso muito comum nos canais fluviais da área urbanizada da cidade



Fonte: O autor, 2022, Santa Rita.

O instrumento mais importante de proteção às margens de rios, mananciais e encostas é o Código Florestal. No entanto, esse documento está sendo sempre ameaçado e recentemente alterado, provocando menor proteção ambiental. Foi o Código Florestal que criou as Reservas Legais (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APP) que garantem a proteção de recursos hídricos e a redução do processo erosivo e do assoreamento de rios. Restringindo assim o desmatamento nas propriedades particulares. O novo Código Florestal, de 2012, reduziu as APP, permite RL em outros locais e anistiou agricultores que cometeram desmatamentos ilegais. Fato que aumenta as áreas para a agricultura e diminui o fluxo genético das espécies. O lobby do agronegócio vem, desde a década de 1990, pressionando para flexibilizações na legislação ambiental. Setor que sempre se beneficiou para a sua expansão, da falta de recursos na área ambiental para realizar as devidas fiscalizações. A grande vantagem que temos hoje é que o controle ambiental pode contar com as tecnologias das imagens de satélite em tempo real que localizam os desmatamentos e as queimadas ilegais (SOARES-FILHO et al., 2014). Entretanto, assistimos no governo Bolsonaro um extremo desmonte da área ambiental, a expansão dos agronegócios, o aumento do uso e da permissão de agrotóxicos, o crescimento das queimadas e a flexibilização dos setores ambientais e trabalhistas. A maior biodiversidade e quantidade de recursos hídricos do planeta, presentes no território brasileiro, estão ameaçados pelas mudanças que estão ocorrendo na legislação ambiental brasileira. O Projeto de Emenda Constitucional (PEC-65) representa um retrocesso de 40 anos na luta pelo meio ambiente (FEARNSIDE, 2016). Essa emenda coloca em risco o sistema de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) para grandes obras e a ideia é reduzir o tempo para os estudos de impacto e compactar os três processos de licenciamento (Prévia, Instalação e Operação) em um só. Várias instituições da sociedade civil lutam contra a ala ruralista e conservadora para impedir os retrocessos na área ambiental (FEARNSIDE, 2016). O Código Florestal, entretanto, continua sendo a nossa principal arma contra a ocupação irregular de encostas, beira de canais fluviais e áreas de nascentes.

De várias formas os movimentos sociais que estamos abordando trabalham contradições presentes no território para reivindicarem transformações e com isso colaboram para forjarem territorialidades socioambientais. Alguns influenciam diretamente na questão rural-agroecológica e outros em questões urbanas do território (Tabelas 9 e 10).

Tabela 9 – Agroecologia e territorialidades na bacia do rio Paquequer

Movimentos sociais relacionados com a agroecologia	Indicadores no território	Territorialidades socioambientais
Associação Agroecológica de Teresópolis: divulgação, produção e comercialização.	Redução da contaminação por agrotóxicos e dos processos erosivos. Menos produção de resíduos sólidos na comercialização de alimentos frescos. Reuso do material orgânico.	Área rural: "manchas" territoriais sem agrotóxicos e com sistemas agroecológicos e agroflorestais.
Grupo de Santa Rita: divulgação, produção e comercialização.		Área urbana: "manchas" territoriais com relações produtor-consumidor, encontro de produtores de diferentes áreas e eventos culturais (feiras) - oposição à lógica do supermercado.
Rede Brasilidade Solidária: divulgação e apoio para a comercialização.		

Fonte: O autor, 2022.

Tabela 10 – Ocupação do solo urbano e territorialidades na bacia do Rio Paquequer

Movimentos sociais envolvidos	Indicadores no saneamento	Territorialidades socioambientais
Associação de Moradores e Amigos de Santa Cecília PlanejaTerê	Redução dos resíduos sólidos, melhorias na drenagem urbana e despoluição dos canais fluviais. Pressão contra a especulação imobiliária.	Áreas verdes e espaços públicos menos poluídos

Fonte: O autor, 2022.

A implantação das políticas neoliberais veio acompanhada de uma ofensiva contra as políticas ambientais do estado. Há um ataque constante aos sistemas de Licenciamento Ambiental, considerados obstáculos ao desenvolvimento, ao crescimento econômico e à geração de empregos. Mas, surgem nos territórios diversos movimentos sociais preocupados com a degradação de seus territórios e assim as questões ambientais geram conflitos. Os mecanismos de governança ambiental apresentam muitas falhas e a problemática ambiental é, necessariamente, um processo político conflituoso (ALONSO; COSTA, 2002). Os conflitos são considerados pelo capital, barreira ao desenvolvimentismo (ACSELRAD, 2004a). Dividimos um espaço comum de recursos naturais com diversos interesses e formas de apropriação presentes – materiais e simbólicas. Desta maneira, surgem importantes movimentos sociais nas áreas rurais e urbanas que expressam as contradições intrínsecas no modelo desenvolvimentista e sua territorialidade relacionada à aceleração do capital (ACSELRAD, 2007).

3.4 Conselhos atuantes na área ambiental da bacia do Rio Paquequer

Importante canal de conquistas sociais e ambientais para as comunidades são os conselhos que formam um tipo de organização importante, mas no Brasil não há tradição de participação da sociedade civil. No entanto, os conselhos populares possuem certa tradição em outros países.

O London County Council (LCC) foi estabelecido em 1888 e foi considerado um movimento comunitário importante que tinha como inspiração a comuna medieval. Laurence Gomme foi o primeiro presidente do conselho e afirmou que representava a recuperação do espírito comunitário e as tradições de cidadania presentes na origem saxônica e romana de Londres. Em 1889, foram criados 28 departamentos metropolitanos distritais ligados ao conselho. O objetivo era descentralizar a gestão da cidade. Uma das primeiras prioridades do LCC foi a construção de moradias populares e muitas seguindo o modelo das aldeias e burgos – Cottage Estates, compostos de casas de dois andares com jardins. Em 1904, o conselho assumiu também o controle da educação elementar. Em 1965, foi criado em Londres o Greater London Council (GLC). Trata-se de um conselho paritário que se tornou responsável por grande parte da gestão dos sistemas de transporte da região metropolitana de Londres. O GLC assumiu a gestão do novo plano de desenvolvimento da cidade que incluía fatores como distribuição da população, emprego e transporte. No entanto, o poder do GLC não foi suficiente para enfrentar grandes problemas estruturais e sociais que perpetuam em Londres (ACKROYD, 2001). Nos anos 1970, a cidade sofreu com o fechamento e a transferência de várias indústrias e a decadência das atividades portuárias. Ao mesmo tempo, aconteceu a chegada massiva de imigrantes pobres das ex-colônias. Para aliviar possíveis conflitos sociais, o GLC promoveu, no final dos anos 1970, novos projetos comunitários que levavam em consideração a vulnerabilidade social e as minorias étnicas (ACKROYD, 2001). Em 1986, o GLC foi abolido e substituído por conselhos locais. Projetos grandes de reestruturação urbana surgiram com investimentos altos de empresas e do estado, como a revitalização da área portuária de Docklands. Iniciativa que demorou muito a se incorporar à cidade e que foi acusada de provocar a gentrificação e a força dos conselhos não foi capaz de evitar grandes injustiças sociais (ACKROYD, 2001).

Engenheira Ambiental e Sanitarista, (neta de japoneses e originária da Região Centro-oeste) formada na universidade local, que atua em importantes projetos na bacia do rio

Paquequer, é membra da RBS e acompanha os conselhos municipais e o comitê de bacia hidrográfica, prestou o seguinte Depoimento:

Eu sinto que a sociedade civil não está organizada, assume posição no conselho, mas não está preparada. É preciso que conheçam o próprio funcionamento dos conselhos. O poder público está sempre bem organizado e já têm políticas definidas e a sociedade civil não consegue se mobilizar para se defender. A academia também deveria estar participando para fortalecer a sociedade civil. O que vejo nas políticas públicas é uma disputa por poder por parte do poder econômico, não existe uma vontade de consenso coletivo para a conquista de melhorias socioambientais (Depoimento LL em abril de 2021).

Um professor aposentado (branco), foi diretor de colégio estadual e atuou em vários conselhos, tem uma opinião semelhante. Apontou a pouca eficácia dos conselhos e as dificuldades dos trabalhadores de participarem. De fato, apenas os comitês de bacia proporcionam um auxílio para conselheiros da sociedade civil participarem das reuniões.

Estes conselhos não resolvem quase nada, muita conversa e pouca ação. Precisamos resolver e fazer acontecer. Todos os conselhos deveriam ser deliberativos: decidir – executar. Se não fica tudo na conversa, não adianta nada. Os conselhos tinham que ter liberdade total e o executivo obedecer. Se não, para que conselho? Não somos bonecos! Outro problema são os horários de algumas reuniões na manhã ou no início da tarde. Tudo bem para quem representa governo, sindicato, ONG, mas para o trabalhador rural ou o representante de associação de moradores, geralmente trabalhadores, fica difícil faltar ao trabalho. Conselheiros da sociedade civil deveriam ter dispensa de trabalho e auxílio para participar (Depoimento MM em março de 2022).

Entrevistamos, novamente, o pastor batista que atua na política dos movimentos sociais locais sobre a influência destes nos conselhos. Ele afirmou que “Os conselhos cumprem metade das suas funções pois o restante encontra-se aparelhado pelo poder político” (Depoimento NN em 28 março de 2022). O presidente da AAT se posicionou sobre os conselhos ressaltando que “nunca tem como ganharmos, vem tudo pronto. O governo ainda conta com setores da sociedade civil que entram nos conselhos para defenderem os interesses do poder econômico e os projetos do poder público” (Depoimento OO em junho de 2022).

Conselhos gestores possuem um importante potencial para impulsionar a participação social e como uma das formas de resistência diante das contradições socioambientais. São espaços para a intervenção social na implantação das políticas públicas e contra os interesses privados. Nos conselhos as demandas são legitimadas e alternativas viáveis podem ser discutidas (COELHO, B. H. S., 2017). Atuam também como maneira de se exigir a transparência das decisões do governo e ressaltam-se as manifestações referentes aos grandes empreendimentos. Entretanto, na sociedade capitalista e na visão do *Estado Ampliado* de Gramsci (COELHO, B. H. S., 2017), os conselhos têm um desempenho limitado e os interesses de classe provocam este limite. No entanto, apesar de não terem a capacidade de superar as forças hegemônicas poderosas, os conselhos assumem um papel político-pedagógico relevante (COELHO, B. H. S., 2017). O autor ao analisar os conselhos de unidades de conservação e de mosaicos de áreas protegidas, enfatizou a importância dos conselhos como espaços para articulações políticas.

Ainda que os conselhos gestores de unidades de conservação e mosaicos sejam estruturas associadas ao Estado classista e hegemônico – o que gera inexoráveis limitações em sua condução de ações essencialmente contra-hegemônicas -, no processo de amadurecimento político-pedagógico dos conselheiros – notadamente daqueles advindos de populações em situação de subalternidade – podem surgir ações externas aos conselhos, mas neles nascidas ou por eles inspiradas, com desdobramentos desvencilhados da tutela direta do Estado (COELHO, B. H. S. 2017, p. 140).

O CONPARNASO é o mais tradicional conselho do setor ambiental que atua em Teresópolis e foi de onde partiram as primeiras grandes discussões a respeito da problemática do saneamento na cidade. Trata-se de um conselho consultivo, mas onde a equipe técnica respeita muito as decisões da plenária. O CONPARNASO possui a seguinte composição:

- I- Chefe do PARNASO;
- II- Um Representante de UC do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense;
- III- Um Representante de Órgão Estadual de Meio Ambiente;
- IV- Um Representante da Prefeitura Municipal de Teresópolis;
- V- Um Representante da Prefeitura Municipal de Petrópolis;
- VI- Um Representante da Prefeitura Municipal de Guapimirim;
- VII- Um Representante da Prefeitura Municipal de Magé;
- VIII- Um Representante do Corpo de Bombeiros – RJ
- IX- Um Representante do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro;
- X- Três Representantes de Organizações da Sociedade civil de atuação local sócio-ambiental;
- XI- Quatro Representantes de Associações de Moradores do Entorno do PARNASO;
- XII- Dois Representantes de Associações de Produtores do Entorno do PARNASO;
- XIII- Um Representante do Setor de Turismo;
- XIV- Um Representante de Instituições de Usuários diretos de serviços ambientais;
- XV- Um Representante de Instituições Prestadoras/Operadoras de Serviços Públicos;
- XVI- Três Representantes de Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- XVII- Um Representante do Setor de Montanhismo (CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS, [20--?]).

Na reunião do Conselho do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no dia 9 de março de 2022, o assunto foi a concessão dos serviços de visitação da unidade de conservação, através de um projeto de uso público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2022). Na reunião a sociedade civil, através de vários movimentos como a RBS, assim como representantes de instituições de ensino e pesquisa como a FIOCRUZ e a UERJ, foram fortemente contra o processo de concessão proposto. A concessão foi comparada a uma privatização de um bem público que tem o objetivo de proporcionar proteção ambiental, lazer, educação ambiental e pesquisa. Diversas críticas foram feitas à concessão do Parque do Iguaçu que descaracterizou a unidade de conservação e não trouxe qualquer benefício para a biodiversidade. Os preços altos dos ingressos também foram destacados, como impedimentos de entrada no parque para a maior parte da população. Membros da sociedade civil reivindicam serem protagonistas e não apenas ouvintes no processo e defendem que uma economia local seja fortalecida com a visitação, através de autorizações ou permissões para pequenos empresários ou associações locais. Preocupação também é o prejuízo que a concessão à uma grande empresa pode causar às instalações destinadas à pesquisa, alojamento de pesquisadores e residências funcionais.

Documento apresentado pela Câmara Temática de Delegação de Serviços questiona o processo de concessão exigindo-se: “O reconhecimento da necessidade de garantir os meios necessários para efetiva participação da sociedade civil e do conselho gestor do parque na construção do modelo de delegação de serviços” (CÂMARA TEMÁTICA TEMPORÁRIA, 2022, p. 2).

Os conselheiros estão, portanto, contra um processo de concessão em benefício de empresas do setor de hotelaria e turismo que poderão modificar a estrutura do parque, como aconteceu em Iguaçu, com a instalação de grandes restaurantes e lojas, dando uma aparência de shopping para a unidade de conservação, como afirmou um conselheiro. Além de ingressos caros que elitizam a visitação. A sociedade civil quer ser a responsável pela organização do uso público e não aceita, mais uma vez, que projetos já prontos e decididos por uma autoridade central predominem.

Nos parece, entretanto, que a pressão da sociedade civil e do conselho da unidade de conservação, contra a concessão proposta pelo BNDES, está sendo ignorada. A proposta do BNDES é leiloar o PARNASO na Bolsa de Valores de São Paulo, como fizeram com o Parque Nacional do Iguaçu. O consórcio vencedor do Parque do Iguaçu pagará R\$ 350 milhões para explorar o turismo nos próximos 30 anos. A proposta para o PARNASO, de acordo com minuta divulgada em junho de 2022, é de reduzir a administração pública ao mínimo e os prédios da

administração e as casas funcionais podem ser transformadas em pousadas e restaurantes. Os funcionários do PARNASO, embora procurados, foram proibidos de falarem com a imprensa, de acordo com o depoimento (PP em março de 2022) de um analista ambiental da unidade de conservação. No Capítulo III da Minuta os bens vinculados à concessão estão descritos:

CLÁUSULA 7 - DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

7.1. Integram a CONCESSÃO, configurando BENS REVERSÍVEIS:

a) A ÁREA DA CONCESSÃO, descrita no ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS, incluindo todas as edificações, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e estruturas de modo geral lá existentes, assim como todos os demais bens necessários à operação e manutenção do objeto do CONTRATO, cedidos pelo PODER CONCEDENTE para exploração pela CONCESSIONÁRIA;

b) Os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, incorporados, elaborados ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, assim como todas as benfeitorias, ainda que úteis ou voluptuárias, acessões, físicas ou intelectuais, incorporados à ÁREA DA CONCESSÃO, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, decorrentes de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou ainda da prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA (MMA, 2022, p. 12).

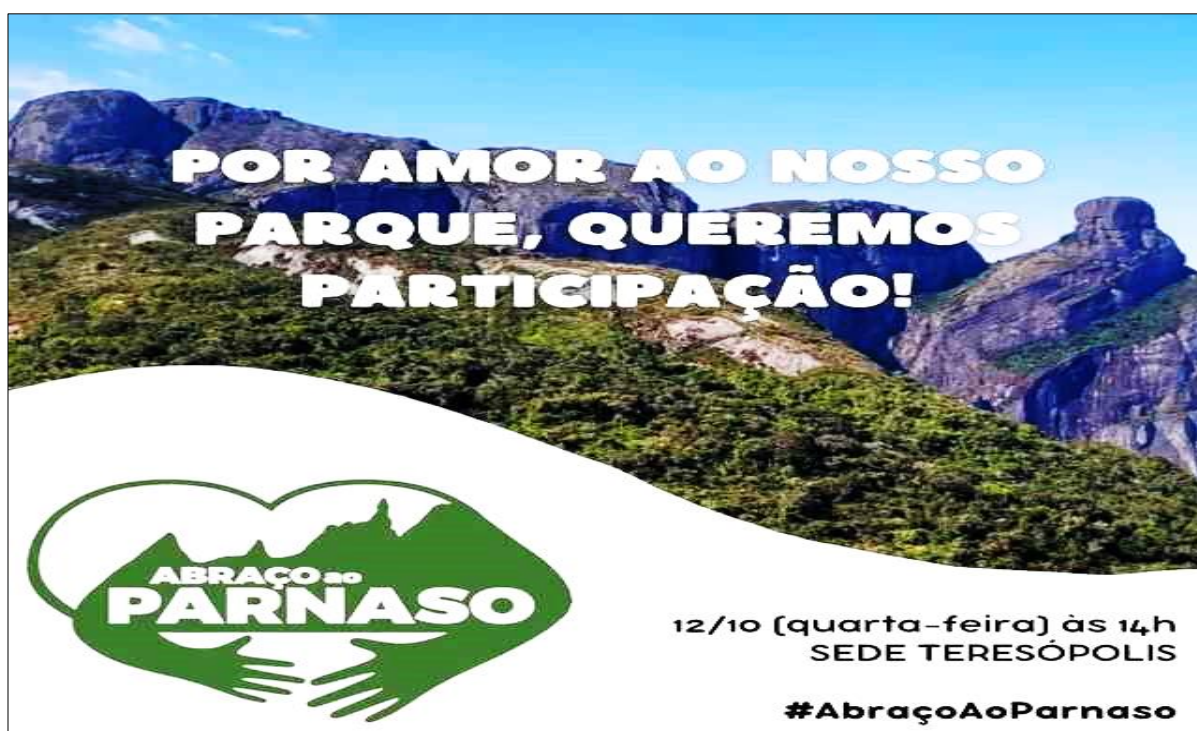
No final de junho de 2022, iniciaram várias manifestações de conselheiros e das Câmaras Temáticas do PARNASO para impedir o processo. O país estuda 72 projetos de concessão de parques para a iniciativa privada. O BNDES criou o programa para as concessões (GRUPO HOUER, 2023). A concessão do PARNASO prevista é de 30 anos. Na reunião do CONPARNASO de 13 de julho de 2022, representante do BNDES e funcionário do setor de Uso Público e Negócios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentaram novamente ao conselho os estudos preliminares do processo de concessão. O representante do BNDES utilizou termos como visão de mercado, parceiro privado e desestatização em sua explanação e explicou que o BNDES foi contratado pelo ICMBio e o próprio banco contratou uma consultoria especializada. O conselheiro representante do setor de montanhismo chamou a atenção para a capacidade de suporte ambiental da parte alta do parque. Segundo os estudos para a concessão está previsto expansão de abrigos, campings e banheiros para receber cerca de 500 visitantes nessa parte muito frágil da unidade de conservação, fato que fere o próprio Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Ele ressaltou que se trata de visitantes e não clientes e que “um parque não é um shopping”. Uma professora universitária destacou que concessões, para uma única empresa e de longa duração, têm sido problemáticas e citou o exemplo do setor de transportes. Representante do Coletivo Ponto de Luz – grupo de jovens que promovem manifestações artísticas e políticas nas comunidades de Teresópolis – disse que a concessão é uma “elitização e um policiamento” do espaço público e que se trata de “luta de classe”. De acordo com a Lei

nº 9.985 (BRASIL, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os objetivos básicos de um parque são a preservação de ecossistemas naturais e a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de educação e interpretação ambiental.

Teresópolis parece estar passando por um processo de privatização de seu território, seguindo uma tendência nacional e global, incluindo espaços tradicionalmente públicos e no caso de um parque pode ferir o direito ao lazer estabelecido na Constituição de 1988. No dia 12 de outubro de 2022 (Figura 34), uma manifestação ocupou a entrada da sede de Teresópolis do PARNASO com protestos contra o projeto do BNDES, solicitando transparência e, principalmente, a participação do conselho, da Associação de Amigos do PARNASO e das comunidades não só no projeto, como na prestação dos serviços.

Em reunião do CONPARNASO, no dia 4 de novembro de 2022, convocada especialmente para a discussão da concessão, com presença da diretoria de Uso Público do ICMBio e da equipe do BNDES, houve um avanço das reivindicações da sociedade civil. As equipes técnicas aceitaram um diálogo antes da produção do documento final e se desculparam pela precipitação na divulgação da proposta. A sociedade civil presente ressaltou novamente as funções de um parque e o risco de tornar-se um centro de negócios. Vemos aqui um exemplo de possíveis territorialidades opostas: um parque-shopping ou territorialidades socioambientais.

Figura 34 – Conselho, Associação de Amigos e comunidade exigem participação e transparência em processo de concessão



Fonte: Conselho do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, outubro 2022)

O COMDEMA representa o principal canal de debate sobre as políticas ambientais do município e de onde partem as maiores resistências contra a especulação imobiliária, o desmatamento e a privatização dos serviços de resíduos sólidos e de água e esgoto. O COMDEMA de Teresópolis é deliberativo e possui 23 membros, sendo 12 do setor governamental, cinco da sociedade civil, dois do setor empresarial, dois de entidades profissionais e acadêmicas e duas ONGs, mais os suplentes.

Em Teresópolis, a população coloca a situação dos resíduos sólidos como um dos maiores problemas dos bairros periféricos e do próprio centro urbano. Fato que se agrava muito nas comunidades mais carentes. Assim encontramos um sistema totalmente ineficiente para a separação, coleta e destinação dos resíduos sólidos. Uma moradora da Quinta Lebrão, (branca e empregada de um restaurante), bairro muito próximo ao centro da cidade na Várzea, com mananciais importantes e afluentes do rio Paquequer, relatou a situação do lixo próximo de sua residência (Figura 35):

Bem próximo do posto de saúde e da estação da CEDAE temos lixo acumulado no chão e na calçada. Principalmente nos dias em que não há coleta. As pessoas nem querem saber, não há conscientização. Somos mais de 5000 moradores na comunidade. O rio está totalmente sujo, com esgoto e lixo. O rio passa ao lado da minha casa e a situação é muito desagradável, meu vizinho acima despeja lixo e esgoto diretamente no rio (Depoimento QQ realizado em abril de 2021).

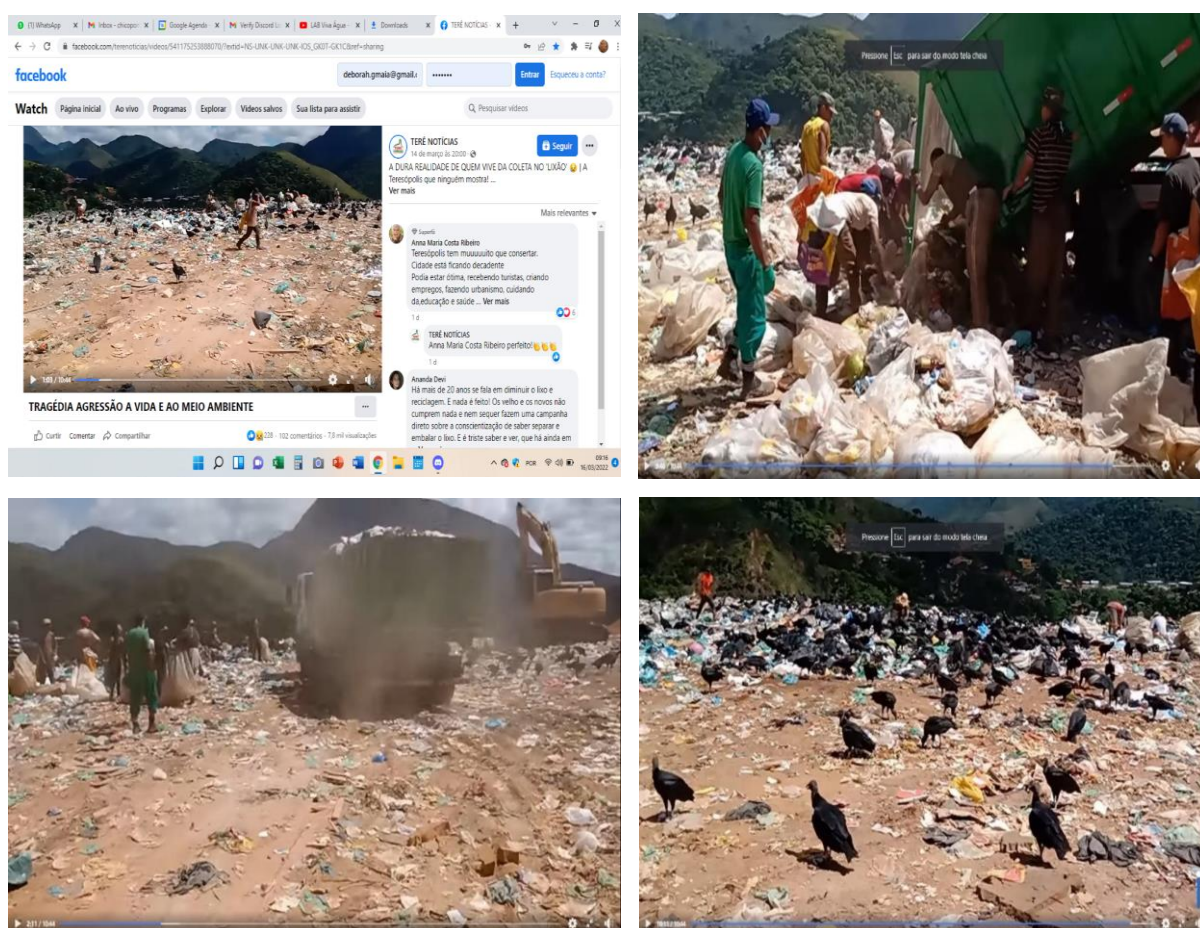
Figura 35 – Resíduos sólidos espalhados próximo ao posto de saúde e ao lado da estação de tratamento de água



Fonte: Foto cedida pela moradora da Quinta Lebrão, 2021.

O movimento social PlnejaTerê divulgou um documentário de 10 minutos sobre a situação do aterro sanitário de Teresópolis. O líder do movimento disse que a proposta para a formação de uma cooperativa com os equipamentos básicos para a realização da reciclagem foi apresentada em 2011 e novamente em 2018 e que nada aconteceu até agora. As cenas mostram pessoas trabalhando sem qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI), no meio dos caminhões, tratores e urubus. Depoimento de uma catadora, que mora na comunidade vizinha ao “lixão”, relata sobre o mau cheiro, o gás e o risco de cortes com seringas e outros materiais encontrados. No documentário o prefeito aparece em fevereiro de 2019 prometendo uma solução para os resíduos sólidos de Teresópolis (Figura 36).

Figura 36 – Documentário apresentado por movimento social denuncia a situação do “lixão” do Fischer



Fonte: Terê Notícias (2022).

Levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) relatou que os seis lixões ainda existentes no Estado recebem cerca de 319 mil toneladas/ano de resíduos sólidos que poderiam ser reaproveitados (MOURÃO, 2022). O lixão de Teresópolis, localizado

no bairro de periferia do Fischer, recebe por ano cerca de 40 mil toneladas de resíduos, incluindo recicláveis, hospitalar e sucatas. Pela Lei Federal Nº 12.305 (BRASIL, 2010), os lixões deveriam ter sido desativados até o final de 2014, sendo a sua continuidade considerado crime ambiental. Em fevereiro de 2022, um bebê morto foi encontrado no “lixão” de Teresópolis e virou notícia. Cerca de 100 pessoas vivem dos resíduos no Fischer e a reportagem de O Globo relata a situação de João André de 38 anos que fez a seguinte declaração:

Se a gente vivesse num país onde todo mundo separa seu lixo reciclável, isso (o lixão) não precisava existir. A gente precisa catar o material no meio de comida, entulho, mato, tudo misturado. Até vidro, com risco de gente se cortar. É por isso que a maior parte do que se dá para reciclar se perde. Com a pandemia, o desemprego cresceu e refletiu em menos recicláveis chegando aqui, porque já tem muita gente catando nas ruas (MOURÃO, 2022, globo.com).

Na mesma reportagem está a declaração do procurador geral do município que afirmou que a administração está procurando uma solução, com a licitação para a instalação de um transbordo dos resíduos que serão então transportados para o aterro sanitário de Itaboraí. O Estado do Rio de Janeiro recicla apenas 0,5% (39,9 mil toneladas) dos 7,98 milhões de toneladas de resíduos sólidos que poderiam ser recuperados (MOURÃO, 2022).

No dia 25 de março de 2022, foi publicado no Diário Oficial de Teresópolis chamamento público para interessados em elaborar um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a licitação dos serviços de tratamento e destinação de resíduos sólidos. Um dos membros do movimento social PlanejaTerê já entrevistado antes (branco e funcionário público) manifestou-se sobre esta publicação:

Uma prefeitura decente faria antes reuniões técnicas para pensarmos juntos as soluções para os resíduos sólidos. Mas, eles optam por este modelo adequado à privatização em que uma empresa apresenta o modelo para o gerenciamento dos resíduos sólidos. Em geral, esta mesma empresa ganha o edital. Poderíamos, ao contrário, partir de um modelo de negócios cooperativo (Depoimento RR em abril de 2022).

A proposta do membro do movimento social é uma mobilização da sociedade civil em resposta aos projetos de privatização, organizando-se para concorrer ao edital da elaboração do PMI. No entanto, ele aponta a dificuldade de conseguir juntar as pessoas e elaborar um plano dentro do prazo estabelecido. Enquanto que as empresas possuem equipes e planos já elaborados, que apenas adaptam para a realidade local, como verificamos em outros

documentos semelhantes. Mas, a problemática dos resíduos sólidos vai muito além de tratamento e destinação.

Na ecologia política desenvolvemos um olhar dos agentes sociais e como disputam e compartilham recursos naturais, considerando-se as territorialidades. Na visão da ecologia política a natureza não é colocada como objeto, propriedade ou fonte de lucros. Assim, o descarte dos resíduos, que é um dos maiores problemas do município de Teresópolis, é visto como consequência dos meios de produção e de consumo do sistema vigente (MACHADO, 2022).

Dessa maneira, precisamos construir novas formas de interação, associativas, colaborativas e inclusivas, com a natureza e os seres vivos. E se precisamos aprender a estabelecer relações associativas, um dos pontos primordiais é aprender a se comunicar e a ouvir a natureza de forma mais profunda (MACHADO, 2022, p. 34).

Outra questão debatida no COMDEMA é a concessão do serviço de água e esgoto. Em vídeo produzido pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, em 2019, para explicar à população o processo de licitação de água e esgoto, o procurador geral afirmou que não há por parte do município equipe habilitada para realizar uma análise técnica para a construção do edital de licitação e que, portanto, uma empresa externa foi contatada para isso. No dia 23 de julho de 2019, aconteceu uma Audiência Pública para avaliação do Termo de Referência (TdR) produzido. O evento foi realizado no pequeno auditório da Secretaria de Educação e houve, portanto, distribuição de senhas, o que gerou os primeiros protestos. No auditório superlotado predominavam funcionários da CEDAE e militantes de movimentos sociais e de associações de moradores. Houve protestos pela falta de divulgação e alguns argumentaram que, grande parte da população de baixa renda e dos distritos rurais não têm acesso à internet, praticamente o único canal em que a audiência ganhou divulgação. Muitos manifestaram pela permanência da CEDAE e contra a privatização. A audiência foi presidida pelo defensor público e o TdR foi apresentado pelo procurador geral do município, o mesmo que argumentou a falta de gente competente para a realização do TdR defendendo a chamada de uma consultoria externa (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2010-2023). O convite enviado pela prefeitura em fevereiro de 2022, informando decisões já tomadas e a recusa de reconhecer a competência de técnicos e especialistas locais numa cidade de praticamente 200 mil habitantes, com várias instituições de ensino e pesquisa, causou estranheza.

Teresópolis possui um sistema de abastecimento de água fornecido pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDADE) desde a década de 1950. No entanto, a empresa não fornece serviço de esgoto. O abastecimento de água atinge praticamente toda a região do bairro

do Alto e do Centro. Nos bairros da periferia, alguns possuem serviço da CEDAE e outras realizam alternativas locais, como minas, poços artesianos ou serviços improvisados, como borrachas que captam água em mananciais próximos, consideradas ilegais (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE TERESÓPOLIS, 2015). O Ministério Público Estadual (MPE) está exigindo que seja realizado um processo de concessão e que a nova empresa terá que prover a parte de esgotamento sanitário e estender o serviço de abastecimento de água existente para toda a área urbana e o novo marco regulatório, aprovado na Câmara dos Deputados de Brasília em 2020, facilita a entrada das empresas privadas. “Foi elaborado um Termo de Referência para o novo contrato” (Depoimento SS do secretário municipal de Meio Ambiente, Flávio Castro, realizado para o autor em julho de 2020). O sindicato dos funcionários do setor de água e esgoto do Estado do Rio de Janeiro discorda do processo:

O marco regulatório acaba com os convênios entre o município e o Estado e faz com que o município seja forçado a licitar, vai contra a Lei 8666. As empresas privadas colocam um preço abaixo do atual para ganhar a concessão e depois vão apresentando justificativas para aumentar a tarifa (Depoimento TT do representante do SINDÁGUA RJ, Ary Girota para o autor em julho de 2020).

Cerca de 60 mil habitantes de Teresópolis não têm acesso à água potável e o município não possui qualquer tipo de coleta ou tratamento de esgoto (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE TERESÓPOLIS, 2015). Em 2017, a Prefeitura lançou um PMI para selecionar uma empresa para realização de estudos técnicos e o levantamento da infraestrutura do município. O PMI é um preparativo para a licitação da concessão do serviço de água e esgoto e menciona a possibilidade de negócio para a iniciativa privada.

O presente PMI visa orientar a apresentação de interessados na elaboração de estudos para Gestão, Estruturação de Projetos de Implantação, Expansão, Restauração e Operação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Coleta e Tratamento de Esgoto (SES) no Município de Teresópolis, que apontem alternativas para ampliação da capacidade de investimentos, para fins de universalização de saneamento básico, possibilitando apoiar na tomada de decisão que seja vantajosa para o Município, mas que também garanta um retorno e atratividade do negócio para a empresa ou Consórcio privado (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2017).

A concessão está prevista na Lei Orgânica e faz parte do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PPDS) e do Plano de Saneamento Básico de Teresópolis. O PMI foi realizado por uma empresa contratada e não por especialistas e técnicos locais e não contou

com a participação da sociedade civil. Isso vem sendo criticado por vários ambientalistas e membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e o argumento do poder público local é que não existe capacidade técnica local. Quatro empresas demonstraram interesse e duas apresentaram propostas: Águas do Brasil e AEGEA. A meta é ter 50% do município, em cinco anos, com coleta e tratamento de esgoto – 85% em 10 anos e 90% em 15 anos.

Passa a ser prioridade também restaurar muito do que foi destruído ao longo da história de Teresópolis e da bacia do rio Paquequer, como as diversas canalizações, enterramentos de rios e outras intervenções realizadas nos canais. Os rios se transformaram, em sua grande maioria, em locais de despejo de resíduos e o próprio relacionamento das pessoas com os recursos hídricos foi negativamente impactado.

Em abril de 2021, os projetos para a concessão de água e esgotos estavam em fase de análise nos diversos conselhos municipais. Conselheiros apontaram a dificuldade de acesso a estes documentos. Questionaram também o fato das Audiências Públicas que analisaram o TdR terem sido realizadas há mais de dois anos e que, por isso, havia necessidade de nova avaliação. Os representantes das Secretarias Municipais argumentaram que a presente fase era de Licitação e que o TdR já havia sido aprovado e obedecia ao Plano de Saneamento que, por sua vez, foi altamente criticado por ser baseado unicamente em dados secundários e sem a participação da sociedade civil e especialistas locais. Os projetos apresentados pelas empresas interessadas na concessão possuem as mesmas características – dados secundários e sem diálogo com a sociedade civil ou com os técnicos locais. As diversas críticas ao Termo de Referência apontam que o documento foi elaborado por empresa interessada na concessão, fato destacado nas reuniões do COMDEMA. Além disso, a empresa responsável pelo Plano de Saneamento (base para o TdR) foi a mesma que causou enorme constrangimento no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto (CBH Piabanha), quando apresentou um projeto para coleta e tratamento de esgoto em três localidades da bacia do rio Paquequer, definido, pelos técnicos do CBH, como incoerente. O principal argumento dos representantes da sociedade civil organizada é de que a concessão é um processo de privatização de bens públicos e comuns. Defendem a criação de uma empresa municipal e o poder público afirma que não existe capacidade de uma empresa local realizar tamanho investimento.

Ademais, o Município, por sua administração direta ou indireta, não conta com estrutura orgânica para a execução dos serviços em referência, como não conta com disponibilidade financeira para os vultosos investimentos nos sistemas para o atendimento à contento do povo teresopolitano, aliada à sua incapacidade de endividamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2018).

Um ambientalista que entrevistamos (branco e aposentado) contestou, justamente, o fato de não haver gente habilitada no município para tomar decisões e realizar planejamentos.

A Universidade local – Fundação Universitária Serra dos Órgãos (UNIFESO), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CRAU), também de Teresópolis, a UERJ com seu novo campus, podem trabalhar em conjunto. Os alunos junto com os professores e os técnicos realizarem pesquisas e projetos, não precisamos de consultorias de fora e altamente caras que nem conhecem o território e a realidade local (Depoimento UU em agosto de 2021).

O ambientalista nos contou a história dos conflitos na área do saneamento que vem ocorrendo há vários anos:

Com a reativação do Conselho do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) em 2005, foi criada a Câmara Técnica de Saneamento que construiu a proposta de iniciarmos o saneamento de Teresópolis com pequenas Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) instaladas na parte alta, nas comunidades que não têm qualquer tipo de tratamento de esgoto e onde estão localizados importantes mananciais que, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o Plano Diretor, poderiam fornecer cerca de 20% do abastecimento de água para o centro pela gravidade, sem bombeamentos. Estes mananciais se encontram poluídos devido à ausência de tratamento. E faz muito mais sentido iniciarmos o tratamento do esgoto pelas partes mais altas (Depoimento UU em agosto de 2021).

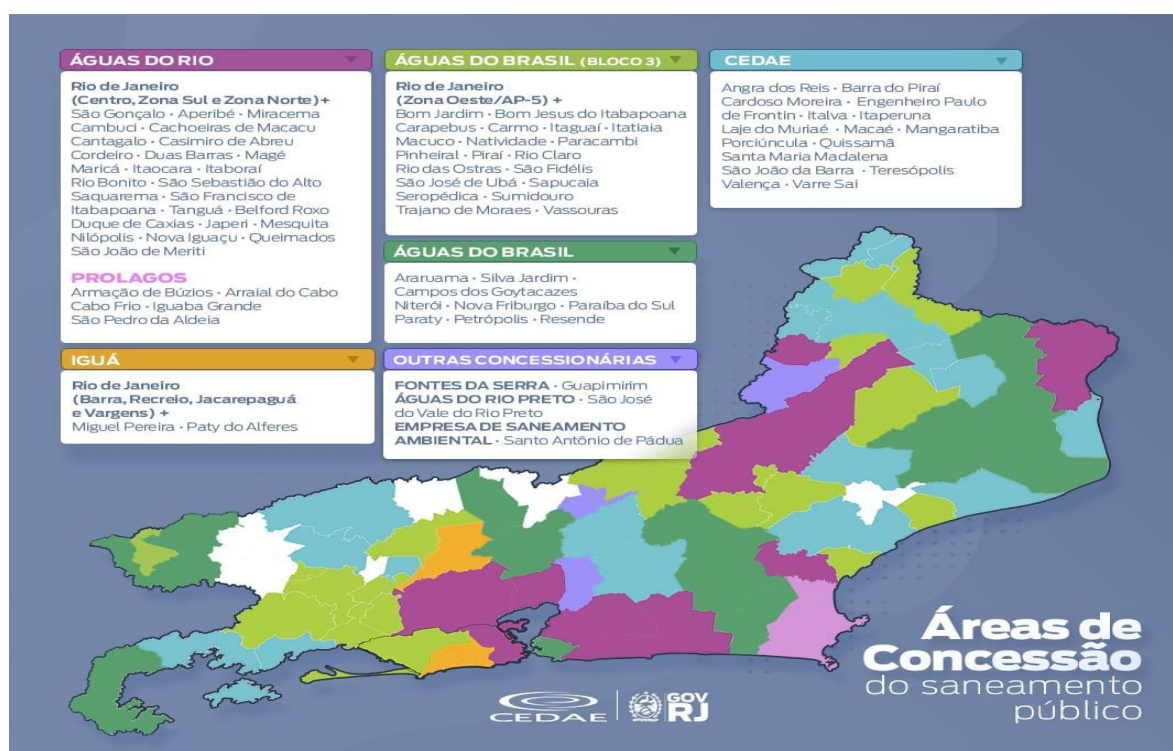
Em 2010, esta proposta chegou ao Orçamento Participativo do município e foi aprovada. Obteve apoio do Comitê de Bacia Hidrográfica que receberia as verbas. No final do mesmo ano, a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) anunciou uma verba de R\$ 800 mil para este fim em reunião do comitê em Petrópolis. Quando o projeto que utilizou a verba foi apresentado para o CBH, foi uma decepção geral, como explica o nosso entrevistado:

O projeto seria para o saneamento de três comunidades: Jardim Serrano, no Quebra Frascos, Fonte Santa e Largo do Machadinho, na Granja Guarani. Quando fomos ver a verba era só para projetos executivos e não ia instalar nada. Além disso, apresentaram um projeto totalmente incoerente. Para o Quebra Frascos, alegaram que não poderiam fazer projeto para comunidade irregular, então apresentaram uma proposta para a área ocupada por sítios que ganharia uma extensa rede e uma ETE. Ridículo, os sítios possuem fossa e filtro, o custo de redes seria elevadíssimo e a ETE seria instalada num local que foi totalmente destruído nas enchentes de 2011. Para a Fonte Santa apresentaram a construção de uma ETE, onde já existe uma, só falta a rede. Ou seja, a empresa responsável pela pesquisa e o projeto nem foi ao local. Para a Granja Guarani apresentaram uma tecnologia a laser, caríssima. A construção de três biossistemas provavelmente custaria o mesmo valor do projeto executivo e resolveria o problema das três comunidades. A empresa responsável nem nos procurou para conversar (Depoimento UU em agosto de 2021).

O setor de concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil está concentrado em cinco empresas que possuem mais de 80% dos contratos: BRK Ambiental (ex Odebrecht Ambiental), AEGEA Saneamento e Participações, Saneamento Ambiental Águas do Brasil, Iguá Saneamento (ex Companhia Águas do Brasil do então grupo Queiroz Galvão) e GS Inima Brasil. A BRK cresceu no setor após a compra da Odebrecht Ambiental em 2017 pelo fundo de investimento canadense, Brookfield. Até o final de 2021, as empresas privadas atuavam em 245 municípios (6%) com 198 contratos, atingindo 45,6 milhões de habitantes (20% da população). A partir de novembro de 2021, o cenário de concessão muda em alinhamento com o Marco Regulatório que favorece a privatização. A Águas do Rio, concessionária da AEGEA, se tornou líder no mercado, com um investimento de R\$ 39 bilhões, sendo R\$ 15,4 milhões de outorga. A Águas do Rio assumiu territórios antes de responsabilidade da CEDAE – 27 municípios do Estado do Rio de Janeiro e 124 bairros da capital, atendendo cerca de 10 milhões de pessoas (ÁGUAS DO RIO, [202-?]). Quanto aos acionistas vem crescendo a participação de grandes grupos de fundos de investimentos do setor financeiro da economia que estão presentes no Grupo Águas do Brasil, AEGEA, BRK Ambiental e GS Inima. Além dos altos investimentos da canadense Brookfield, temos um crescente interesse do grupo japonês Sumitomo Mitsui – gigante do setor financeiro asiático. A AEGEA tem cerca de 20% do capital pertencente ao Fundo Soberano de Cingapura (FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA, 2018).

O avanço da privatização, através de empresas do setor financeiro, na área do saneamento vem crescendo em todo o mundo. Não podemos deixar de lado também os interesses pelo controle das águas minerais no país. O aumento da participação do setor financeiro faz parte do modelo neoliberal e, cada vez mais, procuram o setor do saneamento, principalmente onde há carências e possibilidades de grandes lucros. As obras de infraestrutura são imediatas e urgentes quando uma empresa ganha a concessão e, portanto, as possibilidades de lucros bem rápidas. Assim as empreiteiras da área de saneamento, com apoio de grandes companhias do setor financeiro, criam lobbies para ganharem mercado. Uma das táticas é a obtenção de informações importantes através da contratação de pessoas que atuam no setor público. Em 2018, o cientista político, João Roberto Lopes, em entrevista para a Fundação Heinrich Böll, identificou que ex-funcionários da Caixa Econômica Federal e de empresas estatais de saneamento foram contratados pela BRK, a Iguá e a AEGEA. Segundo ele, as empresas buscam também funcionários das agências reguladoras. O lucro das empresas da área de saneamento é de cerca de 20% ao ano, em contraste com cerca de 5% ao ano das estatais, informou o vice-secretário-geral da Organização Internacional de Serviços Públicos, David Boys (MOROSINI, 2018). No Estado do Rio de Janeiro observamos o processo de privatização do setor de saneamento em andamento (Figura 37).

Figura 37 – Processo de concessão de saneamento no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Agenesra ([2022]).

A proposta da sociedade civil pela criação de empresas municipais acompanha uma tendência mundial, mas parece ser ignorada pelo poder público e as políticas nacionais. Mais de 1600 cidades do mundo municipalizaram os serviços públicos, com controle popular das empresas. Os principais setores onde isso acontece são água e esgoto, resíduos sólidos, energia e transporte. Apesar da mídia e de muitos políticos afirmarem que os serviços públicos são caros, exigem uma administração complexa e que os municípios não têm capacidade de gerirem as empresas e que por estes motivos devem ser entregues à iniciativa privada, experiências em vários cantos do mundo comprovam justamente o oposto (KISHIMOTO; PETITJEAN, 2017).

Na realidade, com pouca visibilidade, vários políticos, servidores públicos, trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais estão se esforçando para recuperar ou criar serviços públicos direcionados para as necessidades básicas da população e que contemplem nossas demandas sociais, ambientais e relacionadas às mudanças climáticas. Isso vem acontecendo principalmente a nível local. Nossas pesquisas revelam 835 casos de (re)municipalização de serviços em mais de 1600 cidades em 45 países. Em praticamente todos os casos houve redução das tarifas, melhorias nas condições de trabalho e aumento da qualidade dos serviços, além de maior transparência e responsabilidade (KISHIMOTO; PETITJEAN, 2017, p. 11).

Vários casos apontados pelos autores envolvem posse pública da empresa com gestão dos cidadãos e trabalhadores. No setor de água e esgoto aconteceram 235 casos de municipalização dos serviços atingindo mais de 100 milhões de pessoas. Entre 2000-2008 foram 17% dos casos e entre 2009 e 2027 83%, demonstrando o aumento da tendência, como resposta ao projeto neoliberal de privatização (KISHIMOTO; PETITJEAN, 2017). Os autores destacam que os casos de Parceria Público Privada (PPP) não trouxeram benefícios para a população, como os de gestão pública e popular, e alguns casos de consórcios regionais funcionam muito bem. Outro aspecto ressaltado pelos autores é que as empresas privadas não abrem tanto espaço para a introdução de tecnologias sociais alternativas, como não admitem o controle social. Cidades francesas como Paris, Montpellier, Nice, Rennes e Grenoble municipalizaram serviços de água e esgoto. Cidades como Montpellier criaram, além da empresa municipalizada, um observatório das águas de participação popular. No setor dos resíduos sólidos uma característica importante e diferente tem sido o destaque dado para às campanhas de redução do consumo e de desenvolvimento da transição agroecológica, pouco presentes nas iniciativas privadas que têm interesse na sociedade consumista e nos investimentos nas usinas de reciclagem e de incineração (PETITJEAN, 2017). Temos alguns exemplos de práticas que dão certo em várias partes do mundo como as tecnologias sociais, os observatórios das águas com participação popular, a transição agroecológica, o reconhecimento dos técnicos e especialistas locais.

Tanto o fato de as autoridades apenas informar sobre decisões já tomadas quanto a recusa de reconhecer a competência de técnicos e especialistas locais estão presentes no convite enviado pela prefeitura em fevereiro de 2022 (Figura 38). No convite vemos uma parceria técnica sendo realizada com uma consultoria externa e sem qualquer consulta às organizações e população locais:

Figura 38 – Convite da prefeitura para parceria externa sem consulta popular



Fonte: Associação de Moradores de Santa Cecília (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, fevereiro 2022).

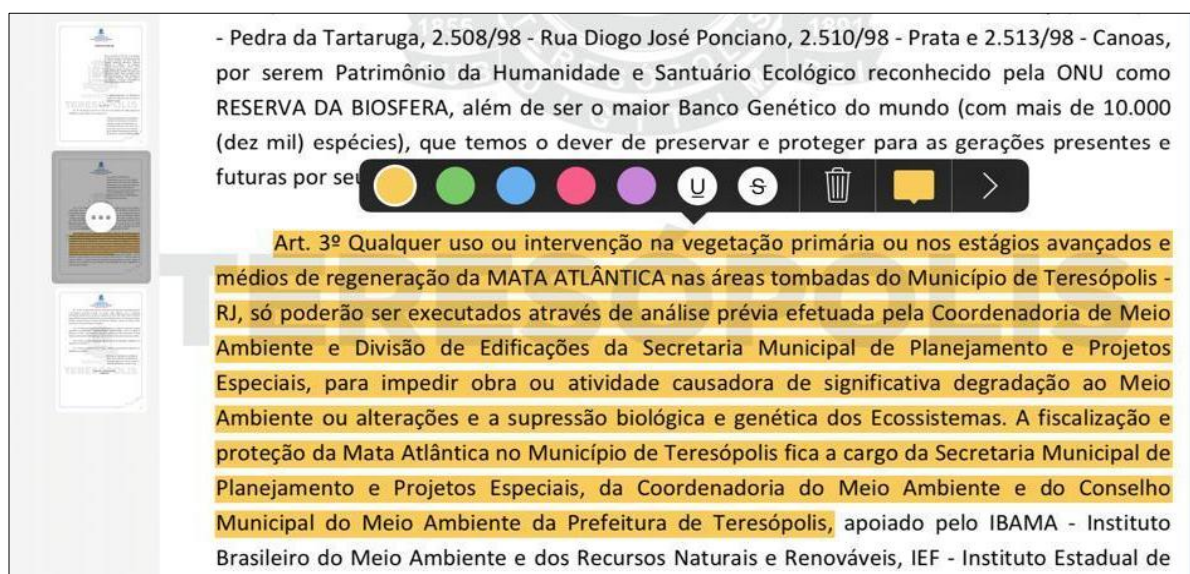
Entrevistamos um documentarista (cineasta) que é militante do PlanejaTerê e participou de vários conselhos. Ele destacou a relevância da sociedade civil ocupar espaços, em que algumas conquistas ocorreram, apesar de possuírem ainda pouco capital político:

São raros os conselhos que não são aparelhados pelo poder público e forças hegemônicas reacionárias interessadas em manter tudo como está. Infelizmente a cultura local não permite à população em geral noções mínimas necessárias de consciência de classe e do poder de mobilização que ela é capaz de promover. O histórico do município remonta ao predomínio do conservadorismo e domínio da classe dominante no senso comum da população. Foram raras as conquistas dos movimentos sociais teresopolitanos que conseguiram se mobilizar para transformar algum que seja, dentre

eles, destaco o movimento do COMCAST – Comitê da Cidadania Ativa e Solidária de Teresópolis, no combate aos desmandos do governo e da câmara municipal, movimento atrelado ao combativo Sindicato dos Bancários de Teresópolis, destaco também ações do Movimento Nossa Teresópolis na conquista da lei de metas e indicadores de prestação de contas do executivo municipal e barrar votações antipopulares como a que alinhava o salário do cargo de confiança ao do servidor nomeado, uma excrescência (Depoimento VV em fevereiro de 2022).

Nos parece não haver por parte do poder público interesse em revelar documentos, atributos e direitos dos conselheiros, mas, aos poucos, os membros da sociedade civil vão conhecendo seus direitos estabelecidos em lei. Fato que aconteceu em diálogo do COMDEMA pela rede social (WhatsApp, 9 de junho de 2022). Uma conselheira provocou o diálogo ao revelar o Decreto N° 2.582/1998 da Prefeitura Municipal de Teresópolis, que institui o tombamento de maciços florestais localizados no bairro do Alto e na Várzea. Em seguida, o Artigo 3° é destacado, que coloca o próprio conselho de meio ambiente como um dos responsáveis pela fiscalização e proteção destes territórios (Figura 39). Logo após a revelação do documento um conselheiro propôs “[...] vamos elaborar um documento para aumentar a lista” (WhatsApp, 9 de junho de 2022, Grupo COMDEMA).

Figura 39 – Destaque do Artigo 3° do Decreto N° 2.582 é revelado por conselheira na rede social



Fonte: Conselho de Meio Ambiente (comunicação pessoal, Grupo WhatsApp, 9 de junho de 2022).

Na reunião do dia 7 de junho de 2021 do COMDEMA, os conselheiros discutiram a necessidade de se criar regras mais restritivas para os empreendimentos através de modificações no Código Ambiental Municipal atualmente em vigor. A discussão surgiu quando conselheiros acusaram o excesso de supressão vegetal na construção de um condomínio no bairro do Bom Retiro e a derrubada de mata ciliar na construção de outro empreendimento na Várzea. O secretário confessou que obedece às leis existentes e que de acordo com as Leis Estaduais e Municipais em vigor e que, portanto, se torna necessário que um grupo de conselheiros se reúnem para elaborar um novo código mais restritivo. Segundo o secretário, um código partindo de um grupo de conselheiros tem mais chance de aprovação na própria câmara de vereadores. Pela Lei brasileira a legislação mais restritiva deve sempre ser aplicada, seja ela municipal, estadual ou federal. Fato que se torna oportunidade para que a sociedade organizada local, através da participação política em conselhos, possa criar leis mais restritivas que vão de enfrentamento aos interesses do mercado. O problema é conseguir que as leis sejam aprovadas pelo legislativo, que geralmente fica do lado dos empreendedores, e que sejam cumpridas.

Confirmamos, portanto, que os conselhos são locais importantes para as manifestações, expressões e reivindicações das comunidades e a sociedade civil organizada investe na ocupação destes espaços, como mais uma instância de organização dos movimentos sociais que funcionam como trampolins político-pedagógicos para a construção de uma futura democracia participativa (COELHO, B. H. S., 2017).

3.5 Cotas de capital político dos movimentos abordados

Na Ecologia Política uma das intenções é avaliar a organização política dos movimentos sociais. Tratamos a natureza como um agente, mas o agente natural não possui intencionalidade própria, enquanto que os agentes sociais possuem o potencial de desequilibrar ou destruir a natureza. Os atores sociais envolvidos nos conflitos possuem diferentes níveis de informação e conhecimento. Os que se situam econômica e politicamente privilegiados possuem maior acesso às informações em geral e diferenças culturais marcantes diante dos menos favorecidos. Fatos que vão influenciar não apenas no poder de interferir na natureza, mas na própria relação dos grupos sociais com o território. Torna-se, portanto, muito importante analisarmos as cotas e destacarmos as alianças e as polarizações (FONSECA; OLIVEIRA, 2014). Trata-se de um processo dinâmico em constante movimento e transformação.

Alguns autores apontam escalas de medida qualitativa para a participação política. Arnstein (2002) afirma que o nível mais alto é quando a sociedade como um todo possui o poder de decisão. Bordenave (1994), por sua vez, define o alcance da autogestão como o grau máximo. Pretendemos analisar as cotas de poder, as alianças e as polarizações em relação à participação política e como podem forjar as territorialidades socioambientais.

De acordo com Arnstein (2002) (Tabela 11), nos dois primeiros degraus de uma escada em busca da autonomia, não há participação e sim privilégio total dos tomadores de decisão. Nos dois degraus seguintes há uma concessão limitada de poder e os excluídos podem apenas serem ouvidos. Nos próximos degraus, o poder de decisão continua não sendo garantido, mas há algumas concessões limitadas. Num degrau seguinte, os excluídos conseguem traçar parcerias até alcançarem um degrau final em que os excluídos podem, finalmente, gerenciar os processos, ter delegação de poder e ocorrer o controle cidadão.

Tabela 11 – Escada de Arnstein (2002)

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

Fonte: Paula (2018, p. 12).

A intenção da autora foi destacar que existem graus diferentes de participação política e uma demanda constante por maior participação por parte dos excluídos e esta conquista de poder acontece em todos os níveis da sociedade. Os que possuem maior poder econômico e político exercem uma resistência à distribuição do poder, que inclui o racismo, o paternalismo e diversos tipos de preconceitos no processo. Os excluídos sofrem várias formas de repressão que incluem menos acesso à educação e à informação e diversos obstáculos às possibilidades de organização política. A alienação e a desconfiança também estão presentes nesses processos, assim como os interesses pessoais. No degrau chamado de manipulação, pessoas são convidadas a participarem de conselhos, mas sem o real poder de decisão. Assim, projetos de interesse dos que possuem maior poder econômico e político são facilmente aprovados (ARNSTEIN 2002). “Nas reuniões dos comitês consultivos populares, eram os técnicos do

setor público que educavam, persuadiam e aconselhavam os cidadãos e não o contrário” (ARNSTEIN, 2002, p. 6).

Neste caso, não há transparência e muitas informações são propositalmente omitidas. Não se percebe, mas negociações acontecem previamente entre empresários e poder público, destaca a autora. Os conselheiros posteriormente perceberam que estavam despreparados e que deixaram de fazer questionamentos necessários, exigências importantes e não compreenderam alguns processos jurídicos envolvidos. Este fato tende a exacerbar os conflitos sociais e as desigualdades territoriais (ARNSTEIN 2002). Na fase que a Arnstein chama de terapia há uma postura arrogante e desonesta por parte dos que possuem maior poder econômico e político:

Os especialistas, na verdade, submetem as pessoas à terapia grupal. O que torna esta forma de participação tão ofensiva é que as pessoas são envolvidas em atividades, mas o foco está em curá-las de suas patologias, ao invés de mudar o racismo e a violência que originaram suas patologias (ARNSTEIN, 2002, p. 17).

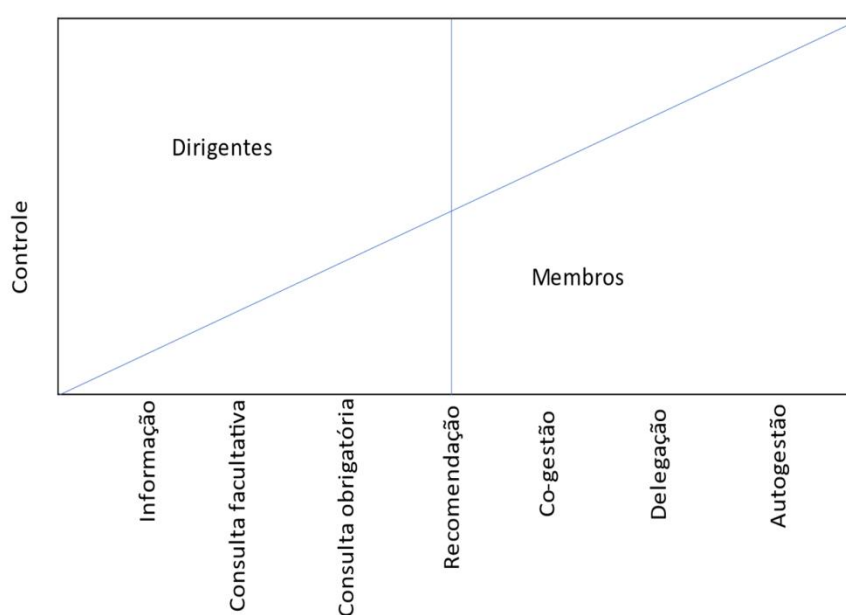
Assim, cidadãos das classes mais destituídas de bens materiais e imateriais são chamados a participar de campanhas diversas, como limpeza de rios e formação de grupos de combate à violência no bairro, mas a complexidade dos problemas, suas origens e contradições não são tratados. Semelhante acontece no degrau informação em que técnicos explicam os problemas e apontam os direitos dos cidadãos, mas sem o devido retorno e reconhecimento. As informações relevantes chegam no estágio final do projeto e de forma ainda superficial. Muitas vezes, utilizam-se de linguagem complicada, altamente técnica e termos jurídicos que a maioria da população não compreende (ARNSTEIN 2002).

As consultas públicas também se tornam rituais de fachada em que alternativas nem são apresentadas ou discutidas. Apenas no degrau da pacificação inicia-se certa influência, mas ainda sem acesso ao poder. O grau da organização comunitária vai determinar o alcance da influência dos excluídos. Os técnicos continuam não propondo soluções realmente inovadoras e mantêm as formas tradicionais administrativas e gerenciais que não atingem as raízes da pobreza. Um maior avanço na distribuição do poder ocorre com a parceria em que acontece um compartilhamento das tomadas de decisões, fato que exige a existência de comunidades bem organizadas, com lideranças competentes, capacidade de apresentar documentos bem elaborados e poder de mobilização que podem forçar o poder público a ceder em alguns aspectos e a remodelar parte dos projetos originais. As negociações podem resultar no estágio em que o poder popular possa chegar mais próximo do controle cidadão. Só nesse degrau final

a autonomia seria alcançada com as comunidades possuindo total acesso e controle do planejamento, execução e gestão dos projetos (ARNSTEIN 2002).

Muitas vezes, são considerados marginalizados os que não estão inseridos no processo consumista ou o termo também é utilizado para determinar o grupo social considerado inculto, à margem dos bons costumes burgueses. No entanto, os marginalizados são resultado de acesso desigual aos recursos, em que um pequeno grupo social acumula riquezas e controla os meios de produção. A marginalidade acontece quando esse mesmo grupo dominante concentra também a tomada de decisões a seu favor (BORDENAVE, 1994). Participação, portanto, não pode assumir um caráter consumista e sim ser a organização política para o alcance de um processo coletivo de transformação em que grupos marginalizados conquistem presença ativa e decisória na vida política e cultural da sociedade. Bordenave (1994) afirma que o objetivo final é a autogestão quando o poder público respalda as necessidades reais da população. Ocorre quando a história da sociedade passa a ser construída por todos e os meios de produção material e cultural são também possuídos e gerenciados por todos. O autor também dividiu a participação em graus diferentes, partindo do que chamou de controle social (Gráfico 4). “Quando o governo controla a participação do povo, mas não é controlado pelo povo, é sinal de que ainda falta muito para se chegar à sociedade participativa. Nesta, o povo exerce o controle final das decisões, nos mais elevados níveis” (BORDENAVE, 1994, p. 36).

Gráfico 4 – Etapas definidas por Bordenave (1994)



O menor grau de participação é quando os dirigentes informam sobre as decisões já tomadas. No grau logo acima acontece uma consulta onde em alguns casos os dirigentes podem até solicitar sugestões, mas a decisão final já se encontra pronta. Em um grau um pouco mais avançado, subordinados podem recomendar algumas medidas. No grau delegação finalmente há maior autonomia, mas ainda com limites e apenas na autogestão os “marginalizados” determinam seus objetivos, deixam de ser excluídos e não existem mais autoridades externas (BORDENAVE, 1994).

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro tem sido o da maximização da apropriação dos recursos naturais e utilizando para isso incentivos ao setor privado. Fato que provoca grandes prejuízos socioambientais. Os danos ambientais, por sua vez, são distribuídos de forma desigual em que a população de menor renda fica com os maiores riscos e prejuízos (FONSECA; OLIVEIRA, 2014).

Assim, este tipo de tendência tem ocasionado os chamados conflitos socioambientais, que via de regra, surge quando diferentes grupos sociais disputam o direito de ter acesso aos bens e serviços ambientais. Concomitantemente, a má gestão dos recursos naturais nos perímetros urbanos (assim como no meio rural) vem refletindo desacordos entre atores sociais, que neste caso, acontece de forma mais comum com o Estado em um dos polos do embate (FONSECA; OLIVEIRA, 2014, p. 236).

Os conflitos locais estão diretamente relacionados com elementos globais, como o neoliberalismo e o próprio modelo de desenvolvimento adotado pelo país. A ecologia política trabalha basicamente com três tipos de conflitos e no território que estamos abordando, identificamos todos presentes (FONSECA; OLIVEIRA, 2014).

É possível, através das bases conceituais da Ecologia Política, classificar três tipos de conflitos: (a) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; (b) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana; e (c) conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. (FONSECA; OLIVEIRA, 2014, p. 239).

As teorias referentes à organização e participação política dos movimentos sociais estão presentes no depoimento de um importante líder comunitário de Santa Cecília. Ele está dedicando-se à criação de um parque urbano na parte alta da comunidade e destacou as dificuldades de relação com o poder público. Afirmou que a Secretaria de Meio Ambiente coloca vários entraves para a abertura do parque, como o superfaturamento dos custos para a implantação da área protegida que, segundo ele, pode ser realizado com muito menos e com a participação comunitária.

A intenção é construir uma pequena sede, um campo de futebol e abrir algumas trilhas na mata. Nossa maior intenção é, além de preservar a mata e evitar novas ocupações, criar o pertencimento, gerar renda e tornar a comunidade local de visitação. Acredito que isso vai fortalecer nossa voz política e reconhecimento. Será o primeiro parque urbano de Teresópolis localizado numa comunidade. O turismo aqui vai nos promover, trata-se de movimento político e econômico em que o poder público vai dar mais atenção à comunidade (Depoimento VV em novembro de 2021).

Poderíamos afirmar que o movimento social de Santa Cecília estaria na tabela de BORDENAVE (1994) entre a informação e a consulta facultativa. O presidente da Associação de Moradores, que mora no local há mais de 30 anos, disse que a ideia das lideranças comunitárias é criar um cinturão verde junto com outros bairros do entorno, formando-se uma grande área de floresta aberta para o lazer e impedindo a expansão urbana descontrolada. O presidente ainda enfatizou que a comunidade vive reivindicando e solicitando direitos que “deveriam ser obrigação do poder público”. Ainda ressaltou que “o poder público deveria exercer uma governança em parceria com os líderes comunitários que conhecem bem a realidade”. “Deveriam criar parceria, usar mais a gente, até para realizar serviços. Precisamos de mais diálogo”, defendeu o presidente. Outra liderança apontou a falta de preparo dos vereadores: “nem conhecem o Plano Diretor, as diversas leis ambientais e os direitos de cidadania!”.

Quando identificamos uma gestão do território em que predominam os interesses do mercado, resgatamos fatores que foram ressaltados por Engels (2010) quando descreveu a formação das cidades capitalistas na Inglaterra, logo após a Revolução Industrial. O autor destacou que muitos problemas urbanos surgiram pela falta de políticas de habitação em que, em busca de trabalho e moradia, os pobres se deslocaram para as cidades e criaram aglomerados com graves problemas de saúde, parecidos com os que identificamos na comunidade de Santa Cecília e em toda a periferia de Teresópolis. Engels também afirmou que a relação entre os empresários capitalistas e os trabalhadores visava unicamente o lucro, sendo o bem-estar do trabalhador considerado um supérfluo.

A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana: é uma relação puramente econômica – o industrial é o “capital”, o operário é o “trabalho”. E quando o operário se recusa a enquadrar-se nessa abstração, quando afirma que não é apenas “trabalho”, mas um homem que, entre outras faculdades, dispõe da capacidade de trabalhar, quando se convence que não deve ser comprado e vendido enquanto “trabalho” como qualquer outra mercadoria no mercado, então o burguês se assombra (ENGELS, 2010, p. 308).

Outro depoimento (WW em agosto de 2021) de um ambientalista e também membro de vários conselhos aponta a existência de conflitos entre as políticas públicas e as demandas das comunidades. Enfatiza que as obras de drenagem são muito mal realizadas e não levam em consideração os caminhos naturais da água. “O resultado é que as ruas viram rios na época das chuvas fortes em que desce muita água com lixo e esgoto”, disse. Este ambientalista defende maior participação das instituições locais na realização de estudos técnicos e na busca de soluções. Vemos, entretanto, que quando o menor grau de participação predomina é justamente quando os dirigentes informam sobre decisões já tomadas (BORDENAVE, 1994). A falta do controle cidadão, segundo ARNSTEIN (2002), só provoca prejuízos para a sociedade como um todo em que acontece a segregação, a balcanização dos serviços públicos e a perda da oportunidade para que projetos alternativos eficientes e justos possam ser implantados.

Falamos, principalmente, de relações de poder quando tratamos dos territórios com sua dimensão política e natureza econômica e simbólica. O território não é algo fixo e sim um recurso estratégico em permanente movimento e transformação. Por ser formado por inter-relações entre espaço e sociedade, a comunicação torna-se um elemento extremamente relevante nas relações que marcam o território onde os conselhos e os comitês aparecem como espaços dialógicos (COELHO, 2017). Assim, ocorrem forças de opressão e de resistência. Alguns grupos procuram dominar, através da construção de seu poder material e imaterial, mas acontece sempre uma insistência da sociedade por direito de participar das decisões políticas e da gestão territorial.

A participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social” (BORDENAVE, 1994, p. 17).

Podemos identificar algumas territorialidades socioambientais sendo forjadas pelos movimentos sociais na bacia do rio Paquequer, mas ainda atentamos para o que Bordenave (1994) chama de estágio em que ocorre o controle dos dirigentes – nível de informação ou de consulta facultativa. Fato bem demonstrado nessa carta do movimento PlanejaTerê:

A eleição realizada na semana passada para o Conselho Municipal da Cidade (CMC) mostrou mais uma vez como os interesses da construção civil estão arraigados em diversos órgãos municipais em detrimento da defesa da sustentabilidade de Teresópolis. A votação, realizada devido à saída voluntária da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (Feso), terminou com o placar de 14 votos a 9 em favor dos primeiros. A disputa foi realizada entre duas representações: a presidente da Associação de Moradores da Cascata dos Amores, Clarisse Isnard, defensora do planejamento territorial e do meio ambiente em Teresópolis, e o representante das empresas da construção civil, Luciano Savattonne. A vitória, além de demonstrar mais uma vez o descompromisso com o crescimento planejado e sustentável da cidade, conforme defende o PlanejaTerê, revela a desproporção de representatividade entre o poder público (Prefeitura) e a sociedade civil no Conselho da Cidade. Somente a prefeitura tem em suas secretarias 10 votos, mais os votos tradicionalmente cooptados pelo município em votações: o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscom) e os sindicatos de trabalhadores rurais e dos taxistas. Mais uma vez o Conselho opta pela falta de compromisso com o bem estar dos cidadãos e aposta no crescimento desordenado e na destruição de nossas matas. Vemos todos os dias a especulação imobiliária avançando descontroladamente em todos os distritos do município à procura do lucro fácil e sem responsabilidade com o bem estar dos moradores. A eleição do presidente do Sindicato da Construção Civil é um retrocesso em nossas lutas por uma cidade mais comprometida com o meio ambiente e a preservação de nossa história. Teresópolis ficou mais perto de se tornar uma selva de cimento e uma cidade caótica, cujos primeiros sinais já podem ser sentidos no trânsito saturado e no surgimento diário de novos prédios em todos os bairros. A derrota no Conselho da Cidade de Clarisse Isnard para o Sindicato da Construção Civil demonstra que o poder público municipal agiu com toda sua máquina para continuar com a política de devastação [...] (Associação de Moradores de Teresópolis, comunicação pessoal, WhatsApp, 2022).

Barbosa, Hanai e Silva (2016) também resgatam as escalas de Arnstein e Bordenave e acrescentam o fato da pouca tradição democrática do país ser um entrave relevante e que a participação política deveria ultrapassar as instituições e fazer parte do cotidiano dos cidadãos.

É incontestável que o processo de democratização do Brasil trouxe muitos avanços para a abertura à participação e melhorias na qualidade de representação, quando diversas legislações instituíram espaços participativos, consultivos e deliberativos de políticas públicas. Entretanto, esses espaços são ainda essencialmente representativos, mais um motivo para a consciência política ser um dos princípios do processo de participação social/pública, necessário para a construção de uma sociedade mais justa, com decisões consensuadas e dialógicas. A herança histórica reforçada pela ditadura militar, que desconsidera a participação social e o diálogo igualitário, contribui para os discursos truncados dentro dos espaços de participação democráticos que colocam em risco a legitimidade desse tipo de representação (BARBOSA; HANAI; SILVA, 2016, p. 44).

Nos parece que a maioria dos movimentos sociais que atuam no território da bacia do rio Paquequer ainda possuem baixo capital político e encontram-se nos degraus mais baixo da escada de Arnstein e reproduzem assim o modelo a seguir (Tabela 12):

Tabela 12 – Qual o modelo atual das políticas públicas para o setor ambiental?

Elaboração de Planos, Projetos e Termos de Referência	Contratação de consultorias externas, sem participação da sociedade e dos técnicos locais. Defendem interesses empresariais.
Gestão	Gestão territorial comandada pelos interesses do mercado, com apoio do poder público, que se articulam para controlar as decisões políticas e os conselhos.

Fonte: O autor, 2022.

Após identificarmos, através de depoimentos e de análises teóricas, que a sociedade civil organizada em movimentos sociais ainda possui baixo capital político, procuraremos, mesmo assim, demonstrar que, apesar de poucas, as conquistas políticas podem representar transformações territoriais (manchas) que chamamos de territorialidades socioambientais.

4 CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Apesar do baixo capital político que identificamos por parte dos movimentos sociais, podemos já identificar algumas territorialidades socioambientais sendo forjadas por estes grupos organizados na bacia do rio Paquequer, apesar de nos encontramos no que Bordenave (1994) chama de controle dos dirigentes – nível de informação ou de consulta facultativa (Tabela 13):

Tabela 13 – Territorialidades socioambientais forjadas pelos movimentos sociais na bacia do Rio Paquequer

Rede Social	Nível de participação política (Bordenave)	Territorialidade socioambiental
Associação de Moradores de Santa Cecília	Informação	Horta Comunitária Coleta seletiva e reciclagem Parque Municipal
PlanejaTerê	Consulta facultativa	Redução da Especulação Imobiliária, implantação de parque fluvial
Associação Agroecológica de Teresópolis	Consulta facultativa	Expansão da Agroecologia: menor poluição dos recursos hídricos e maior controle da erosão
RBS	Informação	Fortalecimento de projetos agroecológicos, do turismo solidário e da economia solidária
Santa Rita (Agroecologia e Turismo)	Consulta facultativa	Expansão da Agroecologia Redução da Especulação Imobiliária

Fonte: O autor, 2021.

O movimento social da AMASC está transformando o território da comunidade com a implantação do horto comunitário, reduzindo a quantidade de resíduos sólidos espalhados pelas vias e ruas, através da coleta seletiva e do projeto de reciclagem e está implantando um parque municipal na parte alta. O PlanejaTerê promove revisões importantes do Plano Diretor e nos parece estar sendo parcialmente vitoriosa na implantação de um Parque Fluvial no centro da cidade, modificando, portanto, a mancha territorial prevista pelo mercado imobiliário. A Associação Agroecológica está ampliando as áreas de produção orgânica na zona rural, diminuindo os resíduos tóxicos despejados nos canais fluviais e aumentando a quantidade de

consumidores de produtos agroecológicos em feiras e eventos, fato que também se reflete no território rural. Contribui para produção agrícola com menor impacto nos processos erosivos e no uso dos recursos hídricos. Na área urbana conquistou um espaço para a feira agroecológica num futuro mercado municipal a ser erguido na Várzea.

A RBS tornou-se um polo para a realização de debates e eventos e participa ativamente nos diversos conselhos, sendo principal responsável pela revisão do Plano Diretor de Turismo do município e participando da PMEA que também influencia nas interferências territoriais. Em Santa Rita o grupo de agroecologia e de turismo, que tem apoio da RBS, fortalece a permanência do produtor rural agroecológico contra processos de gentrificação e de agroindustrialização. Conjuntos de movimentos sociais atuam nos conselhos do Parque Nacional e de Meio Ambiente, exercendo diversas formas de pressão sobre o território. Conselheiros do CONPARNASO resistem contra a entrada de uma empresa de grande porte na concessão e membros do COMDEMA defendem outros tipos de concessão para as áreas de saneamento, diferente da privatização entregue também a grandes grupos econômicos e empreiteiras. Assim, territorialidades socioambientais começam lentamente a ser forjadas e novas manchas no espaço geográfico aparecem.

A questão ambiental tem uma estreita aproximação com a busca por emancipação dos povos e os principais atores são os movimentos sociais. Esses movimentos contestam as formas e as noções convencionais de desenvolvimento, política, democracia e sustentabilidade. Formam discursos que questionam a própria racionalidade ocidental e assim a questão ambiental torna-se cada vez mais politizada. A nossa relação sociedade/natureza está inserida num contexto histórico, político e econômico em que a economia global exerce, atualmente, influência em todo o sistema natural planetário (PEET; WATTS, 1996). Assim, a ecologia política deve considerar todas as sociedades e as influências da economia global e local.

A degradação ambiental ocorre em função da pressão exercida pelo capital pelo domínio e o controle dos recursos naturais. Conflitos são gerados pelo acesso e o uso dos recursos e o poder econômico com sua força provoca a degradação. Exploração da natureza está diretamente relacionada com a exploração de pessoas em que a população mais pobre é aquela que tem menor acesso aos recursos naturais e seu controle. Recursos que são importantes para a própria sobrevivência desses povos ao longo da história. Assim os empobrecidos são também impedidos de terem voz política. A ecologia política, portanto, leva em consideração os interesses de classe e os conflitos sociais consequentes (PEET; WATTS, 1996).

Em nossa pesquisa trabalhamos com cinco movimentos sociais e podemos traçar quanto cada um deles está mais próximo da luta de classes ou do ambientalismo convencional, ligado

à contracultura ou à classe média. Sentimos por parte da Associação de Santa Cecília um ambientalismo muito próximo da luta de classes, já que se trata de um conflito ambiental que inclui a própria luta por sobrevivência, numa comunidade com altos níveis de desemprego, subemprego e carências diversas na área do saneamento básico. Uma comunidade em que identificamos uma predominância de afrodescendentes (que aumenta quanto mais caminhamos pelas ruelas afastadas da rua principal), de gente originária do êxodo rural ou que veio de áreas mais empobrecidas e problemáticas do Estado, como a Baixada Fluminense. A RBS também tem uma aproximação com a luta de classes, já que sua atividade principal é a promoção da economia solidária criando oportunidades de renda para pessoas desempregadas ou que não têm onde comercializar seus produtos artesanais ou da agroecologia. Instituição que também promove a distribuição de cestas básicas de alimentos nas áreas mais pobres da cidade e em cada uma dessas ações procura junto com a associação de moradores beneficiar os mais vulneráveis à fome. Em seguida, colocamos a Associação Agroecológica e o grupo de Santa Rita que já se aproximam de um ambientalismo menos relacionado com a luta de classes. A feira semanal é uma oportunidade importante para vários pequenos agricultores familiares e muitos produtores de Santa Rita participam de feiras agroecológicas em Teresópolis e no Rio de Janeiro. No entanto, os produtos são mais caros que os convencionais e predominam consumidores de classe média e alta. Sendo que alguns dos produtores são originais também de classe média e com formação de nível superior. Em Santa Rita, muitos vieram da cidade grande para buscarem uma vida rural. O PlanejaTerê tem como sua principal ação o combate à especulação imobiliária, principalmente na Várzea – zona urbana consolidada de classe média e alta predominante. Denunciam as ocupações irregulares e as devastações de áreas de floresta e de mata ciliar. Os participantes da RBS, da Associação Agroecológica, do grupo de Santa Rita e do PlanejaTerê possuem muitos elementos encontrados na contracultura, como as roupas alternativas e os comportamentos mais libertários, que não encontramos praticamente em Santa Cecília, em que as pessoas estão mais próximas dos elementos culturais da classe trabalhadora. Em todos esses movimentos, vemos componentes da luta de classes e do ambientalismo convencional e todos diretamente pressionam o avanço do capital, mas alguns estão bem mais próximos das causas operárias por emancipação de classe. Ao mesmo tempo, identificamos que as organizações mais próximas da luta de classes possuem menor capital político. A partir do momento que comunidades periféricas de trabalhadores urbanos e rurais começam a conquistar capital político e ficam mais próximas do que vimos acontecer com a ambientalização dos movimentos afrodescendentes dos Estados Unidos pela justiça ambiental e com que o movimento dos seringueiros do Acre realizou para implantarem as Reservas Extrativistas,

reconhecemos a construção das territorialidades socioambientais. Mas, que caminhos são necessários para que territorialidades socioambientais sejam forjadas no território?

4.1 Desenvolvimento das territorialidades socioambientais

O desenvolvimento desigual, que ficou evidente em nossa investigação, revela um problema estrutural resultante das contradições inerentes à estrutura do capital. O território oferece diversas oportunidades para os empreendedores e o resultado é um desenvolvimento desigual que afeta a identidade das pessoas. O território está na ordem do dia com impactos nunca vistos antes. Assim o capital produz o espaço e produz, por sua vez, escalas desiguais socioambientais (SMITH, 1988).

Em sua tendência constante para acumular quantidades cada vez maiores de riqueza social sob o seu controle, o capital transforma a face do mundo inteiro. Nenhuma pedra feita por Deus permanece no lugar, nenhuma relação original com a natureza permanece inalterada, nenhum ser vivo deixa de ser afetado. Em consequência, os problemas da natureza, do espaço e do desenvolvimento desigual são colocados juntos pelo próprio capital. O desenvolvimento desigual é o processo e o padrão concreto da produção da natureza sob o capitalismo. Isto se tornará mais evidente na discussão da produção da natureza que, de alguma maneira, se reduz à discussão do valor de uso, do valor, e do valor de troca. Não pode haver apologia do antropomorfismo dessa perspectiva: com o desenvolvimento do capitalismo, a sociedade humana colocou-se no centro da natureza e nós só seremos capazes de lidar com os problemas surgidos se primeiramente reconhecermos esta realidade (SMITH, 1988, p. 19).

A humanidade utiliza a natureza para os seus próprios objetivos e assim constrói o processo de modificação do território e da própria sociedade. A natureza é colocada como um objeto a ser dominado e onde as capacidades tecnológicas são desenvolvidas. O capital domina a natureza e as pessoas e hoje a fragilidade desse processo revela-se. No entanto, no lugar de dominação da natureza o conceito de produção da natureza parece ser mais adequado, na medida que o domínio nos sugere um “futuro sombrio” e um processo linear, enquanto que a produção da natureza nos abre caminho para uma nova abordagem política e histórica que poderá produzir um uso do território diferente daquele imposto pelo caráter do modo de produção capitalista (SMITH, 1988). O desenvolvimento econômico que produz a natureza é um produto social que desenvolve desigualdades e degradação ambiental. Nossa crítica, portanto, está relacionada aos meios de produção em que a relação sociedade/natureza/território está no centro das questões. As formas de produção alteram a natureza e o território com certas

características sociais. O tipo de desenvolvimento social determina a relação sociedade/natureza/território e as relações socioambientais acompanham um determinado tipo de relações sociais que foram historicamente construídas e são hoje predominantes (SMITH, 1988).

Através do processo de acumulação, o capital está sempre necessitando expandir-se. O capital, portanto, precisa de cada vez mais territórios, consumidores, força de trabalho, recursos naturais que se tornam meios de produção e acessórios essenciais no processo de produção. Desta forma, o território fica submetido à expansão do capital com apoio do estado capitalista. As máquinas, construções, usos diversos do solo ocupam o território, transformando paisagens e modos de vida a favor do lucro de uma minoria (SMITH, 1988). “Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza” (SMITH, 1988, p. 94).

Desenvolvem-se conflitos materiais e simbólicos pela ocupação do território, sendo que algumas atividades, nesse processo de expansão, provocam impactos muito fortes no ambiente e na sociedade. O capital, contraditoriamente, cria ameaças constantes aos recursos naturais e cria conflitos com a sociedade dos quais ele próprio depende. Contradições que estão presentes no próprio processo de produção (SMITH, 1988). Por outro lado, desenvolvem-se resistências e alternativas que exigem uma revisão dos modos de produção.

O futuro político para a classe trabalhadora está precisamente na igualização de condições e de níveis de produção, processo este continuamente frustrado pelo capitalismo. Esta é a resolução histórica real da contradição entre igualização e diferenciação. Ela pode ser realizada na medida em que a cooperação espacial entre a classe trabalhadora se desenvolva como força política; a classe trabalhadora reivindica a sua natureza humana de seu subdesenvolvimento pelo capital (SMITH, 1988, p. 218).

O modo de produção condiciona a vida social e esta condição, por sua vez, provoca o surgimento de novas consciências e os oprimidos procuram capital político e podem forjar territorialidades socioambientais.

Temos como premissa final que alguns fatores podem colaborar para o aumento do que estamos chamando de capital político e a consequente construção de territorialidades socioambientais. Fato que ocorre através do desenvolvimento da gestão participativa do território e da comunicação ativa. Desta forma, os movimentos sociais elaboram importantes questionamentos aos modos de produção hegemônicos.

4.2 Gestão participativa

Questionamos se é realmente possível a construção de uma democracia participativa. Ou seja, a construção de princípios de igualdade, solidariedade e reciprocidade. ALTVATER (2000) ressalta que as associações, os comitês, os conselhos e as ONGs ganharam importante terreno na sociedade contemporânea e até já substituem muito das tradicionais funções dos estados e dos partidos. No entanto, o seu poder é limitado pela força das companhias privadas que junto com o estado impõem a instalação de refinarias, hidrelétricas, barragens, portos, anéis viários, condomínios, shoppings, estacionamentos, supermercados, agronegócios e assumem a concessão de serviços, como o saneamento e o controle das unidades de conservação. No entanto, os movimentos sociais organizados em torno de conselhos, associações de moradores, redes e coletivos promovem mudanças importantes nos espaços urbanos e rurais (ALTVATER, 2000).

A gestão participativa do território nos parece ser a melhor solução para a conservação dos recursos naturais. Para a sociedade, vários fatos investigados nos indicam ser importante poder participar da formação das políticas estratégicas que envolvem o uso e a transformação do espaço geográfico. A tendência atual é a inclusão de novos agentes sociais nas políticas ambientais e as organizações da sociedade civil participam cada vez mais das decisões políticas relacionadas ao ambiente, embora tenham sido muito enfraquecidas a partir de 2000 com a ascensão do neoliberalismo. Participam de programas, projetos e pesquisas. No entanto, as grandes empresas também se envolvem, mas com interesses próprios para implantarem suas indústrias e suas obras, adquirirem matéria prima e mão de obra barata. As grandes instituições financeiras internacionais participam cada vez mais das questões ambientais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), através do financiamento de empreendimentos, projetos e pesquisas. Também com interesses mercantilistas e, assim, fortalecem a privatização do território.

Perguntamos à presidente da RBS sobre os entraves políticos que enfrentam as organizações da sociedade civil e como podem ganhar capital político.

Cada vez mais compreendemos que as redes são criadas para se conectarem, porém, em um território como Teresópolis que tem essa característica de cidade pequena a gente consegue notar que as redes pequenas têm certa dificuldade de se conectarem com outras redes pequenas. Entendemos que os entraves políticos não são sempre da administração pública, mas também os que dizem respeito à disputa por território. É possível ganhar influência política, ganhar destaque, quando você se posiciona com projetos sólidos como os da RBS. Nós buscamos espaço também com a participação em conselhos, importante também. A prova de nosso reconhecimento são os convites que recebemos para participar de entrevistas na TV, para participar de outros conselhos. Isto é uma evidência (Depoimento XX em maio de 2022).

Resultados da pesquisa nos indicam que propriedade, financiamentos e dinheiro são a base da produção em Teresópolis, junto com uma economia que inclui juros e créditos. Estes são os interesses predominantes que, como verificamos, contam com apoio do poder público local. Nossos depoimentos afirmam que não parece haver muita preocupação com a eliminação de desigualdades sociais ou com o meio ambiente por parte dos investidores, construtores e do próprio poder público.

A grande questão contemporânea, além da proteção ao meio ambiente, envolve o tipo de desenvolvimento desejado. O modelo Ocidental se apresenta altamente injusto e ineficiente e colocou o mundo numa crise socioambiental aguda. O empresariado tenta se aproximar de uma economia verde e dos princípios do desenvolvimento sustentável e com isso enfraqueceu alguns conceitos como o de ecodesenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável também conquistou espaço em vários discursos e na mídia. Por trás do conceito de desenvolvimento sustentável há um quadro ideológico escamoteado a favor da economia de mercado. Desenvolvimento está associado à sucessão de estágios tendo a sociedade Ocidental consumista e industrial como modelo. Não respeita, portanto, a diversidade cultural do planeta, as diferentes formas de se incorporar a natureza e as tecnologias alternativas. Deste conceito surgiram bipolaridades como Norte x Sul, Primeiro Mundo x Terceiro Mundo, Desenvolvimento x Subdesenvolvimento, Asfalto x Favela. O conceito de desenvolvimento sustentável é uma proposta que, ao contrário de proteger a natureza, protege a ideologia hegemônica capitalista (LAYRARGUES, 1997).

Os movimentos sociais em suas lutas contra a exclusão e a discriminação propõem alternativas, práticas e de organização social, divergentes dos interesses do mercado global neoliberal. Boaventura Souza Santos (2002) questiona com que grau de força uma globalização

alternativa pode ser produzida de baixo. Além disso, o autor defende um novo modelo de racionalidade, através de uma razão cosmopolita composta pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências que devem ser seguidas por um trabalho de “tradução”. Para alcançarmos estes objetivos devemos expandir o presente (sociologia das ausências) e contrair o futuro (sociologia das emergências). Nos encontramos na situação atual devido à consolidação do estado liberal com o desenvolvimento capitalista da Europa e dos Estados Unidos. Embora tenhamos ao longo da história várias contestações e debates enfrentando essa hegemonia, todos foram até agora incapazes de criar novas alternativas. Para este rompimento, Boaventura defende “[...] começar a mudar a razão que preside tanto os conhecimentos como a estruturação desses” (SANTOS, B. S., 2002, p. 241). Para isso, precisamos promover a convivência de várias totalidades e libertarmos das relações de poder atuais. Valorizar assim, por exemplo: o Sul, a Mulher, a Cultura Africana. Valorizar tudo do Sul que foge da dicotomia do Norte e olhar o subalterno sem a relação de subalternidade pode ser uma importante alternativa. Romper assim com a monocultura do saber da ciência moderna e da alta cultura, romper com a monocultura do tempo linear da história como sentido único de progresso, desenvolvimento e evolução, romper com a monocultura das classificações sociais, romper com a lógica da globalização e a lógica da produtividade capitalista (SANTOS, B. S., 2002). Temos que confrontar a colonialidade pela ecologia dos reconhecimentos. Substituímos a globalização pela ecologia das trans escalas. Enfrentarmos a globalização hegemônica com a ampliação das práticas alternativas e, através da ecologia da produtividade rompermos com as lógicas produtivistas capitalistas e ampliarmos a economia solidária. Estaremos superando a condição de marginalização das diversas práticas alternativas e confrontarmos com a superioridade da ciência convencional. Reconhecemos e identificamos as diversas práticas e os diversos atores sociais alternativos (SANTOS, B. S., 2002). Portanto, afirma o autor, torna-se importante investirmos nos caminhos da emancipação social. Desacelerarmos o presente, dando-lhe mais conteúdo e para alcançarmos este processo precisamos identificar os saberes e as práticas emergentes e investirmos ao máximo nelas. Desta maneira, a “sociologia das emergências” expande o domínio das experiências possíveis e quanto mais experiências identificarmos mais será a expansão do presente e a contração do futuro. Incluímos neste conjunto as experiências de conhecimentos como os fornecidos pelos povos tradicionais e o cidadão comum; as experiências de desenvolvimento como a economia solidária e as cooperativas; experiências de reconhecimento como o multiculturalismo; as experiências de democracia como o orçamento participativo e as experiências de comunicação como a mídia

independente, presentes na lógica dos movimentos sociais e não na do mercado (SANTOS, B. S., 2002).

A partir da práxis (ação-reflexão) os habitantes do território assumem o papel de sujeitos e conseguem lutar por seus direitos. Assim são forjadas territorialidades socioambientais resultantes de ações contra hegemônicas e a conquista de capital político.

Uma forma de ampliar os resultados de um projeto é focar em mecanismos de comunicação que propiciem a cada indivíduo verbalizar a sua visão de mundo para construir sujeitos compartilhados, que sejam inclusivos e gerem pertencimento a todos os envolvidos, por meio de uma ecologia de sentidos [...] (MACHADO, 2022, p. 70).

A manutenção da biodiversidade é um dos maiores desafios da atualidade. A biodiversidade não pertence unicamente ao mundo natural e inclui a produção social e cultural. Está presente nos mitos e ritos dos povos. No capitalismo, entretanto, se tornou mercadoria. O respeito e a manutenção dos conhecimentos e das práticas tradicionais são medidas extremamente relevantes e urgentes e as próprias comunidades devem se tornar os principais atores na recuperação da biodiversidade perdida. Enfatizamos nesta linha de pensamento a ecologia social, a ecologia dos movimentos sociais e a ecologia da paisagem. Até as próprias ações preservacionistas e conservacionistas obtêm muito maior sucesso quando aliadas aos interesses das populações (DIEGUES et al., 2000). Os próprios movimentos sociais e o das populações tradicionais, na luta por seus territórios e manutenção de seus meios de vida, são os principais opositores aos grandes empreendimentos.

Uma concepção de desenvolvimento territorial voltada para o diálogo e a autonomia decisória, que inclua também a preservação da natureza, das identidades e dos vínculos territoriais, surge como resposta à reprodução ampliada do capital. O território como espaço de informação, mobilização e resistência aos agentes do capital. Para alcançarmos estes objetivos ressaltamos a interdisciplinaridade e a participação social como princípios. Considera-se, portanto, a organização popular e a gestão participativa como alguns dos principais caminhos para alcançarmos as melhorias de qualidade de vida necessárias (SAQUET, 2018).

Na concepção e na proposta de trabalho que temos, entendemos que os sujeitos são múltiplos, nos espaços urbanos e rurais, vivendo cotidianamente como sínteses das relações sociedade-natureza. O território contém essas relações e significa, num primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital, além de objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica (SAQUET, 2018, p. 482).

Tanto no campo como no espaço urbano identificamos atitudes ecológicas e solidárias que vão ao encontro direto às necessidades básicas da população e assim confrontam os processos de desterritorialização impostos pelo sistema econômico. Ações que envolvem uma pluralidade de atores sociais que buscam formas de emancipação em que pensamento e ação acontecem de forma contínua e simultânea. A compreensão do território afasta assim o risco da alienação e fortalece o sentido de identidade e pertencimento individual e coletivo. Assim, o território torna-se a sede das resistências, onde as contradições do poder econômico e da construção histórica, refletidas nos modos de produção, se manifestam. No território estas contradições ficam muito aparentes e são geradoras de conflitos. No território as comunidades debatem e investem nas suas expectativas (SAQUET, 2018).

A descoberta do território ocorre justamente quando se coloca em cena a identidade distintiva do território, que o diferencia dos demais, induzindo-se sentimentos de pertencimento e partilha, juntamente com a própria gestão dos conflitos a partir da definição de interesses e objetivos comuns (SAQUET, 2018, p. 486).

A nossa análise do território e das territorialidades é construída com os mesmos princípios em que procuramos apontar e interpretar as contradições, desigualdades, identidades e cooperações, com o objetivo de fortalecermos os processos dialógicos e participativos. As territorialidades presentes, resultantes das contradições, tornam-se assim ativas (práxis) em que diálogo e a visão crítica e reflexiva são elementos importantes. Acontece, portanto, processos de auto-organização-práxis independentes, mas que não desconsideram o estado e a política formal, como os conselhos, partidos, sindicatos (SAQUET, 2018).

O processo de (in)formação da consciência de classe e de lugar influencia a compreensão do território-lugar, do seu reordenamento com justiça social e, ao mesmo tempo, a relação território-lugar possibilita uma ampla e complexa compreensão dos processos de qualificação da consciência de classe e de lugar, no constante movimento de construção popular do desenvolvimento de base local, ecológica, cultural, dialógica e reflexiva (SAQUET, 2018, p. 489).

Os métodos participativos para a gestão territorial estão sendo testados em projetos de organizações internacionais como a FAO, utilizando-se como base uma bacia hidrográfica. A FAO realizou uma experiência em diversas regiões de montanha e floresta, envolvendo comunidades pobres de vários países que servem de inspiração para as bacias da Região Serrana do Rio de Janeiro. “A integração de atividades para a preservação e o desenvolvimento da participação comunitária em colaboração com os atores sociais e instituições diversas tem sido

reconhecida como a mais promissora aproximação para a gestão dos recursos naturais” (WARREN, 1998, prefácio, tradução nossa).

Um projeto da FAO, visou especialmente áreas montanhosas e beneficiou localidades na Tunísia, Bolívia e Nepal. A ideia principal foi consolidar a participação comunitária nas bacias hidrográficas. A equipe da FAO trabalhou com a descentralização dos sistemas de planejamento, como fator importante para a preservação ambiental e o desenvolvimento social e o aperfeiçoamento da comunicação tornou-se elemento relevante nesse processo. Um dos objetivos principais foi o fortalecimento das organizações sociais comunitárias e a formação de redes colaborativas. Entre as prioridades estão a garantia dos serviços de saneamento, saúde, educação e segurança alimentar e hídrica e destaque especial foi dado para a participação feminina na gestão territorial.

De várias formas, as localidades desse projeto piloto da FAO são semelhantes às características da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. As conquistas sociais estão assim associadas com água, solo e cobertura vegetal. Tanto as localidades selecionadas no projeto da FAO, como a Região Serrana do Rio de Janeiro, possuem graves problemas de erosão e deslizamentos. O projeto da FAO trabalhou a bacia hidrográfica muito mais como um território geopolítico de governança do que como uma unidade hidrográfica, embora considere de extrema importância os aspectos físicos e biológicos. Trata-se de uma aproximação dentro dos princípios da ecologia política e o processo de transformação social estabelece-se acima das técnicas. Atender às necessidades básicas da população em setores como saneamento, proteger o meio ambiente e promover a democracia participativa devem assim caminhar juntos.

O método participativo proposto pela FAO é alcançado através do reconhecimento e da chamada para colaboração das instituições da sociedade civil e o identificamos como de influência relevante para as transformações socioambientais (WARREN, 1998). Seriam, portanto, instituições capazes de forjar novas territorialidades socioambientais. Ação que exige, entretanto, a promoção de um planejamento territorial descentralizado.

Sentimos a falta deste tipo de aproximação nos projetos e nos diversos instrumentos de gestão territorial nos municípios brasileiros, como Teresópolis. Diversas instituições que agem no território e possuem significativa capacidade técnica ficam de fora dos Termos de Referência e dos documentos produzidos para a gestão territorial, como os Planos de Saneamento ou de Resíduos Sólidos em que empresas de consultoria externas são geralmente contratadas, fato que ficou evidente em nossa pesquisa. Até técnicos de instituições governamentais locais, como extensionistas rurais e funcionários de instituições federais e universidades ficam de fora. De igual importância, seria a implantação de métodos, como o mapeamento social participativo,

para junto às comunidades identificarmos vulnerabilidades e potencialidades. Nos documentos produzidos para ordenamento territorial em Teresópolis predominam ou são existentes apenas dados secundários. Na experiência da FAO acima citada, trabalhos de campo comprovaram a existência de um enorme abismo entre os dados secundários existentes e a realidade. “Embora seja fundamental utilizarmos ao máximo as informações existentes, essas informações, quando disponíveis, devem ser consideradas de forma crítica, geralmente encontram-se ultrapassadas, não são confiáveis e estão incompletas” (WARREN, 1998, p. 21).

No projeto da FAO foram privilegiadas as análises sociais, antropológicas e ambientais, com a inclusão das informações obtidas diretamente nas comunidades. As informações das comunidades são alcançadas através de aproximações informais onde se procura, também, identificar os conflitos. Mas, as informações obtidas de maneira formal são igualmente relevantes e as oficinas são eficientes para isso, sendo o diálogo o fator mais importante (WARREN, 1998).

Em uma fase de diagnóstico, o objetivo principal é compreender a realidade socioambiental da bacia hidrográfica. Além dos dados do ambiente físico e demográficos, procura-se identificar e considerar a estratificação social, o nível de organização, as condições de saúde, a cultura e as tradições, a segurança alimentar, as realidades econômicas, o grau de educação das comunidades entre muitos outros. Dados secundários e primários se complementam através do diálogo. As diversas vulnerabilidades são traçadas e as prioridades estabelecidas. Na experiência da FAO, os sentimentos de colaboração, pertencimento e participação são desenvolvidos e são também o ponto de partida para todas as políticas públicas locais. O projeto participativo da FAO no Nepal, por exemplo, conseguiu identificar 177 atividades físicas prioritárias das comunidades. Entre elas: controle da erosão contra deslizamentos, incubadoras de pequenos estabelecimentos comerciais, postos de saúde, hortas comunitárias, restauração florestal, proteção de mananciais. Técnicos e especialistas do poder público, das organizações não governamentais e de instituições de ensino e pesquisa locais foram, em função do diálogo comunitário, mobilizados. Termos de Referência foram então coletivamente elaborados e parcerias institucionais conjuntamente estabelecidas. Tudo alcançado e planejado através dos métodos da Pesquisa-Ação e debates. Os coordenadores do projeto da FAO agiram como mediadores-parceiros junto com os setores acadêmicos (WARREN, 1998).

Ao organizarem-se politicamente, as pessoas exercem, antes de tudo, um ato que fortalece os laços sociais em toda sua complexidade e só assim criam a resistência necessária contra o poder hegemônico que inclui a construção de conhecimento, consciência,

pertencimento e solidariedade. As conquistas materiais, essenciais para a vida, estão inseridas neste contexto complexo e em permanente transformação. “A consciência é o resultado de uma interação entre nós e nosso contexto material” (EAGLETON, 2012, p. 133).

As classes não existem somente nas minas de carvão e nos escritórios de seguradoras. São também formações sociais, comunidades, assim como entidades econômicas. Envolvem costumes, tradições, instituições sociais, conjuntos de valores e hábitos de pensamento, além de fenômenos políticos (EAGLETON, 2012, p. 120).

O *Buen Vivir* (ACOSTA, 2019) surge como uma proposta importante, que a partir dos indígenas da América do Sul, pode se espalhar para o mundo em que, novamente, o atual conceito de desenvolvimento hegemônico é questionado: meta que foi imposta como rumo obrigatório para toda a humanidade pelo Ocidente colonizador através de planos, programas, projetos, bancos especializados e comunicação direcionada e que hoje coloca o planeta em risco. Conceito que ignora os povos tradicionais e que não respeita os limites e a sacralização da natureza e provoca enormes injustiças sociais. Modelo que produziu avanços tecnológicos, mas que não resolveu a miséria. Onde tudo é mercantilizado e privatizado. O *Buen Vivir*, ao contrário, apresenta uma forma de emancipação que recupera os saberes e os conhecimentos dos povos ancestrais da América do Sul. Inclui, além do humano, água, solo, ar, montanhas, florestas e animais. Propõe uma mudança civilizatória e filosófica sem negar as vantagens da tecnologia. Constrói assim os Direitos da Natureza, onde o ser humano está inserido - norma presente na Constituição do Equador de 2008. A natureza se torna sujeito e não apenas objeto (ACOSTA, 2019). O *Buen Vivir* é um processo de desmercantilização da natureza em que os elementos da vida como a água jamais podem ser privatizados. Incorpora princípios de origem da sociedade indígena como ajuda recíproca, trabalho coletivo, ritos de coesão social, transferências de valores, fortalecimento de laços comunitários, ausência de desperdício, distribuição dos produtos. Trata-se de uma maneira em que podemos repensar e reconstruir o rural e o urbano e que surge como relevante resposta aos efeitos devastadores do capitalismo que agora ameaçam tudo: sociedade, florestas, clima. O sistema capitalista destrói assim as suas próprias condições de sobrevivência e o *Buen Vivir* pode se espalhar como uma nova proposta e um novo paradigma (ACOSTA, 2019).

Guattari (2022) chama a atenção para a necessidade de desenvolvermos uma articulação ético-política, chamada de ecosofia, em resposta à perspectiva tecnocrática provocada pela atual crise socioambiental. Para isso, defende uma revolução política, social e cultural. Assim o autor defende três tipos de ecologias: a do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade

humana. “Esta revolução deverá concernir, portanto, não só nas relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo” (GUATTARI, 1997, p. 9).

O autor ressalta os riscos do “império do mercado” global e de um estado que deixa de ter seu papel tradicional e passa a servir aos interesses desse mercado. Fatos que exigem novos caminhos emancipatórios.

Esperamos que uma recomposição e um reenquadramento das finalidades das lutas emancipatórias se tornarem, o quanto antes, correlativas ao desenvolvimento dos três tipos de práxis eco-lógicas aqui envolvidas [...] a ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis do *socius*. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão – ampliando se o domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta [...] (GUATTARI, 1997, p. 35).

O autor refere-se ao desenvolvimento de novas práticas políticas em todos os níveis e à construção de novas formas de solidariedade. O diálogo torna-se o passo principal para alcançar-se a gestão participativa do território e a emancipação desejada.

Sendo assim, por sua transversalidade, o diálogo perpassa todas as dimensões, e realiza cada ser humano a sua visão de mundo, proporcionando o contato interno do indivíduo consigo mesmo. A troca de sentidos entre os demais indivíduos faz brotar novas imagens de mundo: mais inclusivas, construídas por todos, promovendo a sensação de pertencimento e estabelecendo a condição de cooperação. Ainda, este contato com diversas visões de mundo permite a cada indivíduos refletir sobre sua atuação identificada com os coletivos e se “desidentificar” da tradicional abordagem oprimido-opressor, podendo agir como um ator social, otimizando resultados e aproximando cada ser humano (MACHADO, 2022, p. 74).

4.3 Comunicação ativa

As diversas reterritorializações não destroem completamente as territorialidades precedentes e uma multiplicidade de territorialidades se manifesta, ao mesmo tempo, no espaço geográfico. Vários períodos históricos também se apresentam no mesmo território e vários tempos coexistem, sendo alguns lentos e outros acelerados (TSING, 2021). Os fatores presentes no território estão relacionados com fenômenos locais e externos; próximos e distantes. Para alcançarmos conquistas sociais importantes, precisamos do desenvolvimento de uma consciência, uma política transformadora e a construção de redes sociais de solidariedade e a tomada de consciência está relacionada às condições materiais e aos conflitos. Trata-se da

valorização do território e de seus habitantes em que vínculos de confiança são construídos em resposta aos sistemas hegemônicos dominantes. A consciência do território é vital para a identificação dos conflitos e a participação social na resistência contra a globalização econômica. Fatos que acabam sendo essenciais para a própria preservação da natureza e para o desenvolvimento de alternativas (SAQUET, 2021).

Há unidade indissolúvel entre teoria e prática, transformação consciente que passa, necessariamente, pela formação política contínua. Para o homem mudar o mundo é preciso transformar-se na práxis, pois há transformação do homem e do mundo simultaneamente. A ação sobre o real é inseparável de uma formação de consciências. A práxis, portanto, precisa ser criativa, consciente e reflexiva (SAQUET, 2014, p. 13).

A solidariedade libertadora proposta por Paulo Freire é construída através de uma práxis e, portanto, nos parece que temos assim que promover a transformação radical da situação responsável pela opressão. Através de um processo de comunicação, os oprimidos começam a tomar uma consciência crítica de sua realidade e situação política e econômica, para em seguida partirem para a organização política, através dos movimentos sociais. A percepção do mundo da opressão acontece assim por meio de uma práxis transformadora, para, finalmente, construir-se um processo permanente de libertação.

Quem, melhor do que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegará pelo acaso, mas pela práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista de falsa generosidade [...] (FREIRE, 1987, p. 20).

Paulo Freire nos chamou a atenção para os oprimidos do capitalismo periférico. Gramsci (1997, 1999), por sua vez, ressaltou o perigo do fascismo que ameaçava os operários italianos no início do século XX. Nos dois casos, o capital e o estado são colocados como responsáveis pelo exercício da coerção e da persuasão. Freire (1977, 1996) desenvolveu como resposta a pedagogia libertadora e Gramsci a reflexão e a ação com estratégias essenciais. Os dois autores enxergam a comunicação como fator de transformação social que deve partir da construção de uma consciência crítica e política. O território (meio) é assim educador e deve também ser educado. Tanto Freire quanto Gramsci defendem o diálogo crítico capaz de perceber uma realidade em permanente transformação. Os problemas vivenciados pelos movimentos sociais em suas comunidades são provenientes das práticas sociais existentes, dos modos de produção, da própria realidade social e ambiental e da busca por melhorias. Confiança e autoestima

tornam-se exigências para que as transformações necessárias aconteçam, através do conhecimento e da ação coletiva (SILVA, L. P., 2016).

O primeiro prevê a construção de conhecimentos capazes de orientar os envolvidos a exercer a cidadania e atuar de forma crítica, consciente, confiante e autônoma na realidade social. E o segundo busca fazer dos envolvidos, sujeitos ativos da própria história e não mais aqueles que contemplem e a descrevam (SILVA, L. P., 2016, p. 35).

Partimos do princípio que o educador, o pesquisador científico e a comunidade devem levar em consideração o contexto social e cultural que os atores sociais encontram no território onde vivem. Os atores sociais exercem assim uma leitura do mundo importante para a organização e a transformação social e territorial (BARROSO, 2018).

A leitura de mundo do conjunto de indivíduos de uma sociedade tem impacto na organização do estado, na escolha de representantes políticos e todo o conjunto de desdobramentos a partir de tais escolhas. Tem influência na cidadania, no conjunto de ações individuais na atuação nos diversos cargos, e, sobretudo, no impacto na formação de outras leituras, à medida que se entende o ambiente como uma das variáveis de maior peso (BARROSO, 2018, p. 112).

O processo científico e pedagógico começa assim pelo meio (território), onde o oprimido deve ser incentivado a ler o seu próprio mundo e identificar a situação de dominados e dominadores presentes no seu contexto histórico e territorial. Para que possa finalmente tornar-se mestre do seu próprio destino.

Este é o trágico do dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar. A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos (FREIRE, 1987, p. 23).

Gramsci (1999) enfatizou a densidade histórica e política presente na vida das pessoas. Destacando assim o peso histórico e cultural. Defendeu a necessidade da construção da consciência política para as pessoas se libertarem da opressão. Visando, portanto, a humanização de tudo. A consciência de si e da realidade dá ao oprimido a coragem necessária para a transformação de seu meio social e territorial, formar o cidadão para a capacidade de governar. Até agora predomina uma consciência, por parte do oprimido, moldada pela concepção de mundo do opressor e relacionada aos interesses deste opressor. A comunicação pode ser assim uma força libertadora do oprimido.

Identificamos que as lideranças de comunidades como Santa Cecília exercem o papel do que chamamos de intelectuais orgânicos. Funcionam como ponte entre as reivindicações da comunidade com outros setores da sociedade e o poder público. Exercem também a função de promoverem trabalho e renda, como no caso do projeto de reciclagem dos resíduos, através do desenvolvimento de tecnologias sociais. São, portanto, comunicadores relacionais em direto contato com o território – pertencentes ao sítio (ZAOUAL, 2010). Dessa forma, identificam os problemas, trabalham as vulnerabilidades e criam oportunidades. Criam relações horizontais através do coletivo social na busca de autonomia e assim constroem territorialidades socioambientais.

Tanto libertação como comunicação são práticas (práxis) comunitárias. Paulo Freire defendeu a libertação da educação bancária (vertical), libertação que se inicia com a promoção do diálogo. Principalmente, respeitando-se que o educando possui toda uma história de vida. A sua própria síntese cultural é o principal caminho para a construção da colaboração e da solidariedade. Gramsci (1999) defendeu os círculos de cultura - espaços onde se produz uma nova cultura a partir da concepção de mundo dos dominados.

Tanto Gramsci como Freire defendem uma práxis que parte da maiêutica – a arte de fazer o saber ir à luz. Os círculos de cultura promovem isso dentro dos conselhos e das diversas ações comunitárias, como observamos em nossos movimentos sociais. Freire também trabalha os círculos de cultura, como espaços para a construção de uma nova concepção de mundo, para a conquista da liberdade. Produzir assim a reforma intelectual e política humana. Espaços para a problematização do saber a partir do conhecimento existente na própria comunidade. Enfrentando-se a noção de poder hegemônico que significa poder do guia supremo, do comandante, do general ou do estado. Assim tanto Gramsci como Freire optam pela formação (práxis) de uma consciência crítica e coletiva para enfrentar esta hegemonia. Preparar, assim, as massas operárias e oprimidas para o exercício da hegemonia cultural e política. A práxis necessária envolve, portanto, reflexão e ação.

A educação e o aumento do acesso e a criação de meios de comunicação democráticos nos parece ser a forma mais eficaz de diminuir a apatia existente. Habermas (1981) destacou que muitas regiões do mundo continuam mergulhadas na pobreza, faltam organizações baseadas na comunicação e que as mudanças ocorrem para o bem de uma comunidade quando temos um processo de comunicação ativa, quando as comunidades (movimentos sociais) se organizam para ações. O processo de desenvolvimento de meios de comunicação independentes, libertários e com objetivos concretos de construir uma sociedade participativa, democrática, justa e com metas concretas a serem conquistadas é o caminho da emancipação

possível de vencer a apatia e a pobreza (HABERMAS, 1981). O objetivo principal é a formação de cidadãos que participam ativamente e criticamente dos processos políticos, sociais, econômicos, ambientais e vencer, com isso, a estrutura fragmentária, desigual e confusa existente ainda na sociedade. Substituir assim o isolamento por participação e integração. Habermas defende o desenvolvimento técnico, cultural e institucional da humanidade que, segundo o autor, é alcançado através de pessoas capazes de integrar comunicação com ações. Desta forma, interesses coletivos devem predominar numa sociedade baseada na comunicação ativa e na convivência saudável. Fato que envolve principalmente o diálogo e a cooperação. Habermas critica a racionalidade instrumental (técnica) do capitalismo competitivo, como vimos serem predominantes em nossas políticas públicas e conselhos, e como resposta, aponta o desenvolvimento da criatividade participativa e empreendedora. Conselhos gestores eficientes dependem de sistemas de comunicação eficazes, democráticos e dinâmicos. O principal e mais eficiente canal de articulação entre diversos atores sociais deve ser a “comunicação ativa” - onde ações surgem das demandas e provocam importantes debates. Ações que servem para diminuir o poder do mercado e promover a defesa do território em favor da garantia de um ambiente preservado e socialmente justo. A comunicação ativa se torna, portanto, o fator principal de conhecimento e transformação. Essencial para a governança e mobilização dos movimentos sociais, dos conselheiros e, principalmente, para promover a sociedade do pertencimento participativo.

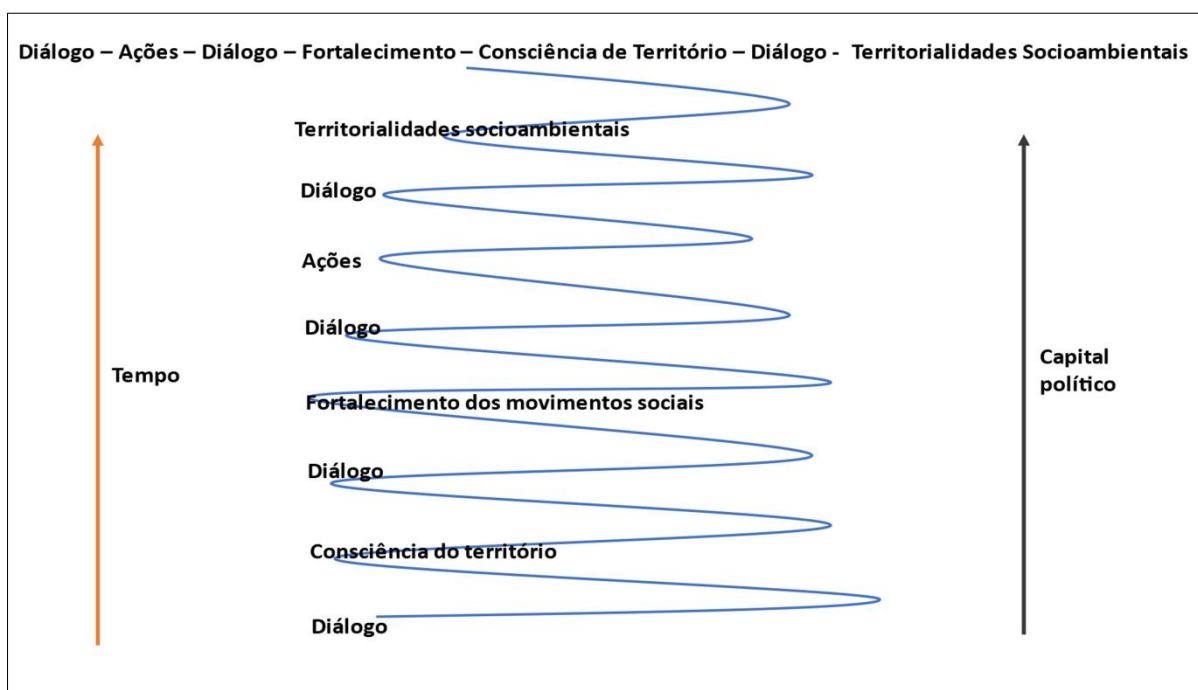
O depoimento de uma ativista ambiental, produtora orgânica e participante da AAT e da feira agroecológica de Teresópolis, com mestrado na área de Educação e Comunicação da UERJ, de 55 anos, ressalta a importância da comunicação e da organização:

A sociedade civil perde por falta de comunicação e organização. O poder econômico já está instituído, já estabelecido e a sociedade civil não consegue chegar. Falta planejamento, organização dos grupos. Na própria feira agroecológica poderia acontecer um planejamento maior e menos competição. A comunicação de colaboração tem que ocorrer. Usar os próprios meios das técnicas de comunicação contemporâneas para fazer o oposto do que o sistema hegemônico faz. Criar assim um sistema coletivo e colaborativo. É importante participar dos conselhos, mas o processo participativo é um aprendizado, depende da formação dos grupos. A população tem poder, mas desconhece sua força. No lugar de só reclamar do poder público é importante partir para ações (Depoimento YY em julho de 2022).

A partir do diálogo obtém-se a consciência do território e através de uma dialógica contínua, conquista-se capital político, ações socioambientais são geradas e transformações forjadas no território. Provoca-se assim o que chamamos de territorialidades socioambientais e, além disso, formamos comunidades mais autônomas. “A ideia, portanto, mais do que apontar em direção a um resultado específico, é capacitar as pessoas e produzir autonomia, equidade e sustentabilidade, especialmente para as populações excluídas e/ou vulneráveis” (MACHADO, 2022, p. 40).

Com a conquista de territorialidades socioambientais provocamos novos diálogos, novas ações, novas consciências do território, fortalecimento dos movimentos sociais e novas territorialidades socioambientais. Estes elementos não acontecem de forma linear, mas dialeticamente simultâneos, sobrepostos, transversais e multidirecionais (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Etapas para o avanço das territorialidades socioambientais



Fonte: O autor, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos propondo um novo conceito teórico que chamamos de territorialidades socioambientais e temos a intenção de colaborar para um novo quadro referencial a ser amplamente utilizado pelas ciências sociais nas questões relacionadas às territorialidades. Ao longo da narrativa apontamos que ao mesmo tempo em que se acentua uma sociedade de consumo e uma ausência de participação política, identificamos ações importantes por parte dos movimentos sociais em que predomina os princípios de solidariedade, a identidade coletiva e a organização política. No território estudado, a interrelação dos fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais (em especial, os conflituosos) provocam o desenvolvimento de iniciativas sociais contra hegemônicas. Os movimentos sociais forjam assim estratégias que permitem a emergência das territorialidades socioambientais no município de Teresópolis. Em Santa Cecília desenvolvem-se estratégias de mobilização em que as lideranças da AMASC continuamente chamam a população local para o pertencimento participativo, promovendo esporte, lazer, cursos, festas e até atividades que demandam trabalho coletivo como a reciclagem e a implantação da horta comunitária. Na Várzea trabalha-se a comunicação via, principalmente, as redes sociais da internet para denunciar os processos de degradação ambiental e de gentrificação. Ao mesmo tempo, os movimentos promovem eventos, como as feiras da RBS, ou pressionam diretamente os responsáveis pela especulação imobiliária e os processos de privatização, nos concelhos do PARNASO e de Meio Ambiente do município e até por meio da solicitação de audiências públicas. Em Santa Rita, destacamos os mutirões que servem tanto para fortalecer os laços sociais e o conhecimento do território como para facilitar o próprio trabalho agrícola. Local em que também o desenvolvimento do turismo solidário faz parte do processo. Assim identificamos estratégias relevantes para a construção das territorialidades socioambientais.

A bacia do rio Paquequer reflete os conceitos de injustiça ambiental, dado que várias comunidades são menos favorecidas com os serviços de abastecimento de água e esgoto e sofrem com os deslizamentos e as enchentes, o processo de expansão da especulação imobiliária provoca gentrificação e ameaça a agricultura familiar, o “lixão” está localizado numa comunidade pobre e muitos moradores tiram seu sustento dele, um processo de elitização dos serviços públicos acontece com a privatização de setores básicos, como o de água e esgoto, resíduos sólidos e concessão do parque. As injustiças ambientais contribuem, portanto, para o aumento dos conflitos e o surgimento de respostas diversas dos movimentos sociais.

As territorialidades socioambientais são construídas através do diálogo continuado, fazem parte do processo por busca de autonomia e a conquista por um estado que atue a favor do povo, mesmo sabendo que este mantém as desigualdades sociais de classe e defende os interesses da classe dominante. Nossa intenção foi apontar como os movimentos sociais buscam maior força política no estado e em seus próprios territórios, principalmente através dos conselhos, comitês, associações, organizações e ações alternativas, mas ainda com fraco capital político. Em Teresópolis identificamos que existe um processo de apropriação do território e dos serviços públicos que vem gerando conflitos sociais e degradação ambiental e pretendemos estarmos contribuindo para o desenvolvimento de novas políticas públicas, criando maior resiliência, evitando novas tragédias e provocando melhorias socioambientais para a população menos privilegiada. Esperamos que o nosso estudo e o apontamento para possíveis mudanças de paradigma sejam de relevante inspiração para outros municípios do Estado do Rio de Janeiro e do país e um dos maiores desafios para o século XXI é o enfrentamento da escassez e da degradação dos recursos hídricos e da crescente produção de resíduos.

Cabe aos intelectuais, não apenas interpretar a sociedade, mas, colaborar para as transformações. Fato que nos levou à necessidade de compreendermos a totalidade e a complexidade da sociedade e nos fez optar pela ecologia política e a etnografia dos conflitos. Nas três articulações sociais selecionadas para o estudo (Santa Cecília, Várzea e Santa Rita) identificamos a existência de sujeitos sociais capazes de minimizar e combater a degradação do ambiente, promover justiça social e criar as territorialidades socioambientais. Nessa perspectiva, o conceito de territorialidades socioambientais é desenvolvido, com base na realidade concreta da bacia do rio Paquequer em Teresópolis e interpretado à luz da Ecologia Política e dos princípios de etnografia dos conflitos.

Existem multiplicidades de fenômenos sociais, historicamente construídos e inter relacionados e estamos, portanto, tendo como desafio a criação de uma nova cultura que envolva todas as manifestações sociais e as multiterritorialidades. Contribuímos assim para a construção de uma alternativa socio metabólica que supere a dominante. Fato que envolve primeiro a formação de consciência do conflito inerente à sociedade de classes para que em seguida possamos politicamente enfrentar a hegemonia dominante. Hoje desafiamos, neste contexto, uma poderosa força composta pelas grandes corporações e o mercado financeiro internacional que dominam a economia mundial. Forças que agem também na manipulação ideológica e cultural.

As injustiças sociais se manifestam no território e um dos resultados esperados é que as políticas públicas municipais considerarem o valor da sociedade local para a elaboração de

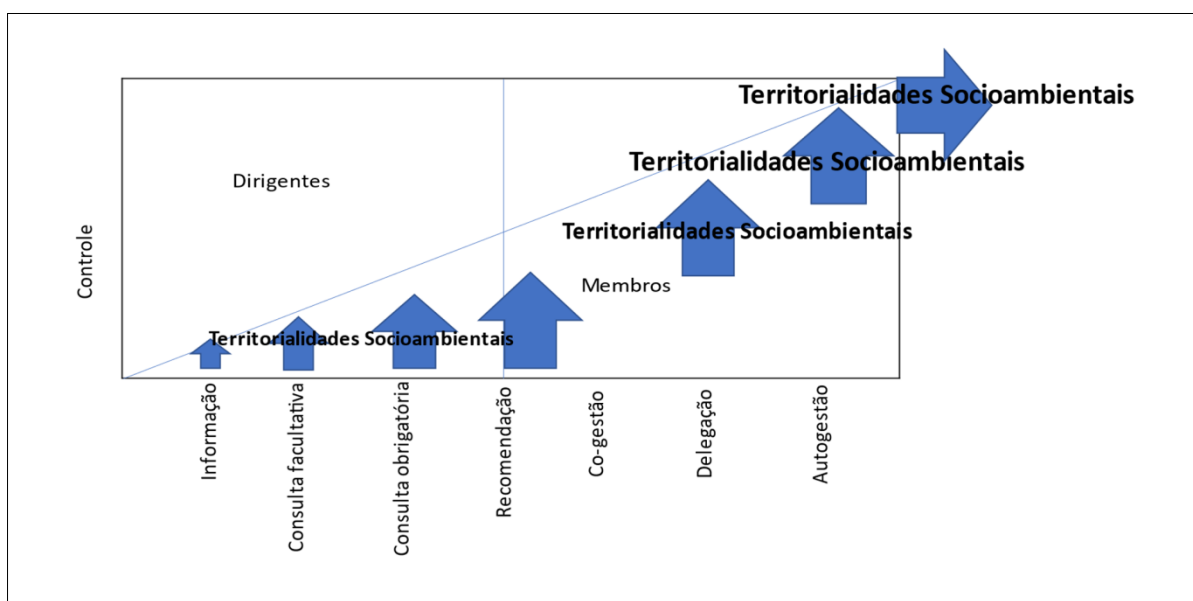
planos e projetos. Em quase todos os casos que analisamos, foram contratadas consultorias caras e externas ou relacionadas às próprias empresas que disputam as concessões. Acreditamos que existem atores locais capazes, numa cidade como Teresópolis, que possui duas universidades tradicionais, sendo uma pública. Cidade que tem um quadro de funcionários e de membros de organizações sociais de altíssimo nível, que conhecem mais as territorialidades de Teresópolis do que consultorias externas. Acadêmicos, estudantes, técnicos locais e comunidades não são considerados, dentro da lógica atual, capazes de participarem da construção dos Termos de Referência e dos diversos documentos de ordenamento territorial. Esperamos uma mudança de mentalidade que leve em consideração a formação de equipes locais que conhecem e trabalham o território com suas formações socioambientais transdisciplinares. Raramente os planos e projetos contam com eficientes trabalhos de campo, o que uma equipe local realizaria com muito maior facilidade e custos baixos. Em nossos estudos constatamos que geralmente cientistas, técnicos e sociedade civil organizada local é chamada para as audiências públicas onde já encontram Termos de Referência prontos com arranjos políticos estabelecidos. As audiências públicas geralmente não oferecem espaço para questionamentos sobre a necessidade e importância dos empreendimentos e de seus reais impactos socioambientais. Espaço é privilegiado para a explicação sobre o empreendimento como algo já definido e irreversível. Assim constatamos nos diversos depoimentos, nas próprias audiências e nos documentos analisados.

Apesar de todos os instrumentos legais que garantem a gestão participativa do território, o grau de participação e de pertencimento da sociedade civil ainda é extremamente baixo, como identificamos ao longo da pesquisa. Assim como a força do mercado e interesses de grupos políticos e econômicos específicos acabam dominando. Grande parte da população desconhece os seus direitos de gestão territorial e poucos participam de conselhos, comitês e fóruns políticos. Hoje, a situação é agravada com o enfraquecimento do estado do bem-estar e a ausência de políticas públicas direcionadas aos interesses coletivos. Existem, portanto, muitas contradições nos movimentos sociais e suas articulações e ações. Ao mesmo tempo em que muitos reclamam da apatia e da pouca participação, presente em parte das entrevistas que apontamos, identificamos ações relevantes acontecendo por parte dos movimentos sociais abordados, que representam ganho de capital político e transformações territoriais.

Recuperamos as etapas definidas por Bordenave (1994) em conjunto com a construção das territorialidades socioambientais. Nas primeiras etapas da informação até o reconhecimento, territorialidades socioambientais são lentamente forjadas pelos movimentos sociais, ainda com pouco capital político e com a emergência de manchas isoladas no território.

A partir do reconhecimento até a autogestão a construção das territorialidades socioambientais acelera-se e mais manchas alternativas ocupam o espaço. Numa etapa final, na autogestão, as territorialidades são, finalmente, socioambientais. Na própria etapa da autogestão e com as territorialidades sendo socioambientais, o processo não termina e novas consciências do território e diálogos contínuos se desenvolvem para formarem novas territorialidades socioambientais (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Etapas de Bordenave e as territorialidades socioambientais



Fonte: O autor, 2022.

Os interesses por transformações geram novas formas de comunicação e organização em que ocorre uma dialética entre comunicação e busca por reconhecimento. Os grupos sociais procuram resolver o mundo que os cerca e identificam as estruturas de poder presentes. Quando os grupos sociais se comunicam e colocam em prática ações e ideologias, o sistema dominante pode deixar de ser o único caminho e alternativas podem emergir e as classes dominadas conquistam capital político. Processos que vão lentamente construindo as territorialidades socioambientais.

REFERÊNCIAS

- ACKROYD, P. *London: The Biography*. London: Vintage, 2001. 830 p.
- ACOSTA, A. *O bem viver*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Elefante Editora, 2019. 135p.
- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a. p. 8-13.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. p. 14-42.
- ACSELRAD, H. *Vulnerabilidade ambiental, processos e relações*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro, Anais [...]. Rio de Janeiro: IBGE. 2006.
- ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 288p.
- AGENERSA. *Saneamento básico: Áreas reguladas pela Agenersa*. [2022]. Disponível em: <http://www.agenersa.rj.gov.br/images/mapasanea/mapatotal.jpg>. Acesso em: 20 maio 2022.
- ÁGUAS DO RIO. *Quem somos*. [202-?]. Disponível em: <https://aguasdoriorio.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 28 out. 2022.
- AIRES, J. R. et al. Análises geomorfológicas do platô de Teresópolis e da Serra do Mar. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 35, n. 2, p. 105-123, 2012. http://dx.doi.org/10.11137/2012_2_105_123. Disponível em: <https://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/5956/5464>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2012. 384 p.
- ALIMONDA, H. Política, utopia, naturaliza. In: ALIMONDA, H. (Org.) *Ecologia política: natureza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: CLASCO, 2002. p. 9-18.
- ALMEIDA, A. M. *Campo e cidade como imagens*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1999 (Série Didática).
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: Seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 33-53, jun. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>
- ALONSO, A.; COSTA, V. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. Buenos Aires: CACSO, 2002. 24p.

ALTIERI, M. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 120 p.

ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: AGLES, H. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Lacalu e Mouffe. *Lua Nova*, v. 80, p. 71-86, 2010.

AMORIM, A. Associação de montanhas famosas do mundo (World Famous Mountains Association-WFMA): Cooperação para valorização e proteção de ambientes de montanhas. In: AQUINO, A. M. de; LÓPES NETTO, A. L.; ASSIS, R. L. de. (Eds.). *Desenvolvimento Sustentável em Ambientes de Montanha: Estratégias e Experiências*. Niterói: EMBRAPA, 2018. p. 35-78.

AQUINO, A. M. de; LÓPES NETTO, A.; ASSIS, R. L. de. (Eds.). *Desenvolvimento sustentável em ambientes de montanha: estratégias e experiências*. Niterói: EMBRAPA, 2018. 206p.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o fortalecimento da Participação*, v. 2, n. 2, p. 1-17, jan. 2002.

ASSIS, R. L. de; LÓPES NETTO, A.; AQUINO, A. M. de. As políticas internacionais para os ambientes de montanha e o contexto brasileiro In: AQUINO, A. M. de; LÓPES NETTO, A.; ASSIS, R. L. de. (Eds.). *Desenvolvimento sustentável em ambientes de montanha: estratégias e experiências*. Niterói: EMBRAPA, 2018. p. 79-98.

ASSUMPCÃO, R. S. F. V. *Petrópolis: Um histórico de desastres sem solução? Do plano Köeller ao programa cidades resilientes*. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

BARBOSA, F. D.; HANAI, F. Y.; SILVA, P. A. R. e. Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em comitês de bacia hidrográfica: conceitos, reflexões e discussões. *Sustentabilidade em Debate*, v. 7, n. 3, p. 34-46, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/SustDeb.v7n3.2016.19761>

BARROSO, D. M. Leitura de mundo e ensino da geografia: Sentidos e desafios. *Revista Tamoios*, v. 14. n. 1, p. 111-123, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2018.33593>

BASQUES, M. L. C. L. Conflitos ambientais em Maricá, Rio de Janeiro: O porto de Jacaré e a construção do problema ambiental. In: RUGGERIO, C. A.; SUÁREZ, F. (Orgs.) *Los conflictos ambientales en América Latina II: Áreas urbanas y periurbanas*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2019. p. 131-158.

BEAUD, S.; WEBER, F. *Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007. 144p.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 18 p.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 315p.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. 128p.

BRASIL. *Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRITO, D. M. C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 4, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

BULLARD, R. *People of colour environmentalism*. Cambridge: MIT Press, 2003. 7 p.

CÂMARA TEMÁTICA TEMPORÁRIA SOBRE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS. Nota técnica 01. mar. 2022. Disponível em: https://feemerj.org/wp-content/uploads/202203_NotaTecnica01_CTDelegacaoServicosParnaso.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. *Modos de vida e dinâmica da agricultura familiar de montanha: Nova Friburgo – RJ*. In: AQUINO, A. M. de; LÓPES NETTO, A. L.; ASSIS, R. L. de. (Eds.). *Desenvolvimento Sustentável em Ambientes de Montanha: Estratégias e Experiências*. Niterói: EMBRAPA, 2018. p. 151-168.

CARTA DE BELÉM. 2 e 3 out. 2009. Disponível em: <https://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2020/07/carta-de-belem-A-CARTA.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CASTELLS, M. *Fim de milênio: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 497p. v. 3.

COELHO, B. H. da S. *Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: Considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense*. 2017, 295 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COELHO, J. A.; FORTUNATO, R. A. Racismo ambiental e estruturas de segregação para o desenvolvimento ambiental em Santa Cecília, Teresópolis/RJ. In: PADILHA, M. N.; FORTUNATO, R. A.; PEREIRA, T. F. P. D. (Orgs.). *Reflexões sobre educação ambiental e cultura na Serra Fluminense*. Boa Vista: Editora IOLE; Rio de Janeiro: EdTur-UERJ, 2021. p. 83-94.

COELHO NETO, A. S. Redes sociais, participação social e a territorialidade como componente de democratização do ordenamento territorial. In: SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETTO, A. S. (Orgs.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. p. 131-147.

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS. *Regimento interno do CONPARNASO*. [20--?]. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/images/stories/conparnaso/Regimento_Interno_do_CONPARNASO.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

CORBARI, S. D.; AZEVEDO, N. T. de; SAMPAIO, C. A. C. O discurso dos atores sociais envolvidos em um conflito socioambiental no litoral do Paraná à luz da ecologia política. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 8, n. 3, set./dez. 2021, p. 480-501.

CORRÊA FILHO, V. Cidades serranas. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 9, n. 1, p. 3-56, jan./ mar. 1947.

COSTA, C., et al. *Planejamento estratégico do mosaico central fluminense*. dez. 2010. Teresópolis: Valor Natural, TNC - The Nature Conservancy, CI - Conservação Internacional, SOS Mata Atlântica, ELAP - Escola Latino Americana de Áreas Protegidas, Associação Mico Leão Dourado. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/planejamento-central-fluminense.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

COSTALLAT, B. S. M. da F. *Relatório apresentado ao vice presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894 p.

DALMOLIN, B. M., LOPES, S. M. B.; VASCONCELLOS, M. da P. C. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. *Saúde e Sociedade*, v. 11, n. 2, p. 19-34, dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902002000200003>

DIEGUES, A. C. et al. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA USP, 2000. 211p.

DOURADO, F.; ROIG, H. Mapas de susceptibilidade a escorregamentos rasos, usando os modelos SHALSTAB e SINMAP, da bacia do Rio Paquequer-Teresópolis—RJ. *Caderno de Estudos Geoambientais*, v. 4, n. 1, p. 56-66, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293885805_MAPAS_DE_SUSCEPTIBILIDADE_A_ESCORREGAMENTOS_RASOS_USANDO_OS_MODELOS_SHALSTAB_E_SINMAP_DA_BACIA_DO_RIO_PAQUEQUER-TERESOPOLIS--RJ/download. Acesso em: 22 maio 2021.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

EAGLETON, T. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012. 232p.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2010. 385p.

FEARNSIDE, P. M. Brazilian politics threaten environmental policies. *Science*, v. 353, n. 6301, p. 746-748, Aug. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aag025>

FONSECA, B. C. da; OLIVEIRA, M. L. R. de. Conflitos socioambientais, tensões e resistência: uma análise dos embates na bacia do Rio Doce, Brasil. *Revista Okara: Geografia em Debate*, v. 8, n. 2, p. 308-327, 2014. Disponível em: <https://www.posextensaorural.ufv.br/wp-content/uploads/2018/02/conflitos-na-bacia-do-Doce1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FORAIN JUNIOR, H. *Nicolay Claussen e seus descendentes*. Rio de Janeiro: Edição Independente, 2015. 382 p.

FORTUNATO, R. A. *Hospitalidade e solidariedade nos territórios do bem viver*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA. Água é direito, não mercadoria. 2018. Brasília. *Anais [...]*. Brasília: FAMA. 2018. Disponível em: <http://fama2018.org/manifesto/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107p.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 33a ed. São Paulo: Paz e terra, 1997. 76p.

GAVIRATI, P. Três modalidades sociológicas del conflicto ambiental. In: RUGGERIO, C. A.; SUÁREZ, F. (Orgs.). *Los conflictos ambientales en América Latina II: Áreas urbanas y periurbanas*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, p. 23-48, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 220 p.

G.LAB. Região Serrana vive um boom imobiliário sem precedentes: A grande procura por imóveis nas cidades serranas fez o preço médio das vendas aumentar em até 20%. *O Globo*, Morar Bem, 30 maio 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/morar-bem/regiao-serrana-vive-um-boom-imobiliario-sem-precedentes-25036692>. Acesso em: 30 maio 2021.

GOLDEMBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. 57p.

GOUVEIA, A. G. de; JOHNSON, R. M. F.; PAIVA BRITTO, A. L. N. de. Escassez Hidrossocial no município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 8, n. 2, p. 161-183, maio/ago. 2021.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 125p.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 25p.

- GRAZIANO DA SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2002. 166p.
- GRUPO HOUER. *Concessão de parques*: Entenda como o Grupo Houer vem atuando na área. 24 fev. 2023. Disponível em: <https://blog.houer.com.br/concessao-de-parques/>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. São Paulo: Papyrus Editora, 2022. 56p.
- HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Cambridge: Polity Press, 1981. 562p.
- HAESBAERT, R. *Des-Territorialização e identidade: A rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 277 p.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 396 p.
- HARVEY, D. *Justice, nature & the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996. 480p.
- HARVEY, D. *Rebel cities: Form the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012. 206p.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. 147p.
- HULST, M. van; KOSTER, M.; VERMEULEN, J. Ethnographic research. In: DUBNICK, M.; BEARFIELD, D. (Eds.). *Encyclopedia of public administration and public policy*. 3rd ed. v. 2, New York: Taylor & Francis, 2015. p. 1335-1339.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agro 2017: Resultados definitivos*. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 18 maio 2021.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Edital de licitação*. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2022/copy_of_EDITALDELICITAO.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.
- JACKSON, M. O.; MORELLI, M. *The reasons for wars – An updated survey*. p. 1-34, 2009. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~jacksonm/war-overview.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.
- KISHIMOTO, S.; PETITJEAN, O. Introduction. In: KISHIMOTO, S.; PETITJEAN, O. (Orgs.). *Reclaiming public services: How cities are turning back privatisation*. Amsterdam and Paris: Creative Commons Attribution, 2017. p. 11-23.
- LATOUR, B. *Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004. 412p.

LATOURE, B. *Onde aterrar? Como se comportar politicamente no antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 160p.

LAYRARGUES, P. C. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito. *Revista Proposta*, n. 25, p. 1-7, 1997.

LE BILLON, P. Environmental conflict. In: Perreault, T.; Bridge, G.; McCarthy, J. (Eds.). *The Routledge Book of Political Ecology*. London and New York: Routledge, 2015. p. 598-608.

LE BILLON, P.; DUFFY, R. Conflict ecologies: Connecting political ecology and peace and conflict studies. *Journal of Political Ecology*, v. 25, n. 1, p. 239-260, 2018.
<https://doi.org/10.2458/v25i1.22704>

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001a 72p.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 2001b 464 p.

LEROY, J. P. Justiça ambiental. https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf. Acesso em: ago. 2020.

LIBISZEWSKI, S. What is an environmental conflict? In: ENCONTRO SOBRE MEIO AMBIENTE E CONFLITOS, 1992, Berna e Zurique. *Anais [...]*. Berna e Zurique. 1992. Disponível em: https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/What_is_Environment_Conflict_1992.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

LIPIETZ, A. A ecologia política, solução para a crise da instância política? In ALIMONDA, H. (ORG.). *Ecologia política: Natureza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: CLASCO, 2002. p. 20-35.

LITTLE, P. E. *Political ecology as ethnography: the case of Ecuador's Aguarico River Basin*. Brasília: Department of Anthropology, Universidade de Brasília, 1999, p. 1-24. (Série Antropologia, n. 258).

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 1-16, jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>

LITTLE, P. E. Political ecology as ethnography: A theoretical and methodological guide. *Horizontes Antropológicos*, v. 3, Selected Edition, 2007. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2022.

LITTLE, P. E. O novo espaço público Pan-Amazônico: Construindo caminhos para a governança socioambiental. In: LITTLE, P. (Org.). *Os novos desafios da política ambiental brasileira*. Brasília: Editora Mil Folhas do IEB, 2014. p. 404-433.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas de participação. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 31-64, jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>

LOUREIRO, C. F. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: Uma abordagem política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MACHADO, G. *Somos natureza: Soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Bambual Editorial, 2022. 253p.

MAPBOX. API RIVER RUNNER. *Bacia do Rio Paraíba do Sul* [202-?a]. Disponível em: <https://river-runner-global.samlearner.com/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MAPBOX. API RIVER RUNNER. *Bacia do rio Paqueta* [202-?b]. Disponível em: <https://river-runner-global.samlearner.com/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MEDEIROS, M. IBGE: População de Teresópolis chega a 182.594 habitantes. 29 ago. 2019. Disponível em: <https://netdiario.com.br/noticias/ibge-populacao-de-teresopolis-chega-a-182-594-habitantes/>. Acesso em: 18 maio 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Agenda 21 Global*. Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 1992. 350p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Divisão de Negócios, Planejamento e Licitações. *Anexo I – Minuta de contrato*. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2022/2.2_PARNASO_CP___ANEXO_I___MINUTA_DE_CONTRATO___VF.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

MOROSINI, L. *Mais caro, menos eficaz: Pesquisa revela quem são os donos do saneamento privado e compromete o acesso ao direito nas áreas mais pobres do país*. jun. 2018. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/radis189_mais_caro_menos_e_ficaz.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

MOUNK, Y. *The people Vs Democracy: Why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge: Harvard University Press, 2018. 378p.

MOURÃO, G. 'Se a gente vivesse num país onde todo mundo separa seu lixo, isso aqui não precisaria existir', diz catador do lixo de Teresópolis. *Extra, Editora Globo*, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/se-gente-vivesse-num-pais-onde-todo-mundo-separa-seu-lixo-isso-aqui-nao-precisaria-existir-diz-catador-do-lixao-de-teresopolis-25520826.html>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NEFFA, E; LEANDRO, L. A., NEFFA, K. *Trilhas metodológicas: Estratégias para investigações inter e transdisciplinares*. Curitiba: Ed. Appris, 2023.

OLIVEIRA, M. L. M. Um breve debate sobre os conflitos ambientais na Zona da Mata do estado de Minas Gerais: O caso do mineroduto da Ferrous. In: RUGGERIO, C. A. e SUÁREZ, F. (Org.). *Los conflictos ambientales en América Latina II: Áreas Urbanas y Periurbanas*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2019. p. 48-72.

PAULA, P. L. *Tecnologia de geoinformação web-based como suporte ao planejamento urbano compartilhado segundo o método de Geodesign: O olhar dos nativos digitais*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Escada-da-participacao-Fonte-Arnstein-Sherry-R-A-Ladder-of-Citizen-Participation_fig1_327513045.

PEET, R.; WATTS, M. *Liberation Ecologies: environmental movements, development, social movements*. London and New York: Routledge, 1996. 286p.

PETITJEAN, O Remunicipalization in France: From addressing corporate abuse to reinventing democratic, sustainable local public services: In: KISHIMOTO, S.; PETITJEAN, O. (Orgs.). *Reclaiming public services: how cities are turning back privatisation*. Amsterdam and Paris: Creative Commons Attribution, 2017. p. 24-33.

PIRES, J. M. O desenvolvimento sustentável nos ambientes de montanha europeus In: AQUINO, A. M. de; LÓPES NETTO, A.; ASSIS, R. L. de (Eds.). *Desenvolvimento sustentável em ambientes de montanha: Estratégias e experiências*. Niterói: EMBRAPA, 2018. p. 15-36.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE TERESÓPOLIS: RELATÓRIO SÍNTESE. fev. 2015. Disponível em: <https://comitepiabanha.org.br/conteudo/teresopolis-vf.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. RJ: Civilização Brasileira, 2006. 462p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. *Decreto nº 2.582/1998*. Altera o Decreto nº 2.567 de 17 de setembro de 1998, que instituiu o Tombamento de todos os maciços florestais, nas APAs (Áreas de Proteção Ambiental) Municipais, conforme Decretos nºs 1.099/87 - Av. Rotariana, 1.127/87 - Vale do Paraíso, 1.747/92 - lote 95 da Vila Muqui, 1881/92 - Vila Muqui, 2.462/97 - Pedra da Tartaruga, 2.508/98 - Rua Diogo José Ponciano, 2.510/98 - Prata e 2.513/98 – Canoas que são constituídos de Mata Atlântica, no Município de Teresópolis - RJ, para impedir a sua degradação e proteger a QUALIDADE DE VIDA das gerações presentes e futuras. Disponível em: <https://atos.teresopolis.rj.gov.br/acessos/decreto/271.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. *Água e esgoto*. 2010-2023. Disponível em: <https://licitacao.teresopolis.rj.gov.br/aguaeesgoto/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. *Edital de chamamento público nº 001/2017*. 2017. Disponível em: <https://licitacao.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Edital-de-Chamamento-Publico-Saneamento-PMI-2017.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. Grupo Águas do Brasil. *Concessão do serviço público para a exploração dos sistemas de água e esgotamento sanitário do Município de Teresópolis – RJ*. 2018. Disponível em: <https://licitacao.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/AGUAS-DO-BRASIL-Caderno-3-Produtos-8-e-9.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, PARQUE NATURAL MUNICIPAL MONTANHAS DE TERESÓPOLIS. *Plano de manejo*. 2020. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/2_PNMMT_Plano_de_Manejo-1.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

PRIGOGINE, I. *Order out of Chaos*. London: Bantam books, 1984. 349p.

REPRESA, S. N. Ampliación del Puerto La Plata. Lectura desde la perspectiva del conflicto ambiental. In RUGGERIO, C. A.; SUÁREZ, F. (Orgs.). *Los conflictos ambientales en América Latina II: áreas urbanas y periurbanas*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, p. 73-92. 2019.

RIBEIRO, A. B. M. *Natureza e política: a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) em 1939*. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) - Escola Nacional de Botânica Tropical - Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2019.

ROCHA, D. F. et al. The map of conflicts related to environmental injustice and health in Brazil. *Sustainability Science*, v. 13, n. 5, p. 709-719, May 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0494-5>

ROSZACK, T. *The making of a counter culture*. Los Angeles: UC Press, 1995. 303p.

RUGENDAS, J. M. *Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro*. [entre 1820 e 1825]. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Serra_dos_Orgaos.jpg. Acesso em: 25 maio 2022.

RUGGERIO, C. A.; BESANA, P. B.; PANEQUE-GÁLVEZ, J. Nuevos desafíos em el estudio de conflictos ambientales. In: RUGGERIO, C. A.; BESANA, P. B.; PANEQUE-GÁLVEZ, J.; SUÁREZ, F. M. (Eds. e Coords.). *Los conflictos ambientales en América Latina III: Reflexiones sobre casos em la Argentina, Brasil, Colombia y México*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2022. p. 9-18.

SANGASUBANA, N. *How to conduct ethnographic research*. *The Qualitative Report*, v. 16, n. 2, p. 567-573, Mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2011.1071>. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1071&context=tqr>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005. 210p.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 237-280, out. 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Acesso em: 4 abr. 2022.

SANTOS, L. C. dos; SANTIN, J. R. Poder local e socioambientalismo: A relação entre o cidadão e o meio ambiente. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 4, n. 2, 19-37, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/download/4794/pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 392p.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento para a práxis dialógica e cooperativa In: SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETTO, A. S. (Orgs.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. p. 11-36.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXYWt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2022.

SAQUET, M. A. *Conciencia de classe y de lugar, práxis y desarrollo territorial*. Buenos Aires: Clasco, 2021. 298 p.

SEDLACEK, G. B. *Companhia estrada de ferro Therezopolis: Uma empresa do encilhamento em meio à política Republicana Fluminense (1890-95)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012.

SILVA, H. R. S.; MILITO, C. e *Vozes do meio fio: Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1995. 192p.

SILVA, L. P. da. *Conflitos socioambientais: Uma proposta investigação-ação à luz da educação ambiental diálogo-problematizadora*. 2016. 190 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2016.

SILVA, S. C. B. de M. e. Geografia, políticas públicas e participação social. In: SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETTO, A. S. (Orgs.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. p. 125-130.

SMITH, N. *Desenvolvimneto desigual*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. 242p.
SOARES-FILHO, B. et al. Cracking Brazil's forest Code. *Science*, v. 344, p. 363-364, Apr. 2014. Disponível em: http://lerf.eco.br/img/publicacoes/Soares_Filho_etal_2014_artigo_Science.pdf. Acesso em: 2 jul. 2022.

SOUZA, M. L. Territórios da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

SOUZA, M. L. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 248 p.

STENGERS, I. *No Tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosanaify, 2015.

TERÊ NOTÍCIAS. Facebook. *Tragédia agressão a vida e ao meio ambiente*. 14 mar. 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/terenoticias/videos/541175253888070/?extid=NS-UNK-UNK-UNK-IOI_GK0T-GK1C&ref=sharing. Acesso em: 20 dez. 2022.

THEODORO, S. H. *Mediação de conflitos socioambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 220 p.

TSING, A. L. O Antropoceno mais que humano. *Revista de Antropologia*, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75732>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/download/75732/45505/289331>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 148p.

VIEIRA, A. M. D. G.; NÓBREGA, W. Participação popular e políticas públicas para o turismo: Uma avaliação do Portal da Amazônia, Belém-PA. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 5, n. 2, p. 21-40, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Graus-de-Participacao-Fonte-Bordenave-1983_fig1_312255727. Acesso em: 10 dez. 2020.

VIEIRA, V. T.; CUNHA, S. B. da. Mudanças na morfologia dos canais urbanos: Alto curso do rio Paquequer, Teresópolis – RJ (1997/98 – 2001). *Revista Brasileira de Geomorfologia*, ano 9, n. 1, p. 3-22, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290600458_Mudancas_na_Morfologia_dos_Canais_Urbanos_Alto_Curso_do_Rio_Paquequer_Teresopolis_-RJ_199798_-_2001. Acesso em: 10 dez. 2020.

WARREN, P. *Developing participatory and integrated watershed management: A case study of the FAO/Italy inter-regional Project for participatory upland conservations and development*. Roma: FAO, 1998.

WHYTE, W. F. *Sociedade da esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 392 p.

WIKIPEDIA. *Alto (Teresópolis)*. [201?]. Disponível em: [https://www.wikiwand.com/pt/Alto_\(Teres%C3%B3polis\)](https://www.wikiwand.com/pt/Alto_(Teres%C3%B3polis)). Acesso em: 13 abr. 2021.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4., n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 3 maio 2022.

ZAOUAL, H. O Homo Sítus e suas perspectivas paradigmáticas. *Oikos*, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/download/51816/28127>. Acesso em: 5 jan. 2020

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 288p.